



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**PROTEÇÃO E RISCO DE SUPERENDIVIDAMENTO, VARIÁVEIS
PSICOLÓGICAS E FINANCEIRAS: ESTUDO DE PREDITORES DE QUALIDADE
DE VIDA**

Ana Cláudia Almeida Machado

Brasília
Dezembro, 2021



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**PROTEÇÃO E RISCO DE SUPERENDIVIDAMENTO, VARIÁVEIS
PSICOLÓGICAS E FINANCEIRAS: ESTUDO DE PREDITORES DE QUALIDADE
DE VIDA**

Ana Cláudia Almeida Machado

Texto submetido para o Exame de Defesa de Tese de junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Maria Fleury Seidl

Coorientador: Prof. Dr. Josemberg Moura de Andrade

Brasília
Dezembro, 2021

Banca Examinadora

Profa. Dra. Eliane Maria Fleury Seidl
Universidade de Brasília – PPG-PsiCC
Presidente da Banca

Profa. Dra. Ana Teresa de Abreu Ramos Cerqueira
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – PPG Saúde Coletiva
Membro Titular

Prof. Dr. Emílio Peres Facas
Universidade de Brasília - PPG-PSTO
Membro Titular

Prof. Dr. Fabio Iglesias
Universidade de Brasília - PPG-PsiCC
Membro Titular

Profa. Dra. Cristiane Faiad de Moura
Universidade de Brasília – PPG-PsiCC
Membro Suplente

*A maior desgraça de uma nação pobre é que,
em vez de produzir riqueza, produz ricos.*

Mia Couto
Pobres dos nossos ricos (2015)

Agradecimentos

À minha família, obrigada por entender que a busca pelo conhecimento confere sentido à minha existência. À minha mãe, muito obrigada por tudo, inclusive pelo que não se pode colocar em palavras ou gestos, mas que se eternizam nos silêncios. À madrinha, pelo apoio incondicional, cuidado e carinho de sempre. Aos meus irmãos, por entenderem minhas escolhas e por demonstrarem orgulho pela minha luta. Ao meu pai, pela vida. À Popoxa, por ter chegado nas nossas vidas na melhor hora possível, e por ter estado ao meu lado em um momento importante da jornada que precisei fazer antes de chegar até aqui.

Aos meus amigos, pela companhia edificante e por tantos debates profícuos sobre... tudo! Obrigada por terem entendido minhas ausências. Saibam que vocês também estiveram ao meu lado quando respeitaram meu silêncio ou quando me enviaram as melhores energias, mesmo de longe.

Ao Fábio, companheiro em momentos difíceis dessa jornada, muito obrigada pela parceria, cumplicidade e alegria, as quais jamais serão esquecidas. À Cacho, por tudo aquilo que nunca precisamos dizer uma pra outra pra termos certeza de que nossa amizade vem de outras vidas. À Cássia, por aquele papo no Água Doce ter me inspirado a dar um giro de 180 graus na vida, o que culminou com meu ingresso no doutorado, e por outras coisas que não precisam ser ditas aqui. A saudade que sinto dos nossos encontros, hoje já não tão frequentes, dizem muito sobre seu valor em minha vida. À Sílvia, minha amada amiga, por sua companhia maravilhosa, inteligência, bom-humor, honestidade e pelos papos sobre política e amor que se estendem até a madrugada! Obrigada, Flavinha, pela torcida distante, mas sempre presente. Prometo que poderemos viajar a partir de agora! À Camila, pela ajuda desprendida na análise de dados. Ao Rinaldo, pela confiança e carinho sempre presentes.

Obrigada à Ione Amorim, coordenadora do programa de serviços financeiros do Idec, pelas conversas empolgantes que tivemos sobre o tema desta tese, o qual nos é tão caro, e pelo importante apoio na fase de coleta de dados. Admiro o trabalho que realizam no Idec, razão pela qual espero que nossa parceria esteja apenas iniciando. A todos os colegas do Programa Superendividados, grata pelas trocas que tivemos sobre a temática do superendividamento, pela confiança em meu trabalho e pela torcida para que a tese gere bons frutos.

Aos colegas do PPGPsiCC, grata pela cumplicidade, senso de coletivo e por momentos de descontração tão necessários ao longo desses anos. Agradeço aos professores do programa com quem eu tive o prazer de trabalhar/aprender durante a representação discente e, em especial, às três maravilhosas coordenadoras nesse período (Profas. Inês Gandolfo, Valeska Zanello e Eliana Lazzarini), pelos esforços bem-sucedidos para diminuir a distância que separa estudantes e docentes.

A todos os secretários da graduação (PCL) e da pós (PPGPsiCC), muito grata por seu comprometimento, profissionalismo, respeito e colaboração para atender às minhas demandas pessoais e as que lhes foram levadas em nome do coletivo de estudantes. Muitas conquistas que tivemos não teriam sido possíveis sem seu esforço e dedicação. Aos meus colegas também orientados pela Eliane, Aline Rosa, Cibele Souza, Hugo Correia e Julia Araújo, muito grata pelas trocas e torcida mútua.

Às professoras do PPGPsiCC Larissa Polejack, Sheila Murta e Sílvia Lordello, por suas aulas inspiradoras e, em especial, por seu jeito afetuoso e terno, que transforma tudo ao seu redor. À querida professora Tereza Cristina Araújo, pelos debates importantes sobre saúde pública e por seu exemplo na profissão. Aos profs. Carla Antloga e Fabio Iglesias, pelo intercâmbio de ideias que tivemos em dois PPGs e por sua capacidade inspiradora de se reinventarem. Ao professor Ileno Costa, por sua atuação comprometida e politicamente engajada à frente do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) da UnB, e por ter apoiado

nossas iniciativas em prol da UnB nos seus momentos mais difíceis do passado recente. Ao professor Adriano Holanda, meu paraninfo de formatura em 2004, obrigada por suas aulas inesquecíveis e inspiradoras na graduação.

Ao professor Mário Ângelo Silva (*in memoriam*), sou grata pela idealização e coordenação de cursos de extensão na UnB nos anos 2000, dos quais participavam estudantes brasileiros e africanos, onde debatemos temas tão importantes para nossos países e para o mundo. Anos após, o doutorado me concedeu a oportunidade de conhecer de perto muito do que vimos lá.

À Capes, agradeço pela bolsa de estudos e pela oportunidade de ingressar no Programa CAPES-AULP (Associação de Universidades de Língua Portuguesa), por meio do qual pude desenvolver projetos relevantes pessoal, profissional e academicamente, além da oportunidade de conhecer pessoas muito especiais durante minha passagem pela Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, Moçambique.

Aos colegas e amigos moçambicanos, obrigada pelo intercâmbio acadêmico, profissional e cultural que houve entre nós. Uma parte do meu coração ficou em Maputo e as portas aqui estão abertas a vocês também. Agradeço, em especial, ao meu amigo-irmão Bento Mazuze, pela amizade e companhia tão agradável em momentos alegres ou difíceis. Esteja certo de que nossa parceria na academia e na vida está apenas começando. À amiga Rosalina Zamorra, obrigada por momentos especiais e pelas conversas inspiradoras. Agradeço aos docentes da psicologia com quem estabeleci trocas importantes: Alfredo Maposse, Bernardette Tesoura, Isália Licença, Quitéria Mabasso, Rui João e ao colega do NEAP Isaias Benjamin. Ao Prof. Augusto Guambe, além das trocas acadêmicas, lhe sou grata pela oportunidade de participar da elaboração de dois documentos importantes para a área da saúde pública do seu país. A todos os gestores, técnicos administrativos e demais docentes da

Faculdade de Educação (FACED) com quem tive a oportunidade de conviver, muito obrigada pela forma como me receberam em todas as instâncias acadêmicas.

Como a finalização do doutorado também representa o final de uma jornada acadêmica, não posso deixar de agradecer a professores de outros departamentos, cursos ou instituições que marcaram minha vida. Agradeço aos professores de biologia da UnB Iara Brasileiro e Umberto Euzébio, pela ajuda imprescindível nos procedimentos de mudança de curso. Saibam que eu jamais os esquecerei. Ao professor Volnei Garrafa, agradeço por ter me oferecido oportunidades de trabalho que contribuíram significativamente para meu aprimoramento profissional e pessoal. Ao Armando Raggio, meu colega de especialização, mas que também foi meu “professor” em saúde pública, serei eternamente grata por ter despertado meu respeito incondicional pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Às professoras Josele Abreu e Elenice Seixas, do Departamento de Processos Psicológicos Básicos (PPB) da UnB, agradeço pela primeira oportunidade que me ofereceram para participar de uma pesquisa na vida acadêmica. Meu amor pela investigação nasceu com vocês no PPB, muito embora meu interesse tenha se modificado ao longo dos anos. Aos professores do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (PST) da UnB Emílio Facas, Ana Magnólia Mendes, Gardênia Abbad, Jairo Borges-Andrade, Hartmut Günther, Ana Lúcia Galinkin e Mário César Ferreira, agradeço pela experiência de participar de seus grupos de pesquisa, por suas aulas magnetizantes e/ou por tantas outras formas de colaboração que estabelecemos no mestrado. Às professoras Marisa Brito, Claisy Araújo, Angela Branco e Maria Cláudia Oliveira, do Departamento de Psicologia Escolar e Desenvolvimento (PED) da UnB, sou grata por ter vivenciado seu inspirador compromisso com a defesa da educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade logo em meus primórdios na UnB. Como ex-aluna de escola pública, minha passagem pelo PED fortaleceu a certeza de que vale a pena envidar

todos e quaisquer os esforços para tornarmos a educação brasileira o tão sonhado lugar de oportunidades, e jamais de exclusão ou de imposição de barreiras para o alcance de sonhos.

Não apenas agradeço, mas dedico esta tese à memória dos eternos educadores Paulo Freire, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, por motivos que jamais caberiam ser expressos em qualquer quantidade de linhas. Também a dedico ao Ciro Gomes, minha inspiração em tempos atuais, pelo seu legado em prol de uma efetiva prática na área da educação pública, pela coragem de dar à temática do superendividamento seu merecido protagonismo e, também, por se dedicar a refletir, com tamanha honestidade intelectual, sobre o país que podemos e merecemos ter. Dedico, por fim, a todos os escritores e escritoras cujas obras me sensibilizaram e cujas linhas transformaram minha vida.

Agradeço aos membros da banca, Profs. Ana Teresa Cerqueira, Emílio Facas e Fabio Iglesias, pela honra de desfrutar de seus comentários em nosso trabalho. Agradeço as relevantes contribuições fornecidas pelas professoras Sheila Murta e Cristiane Faiad na banca de qualificação. À professora Ana Teresa, agradeço também pelos inspiradores debates realizados no âmbito do GT da Anpepp. Ao professor Emílio, agradeço pela preciosíssima contribuição na fase anterior à coleta de dados, sem a qual o processo teria sido bem mais difícil. Ao professor Fabio, agradeço, em especial, por sua relevante contribuição em uma etapa de construção da EPRIS e pela parceria no âmbito da Comissão de Pós-Graduação (CPG). Saibam que eu os admiro muitíssimo.

Agradeço ao meu coorientador, professor Josemberg Andrade, por sua disposição em me ajudar a entender uma área tão diferente de tudo com o que eu já havia trabalhado na academia. Sua postura colaborativa durante nossas supervisões coletivas contribuiu sobremaneira para um excelente clima que marcou a parceria estabelecida entre mim, você e Eliane durante essa árdua jornada e, sobretudo, ao seu final, quando as forças para enfrentar os obstáculos já pareciam estar esgotadas.

Finalizo externando um agradecimento mais que especial à minha amada orientadora professora Eliane Seidl. É difícil expressar em palavras como eu me sinto privilegiada por tê-la tido ao meu lado nesse caminho. Sinceramente desejo que todos os orientandos do mundo passem por uma experiência como a minha. Obrigada por sempre abrir espaço para ideias novas, para debates, para a argumentação. Ao seu lado, sinto que me aprimorei como profissional, como pesquisadora, e também como gente. Eliane é divertidíssima, mas não apenas isso. Os cuidados metodológicos que você tem e exige de nós, sua comunicação clara e concisa, a objetividade com que você nos orienta e tira nossas dúvidas são suas marcas. Também destaco sua visão de mundo criticamente comprometida, sua capacidade de articulação e sua impressionante disponibilidade de nos atender ante qualquer necessidade. Não me esquecerei dos áudios de 15 minutos (hahahahaha), os quais eu inacreditavelmente adorava receber, pois eles sempre me ajudavam a seguir adiante. Você é um exemplo para a profissão que escolhi seguir. Muito, muito, muito obrigada. Por tudo.

Resumo

Superendividamento é a situação na qual os consumidores estão incapacitados de cumprir com o pagamento de compromissos financeiros atuais e futuros. Associa-se à presença de dívidas excessivas e se difere de endividamento, caracterizado pela existência de despesas realizadas com o compromisso de pagamento futuro. Causas do superendividamento incluem aspectos econômicos, psicossociais e comportamentais. Como consequências, há deterioração da saúde física e mental dos devedores, redução da qualidade de vida e impacto sobre variáveis psicológicas. O objetivo geral da tese foi construir e obter evidências de validade de uma medida de superendividamento, bem como identificar preditores da qualidade de vida (QV) a partir de variáveis psicológicas e financeiras. A tese é formada por quatro capítulos complementares. O Capítulo 1 traz uma revisão narrativa sobre superendividamento e apresenta contribuições oriundas de diversas áreas do conhecimento, no intuito de ampliar a noção sobre o problema, de natureza multicausal. Além disso, apresenta proposta de uma nova conceituação de terminologias relacionadas ao endividamento, incluindo o superendividamento. O Capítulo 2, também de natureza teórica, apresenta um estudo de revisão de literatura desenvolvido para identificar escalas de medida sobre endividamento, superendividamento ou que tratavam de aspectos relacionados ao modo como as pessoas lidam com dinheiro, o qual serviu de subsídio para a decisão de se elaborar uma medida original. O Capítulo 3 objetivou construir e estimar as propriedades psicométricas de uma medida de superendividamento, visando avaliar aspectos atitudinais (comportamentais, cognitivos e afetivos) que previnem ou estimulam o superendividamento. Participaram 444 adultos, 278 (62%) mulheres, média de idade igual a 46 anos (DP=14,9), que responderam aos instrumentos na modalidade *on-line*. Os resultados da análise fatorial exploratória, com base no *software Factor*, revelaram a presença de dois fatores: proteção ao superendividamento (13 itens) e risco de superendividamento (21 itens), com bons níveis de ajuste, intitulada Escala de Proteção e Risco de Superendividamento (EPRIS). A validade de critério revelou que ambos os fatores diferenciaram grupos quanto a estresse autopercebido, preocupação financeira, presença/ausência de dívidas e perfil de consumo. O Capítulo 4, utilizando a mesma amostra do estudo anterior, visou identificar os preditores da QV. A EPRIS e instrumentos de avaliação de ansiedade, depressão, qualidade de vida e questionário sociodemográfico e financeiro permitiram a realização de regressão múltipla hierárquica. Identificou-se um modelo explicativo para a QV total cujos preditores foram: depressão, ansiedade, estresse financeiro e proteção ao superendividamento, sendo o último positivo. Na seção reservada aos comentários finais da tese, foi feita uma avaliação sobre seu processo de construção, dificuldades encontradas, limitações, pontos altos do estudo e sugestão de agenda futura. Dentre as principais contribuições, destaca-se a elaboração de uma medida inédita de superendividamento com evidências de validade avaliadas mediante aplicação do instrumento em uma amostra de brasileiros. Além disso, identificou-se a elevação de danos provocados à saúde mental à medida que aumentam os níveis de endividamento. Tendo em vista o efeito significativo que exerce sobre a QV, o superendividamento tanto merece seguir sendo investigado no campo da ciência psicológica, quanto ser considerado um problema de saúde pública. As contribuições oriundas desta tese poderão subsidiar a elaboração de políticas públicas capazes de minimizar os efeitos deletérios que o superendividamento exerce sobre a saúde mental da população.

Palavras-chave: Superendividamento; Qualidade de Vida; Escala de Proteção e Risco de Superendividamento (EPRIS).

Abstract

Over-indebtedness is the situation in which consumers are unable to meet the payment of current and future financial commitments. It is associated with the presence of excessive debt and differs from indebtedness, characterized by the existence of expenses incurred with the future payment commitment. Causes of over-indebtedness include economic, psychosocial and behavioral aspects. As a consequence, there is a deterioration of the debtors' physical and mental health, a reduction in the quality of life and an impact on psychological variables. The general objective of the thesis was to build and obtain evidence of the validity of a measure of over-indebtedness, as well as to identify predictors of quality of life (QOL) based on psychological and financial variables. The thesis consists of four complementary chapters. Chapter 1 brings a narrative review on over-indebtedness and presents contributions from different areas of knowledge, in order to broaden the notion of the problem, which is of a multi-causal nature. In addition, it presents a proposal for a new conceptualization of terminologies related to indebtedness, including over-indebtedness. Chapter 2, also of a theoretical nature, presents a literature review study developed to identify scales of measurement on indebtedness, over-indebtedness or that dealt with aspects related to the way people deal with money, which served as a subsidy for the decision to if you elaborate an original measure. Chapter 3 aimed to build and estimate the psychometric properties of a measure of over-indebtedness, aiming to assess attitudinal aspects (behavioral, cognitive and affective) that prevent or encourage over-indebtedness. 444 adults participated, 278 (62%) women, mean age 46 years (SD=14.9), who responded to the instruments in the online modality. The results of the exploratory factor analysis, based on the Factor software, revealed the presence of two factors: over-indebtedness protection (13 items) and over-indebtedness risk (21 items), with good levels of adjustment, entitled Over-indebtedness Protection and Risk Scale (EPRIS). Criterion validity revealed that both factors differentiated groups in terms of self-perceived stress, financial concern, presence/absence of debt and consumption profile. Chapter 4, using the same sample as the previous study, aimed to identify predictors of QoL. EPRIS and instruments for assessing anxiety, depression, quality of life and a sociodemographic and financial questionnaire allowed the performance of multiple hierarchical regression. An explanatory model for the total QoL was identified, whose predictors were: depression, anxiety, financial stress and protection against over-indebtedness, the last being positive. In the section reserved for the final comments of the thesis, an evaluation was made about its construction process, difficulties encountered, limitations, highlights of the study and suggestion of a future agenda. Among the main contributions, the elaboration of an unprecedented measure of over-indebtedness stands out, with evidence of validity evaluated by applying the instrument to a sample of Brazilians. In addition, the increase in damage caused to mental health was identified as the levels of indebtedness increase. In view of the significant effect it has on QoL, over-indebtedness deserves to be further investigated in the field of psychological science, as well as being considered a public health problem. The contributions arising from this thesis may support the development of public policies capable of minimizing the harmful effects that over-indebtedness exerts on the mental health of the population.

Key-words: Over-indebtedness; Quality of Life; Over-Indebtedness Risk and Protection Scale (EPRIS).

Sumário

Agradecimentos	5
Resumo	11
Abstract	12
Lista de tabelas	17
Lista de figuras	19
Lista de anexos	20
Lista de abreviações	21
Apresentação	25
Introdução	33
Referências	45
Capítulo 1. Aspectos Conceituais, Psicossociais e Políticos, a Influência do Mercado de Crédito e a Proposta de uma Nova Conceituação de Superendividamento	51
Tipos de Superendividamento	61
Reflexões sobre a Democratização do Acesso ao Crédito no Brasil	62
Contribuições de Zygmunt Bauman sobre a Temática do Consumo	66
Superendividamento e a Regulação do Mercado de Crédito	70
Insolvência Civil	74
A Relação entre Trabalho Bancário e Consumo	76
Dignidade e o Tratamento Jurídico dos Consumidores Superendividados	78
Contribuições da Psicologia para Enfrentamento do Superendividamento	81
Referências	86
Capítulo 2. Escalas que Tratam da Relação das Pessoas com o Dinheiro: o Estado da Arte da Literatura	101
Método	102
Etapa 1	102
Objetivo	103
Procedimentos	103
Bases de Dados Consultadas	103
Critérios de inclusão	103
Critérios de exclusão	103
Etapa 2	104
Objetivo	104

Procedimentos	104
Bases de Dados Consultadas	104
Critérios de Inclusão	104
Critérios de Exclusão	105
Resultados	105
Escala sobre Endividamento	107
Escala sobre Relação com o Dinheiro	109
Discussão	113
Considerações Finais	117
Referências	118
Capítulo 3. Construção e Evidências de Validade da Estrutura Interna da Escala de Proteção e Risco de Superendividamento (EPRIS)	122
Fundamentos Teóricos da Medida	124
Definição dos Construtos Teóricos	124
Compra Impulsiva	124
Compra Compulsiva	125
Materialismo	125
Bem-estar Financeiro	126
Influências Sociais sobre o Consumo	126
Crenças sobre Dinheiro	127
Comportamento Financeiro	128
Elaboração de Instrumentos e Evidências de Validade: Aspectos Teóricos	129
Método	131
Etapa 1	131
Procedimentos de Natureza Teórica e Prática	131
Etapa 2	132
Procedimentos Empíricos: Análise Semântica	132
Participantes	132
Instrumento e Procedimentos de Coleta de Dados	132
Procedimentos Empíricos: Validade de Conteúdo.....	133
Participantes	133
Instrumento e Procedimentos de Coleta de Dados	134
Análise de Dados	135

Análise Fatorial Exploratória	136
Participantes	136
Instrumentos	137
Procedimento de Coleta de Dados	138
Análise de Dados	139
Resultados	140
Procedimentos Empíricos	140
Análise Semântica	140
Validade de Conteúdo	141
Análise Fatorial Exploratória	143
Soluções Fatoriais com 7, 4 e 3 Fatores	143
A Solução de Dois Fatores	144
Investigando Evidências de Validade Baseadas na Relação da EPRIS com Outras Variáveis Financeiras	148
Discussão	153
Considerações Finais	157
Referências	159
Capítulo 4. A predição da qualidade de vida a partir de variáveis psicológicas e financeiras	168
Qualidade de Vida	170
Índice de Qualidade de Vida – IQV	172
Qualidade de Vida e Endividamento	175
Qualidade de Vida, Saúde Mental e Superendividamento	177
Estresse financeiro	178
Ansiedade	179
Ansiedade Financeira	181
Transtorno Depressivo Maior – TDM	182
Justificativa, Objetivos e Hipóteses do Estudo	183
Objetivos	184
Geral	184
Específicos	184
Hipóteses	184
Método	185

Participantes	185
Instrumentos	190
WHOQoL Bref	190
GAD-7	191
PHQ-9	192
EPRIS	193
Questionário sociodemográfico e financeiro	193
Coleta de Dados	194
Análise de Dados	194
Resultados	195
Ansiedade e Depressão	196
Proteção e Risco ao Superendividamento	197
Qualidade de Vida	198
Análises Bivariadas entre QV Total e Variáveis Sociodemográficas	199
Investigando Preditores da QV	200
Categorias de Endividamento e Relação com QV, Ansiedade, Depressão e Fatores da EPRIS	205
Discussão	208
Considerações Finais	215
Referências	216
Comentários Finais da Tese	225
Implicações da Pesquisa	228
Limitações do Estudo	229
Agenda Futura	230
Anexos	232
Anexo 1 – Parecer aprobatório do Comitê de Ética em Pesquisa	232
Anexo 2 – Questionário sociodemográfico e financeiro	236
Anexo 3 – WHOQoL-Bref	240
Anexo 4 – GAD-7	243
Anexo 5 – PHQ-9	244
Anexo 6 – Itens e Fatores da EPRIS	245
Anexo 7 – Versão Preliminar da EPRIS	246

Lista de tabelas

Capítulo 1

Tabela 1. Terminologias Relacionadas ao Nível de Endividamento	59
--	----

Capítulo 2

Tabela 1. Características das Escalas Identificadas na Etapa 1	112
--	-----

Tabela 2. Características das Escalas Identificadas na Etapa 2	112
--	-----

Capítulo 3

Tabela 1. Escala de Saúde Financeira com 45 Itens Distribuídos entre as Sete Dimensões Teóricas do Estudo	142
---	-----

Tabela 2. Solução Fatorial com Cargas Fatoriais, Comunalidades, Percentual de Variância Explicada e Índices de Consistência Interna da Escala de Proteção e Risco ao Superendividamento	146
---	-----

Tabela 3. Estatísticas Descritivas dos Fatores da EPRIS	148
---	-----

Tabela 4. Comparação de Medianas dos Fatores Proteção e Risco de Superendividamento segundo Presença de Dívidas em Atraso, Estresse Financeiro Percebido e Preocupação com a Situação Financeira Atual	149
--	-----

Tabela 5. Comparação de Medianas dos Fatores Proteção e Risco de Superendividamento segundo o Perfil de Consumo	152
---	-----

Capítulo 4

Tabela 1. Caracterização Sociodemográfica dos Participantes.....	186
--	-----

Tabela 2. Caracterização Financeira dos Participantes	188
---	-----

Tabela 3. Estatísticas Descritivas Relativas a Sintomas de Ansiedade e Depressão	197
--	-----

Tabela 4. Estatísticas Descritivas dos Fatores da EPRIS	197
---	-----

Tabela 5. Análises Estatísticas Descritivas dos Domínios do WHOQOL-Bref	198
---	-----

Tabela 6. Comparação das Medianas da QV Total, Segundo Variáveis Sociodemográficas.....	199
---	-----

Tabela 7. Correlações Não Paramétricas (Spearman) das Variáveis QV Total, Depressão, Ansiedade, Risco de Superendividamento e Proteção ao Superendividamento	201
--	-----

Tabela 8. Regressão Múltipla Hierárquica Considerando a Qualidade de Vida Total como Variável Predita	204
---	-----

Tabela 9. Distribuição das Categorias de Endividamento dos Participantes do Estudo..	205
--	-----

Tabela 10. Comparação das Medianas da QV Total, Ansiedade, Depressão, Fatores Proteção e Risco de Superendividamento, Segundo as Categorias de Endividamento .. 206

Lista de figuras

Capítulo 4

Figura 1. Gráfico de Dispersão dos Valores Padronizados Preditos versus Valores Padronizados dos Resíduos	203
---	-----

Lista de Anexos

Anexo 1 – Parecer aprobatório do Comitê de Ética em Pesquisa

Anexo 2 - Questionário sociodemográfico e financeiro

Anexo 3 – Escala de Qualidade de Vida (WHOQoL-Bref: *World Health Organization Quality of Life* – versão breve)

Anexo 4 – Escala de Ansiedade (GAD-7: *Generalized Anxiety Disorders*)

Anexo 5 – Escala de depressão (PHQ-9: *Patient Health Questionnaire*)

Anexo 6 – Itens e Fatores da Escala de Proteção e Risco de Superendividamento (EPRIS)

Anexo 7 – Versão preliminar da EPRIS

Lista de Abreviações

AERA – American Educational Research Association

AFE – Análise Fatorial Exploratória

AP – Análise Paralela

APA - *American Psychological Association*

BACEN – Banco Central do Brasil

BPC – Benefício de Prestação Continuada

BVS-Psi – Biblioteca Virtual de Saúde – Psicologia Brasil

CFI - *Comparative Fit Index*

CNDL – Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas

CEJUSC-Super – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – Superendividados

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CFPB – Consumer Financial Protection Bureau

CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

CNDL – Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNS – Conselho Nacional de Saúde

COPOM – Comitê de Política Monetária

Covid-19 – Doença do Coronavírus 2019

DF – Distrito Federal

DF – Graus de liberdade

DP – Desvio-padrão

DSM-5 - Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais - 5ª edição

EIU – *Economist Intelligence Unit*

EUA – Estados Unidos da América

ESF – Escala de Saúde Financeira

EPRIS – Escala de Proteção e Risco de Superendividamento

EUA – Estados Unidos da América

F - Frequência

FC – Fidedignidade Composta

FMI – Fundo Monetário Internacional

GAD-7 - *Generalized Anxiety Disorder*

GFI - *Goodness of Fit Index*

H - Kruskal-Wallis

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

IC – Intervalo de Confiança

IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

IQV – Índice de Qualidade de Vida

IVC – Índice de Validade de Construto

KMO – Kaiser-Meyer-Olkin

K-S – Kolmogorov-Smirnov

M – Média

MCS – Modelo de Crenças em Saúde

Mdn – Mediana

M Rank - Média do Rank

OMS – Organização Mundial da Saúde

PBF – Programa Bolsa Família

PHQ-9 - *Patient Health Questionnaire*

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PPG-PsiCC – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília

PPG-PSTO – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações – Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília

PROCON - Instituto de Defesa do Consumidor

PIB – Produto Interno Bruto

QoL – *Quality of Life*

QV – Qualidade de vida

RDWSL - *Robust Diagonally Weighted Least Squares*

RMSEA - *Root-Mean-Square Error of Aproximation*

RMV – Renda Mensal Vitalícia

RULS - *Robust Unweighted Least Square*

SciELO – *Scientific Eletronic Library Online*

SCS-Brasil – Escala de Consumo de Status

SP – São Paulo (UF)

SPC Brasil – Serviço de Proteção ao Crédito

SPSS - *Statistical Package for Social Sciences*

S-W - Shapiro Wilk

TAG – Transtorno de Ansiedade Generalizada

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TDM – Transtorno Depressivo Maior

TLI - *Tucker-Lewis Index*

TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

U - *Mann Whitney*

UnB – Universidade de Brasília

W.E.I.R.D. - *Western, Educated, Industrialized, Rich, and Democratic*

WHOQoL-100 - *World Health Organization Quality of Life*

Apresentação

Nesta seção compartilharei de que forma minha trajetória de trabalho conduziu ao tema desta pesquisa. O primeiro contato profissional que tive com a temática do superendividamento foi quando ingressei na carreira bancária. De 2006 a 2008 trabalhei em uma agência localizada em um bairro nobre de Brasília, na seção conhecida como retaguarda, ligada à tesouraria. Em determinado período, eu era responsável por realizar cobranças por telefone dos correntistas inadimplentes com o banco. Ainda nesta primeira agência, atuei nos setores de atendimento à pessoa física e na função de caixa. Todos os funcionários possuíam metas a serem atingidas, independentemente do setor em que atuavam. Episódio marcante na passagem por essa agência foi quando notei que um título de capitalização havia sido vendido a um beneficiário de programa social, o que, logo de cara, me causou espanto e certa inquietação. Como a maior parte dos clientes da agência pertencia às carteiras de clientes de alta classe, e muito poucos eram aqueles que mantinham conta ali apenas para receber o auxílio governamental, a princípio pensei que pudesse se tratar de um erro. Não era. Isso me levou a questionar o procedimento na própria agência e, diante da inércia com que receberam a informação, reportei o fato à direção geral. O negócio foi desfeito, e a discussão sobre uma suposta “liberdade” do cliente em aderir ao produto, geralmente justificada pela necessidade de bater metas, tornou-se tema frequente entre nós. Outro fato marcante foi que o funcionário mais antigo, que também era o preferido pelos clientes e o único com quem estabeleci uma relação de proximidade, sofreu retaliação dos demais funcionários pelo fato de não aceitar sujeitar-se ao “trabalho sujo”, o qual, no caso, significava enganar e usar de inverdades no atendimento aos correntistas. Essas transgressões éticas, no entanto, não eram chamadas por esses nomes, mas sim, tinham a conotação de astúcia, inteligência, *expertise*. Com o seu adoecimento após o acúmulo das pressões que sofria, identifiquei a situação como assédio moral, e tanto se mostrou relevante para mim que esse foi o tema do meu mestrado em

bioética (não finalizado por razões alheias a este fato). No entanto, para cursar o mestrado, sobretudo com esse tema, pedi licença sem remuneração da instituição bancária, ingressei no curso e passei a trabalhar também profissionalmente na área da bioética, principalmente com a temática da ética em pesquisa. Após desistir do mestrado em bioética, migrei para a psicologia, o que marcou meu retorno para a área.

Em 2013, após fruição de cinco anos de licença não remunerada, quando atuava como professora universitária, decidi reingressar no banco ao invés de me demitir. Reduzi a carga horária na docência e, assim, conciliava as aulas com o trabalho bancário. Foram anos de aprendizado técnico e aquisição de novos conhecimentos sobre economia, contabilidade, finanças, política monetária. Com as oportunidades de desenvolvimento profissional que o banco oferecia, exerci diversas funções na nova agência, dentre as quais, gerente de negócios, razão pela qual acompanhei de perto a vida financeira de muitas pessoas.

Os clientes eram, em sua maioria, militares vinculados a um órgão de segurança pública. Era de praxe conhecer os clientes pelo posto que ocupavam ou patente que detinham, já que isso supostamente indicava seu potencial para negócios. Entretanto, para minha surpresa, a realidade mostrou que os números são apenas abstrações rodeadas por incertezas. Estilo de vida, valores e crenças de cada cliente influenciavam significativamente o modo como lidavam com o dinheiro. A crença de que “coronel tem mais dinheiro que soldado” logo caiu por terra. Ao analisar seus contracheques, era possível obter informações sobre seu comportamento financeiro e, então, ficou evidente que o grau de endividamento não está necessariamente associado à variável renda. Tal experiência modificou minha noção sobre superendividamento.

Ampliando essa compreensão para a realidade que nos circunda, notei que, se por um lado, as decisões econômicas de um governo podem empurrar as pessoas para as dívidas (pela perda do poder de compra ocasionada pelo aumento da inflação, por exemplo), por outro, há

características pessoais capazes de, em alguma medida, exercer uma espécie de blindagem em relação a esse mal, devido à infinidade de comportamentos financeiros possíveis. Além disso, pude notar que as armadilhas criadas pelo mercado financeiro para apropriar-se do salário (e da subjetividade) dos trabalhadores e, por consequência, endividá-los, não nos permite atribuir a culpa da calamidade financeira unicamente à pessoa endividada. As instituições financeiras têm investido cada vez mais na capacitação de seus empregados visando aprimorar técnicas de venda e de negociação, com o intuito de atingir o maior lucro no menor tempo possível. E isso tem surtido os efeitos desejados, o que se pode notar pelos resultados recordes conquistados pelos bancos a cada ano no Brasil.

Como não deixei de ser psicóloga pelo fato de estar bancária, minha antena para as consequências drásticas do superendividamento na vida dos clientes estava dando sinais o tempo todo, e houve um momento em que ela passou a alertar com mais frequência. A quantidade de clientes em situação de superendividamento começou a elevar-se de forma que me despertou a atenção, sobretudo pelo fato de eu estar lidando com servidores públicos cujos salários eram relativamente elevados. Em alguns atendimentos, de um modo totalmente esdrúxulo e inapropriado, eu acabava oferecendo apoio emocional àqueles que notadamente demonstravam sofrimento psíquico em razão das altas dívidas. Numa clara demonstração de que eu estava no local errado fazendo a coisa certa, os papéis que eu exercia como profissional começaram a se confundir, e chegou ao ponto de alguns clientes passarem a me “visitar” mais vezes que o habitual. As “sessões” de atendimento ficavam cada vez mais longas. Quando isso se tornou frequente, imbuída de algum incômodo pela situação, decidi propor ao banco que desenvolvêssemos uma ação institucional para abordar o endividamento excessivo dos clientes.

Passado algum tempo, o plano foi posto em prática e palestras e cursos de educação financeira começaram a ser oferecidos à clientela. O projeto cresceu e, então, passamos a

desenvolver as ações nos próprios locais de trabalho dos correntistas, visando atingir um número ainda maior de pessoas. Para motivar sua participação, eu me dedicava à dupla tarefa de atraí-los com incentivos e conseguir autorização por parte dos comandos dos órgãos. Os brindes angariados junto às empresas coligadas ao banco para sorteio, como bolsas, garrafas, bonés, agendas, chaveiros, canetas eram objetos cobiçados pelos militares. Os comandantes da corporação quase sempre nos apoiavam quando as ações ocorriam nas próprias unidades, mesmo em horário de expediente.

Além dos encontros coletivos, era parte do meu trabalho realizar acompanhamentos financeiros individuais no atendimento balcão, cujo foco era a mudança de comportamento e o ajuste nas contas. Sempre que possível, as dívidas eram renegociadas com redução dos valores das parcelas mensais, visando dar um fôlego à nova fase. Muitas dessas empreitadas foram bem sucedidas, no entanto, o banco trabalha com metas, e essas ações, de certa forma, batiam de frente com o que era exigido de mim.

Quanto mais eu me envolvia com a temática do superendividamento, mais eu me distanciava das atividades “básicas” de uma agência bancária. Em particular, eu sentia uma forte aversão por uma das tarefas gerenciais, que é telefonar para os clientes para oferecer crédito. Era como se eu estivesse aproveitando da credibilidade que conquistei junto aos mesmos para atuar contra os próprios, pois, como era uma agência de pequeno porte, nós os conhecíamos pelos nomes. Mas não era “só” isso. Eu também me via atuando contra mim mesma, em razão do conflito entre o trabalho e meus valores pessoais. O fato de eu atuar como alguém que instigava o desejo por crédito era algo terrível.

Em determinado momento, um movimento de correntistas superendividados junto ao banco começou a tomar forma e ganhar notoriedade na mídia. O grupo era formado por servidores de diversas áreas da administração pública que recebiam seus proventos pelo banco, cujos salários vinham sendo quase inteiramente retidos para pagamento de dívidas. A

princípio, o que mais me despertou atenção, foram as artimanhas de alguns clientes para prejudicar esse banco, pois parte desse superendividamento era oriundo de má-fé. Apesar de meu posicionamento inicial ter sido de preocupação com o risco de calote à instituição, aos poucos fui também percebendo que esse sistema, no fundo, se retroalimentava, pois o superendividamento dos clientes também era corresponsabilidade da instituição, ou de forma culposa (por meio da manutenção de uma tecnologia frágil o suficiente para permitir a utilização de uma mesma margem consignável para tomar empréstimos em instituições diferentes), ou dolosa (via liberação de crédito com o intuito principal de atingir metas, mesmo tendo ciência de que o cliente terá problemas para pagá-lo no futuro).

Lidar com a temática do superendividamento, cada vez mais, passava a ser foco do meu interesse profissional. Voltando ao cenário das ligações telefônicas para oferta de crédito, diante da impossibilidade de fugir desse incômodo, fragilizei-me emocionalmente, sobretudo após a agência ter instituído uma meta de ligações diárias relacionadas a essa tarefa em específico. Senti-me aprisionada. Como eu mal conseguia cumpri-la, e diante da negativa de me livrar dessa incumbência, minha saúde mental se fragilizou até se esgotarem meus recursos pessoais para lidar com esse incômodo. Os sentimentos de pertencimento à instituição ou de identificação com o trabalho se esvaíram. Nem a segurança financeira, nem a estabilidade de um emprego público, nem os inúmeros benefícios — assistência médica, participação nos lucros e resultados do banco, tíquete-alimentação mensal no valor de uma bolsa de mestrado — compensavam mais tamanho sacrifício.

A situação mais desconfortável ocorreu, no entanto, quando um gestor da corporação militar, da área de saúde, que atuava no mesmo complexo onde a agência está situada, convidou-me para uma conversa, após ter tomado conhecimento sobre minhas iniciativas para combater o superendividamento da tropa. Esse era um tema que muito o preocupava, apesar do tímido sucesso de suas tentativas para conter o problema. Seu relato permitiu que eu me

deparasse com uma situação extremamente grave: tentativas e casos consumados de suicídio estavam ocorrendo, dentre outros aspectos, em razão do endividamento excessivo. Pouco tempo depois, afastei-me do trabalho para cuidar da saúde, a qual, após essa sequência de fatos, ficou em frangalhos. Logo em seguida, rompi o vínculo definitivamente com o banco, pedindo demissão, e ingressei no doutorado.

Há outra experiência profissional que merece ser compartilhada, pois também guarda relação com o tema desta pesquisa. Em 2017, ano de ingresso no doutorado, comecei a atuar como voluntária no Programa de Prevenção e Tratamento do Consumidor Superendividado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), que fazia parte do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC-Super. O “Programa Superendividados”, como ficou comumente conhecido, oferecia atendimento a pessoas superendividadas que voluntariamente buscavam suporte do tribunal para realizar conciliação judicial de suas dívidas junto aos credores, evitando-se, assim, longos processos judiciais para tentar solucionar o problema. Os participantes eram homens e mulheres pertencentes a todas as classes sociais, com rendas, idades e ocupações diversas. Os credores, em sua maioria, eram bancos. Antes da sessão de conciliação judicial, os participantes precisavam passar pelas etapas iniciais do Programa, incluindo uma oficina em grupo, baseada em três pilares: aconselhamento jurídico, educação financeira e atenção psicossocial (eu atuava na parte psicossocial). O encerramento das atividades do programa se deu no ano 2020.

Saber que a experiência acumulada no banco foi útil para ajudar as pessoas que chegavam até as oficinas do CEJUSC-Super, geralmente fragilizadas e desesperançosas, foi revigorante e, de certa forma, serviu como uma espécie de lenitivo em relação ao período mais difícil no banco. O fato de ter encontrado uma equipe que acreditava na capacidade das pessoas de deixarem a situação de superendividamento também foi um ponto alto da experiência. Vários participantes estavam ali somente pelo fato daquela ser uma etapa

obrigatória. Ainda no banco, notei que o *start* para as mudanças no comportamento financeiro dos clientes ocorria quando os mesmos conseguiam vislumbrar-se em um futuro livre das dívidas, e foi justamente o resgate da esperança que estava no centro do meu trabalho no Programa Superendividados.

Como as oficinas seguiam uma espécie de *script* (com temas e sequência de *slides* pré-definidos para cada facilitador), eu precisava incorporar, entre um e outro tema, a explicação sobre aspectos externos que podem ter incentivado à alta aquisição de dívidas. Meu intuito era fazer com que os mesmos compreendessem que a responsabilidade pelo superendividamento não era exclusivamente deles, mas sim, se relacionava a uma série de fatores. Isso não era exatamente a essência do programa, mas surtia grande efeito na construção de uma relação de confiança que os motivaria a enfrentar o problema de cabeça erguida. Era comum que durante as intervenções fossem apresentadas informações sobre as taxas de juros praticadas pelo Brasil em comparação com o mundo. No quadro, simulava valores de empréstimos com diferentes prazos e taxas de juros, feitos a partir de um mesmo valor de margem consignável, para mostrar as falácias sobre as “vantagens” de se liberar um crédito para pagamento a perder de vista.

Tampouco faltaram exemplos sobre as artimanhas da indústria do *marketing* e de outros temas afins, como o poder da mídia e a influência nas redes sociais. Apontava, até mesmo, para o desenvolvimento de uma área na própria psicologia para estimular o consumo e fidelizar clientes a uma determinada marca. Abordar essas questões fazia com que os participantes se identificassem com o discurso central, antes focado na capacidade pessoal de superar problemas, apesar de todos os percalços impostos pela indústria da dívida. Por mais que, para saírem da situação de aperto financeiro, era necessário mudar hábitos e renegociar dívidas, também era necessário questionar crenças baseadas na ideia de que o consumo traz felicidade.

A ideia de elaborar uma escala de medida também se ampara no desejo de que o problema do superendividamento possa ser evidenciado em comunidades específicas, grupos e populações, tendo em vista a magnitude do problema e nossa vasta população. Ademais, cremos que o rigor acadêmico exigido para um projeto dessa natureza potencialmente agregará valor ao produto final da pesquisa. Aprender a lidar com conhecimentos oriundos da psicométrica foi, talvez, o maior desafio acadêmico da minha trajetória, até o momento.

O objetivo geral desta investigação foi construir e obter evidências de validade de uma medida de superendividamento, bem como identificar preditores da qualidade de vida (QV) a partir de variáveis psicológicas e financeiras. Além disso, espera-se que a escala elaborada para esse fim, munida da cientificidade necessária, possa disponibilizar a gestores, elaboradores de políticas públicas e pesquisadores da área, o acesso a um instrumental que contribua tanto para conter novos casos de superendividamento quanto para reduzir as intercorrências causadas pelo excesso de dívidas que assola milhões de cidadãos no Brasil.

Introdução

E tudo o que é feito pelo homem também pode ser desfeito pelo homem.

Zygmunt Bauman

A sociedade individualizada
(2009, p. 135)

Estudos apontam para o grande número de pessoas endividadas no Brasil (Bertoncello, 2016; Bertran, 2017; Borges, 2018; Bucar, 2017; Catalan, 2017; Hennigen, 2019). Antes de surgirem os primeiros efeitos da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) sobre a economia, a população já vinha apresentando índices crescentes de endividamento. Em novembro de 2021, três em cada quatro famílias brasileiras (75,6%) possuíam dívidas oriundas de cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal e/ou prestação de carro e casa, uma em cada quatro (26,1%) possuía dívidas em atraso e 10,1% não tinham condições de pagá-las num futuro próximo (CNC, 2021).

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC (CNC, 2021) também comparou a situação das famílias com menores rendas em relação àquelas com rendas mais elevadas. Em novembro de 2021, a proporção de famílias endividadas com renda inferior a dez salários mínimos foi de 77,0%, o que representa um expressivo aumento em relação à situação no mesmo mês do ano anterior, que era de 67,9%. As famílias com renda acima de dez salários mínimos alcançaram o maior patamar de endividamento em outubro de 2021: 70,3%, ante 59,3% em novembro de 2020. O endividamento para o grupo de famílias com renda superior a dez salários mínimos vem apontando níveis recordes mensalmente, desde fevereiro de 2021 (CNC, 2021). Esses dados apresentam reflexos do manejo da crise sanitária no Brasil (Corsi, 2021; Paula et al., 2021; Ornelas, 2021).

A inflação corrente elevada, disseminada e persistente tem deteriorado os orçamentos domésticos e reduzido o poder de compra das famílias, em especial as na faixa de menor renda. Como as altas dos juros praticados pelo Comitê de Política Econômica (COPOM) para conter a inflação não têm arrefecido a dinâmica do endividamento, a saída do brasileiro para recompor a renda corroída pela desvalorização monetária tem sido o crédito (CNC, 2021). As perspectivas para melhorar o problema estão longe de serem animadoras. O Brasil passa por uma grave crise econômica, marcada pelo elevado índice de desemprego e a precariedade do mercado de trabalho. O endividamento provoca um impacto extremo na vida das pessoas, principalmente porque afeta a dignidade humana (Teixeira & Soncin, 2015).

Diferentemente de endividamento, que se refere à totalidade de compromissos de crédito assumidos pelo consumidor, superendividamento relaciona-se à dificuldade no pagamento dessas dívidas, a ponto de afetar, de forma relevante e duradoura, seu padrão de vida (BACEN, 2020). Segundo o Instituto de Defesa do Consumidor do Estado de São Paulo (PROCON-SP), em março de 2021 havia no Brasil 42 milhões de pessoas superendividadas, ou pessoas que apresentam relevante dificuldade em pagar suas dívidas, número que se equivale à população da Argentina (Gerbelli & Basílio, 2021). Dada sua abrangência, o superendividamento é um tema que merece atenção por parte da comunidade acadêmica, assim como do poder público.

Segundo a Serasa Experian (2021), a principal causa das dívidas em atraso de brasileiros inadimplentes em agosto de 2021 era o cartão de crédito, representando 29,7% dos consumidores inadimplentes. A segunda principal causa devia-se às chamadas *utilities*, que englobam despesas com luz, água e gás (23,3%), seguidas das despesas no varejo (13,2%). Em razão da crise hídrica por que passa o Brasil, despesas com energia poderão subir 21% em 2022 (Borges, 2021). Caso ocorra, isso poderá agravar a inadimplência de forma direta ou

indireta, tendo em vista que a elevação não se dá apenas na conta de luz, mas também nos preços ao consumidor final, devido ao maior custo de produção para o setor industrial.

A cultura de não economizar é um dos fatores que contribui para o superendividamento. No Brasil, isso pode ser creditado, ao menos em parte, à memória inflacionária da população, que por décadas viu-se impelida a fugir dos efeitos da hiperinflação, devido à espiral inflacionária. Marcada pela lembrança das máquinas de remarcação de preços nos supermercados, a inflação no Brasil alcançou o patamar de 80% ao mês (Scherer et al., 2010). A corrosão financeira devido à desvalorização da moeda foi especialmente sentida entre os anos 1981 e 1994, período que privilegiou a alta concentração de renda por parte de uma elite financeira que se acostumou a acumular riqueza com a correção monetária e ganhos improdutivos (Gomes, 2020).

Mesmo com o controle da hiperinflação ocorrido na década de 1990, não houve no país a implantação de uma política nacional de educação financeira voltada a promover a autossustentabilidade financeira e econômica dos cidadãos, a qual poderia ter sido ofertada concomitantemente às políticas que conduziram à estabilidade da moeda. O que houve foi exatamente o oposto: um estímulo ao consumo por parte das famílias, medida essa que, se por um lado era interessante ao desenvolvimento econômico, por outro, marca o início do período de endividamento dos brasileiros.

Apesar da mudança de regime econômico, a concentração de renda e a desigualdade social seguiam aumentando. Em meados dos anos 2000, foi então lançada uma nova política econômica que mais uma vez amplia, de forma ainda mais expressiva que a primeira, a disponibilidade de crédito à população. Dessa vez, em contrapartida, ela surge acompanhada de um programa de distribuição de renda que ascendeu milhões de brasileiros na pirâmide social, além de ter retirado outros milhões da condição de miséria absoluta (Minadeo, 2012). Entre os anos 2001 e 2006, houve uma massificação do acesso ao crédito no Brasil, marcada

por alguns fatores: a chegada de 50 milhões de novos correntistas pouco acostumados com as regras de mercado; publicidade agressiva por parte dos bancos, e abuso nas práticas para liberação facilitada de crédito (Marques & Cavallazzi, 2006). Novamente, entretanto, a ausência de uma política nacional de educação financeira que privilegiasse o planejamento financeiro contribuiu para a manutenção de comportamentos de consumo inadequados por parte da população (Luz et al., 2019).

O aumento da oferta de crédito aos consumidores nos primeiros 15 anos do século XXI novamente marca o período do crescimento do endividamento da classe trabalhadora no Brasil (Ribeiro, 2018). Em parte, essa inclusão financeira se deu a partir da monetarização das políticas sociais, que passaram a exigir a abertura de uma conta corrente para a efetivação das transferências de renda, como as relacionadas aos benefícios oriundos do Programa Bolsa Família (PBF), o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a Renda Mensal Vitalícia (RMV). Com isso, mercadorias financeiras antes exclusivas a apenas uma parcela da população, como cartão de crédito e crédito pessoal, passaram a estar disponíveis também aos beneficiários das políticas sociais de transferência de renda (Silva, 2012).

Os programas de transferência de renda, em que pese sua relevância para reduzir tensões sociais, aprofundam a financeirização das relações sociais. Apesar de sua inegável importância, esses programas não atacam a estrutura desigual da distribuição de renda, o “núcleo duro do fosso da desigualdade social do país” (Silva, 2009, p. 179), tampouco promove a redistribuição de riqueza. Foi esse modelo político econômico monetarizado que fez com que diversas famílias, mesmo as mais pobres, passassem a ter acesso à conta bancária e ao cartão de crédito, o que incentivou seu endividamento (Mora, 2014). É necessário fazer um contraponto a essa visão.

Por meio do exercício de sua autonomia financeira, e/ou se estivessem suficientemente informados sobre os perigos do crédito desmedido, a oferta de crédito poderia ter se

convertido em uma aliada a essa população, que agora contava com meios para investir em pequenos negócios para ampliar sua renda e passar a não depender das políticas sociais, por exemplo. No entanto, não foi isso o que ocorreu. Destaca-se que o endividamento é algo comum nas sociedades capitalistas, porém, quando afeta as classes sociais menos favorecidas, as famílias deixam de ser atendidas no que tange às suas necessidades básicas, resultando em sua exclusão social (Pereira & Almeida, 2020).

Foi justamente o fato de possuírem renda que tornou essas pessoas vulneráveis em relação ao sistema financeiro, já que se tornaram novos alvos das políticas de expansão de crédito por parte dos bancos, muitas vezes executadas de forma predatória. Os bancos públicos, por serem detentores das carteiras desses clientes, viram nessa uma oportunidade para alavancar a venda de produtos que cabiam no bolso desses consumidores. Assim, não foi somente sua bancarização o que os tornaram endividados, mas sim, seu acesso a linhas de crédito disponibilizadas de forma irresponsável pelos bancos. Considerando-se que, à época, essa população era pouco escolarizada e não possuía grande familiaridade com sistemas de tecnologia e informação, além de nenhuma ou pouca experiência prévia como correntistas, somado à ineficiência de programas públicos de educação financeira, é que essa população tornou-se refém do sistema financeiro, o que privilegiou seu endividamento.

A conjuntura econômica entre os anos 2000 e 2010 era favorável ao crescimento do Brasil como potência econômica, marcada pela valorização das *commodities* agrícolas e minerais no cenário internacional, o que gerou lucros para vários setores empresariais e políticas públicas que permitiram combater a miséria e fomentar o consumo (Ribeiro, 2018). Entretanto, a conjunção entre ausência de programas de educação financeira, estímulo ao consumo e o excesso de crediários mostraram-se dinamites financeiras uma década depois, quando o país mergulhou em uma crise econômica há tempos não sentida.

Os efeitos econômicos que o Brasil sentiu a partir da segunda década do século XXI, marcada, dentre outros, pela desvalorização das *commodities* e seus efeitos sobre as taxas de emprego e a inflação, fizeram com que as parcelas assumidas junto aos bancos e o apelo ao consumo por meio do cartão de crédito, em um país que pratica taxas de juros astronômicas, tenham criado uma nova leva de consumidores superendividados. Em novembro de 2021, a taxa média de juros bancários com recursos livres para pessoas físicas e jurídicas no Brasil atingiu 34,1% ao ano, a maior da série histórica, iniciada em 2019 (Sant’Ana & Racanicci, 2021). A redução drástica na renda dos trabalhadores e o aumento do desemprego devido às mudanças no cenário econômico mundial tornaram milhões de brasileiros desempregados, o que também impactou negativamente nos índices de inadimplência.

Em períodos de depressão econômica, o crédito é um meio para aumentar recursos e proporcionar melhorias e qualidade de vida das famílias, entretanto, é preciso alertar para os perigos do consumo inconsciente (Campara et al., 2016), já que o superendividamento pode ser considerado a outra face da democratização do crédito (Lima, 2014). A demanda pelo crédito pressupõe, antes de tudo, uma oferta. Se, por um lado, o consumo promove cidadania, e cidadania pressupõe o consumo, por outro, a oferta de crédito irresponsável é um dos fatores que comprometem a dignidade humana (Verbicaro, 2017).

O endividamento pode ter causas demográficas, institucionais, financeiras, econômicas, psicológicas e situacionais (Stone & Maury, 2006), como a cultura do consumo na sociedade, a ampliação na oferta de crédito, o achatamento dos salários, a promoção do consumo e do crédito na mídia. A recente inclusão de segmentos populacionais potencialmente mais vulneráveis no mercado financeiro – como idosos, aposentados e população de baixa renda –, também é fator que se associa ao superendividamento no Brasil (Gaglietti & Dorst, 2016). É necessário discutir se pessoas com déficit educacional e modesta experiência com o sistema bancário, pelo fato de supostamente possuírem menos poder de

autodefesa em relação às armadilhas do mercado financeiro, deveriam ser considerados hipervulneráveis e, com isso, passarem a receber tratamento diferenciado por parte dos organismos nacionais de proteção ao consumidor, visando à ampliação de sua proteção em relação ao superendividamento.

Como a lógica de mercado é também aspecto relacionado ao superendividamento, a busca pelo máximo lucro possível que caracteriza a prática de grande parte das instituições financeiras pode ser considerada uma verdadeira agiotagem oficial institucionalizada (Leoncio Jr, 2016). Em 2019, as quatro maiores instituições financeiras de capital aberto no país obtiveram o maior resultado nominal da história, e o terceiro ano consecutivo de alta (Economatica, 2020; Moreira, 2020). Somado a esse fato, está a forte concentração bancária: os cinco maiores conglomerados bancários do país (Itaú, Santander, Bradesco, Banco do Brasil e Caixa) eram responsáveis naquele ano por 83,1% das operações de crédito e por 93,6% dos depósitos totais no país (BACEN, 2019). Tal cenário de baixa concorrência oferece um salvo-conduto para as instituições financeiras manterem as taxas de juros no patamar em que se encontram. A impossibilidade de pagar as dívidas torna uma pessoa superendividada praticamente refém das instituições financeiras, o que compromete sua dignidade. No mesmo sentido, o reencontro da dignidade é fator mobilizante para o direito de recomeçar do consumidor, o que se dá por meio da solução do problema do superendividamento (Carvalho, 2017).

As publicações de órgãos oficiais que tratam do assunto parecem não perceber a gravidade do problema. O Banco Central do Brasil criou uma nova categoria de endividados, denominados endividados de risco, que são as pessoas que possuem volume de dívida maior que sua capacidade de pagamento (BACEN, 2020). Segundo a publicação, endividamento de risco caracteriza-se quando duas entre as quatro seguintes condições são satisfeitas: inadimplência; exposição a três modalidades de crédito concomitantemente;

comprometimento da renda acima de 50%; e renda disponível abaixo da linha de pobreza após o pagamento de dívidas.

A primeira crítica a essa nova denominação está no fato de que estabelecer uma porcentagem global de 50% como parâmetro carece de plausibilidade, tampouco permite tratar com justiça os desiguais. Para exemplificar, um trabalhador cujo soldo seja de um salário mínimo, que possua comprometimento inferior a 50% da renda para o pagamento de dívidas, pode ter dificuldade no cumprimento de suas obrigações financeiras de um modo bastante diferente de um servidor público de alto salário que compromete metade (ou mais) de sua renda mensal (e vitalícia) com o pagamento de dívidas.

Outra crítica sustenta-se no fato de que há mecanismos pelos quais as instituições financeiras podem impedir que um cliente com alto endividamento fique inadimplente. Para exemplificar, aqueles que recebem salários em bancos definidos por seus empregadores, como é comum no caso dos servidores públicos e trabalhadores de grandes empresas, dificilmente entrarão em situação de inadimplência, pois no mesmo momento que os salários “caem na conta”, ocorrem automaticamente os débitos. Sendo assim, há pessoas em situação financeira grave que sequer conseguem inadimplir com os bancos, o que, se ocorresse, lhes facultaria o “privilégio” da renegociação das dívidas, cuja operação geralmente é destinada para correntistas com inadimplência superior a 90 dias. Assim, o número de modalidades de crédito não parece ser um fator preponderante, em especial pelo fato de que, no mundo bancário, nem todos os correntistas fazem jus a linhas de crédito diversificadas, em especial se consideradas as três modalidades diferentes exigidas pelos critérios propostos pelo BACEN (crédito rotativo, cheque especial e crédito pessoal).

É necessário destacar que a renda abaixo da linha da pobreza foi fixada, ao final de 2019, em R\$ 440,00. Ao se considerar que esse valor é superior aos R\$ 413,00 de renda média dos brasileiros mais pobres, torna-se praticamente inconcebível aceitar que todos

aqueles que vivem com uma sobra superior a esse valor inexpressivo possam ser agrupados em torno de uma mesma categoria de consumidores. Segundo os critérios apresentados, somente seriam endividados de risco aqueles cuja renda é minimamente razoável, já que os brasileiros de baixa-renda não possuem credenciais para pertencer aos indicadores sugeridos, o que acaba excluindo do problema justamente a parcela mais desfavorável economicamente da população.

Os perigos do crédito desmedido vieram à tona com o aparecimento de uma grande leva de pessoas superendividadas em todo o mundo, em especial após a crise econômica mundial de 2008 (Schmidt Neto, 2009), cujas consequências escapam às de natureza econômica. As taxas de suicídio na União Europeia aumentaram desde aquele ano em decorrência da alta no desemprego, ocorrida após a zona do euro ter entrado em recessão, principalmente nos países mais afetados pela crise (Quaglio et al., 2013).

Pesquisa realizada para investigar possíveis associações entre empregabilidade e mortalidade, conduzida em 26 países da União Europeia no período de 1990 a 2007 revelou que 1% de aumento na taxa de desemprego gerou um aumento de 0,79% no índice de suicídio em pessoas de até 65 anos de idade, e de iguais 0,79% de aumento nas taxas de homicídio, muito embora tenha havido redução de 1,39% nas taxas de mortes com acidentes de trânsito. Quando o aumento no desemprego era de 3%, o aumento nas taxas de suicídio e mortes por abuso de álcool chegou a 4,45% nessa mesma faixa etária. Também ficou demonstrado que é possível reduzir tais efeitos drásticos sobre a população não ocupada, uma vez que o desenvolvimento de programas voltados ao mercado de trabalho e ao reingresso dos trabalhadores ao emprego pode mitigar efeitos adversos da recessão econômica sobre a saúde. A cada 10 dólares estadunidenses investidos por pessoa em programas voltados ao mercado de trabalho nos países pesquisados, a taxa de suicídio reduziu em 0,038% a cada 1% de aumento no desemprego. Quando esse gasto era maior que 190 dólares por pessoa, o efeito do

desemprego sobre o suicídio foi nulo. Países da Europa ocidental gastaram seis vezes mais em programas dessa natureza de comparados com nações da porção oriental do continente. Como consequência, a população desses últimos ficou mais exposta aos potenciais efeitos negativos do crescimento do desemprego sobre a saúde (Stuckler et al., 2009).

A recessão econômica impõe riscos à saúde, porém, os responsáveis pelo impacto da crise sobre aspectos sociais e da saúde de uma população são a austeridade fiscal, somada a choques econômicos, conjugados a uma fraca rede de proteção social. Nos países europeus, as diferentes decisões políticas diante de crises econômicas provocaram efeitos distintos em termos da saúde pública local. Países como Grécia, Espanha e Portugal adotaram políticas de austeridade fiscal após a crise econômica mundial de 2008 e, como consequência, viram suas economias recuarem e geraram um aumento de pressão sobre o sistema de saúde, inclusive com aumento nas taxas de suicídio e surtos de doenças infecciosas. Já os islandeses, que por voto popular rejeitaram a adoção de medidas de austeridade, a crise financeira parece ter tido pouco ou nenhum efeito sobre a saúde da população (Karanikolos et al., 2013). Do mesmo modo, na Suécia e Dinamarca, muito embora a população tenha sido afetada significativamente pela crise mundial, decidiu-se pela não-adoção de medidas austeras. Ao invés de seguirem instruções impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Central Europeu, incluindo cortes em programas sociais, fundos foram usados para incrementar a rede de proteção social e de saúde. Como consequência, apesar do massivo efeito da recessão e desemprego sobre suas populações, as mesmas foram afetadas pelas políticas de austeridade. Assim, o dia-a-dia, a vida na vizinhança nesses locais, sofreu impactos mínimos, se comparados aos dos países que apostaram na severidade do controle dos gastos públicos diante de crises econômicas de forte efeito (Stuckler & Basu, 2013).

Apesar de se associar estreitamente a aspectos financeiros, econômicos e políticos, o superendividamento preocupa devido à gravidade de suas consequências sobre a saúde mental

das pessoas que se vêem vitimadas por esse grave problema social. Para tratar desse assunto, esta tese está dividida em quatro capítulos. Uma revisão narrativa da literatura sobre superendividamento será apresentada no Capítulo 1. Foram utilizados materiais científicos oriundos de diversas áreas, em especial da psicologia, do direito e da sociologia, tendo, os últimos, especial ênfase na obra de Zygmunt Bauman (1925 - 2017) sobre a temática do consumo. Também serão apresentadas características do mercado de crédito brasileiro e sua relação com o superendividamento no país. Ainda, se discutirá sobre os modos de gestão nas instituições financeiras e a possível associação entre o trabalho bancário com o superendividamento dos correntistas, além de consequências sobre a saúde mental desses trabalhadores. Uma discussão sobre preceitos éticos que enfocam a dignidade do consumidor superendividado, assim como o tratamento jurídico que o país dispensa aos mesmos também serão tópicos abordados no primeiro capítulo.

Parte do conteúdo desse primeiro estudo subsidiou a publicação de um capítulo de livro intitulado “Superendividamento: reflexões e desafios para a psicologia” (Machado & Seidl, 2019). Já a discussão sobre a temática da saúde mental de trabalhadores bancários e sua relação o superendividamento dos consumidores foi aprofundada em artigo publicado com o título “Superendividamento e sofrimento ético no trabalho bancário: um diálogo possível”, (Machado et al., 2020). Outro manuscrito intitulado “Superendividamento: ética nas relações de consumo e a dignidade da pessoa humana”, baseado na literatura publicada na área de bioética, aborda o problema do superendividamento sob a ótica da dignidade humana. Este manuscrito, ora em fase de revisão, terá parte de seu conteúdo abordado no Capítulo 1.

O Capítulo 2 apresentará os resultados de uma revisão de literatura realizada para verificar a existência e conhecer quais instrumentos psicométricos existem na literatura para medir o endividamento, o superendividamento e/ou aspectos sobre a forma como as pessoas se relacionam com dinheiro. Tê-los identificado foi de fundamental importância para a

decisão de construir, para fins desta pesquisa, a Escala de Proteção e Risco de Superendividamento (EPRIS). O Capítulo 2 subsidiou a redação do manuscrito intitulado “Escala sobre endividamento e relação com o dinheiro: revisão de literatura”, já submetido para publicação.

O Capítulo 3 apresenta a pesquisa de construção da EPRIS com os procedimentos voltados ao teste de evidências de sua validade. A elaboração de itens e fatores do instrumento foi, em parte, subsidiada pelos resultados encontrados nos estudos anteriores. Os procedimentos realizados para fins de identificar evidências de validade estão detalhadamente apresentados no capítulo.

O Capítulo 4 apresenta o delineamento do estudo para avaliar os resultados obtidos por meio da aplicação da EPRIS juntamente com outros instrumentos da pesquisa com o objetivo de verificar preditores da percepção da qualidade de vida entre as variáveis: fatores de risco e proteção ao superendividamento, ocorrência de depressão e ansiedade, estresse financeiro autopercebido, preocupação financeira autopercebida e perfil de consumo. Os instrumentos são escalas psicológicas validadas para a população brasileira para medir variáveis relacionadas à qualidade de vida, à ansiedade e à depressão, além do questionário sociodemográfico e financeiro elaborado para fins do estudo. Ao final do quarto estudo, são apresentados os preditores da qualidade de vida total relativos ao superendividamento, variáveis psicológicas e aspectos ligados ao comportamento financeiro.

Por fim, a tese tem uma seção intitulada Comentários Finais, onde são trazidas considerações finais sobre o processo de elaboração da tese, dificuldades encontradas, limitações do estudo, pontos altos da caminhada, além de sugestão de agenda futura a partir dos achados aqui apresentados. Os dados disponibilizados por esta tese têm, possivelmente, potencial de contribuição para uma melhor compreensão do fenômeno do superendividamento e seus efeitos sobre a população brasileira.

Referências

- Banco Central do Brasil [BACEN]. (2019). *Relatório de Economia Bancária 2019*.
https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/REB_2019.pdf
- Banco Central do Brasil [BACEN]. (2020). *Endividamento de risco no Brasil: conceitos e indicadores*.https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/serie_cidadania/serie_cidadania_financeira_6_endividamento_risco.pdf.
- Bauman, Z. (2009). *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Jorge Zahar Editor.
- Bertoncello, K. R. D. (2015). *Superendividamento do consumidor: mínimo existencial – casos concretos*. Editora Revista dos Tribunais.
- Bertran, M. P. (2017). Superendividamento no Brasil: a nova conjuntura econômica vai sepultar o problema? In A. J. M. Porto, M. S. R. Lukic, P. R. P. Sampaio, P. A. F. Alcântara & R. Nogueira (Eds.), *Superendividamento no Brasil* (pp. 47-66). Juruá.
- Borges, A. (2021). *Conta de luz pode subir 21% em 2022 por causa de rombo da crise hídrica, prevê Aneel*. O Estado de São Paulo.
<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,reajuste-de-21-estimado-para-a-conta-de-luz-em-2022-sera-o-maior-em-7-anos,70003897111>
- Borges, J. P. R. (2018). O superendividamento no Brasil: um estudo sob a ótica da análise econômica do direito. *Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central*, 12(2), 95-109.
<https://revistapgbc.bcb.gov.br/index.php/revista/issue/view/29/A6%20V.12%20-%20N.2>
- Bucar, D. (2017). *Superendividamento: reabilitação patrimonial da pessoa humana*. Saraiva.
- Campara, J. P., Vieira, K. M., & Ceretto, P. S. (2016). Entendendo a atitude ao endividamento: fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas o determinam? *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 15(1), 5-24.
<https://doi.org/10.21529/RECADM.2016002>

- Carvalho, D. F. (2017). Consumo(mismo) e (super)endividamento: (des)encontros entre dignidade e esperança. In C. L. Marques, L. R. Cavallazzi & C. C. Lima (Eds.), *Direitos do consumidor endividado II: vulnerabilidade e inclusão* (pp. 171-202). Revista dos Tribunais.
- Carvalho, M. B. (2010). *A felicidade na agenda da administração e suas relações com conceitos organizacionais*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade FUMEC, Belo Horizonte, MG. https://repositorio.fumec.br/bitstream/handle/123456789/326/marcos_carvalho_mes_adm_2010.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Catalan, M. (2017). Four problems unusually seemed by the judges in Brazilian payroll loans. *International Journal of Humanities and Social Science*, 7(1), 185-191. https://www.academia.edu/31564335/Four_problems_unusually_seemed_by_the_judges_in_Brazilian_payroll_loans
- Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo [CNC] (2021). *Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor (Peic)*. https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2021/11/Analise_PEIC_nov_2021.pdf
- Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo [CNC] (2021b). *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)*. https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2021/11/Analise_Peic_outubro_2021.pdf
- Economática (2020). *Quatro maiores bancos brasileiros distribuem dividendos e JPCs em 2019 equivalentes ao valor de mercado do grupo Natura*. <https://insight.economatica.com/quatro-maiores-bancos-brasileiros-distribuem-dividendos-e-jcps-em-2019-equivalentes-ao-valor-de-mercado-do-grupo-natura-lucros-dos-bancos-tambem-e-recorde-santander-tem-o-melhor-roe-pelo-seg/>

- Gaglietti, M. J., & Dorst, D. Z. (2016). Processo civil de consumo: diálogo com o novo CPC. *Revista de Direito do Consumidor*, 107, 1-12. http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDCons_n.107.17.PDF
- Gerbelli, L. G., & Basílio, P. (2021). *Educação financeira #130: Brasil tem 42 milhões de superendividados; ouça dicas para sair dessa situação*. Podcast G1. <https://g1.globo.com/podcast/educacao-financeira/noticia/2021/03/01/educacao-financeira-130-brasil-tem-42-milhoes-de-superendividados-ouca-dicas-para-sair-dessa-situacao.ghtml>
- Gomes, C. (2020). *Projeto nacional: o dever da esperança*. Leya.
- Go Gupta, S., Davoodi, S., & Alonso-Terme, R. (2002). Does corruption affect income inequality and poverty? *Economics of Governance*, 3, 23-45. <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s101010100039.pdf>
- Hennigen, I. (2019). Endividado, devo: governo da vida pelas finanças. *Forum Linguistic*, 16(3), 3953-3965. <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2019v16n3p3953>
- Karanikolos, M., Mladovsky, P., Cylus, J., Thomson, S., Basu, S., Stuckler, D., Mackenbach, J. P., & McKee, M. (2013). Financial crisis, austerity, and health in Europe. *The Lancet*, 381, 1323-1331. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(13\)60102-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(13)60102-6)
- Leoncio Jr, W. (2016). *Discurso proferido pelo desembargador, segundo vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Waldir Leôncio Júnior, durante a inauguração do Centro de Solução de Conflitos e de Cidadania - CEJUSC, do Programa de Prevenção e Tratamento de Consumidores Superendividados*. <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/discursos/2016/desembargador-waldir-leoncio-junior-inauguracao-do-cejusc-super>

- Lima, C. C. (2014). *O tratamento do superendividamento e o direito de recomeçar dos consumidores*. Revista dos Tribunais.
- Luz, E. J. F., Ayres, M. A. C., & Melo, M. A. S. (2019). Orçamento familiar: uma análise acerca da educação financeira. *Revista Humanidades e Inovação*, 6(12), 206-218. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1071>.
- Machado, A. C. A., & Seidl, E. M. F. (2019). Superendividamento: reflexões e desafios para a psicologia. In C. Antloga, K. T. Brasil, S. R. Lordello, M. Neubern & E. Queiroz (Eds.), *Psicologia e Cultura Contemporânea 4* (pp. 131-147). Technopolitik. http://www.technopolitik.com.br/downloads/files/PsiClin4_07mar20P.pdf
- Machado, A. C. A., Facas, E. P., & Seidl, E. M. (2020). Superendividamento e sofrimento ético de trabalhadores bancários. *Revista Integrativa de em Inovação Tecnológica nas Ciências da Saúde*, 6, 213-229. <https://doi.org/10.46635/revise.v6iFluxo%20Contínuo.1869>
- Marques, C. L., & Cavalazzi, R. L. (2006). *Direitos do consumidor endividado: superendividamento e crédito*. Revista dos Tribunais.
- Minadeo, R. (2012). Análise do Programa Bolsa Família – PBF – à luz da redução da miséria crônica e da superação da crise econômica. In C. F. D. Ávila & E. H. Gonçalves (Orgs.), *Estado, democracia e desenvolvimento no Brasil: estudos interdisciplinares* (pp. 89-114). Juruá.
- Mora, M. (2014). *A Evolução do Crédito no Brasil entre 2003 e 2010*. Texto para discussão 2022. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3537/1/td2022.pdf>
- Moreira T. (2020). *Grandes bancos têm lucro recorde de R\$ 86,4 bi em 2019, maior da história*. Valor Investe. <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda->

- variavel/empresas/noticia/2020/02/13/grandes-bancos-tem-lucro-recorde-de-r-864-bi-em-2019-maior-da-historia.ghtml.
- Pereira, L. M., & Almeida, R. S. (2020). *O superendividamento na vida das trabalhadoras e dos trabalhadores: por um olhar para além do aparente*. Appris.
- Quaglio, G., Karapiperis, T., Woensel, L. V., Arnold, E., & McDaid, D. (2013). Austerity and health in Europe. *Health Policy*, 113, 13-19.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.healthpol.2013.09.005>
- Ribeiro, R. F. (2018). *O endividamento da classe trabalhadora do Brasil nos anos 2000*. (Tese de Doutorado não publicada), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/191512/PGSS0204-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>
- Sant'Ana, J., & Racanicci, J. (2021). *Juro bancário sobe em novembro e atinge 34,1% ao ano, informa Banco Central*. G1 Economia.
<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/12/28/juro-bancario-sobe-em-novembro-e-atinge-341percent-ao-ano-informa-banco-central.ghtml>
- Schmidt Neto, A. P. (2009). Superendividamento do consumidor: conceitos, pressupostos e classificação. *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, 26, 167-184.
<https://www.jfrj.jus.br/sites/default/files/revista-sjrj/arquivo/36-153-1-pb.pdf>
- Serasa Experian (2021). *Mapa da inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil*.
<https://www.serasa.com.br/assets/cms/2021/Mapa-da-Inadimple%CC%82ncia-e-Renegociac%CC%A7a%CC%83o-de-Di%CC%81vidas-no-Brasil-agosto-2021.pdf>
- Silva, G. S. (2009). Capital portador de juros e programas de transferência de renda: monetarização das políticas sociais e contra reforma. *Revista de Políticas Públicas*, 13(2),

173-181.

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/4766/2781>

Silva, G. S. (2012). Transferências de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros. In E. Salvador, E. Behring, I. Boschetti & S. Granemann (Orgs.), *Financeirização, fundo público e política social* (pp. 209-24). Cortez.

Stone, B., & Maury, R. V. (2006). Indicators of personal financial debt using a multi-disciplinary behavioral model. *Journal of Economic Psychology*, 27(4), 543-556. <https://doi.org/10.1016/j.joep.2005.11.002>

Stuckler, D., & Basu, S. (2013). *The body economic: why austerity kills. Recessions, budget battles, and the policies of life and death*. Basic Books.

Stuckler, D., Basu, D., Suhrcke, M., Coutts, A., & McKee, M. (2009). The public health effect of economic crisis and alternative policy responses in Europe: and empirical analysis. *The Lancet*, 25(374), 315-323. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(09\)61124-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(09)61124-7)

Teixeira, R. V. G., & Soncin, J. M. (2015). O endividamento do consumidor brasileiro e a ofensa ao princípio da dignidade humana. *Actio Revista de Estudos Jurídicos*, 1(25), 180-200. <http://www.actiorevista.com.br/index.php/actiorevista/article/viewFile/21/34>

Verbicaro, D. (2017). A construção de um novo modelo de cidadania participativa do consumidor a partir da política nacional das relações de consumo. *Revista de Direito do Consumidor*, 110, 311-339. <https://revistadedireitodoconsumidor.emnuvens.com.br/rdc/article/view/1375>

Capítulo 1

Aspectos Conceituais, Psicossociais e Políticos, a Influência do Mercado de Crédito e a Proposta de uma Nova Conceituação de Superendividamento

(Estudo 1)

*Meu salário
Desvalorizou
Dívidas, juros, dividendos
Credores, credores, credores,
Agora é assim*

*Dívidas
Titãs*

Superendividamento e endividamento não são sinônimos, apesar do primeiro conter o segundo. O superendividamento se instala gradativamente: ele “nunca começa no estágio ‘super’, na escala ‘sobre’, no estratosférico ‘over’” (Gaulia, 2017, p. 51). Endividamento refere-se à situação em que o consumidor fez uma compra e postergou seu pagamento. Caso não pague as parcelas a vencer na data programada, passa-se à situação de inadimplência, razão pela qual o endividamento pode ser entendido como condição necessária ao inadimplemento. Assim, segundo o entendimento mais comum na literatura, toda pessoa que possui parcelas a vencer de compras ou empréstimos é considerada um consumidor endividado (SPC Brasil & CNDL, 2016).

É importante destacar que a cultura do parcelamento é um agravante para o acúmulo de dívidas dos brasileiros (Silva, 2021). Essa característica bastante presente nas relações de consumo no país surge na década de 1950, com a popularização dos crediários (Toledo, 2020). Há uma peculiaridade sobre a forma de conceder acesso aos crediários em tempos atuais: grande parte das lojas de varejo está associada a financeiras, razão pela qual seu lucro não advém apenas da venda de produtos, mas também da venda do financiamento (Carneiro,

2016). Impossível deixar de acreditar que, em razão disso, não haja uma tendência por parte do comércio varejista em estimular o parcelamento.

O risco de desconsiderar as compras parceladas como parte do endividamento é cair na tentação do exagero no consumo a longo prazo, o que pode conduzir ao desastre das finanças pessoais (SPC & CNDL, 2016) e ao superendividamento, quando o consumidor perde a capacidade de arcar com compromissos financeiros previamente assumidos. Ao mesmo tempo, como no país há um grande contingente de pessoas pertencentes às classes sociais menos favorecidas, a cultura do parcelamento pode representar a oportunidade mais acessível que essas pessoas têm para adquirir bens de consumo duráveis ou não-duráveis.

Entende-se por superendividamento a impossibilidade de um devedor pessoa física, leigo e de boa-fé pagar suas dívidas atuais e futuras de consumo em um tempo razoável, considerando sua capacidade atual de rendas e patrimônio (Marques, 2010). Como não há consenso em relação à existência de uma definição universal de superendividamento, a abordagem do problema se dá a partir da utilização de construtos diversos e por meio de diferentes dimensões constitutivas (Carvalho et al., 2017).

Fernandes (2015) trata o superendividamento de forma mais crítica, suavizando a culpa que geralmente recai sobre o devedor pela situação de calamidade financeira em que se encontra. Para a autora, define superendividamento a “impossibilidade do indivíduo de pagar todas suas dívidas de consumo, resultado da expansão desenfreada do fornecimento de crédito, fato que gera um acúmulo de obrigações a serem cumpridas, abalando a estrutura psicológica e familiar do devedor” (Fernandes, 2015, p. 55).

Houve uma tentativa de definir o superendividamento de forma objetiva. O texto do Projeto de Lei n. 3.515/2015 estabelecia que superendividamento seria o comprometimento de mais de 30% da renda líquida mensal do consumidor com o pagamento do conjunto das dívidas pessoais, excluído o financiamento para a aquisição de casa para moradia (Senado

Federal, 2015). O PL foi recentemente aprovado e transformado na Lei Ordinária n. 14.181/2021, cujo texto definitivo alterou a definição de superendividamento para “a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação” (Senado Federal, 2021).

Devido às diferenças nas conceituações de superendividamento presentes na literatura é que se afirma não haver um consenso em torno de sua definição. Entretanto, pode-se argumentar que estabelecer parâmetros meramente quantitativos para classificar uma pessoa como superendividada merece uma ressalva, pois, para que haja uma compreensão mais abrangente sobre o fenômeno, dever-se-ia não apenas quantificar o grau de endividamento, mas também levar em consideração questões subjetivas relacionadas à presença de dívidas.

Em especial, acredita-se ser importante verificar se o pagamento das despesas tornou-se um “fardo pesado”, expressão inspirada no termo *heavy burden* utilizado por Disney et al. (2008). Outro aspecto que pode medir essa dificuldade, e que indiretamente faz menção a consequências do superendividamento sobre a saúde mental, é a presença de estresse especificamente relacionado às finanças. Quando associado ao superendividamento, essa condição psicológica foi denominada estresse financeiro insustentável (Ranyard et al., 2017).

O superendividamento difere do endividamento de risco, que é a tendência que algumas pessoas têm em assumir níveis de endividamento que as conduzirão à situação de inadimplência (Abrantes-Braga & Veludo-de-Oliveira, 2020). Pode também ser entendido como a probabilidade iminente de que o consumidor seja incapaz de cumprir com suas obrigações financeiras (Marron, 2012). O endividamento excessivo é um sintoma do comportamento de endividamento de risco (Abrantes-Braga & Veludo-de-Oliveira, 2020).

As consequências do superendividamento podem assumir contornos graves – algumas vezes trágicos. Considerando a possibilidade de haver um lapso temporal entre o momento em

que são realizadas as intervenções iniciais para sanar o problema até o aparecimento de seus efeitos sobre o bem-estar psicológico dessas pessoas, os profissionais que trabalham na área devem estar atentos às características pessoais que porventura indiquem a necessidade de encaminhamento e acompanhamento profissional, visando à proteção da sua integridade física e psicológica. A depender da gravidade dessas manifestações, pode, até mesmo, ser necessário que as ações voltadas à proteção da saúde mental das pessoas em situação de superendividamento exerçam prioridade em detrimento dos demais procedimentos de natureza técnica, como a análise financeira e a reflexão e planejamento em torno de um novo padrão de consumo, fases que geralmente marcam o início do atendimento a essa população.

Acredita-se que, para que as ações de proteção ao problema possam ser ainda mais estimuladas, é necessário que se faça uma melhor distinção conceitual entre as nomenclaturas que circundam essa temática, como, por exemplo: “comprometimento financeiro”, “endividamento”, “endividamento excessivo” e “superendividamento”, razão pela qual esta investigação arrisca sugerir um novo uso para tais terminologias.

Primeiramente, há que se distinguir presença de comprometimento financeiro de endividamento, pois aqueles que honram em dia suas obrigações financeiras geralmente não se definem como sendo pessoas endividadas. O uso do termo “endividado” para referir-se a consumidores que possuem contas a vencer, mas que estão adimplentes e pagam seus compromissos financeiros sem dificuldade, pode lhes causar estranheza e, até mesmo, vir a influenciar negativamente sua participação em ações de prevenção ao superendividamento.

Se as despesas mensais com tarifas, tributos, cartão de crédito, prestações, parcelas, mensalidades, entre outras, cabem no orçamento da pessoa, sem causar-lhes dano ou dificuldade no pagamento, não parece fazer sentido que a mesma seja considerada endividada, mas sim, alguém que está comprometida financeiramente. Nessa sugestão, a denominação “comprometimento financeiro” também se estende à situação de pessoas que aderiram a

empréstimos bancários, mas que os pagam sem dificuldade, independentemente da porcentagem da renda comprometida para tal finalidade.

Apesar do termo “dívida” significar uma obrigação financeira previamente assumida, o adjetivo “endividado” parece referir-se mais à situação marcada pelo excesso de dívidas do que aquela em que houve a contratação de uma dívida. Tal noção se equivale da definição do verbete endividado em dicionários eletrônicos brasileiros: no Aulete digital, endividado é definido como alguém “cheio de dívidas”; já para o dicionário Michaelis *on-line*, refere-se àquele “que tem muitos débitos”; e, segundo o dicionário Informal, trata-se da pessoa “que adquiriu muitas dívidas”.

A mudança sugerida no uso dessas nomenclaturas destina o uso do termo “endividamento” para descrever situações nas quais uma das duas condições a seguir necessariamente esteja presente: presença de dívidas em atraso e/ou dificuldade no pagamento de despesas previamente assumidas. O termo “dificuldade” no pagamento foi utilizado tendo em vista que pode haver casos de consumidores os quais, apesar de adimplentes, vivem em situação de grave dificuldade financeira, razão pela qual, mesmo não tendo atrasado o pagamento de conta alguma, merecem ser consideradas endividados. Essa é a situação de muitos servidores públicos, que apenas pagam suas dívidas bancárias em dia pelo fato de não terem a opção de postergá-las, tendo em vista que o desconto ocorre na fonte pagadora, antes mesmo da disponibilização do crédito ao trabalhador.

Outro aspecto a ser considerado refere-se à distinção no uso das terminologias “endividamento” e “superendividamento”. Além da recomendação de um novo uso para tais acepções, se está também sugerindo a inclusão de uma terminologia intermediária, que denote uma situação agravada de endividamento: “endividamento excessivo”. O endividamento excessivo se assemelharia ao endividamento em termos estruturais – atraso ou dificuldade em pagar as dívidas – mas dele se diferiria em razão de um aspecto objetivo, a porcentagem da

renda comprometida com o pagamento de dívidas. Tanto no meio bancário, como em instrumentos jurídicos sobre a temática do superendividamento, o comprometimento de 30% é um fator importante a ser considerado, razão pela qual se está propondo destripar as situações de endividamento em duas, segundo a magnitude do comprometimento financeiro mensal. As expressões “endividamento” e “endividamento excessivo” seriam utilizadas para destacar que o último possui características similares ao primeiro, com o diferencial de que o comprometimento financeiro nesses casos é superior a 30%. Reitera-se que, em ambos os casos, segundo as novas nomenclaturas sugeridas, não se nota presença de estresse financeiro capaz de comprometer a saúde mental ou ameaçar a integridade física do devedor.

Outras considerações a esse respeito merecem ser realizadas. Na prática, não é possível sustentar que ultrapassar o limite de comprometimento financeiro mensal de 30% do valor da renda é um aspecto que agrava substancialmente grau de endividamento de uma pessoa. Para detentores de altas rendas, em especial se as mesmas se originarem de fontes seguras (como novamente é o caso dos servidores públicos), esse limite pode ser questionável, assim como para pessoas que, mesmo não possuindo rendas elevadas, acostumaram-se a um estilo de vida não-materialista, marcado por gastos limitados a despesas essenciais ao que consideram ser indispensável a uma vida digna. Entretanto, considerando o anteriormente exposto e, principalmente, em virtude de documentos oficiais que tratam da matéria fazerem menção à determinação dos 30% de comprometimento como variável relevante, esse será um aspecto a ser considerado para distinguir endividamento e endividamento excessivo.

O superendividamento, por sua vez, ao invés de ser definido como a impossibilidade de pagar dívidas, definir-se-ia pela situação de endividamento acrescido à presença de estresse financeiro. Assim, a sugestão é de que, independentemente da porcentagem da renda que é comprometida para pagamento de dívidas, se a pessoa endividada manifestar estresse financeiro, ela viria a ser considerada superendividada. Tal conceituação visa fornecer aos

aspectos psicológicos uma importância maior quando se trata de problemas relacionados às questões financeiras.

Serão fornecidos exemplos de situações nas quais cada uma das terminologias poderia ser utilizada tendo como referência as novas conceituações sugeridas: (1) se uma pessoa possui contas ou prestações de empréstimos que são pagos sem dificuldade, ela está comprometida financeiramente; (2) se uma pessoa possui dívidas em atraso ou dificuldade para pagá-las, porém, não há presença de estresse financeiro, e seu comprometimento mensal é inferior a 30% da renda, ela é considerada endividada; (3) se o atraso ou dificuldade no pagamento das despesas é associado a um comprometimento mensal superior a 30%, mas ainda há ausência de estresse financeiro, a pessoa é considerada como estando em situação de endividamento excessivo; e (4) se a pessoa encontra-se sob endividamento ou endividamento excessivo e está se sentindo estressada financeiramente, ela é considerada superendividada.

Cabe ressaltar que, nas acepções anteriormente descritas, quando se fala em presença de estresse, se está referindo àquele associado às dívidas. Assim, se alguém momentaneamente não tem condições de pagar dívidas em atraso, possui comprometimento superior a 30%, mas não sofre consequências psicológicas devido a este fato, a pessoa não seria considerada superendividada. Esse é o caso de consumidores de má-fé, que geralmente desenvolvem estratégias bem-sucedidas para se esquivarem das cobranças e aguardam pacientemente até que as dívidas prescrevam e possam limpar o nome sujo. Ainda que se espere que esses sejam casos menos presentes, percebe-se importante fazer essa distinção para associar a noção de superendividamento a um componente relacionado ao dano psicológico. Cabe destacar que na nova lei que trata do superendividamento, esse também é um aspecto relevante, uma vez que a possibilidade de repactuação de dívidas é assegurada exclusivamente em casos onde não se constatou má-fé por parte do consumidor superendividado (Senado Federal, 2021).

Os termos “adimplência” e “inadimplência”, por sua vez, seriam utilizados tão somente para apontar a existência ou a inexistência de dívidas em atraso, o que, segundo se está aqui argumentando, não é mais relevante do que identificar a presença de estresse financeiro. Apesar do fato de que as parcelas a vencer de uma compra já serem uma espécie de dívida (CNDL & SPC Brasil, 2016), não parece razoável considerar que obrigações financeiras pagas sem dificuldade permitam adjetivar o consumidor que as assumiu como sendo endividado, como já mencionado. O que se está privilegiando neste estudo é a possibilidade de reconhecer situações nas quais as dívidas representam um risco à saúde mental das pessoas, independentemente se o pagamento está em dia ou atrasado, em que pese o fato da inadimplência e a adimplência serem fatores associados ao “nome sujo”.

Um exemplo de situação prática pode ajudar nessa reflexão. Considerando que um consumidor compreenda que “dinheiro parado na conta corrente” gera perdas financeiras (ocasionadas pela inflação) e que, ao investir seu dinheiro por um tempo, perceberá ganhos financeiros (provenientes do pagamento de juros), parece incoerente considerar que esse investidor que parcelou uma compra, principalmente se não havia desconto para pagamento à vista, seja considerado endividado, em especial considerando-se que essa decisão ocorreu justamente visando garantir o maior lucro possível.

Defende-se, portanto e em suma, que o termo consumidor endividado seja utilizado apenas nos casos onde haja atraso e/ou dificuldade no pagamento das despesas. No caso antes descrito, o consumidor seria apenas alguém comprometido financeiramente.

A Tabela 1 resume as distinções que estão sendo propostas para conceituar as terminologias comprometimento financeiro, endividamento, endividamento excessivo e superendividamento.

Tabela 1

Terminologias Relacionadas ao Nível de Endividamento

Nomenclatura	Contas a pagar	Atraso ou dificuldade em pagar as contas	Comprometimento maior que 30%	Estresse financeiro autopercebido
Comprometimento financeiro	Sim	Não	Não/Sim	Não
Endividamento	Sim	Sim	Não	Não
Endividamento Excessivo	Sim	Sim	Sim	Não
Superendividamento	Sim	Sim	Não/Sim	Sim

Nota. Elaborado pela autora

Cabe realizar uma ressalva em relação ao uso da primeira coluna da tabela, relativa à presença de contas a pagar. Essa variável, apesar de estar presente como condição em todas as nomenclaturas, não foi excluída das definições propositalmente, para desconsiderar pessoas que não possuem comprometimento financeiro, pelo fato de não serem responsáveis por suas despesas. Essas pessoas seriam aquelas que dependem integralmente da renda de terceiros para sobreviver, como pode ser o caso de alguns estudantes ou de membros de uma família que possua pouco ou nenhum recurso financeiro e que, por isso, não é passível de assumir compromissos financeiros de natureza alguma.

As situações de endividamento não indicam a necessidade de intervir com foco na preservação da integridade da pessoa, tendo em vista a aparente ausência de risco eminente de degradação da saúde mental ou risco à vida, muito embora seja importante envidar esforços para mitigar a dívida e prevenir o aparecimento de sintomas psíquicos a ela associados. O foco da intervenção em relação a essas pessoas teria, portanto, uma inclinação prioritariamente financeira, em detrimento de outras mais centradas na pessoa. Já as intervenções nos casos de superendividamento necessariamente incluiriam atenção psicológica.

Se utilizada a distinção conceitual sugerida, possivelmente isso demandará a oferta de treinamento especializado aos diferentes profissionais que lidam com esse público, no intuito

de torná-los capazes de lançar um olhar atento sobre a pessoa, para classificá-las adequadamente em uma das quatro situações. Obviamente não se está defendendo que os profissionais de áreas que não sejam da psicologia estejam preparados para realizar um acolhimento psicológico, o que seria uma irresponsabilidade. A ideia é tão somente torná-los aptos a identificar a existência de sofrimento que demandam cuidados, de forma empática e independentemente de sua formação, para que, então, seja possível encaminhá-los para atendimento por profissionais da área da saúde mental. Caso isso se realize de forma eficaz, é possível que sejam evitados suicídios relacionados ao endividamento. Ademais, pode haver também um efeito indireto de intervenções dessa natureza sobre o modo como as pessoas lidam com o dinheiro, uma vez que pessoas com saúde psíquica preservada possivelmente respondem melhor às ações voltadas à educação financeira.

O estresse financeiro também pode estar presente na vida de pessoas que possuem um leve grau de endividamento. Uma única fatura em atraso pode ser causa de sofrimento, ainda que seu valor seja inexpressivo, considerando-se a renda do consumidor. Em algumas situações, o fato de um consumidor ter que esperar até o recebimento do salário para liquidar a dívida pode causar-lhe considerável incômodo, com presença de culpa, sensação de fracasso e/ou vergonha. Entretanto, apesar da presença de mal-estar ser algo sempre a se considerar, em tais situações o enfrentamento poderia ser focalizado no problema, para que a pessoa seja auxiliada a lidar com a situação de forma mais pontual, realista e objetiva, enfatizando mais a questão da prevenção do que o tratamento propriamente dito, uma vez que, provavelmente, a situação de inadimplência não irá perdurar muito e será solucionada de forma descomplicada. Vale ainda ressaltar que, em nenhum caso, a indicação de acompanhamento psicoterapêutico está descartada.

A grande intenção ao associar essas terminologias à presença de estresse financeiro é incentivar medidas que evitem com que pessoas provoquem danos graves ou irreversíveis à

sua vida. Considerando o anteriormente exposto, a nova conceituação de superendividamento proposta sugerida na presente pesquisa, é “condição na qual um consumidor está sob situação de endividamento ou endividamento excessivo da qual decorre estresse financeiro”.

Tipos de Superendividamento

Segundo a literatura, o superendividamento pode ser classificado em passivo ou ativo. No superendividamento passivo, as dívidas foram contraídas em virtude de algo inesperado e adverso no contexto da vida (divórcio, doença, morte do provedor, desemprego etc.), e não em razão de um descontrole financeiro, sendo, portanto, algo involuntário (Fernandes, 2015). O superendividamento ativo, por sua vez, ocorre em razão de má administração do orçamento doméstico (Marques, 2010). No “jargão popular, devedor ativo seria aquele que gasta mais do que ganha” (Consalter citado em Schmidt Neto, 2009, p. 174) ou o consumidor que corroborou para tal situação ocorrer (Bezen & Furlaneto Neto, 2017).

Há, ainda, uma classificação secundária de superendividamento ativo, a qual o subdivide em superendividamento ativo consciente ou superendividamento ativo inconsciente. O diferencial está na ausência ou presença de boa-fé do devedor quando da tomada de crédito: superendividados ativos conscientes são pessoas que agiram com a intenção deliberada de não pagar (Marques, 2010).

A abordagem do fenômeno sob essa ótica requer reflexões que passam por uma perspectiva ética, para além da psicológica ou sociológica. Apesar da importância dessa distinção conceitual, não se deve desprezar que os acidentes da vida – aquelas situações inesperadas e relacionadas ao superendividamento passivo, tais como desemprego, divórcios, morte ou problemas de saúde, são a maior fonte de superendividamento de brasileiros (Viegas, 2016). Quando pertencente às famílias de baixa renda, grande parte das dívidas é ainda originada por fatores socioeconômicos, decorrentes de situação de vulnerabilidade social (Moura et al., 2006).

Situações de emergência em saúde ou catástrofes mundiais, como é o caso das pandemias, também têm o potencial de impactar negativamente a saúde financeira dos cidadãos. A desaceleração econômica trazida pela disseminação do novo coronavírus será sentida por alguns países por um longo período de tempo (Senhoras, 2020). A gravidade dos impactos da Covid-19 ocasionará graves perturbações econômicas e sociais em diversos países (Pedro, 2020). A economia sofrerá uma crise sem precedentes e o Brasil entrará em forte recessão com o agravamento do desemprego e a ausência de renda e de reservas financeiras. Trabalhadores informais e de baixa renda terão dificuldades de sobreviver (Borges et al., 2020). Os impactos da pandemia sobre os indivíduos, sobretudo aqueles que já se encontravam em situação de vulnerabilidade financeira antes da pandemia, demandarão grande atenção por parte de estudiosos de várias áreas, incluindo a psicologia.

Mesmo em se considerando um cenário de não-pandemia, para proteger os cidadãos das consequências do endividamento, é necessário desenvolver ações que tanto mitiguem o problema quanto tratem suas intercorrências, sem desconsiderar os aspectos políticos e históricos a ele relacionados. O conhecimento sobre como uma sociedade chegou à sua situação atual de endividamento pode contribuir para ampliar a compreensão do momento presente. Do ponto de vista histórico, um desses fatores relaciona-se à democratização do acesso ao crédito no Brasil, ocorrido nas últimas décadas, e que fora estimulado, principalmente, a partir da criação de um importante plano econômico, o Plano Real.

Reflexões sobre a Democratização do Acesso ao Crédito no Brasil

A forma como o dinheiro é utilizado pelos brasileiros está ligada à falta do hábito de poupar e à forma como o crédito foi disponibilizado. A primeira relaciona-se, sobretudo, à ausência de renda que permita gerar excedentes. Metade dos brasileiros vive com uma renda inferior a 413 reais mensais, portanto, menos da metade de um salário mínimo (Amorim, 2019; Mendonça, 2019). Apesar de que o Brasil produziu riqueza nos últimos anos, sua

distribuição não foi equitativa, muito ao contrário, concentrou-se nas classes mais elevadas. Os números não deixam dúvidas sobre a gravidade do problema de distribuição de renda no país: os seis brasileiros mais ricos possuem riqueza equivalente ao patrimônio somado dos 100 milhões de brasileiros mais pobres, e os 5% mais ricos do país detêm a mesma riqueza que a soma dos 95% mais pobres (Oxfam Brasil, 2017).

Apesar da baixa renda da população, há fatores associados à cultura de não economizar. A memória inflacionária das pessoas que já eram consumidoras antes de 1994, quando foi instalado o Plano Real e, então, contida a hiperinflação, pode ter relação com o hábito de gastar imediatamente. No passado, consumir prontamente visava fugir de gastos mais elevados no futuro, pois o reajuste de preços ocorria até mesmo diariamente. As mudanças econômicas pelas quais passou o país ainda são muito recentes para que haja surgido uma nova geração de consumidores.

Essa situação corre o risco de retornar em um futuro próximo, tendo em vista o descontrole inflacionário e o empobrecimento da população que hoje no Brasil ocorre como há décadas não se via. A prévia da inflação em agosto de 2021 acelerou para 0,89%, a maior para o mês em 19 anos (Pereira, 2021). No acumulado de 12 meses, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é principal índice de referências de preços ao consumidor, alcançou 10,25% em setembro, chegando ao preocupante patamar de dois dígitos. Para o ano, há previsão de que esse índice alcance 8,51% (Valim, 2021).

As mudanças trazidas pelo Plano Real modificaram de forma considerável o sistema financeiro brasileiro, pois, com a estabilidade da economia, as instituições deixaram de lucrar como antes. Então, para sustentar o nível de atividade econômica e evitar perdas para o setor produtivo, a tática escolhida pelo governo foi estimular a demanda interna, o que foi feito aumentando-se o poder de consumo das famílias, principalmente via ampliação das linhas de

crédito (IDEC, 2008). Sem inflação alta, o hábito de poupar tornou-se uma decisão unicamente intertemporal, já que desfrutar de uma aquisição imediata ou posteriormente tem custos diferentes (Souza & Torralvo, 2008).

No Brasil, a realização imediata de necessidades e desejos foi possível à medida que muitos brasileiros passaram a ter ainda mais acesso a empréstimos, o que ocorreu a partir da primeira década desse século, quando foi desenvolvida uma política de ampliação de crédito como parte de um programa de distribuição de riqueza que ascendeu milhões de brasileiros na pirâmide social. O aumento na oferta de crédito acabou conduzindo a alguns casos de descontrole financeiro, muito embora seja relevante mencionar que essa medida contribuiu para o enfrentamento de importantes mazelas sociais.

Tais mudanças vieram acompanhadas de políticas sociais em diversas áreas e fomentaram a distribuição de renda no país que ocupava o nono lugar no *ranking* de desigualdade social no mundo, segundo dados da Oxfam Brasil (2018). Tal cenário, que fora beneficiado por um panorama internacional favorável ao Brasil, apresentou aos brasileiros das classes D e E condições de vida nunca antes experimentadas. Todavia, como já demonstrado, pelo fato do acesso ao crédito ter sido uma novidade para grande parte dessas pessoas, e porque essa nova realidade não se fez acompanhar de uma política voltada à educação financeira, isso também acabou trazendo consequências inesperadas. Apesar das políticas de ampliação de crédito proverem melhorias à população, as mesmas também estimulam o consumo inconsciente (Campara et al., 2016), razão pela qual o superendividamento pode ser considerado a “outra face da democratização do crédito” (Lima, 2014, p. 25).

O fornecimento de crédito é um incentivo ao consumo e uma das estratégias utilizadas para absorver o aumento da produção e manter o crescimento econômico (Mendonça, 2019). Por um lado, o crédito precisa ser analisado como instrumento necessário ao crescimento da economia de um país e ao acesso a bens e serviços pela população, muitos dos quais

difícilmente seriam adquiridos de outra forma. Por outro, é necessário refletir sobre diferenças que existem entre um aumento do consumo gerado a partir de políticas de ampliação de crédito, a partir de aumento da renda do consumidor (incluindo por meio de políticas sociais de transferência de renda, ou a partir da distribuição das posses e recursos de uma sociedade, a distribuição de riquezas).

Como as riquezas de uma nação são finitas, é difícil imaginar como seria possível garantir o acesso às mesmas por parte de pessoas pertencentes às classes desprivilegiadas socialmente se a riqueza não aumentar e, principalmente, se o acúmulo por parte das classes historicamente privilegiadas se mantém os mesmos ou, até mesmo, crescem ainda mais. Levantamento publicado pelo *World Inequality Database* aponta que o Brasil é a nação do mundo com a maior concentração de renda entre os países democráticos. O 1% de brasileiros mais ricos concentra 28,3% da renda total nacional, percentual que apenas é inferior ao encontrado no absolutista Catar, que é de 29% (Alvaredo et al., 2018).

Os efeitos da crise sanitária sobre a população brasileira possuem vicissitudes que explicitam o fosso da desigualdade. Em plena pandemia, os bilionários da América Latina e do Caribe aumentaram sua fortuna em 48,2 bilhões de dólares americanos entre março e junho de 2020. Desses indivíduos, 42 estão no Brasil, os quais, juntos, acumularam 34 bilhões de dólares no período, com elevação de patrimônio de 123,1 bi para 157,1 bilhões de dólares (Oxfam Brasil, 2020).

Se, acostumada a lançar mão de empréstimos, a necessidade de consumo de uma pessoa cresce em um ritmo mais acelerado que sua real capacidade de adquirir, tomar crédito tornar-se-á imperativo, e não para que se possa investir ou satisfazer necessidades pontuais, mas para dar conta dos gastos correntes. Isso tende a perdurar até que a situação não se sustente ou que as linhas de créditos se tornem indisponíveis. Some-se a isso o fato do Brasil frequentemente aparecer na lista dos países com as taxas de juros bancários mais elevadas do

mundo (Marçal et al., 2020). Diante desse cenário, entrar ou agravar uma situação de superendividamento é apenas uma questão de tempo.

Para não demonizar ou santificar as políticas de ampliação de crédito, reitera-se que, em que pese o fato de que pessoas tornaram-se superendividadas em virtude da oferta de crédito, pode-se argumentar que o superendividamento foi um efeito iatrogênico das políticas sociais de combate à pobreza no Brasil. O termo iatrogenia é aqui utilizado para referir-se à possibilidade de ocorrerem danos involuntariamente quando se intencionava fazer o bem - uma espécie de efeito colateral de uma droga que também cura. Em sua acepção original, iatrogenia refere-se a efeitos que decorrem de intervenções médicas, corretas ou não, justificadas ou não, da qual resultam consequências prejudiciais ao paciente (Canineu et al., 2006).

O crédito ao qual milhões de brasileiros tiveram acesso nas últimas décadas permitiu com que muitas pessoas investissem em pequenos negócios, alguns dos quais garantiram, tempos depois, independência financeira e a sensação de liberdade em relação a um mercado de trabalho explorador. Apesar disso, vale ressaltar que o direcionamento da população para exercerem atividades informais e autônomas, sem garantias trabalhistas, também se relaciona ao empobrecimento das famílias e à carência de empregos formais. Com aumento do fenômeno conhecido por “uberização” da economia, somado à recente aprovação de reformas governamentais que retiraram direitos dos trabalhadores, não se vislumbram expectativas de melhoria nesse cenário no Brasil (Cannas, 2019; Lima & Bridi, 2019; Slee, 2017).

Contribuições de Zygmunt Bauman sobre a Temática do Consumo

Zygmunt Bauman foi um dos principais autores que deram ênfase à temática do consumo em sua obra, talvez pelo fato de ter sido um crítico contumaz do capitalismo, sistema que considera “parasitário” (Bauman, 2010a). No mundo pós-moderno nada é feito para durar. A diversidade, ao invés de desejável, torna-se algo a ser evitado. As coisas, e

também as relações, vêm se tornando cada vez mais individuais, superficiais e descartáveis (Bauman, 1999).

As novas relações de consumo foram especialmente influenciadas pelo surgimento dos cartões de crédito, cujo uso inverte a lógica de consumo de tempos de outrora. Se, antes, era necessário “apertar o cinto, privar-se de certas alegrias, gastar com prudência e frugalidade, colocar o dinheiro economizado na caderneta de poupança e ter esperança, com cuidado e paciência, de conseguir juntar o suficiente para transformar os sonhos em realidade” (Bauman, 2010a, p. 12), hoje se tornou possível “inverter a ordem dos fatores: desfrute agora e pague depois” (Bauman, 2010a, p. 12). Em janeiro de 2020, das famílias endividadas brasileiras, 79,8% possuíam dívidas com cartão de crédito (CNC, 2020).

O consumismo surge quando o consumo assume o papel que, na sociedade de produtores, era exercido pelo trabalho. Em substituição a uma sociedade de produção, existe hoje uma “sociedade de consumidores” (Bauman, 2010a, p. 33), que tenta satisfazer as necessidades humanas de forma nunca antes experimentada (Bauman, 2009). Sobre a ideia de que a vida deve ser aproveitada em sua plenitude, no momento presente, Bauman (2005, p. 59) afirma que “a estratégia de *carpe diem* é uma reação a um mundo esvaziado de valores que finge ser duradouro”. A partir daí, uma contradição se instala: ao mesmo tempo em que se encoraja a escolha por um estilo de vida consumista, a prosperidade da sociedade de consumo só é possível mediante a insatisfação permanente de seus membros. Há uma deliberada depreciação e desvalorização dos produtos de consumo pelo mercado logo após terem sido promovidos a fonte de desejo (Bauman, 2008a). Os desejos não se limitam a fazer parte da vida daqueles que podem consumir, já que até mesmo as pessoas que não podem satisfazê-los, consomem a imagem dos produtos, o que é justamente o objetivo da publicidade (Kehl, 2004).

Para exemplificar a noção de que o consumismo dos tempos atuais não se baseia no acúmulo, mas no descarte de objetos, Bauman (2010a) compara a educação que se tinha no passado com a que existe no presente. O argumento das mães de antigamente para convencer seus filhos sobre a importância da educação hoje perderam o valor. A famosa máxima: “aquilo que você aprendeu ninguém vai poder lhe tirar” (Bauman, 2010a, p. 42), se antes representava uma promessa encorajadora do poder da educação para os filhos, agora representa o contrário: tornou-se uma perspectiva horripilante para os jovens contemporâneos. O conhecimento é muito mais atraente se puder ser usado e jogado fora imediatamente. Ainda segundo o autor, isso também ocorre no universo da tecnologia: novas versões de aparelhos e programas constantemente alimentam a obsolescência e o descarte exagerado. A sociedade de consumo é uma “sociedade do excesso e da extravagância e, portanto, da redundância e do desperdício pródigo” (Bauman (2008a, p. 112).

A sociedade de consumo tem origem na segunda revolução industrial. O rápido crescimento das indústrias levou a um aumento na produção de bens duráveis, que passou a gerar excedentes, por meio da produção em larga escala. Ao final do século XIX, novas tecnologias e matérias-primas (como a energia elétrica, o motor a combustão, o aço e o alumínio) permitiram a produção de bens duráveis, aumentando a oferta e o consumo (Hennigen, 2010).

Seguindo com argumentos no campo educacional formulados por Bauman (2010a), o conhecimento adquirido na universidade em tempos modernos tampouco consegue escapar à premissa de que o efêmero tem mais valor que o duradouro. Segundo o autor, “a ideia de que a educação pode consistir em um ‘produto’ feito para ser apropriado e conservado é desconcertante, e sem dúvida não depõe a favor da educação institucionalizada” (Bauman, 2010a, p. 42). Assim, os que concordam com Bauman podem associar um possível aumento da desconfiança da ciência que se observa nos tempos modernos a questões como essas.

Assimilar conteúdos que não exigem estudo e reflexão, ainda que os mesmos possam facilmente ser jogados fora, tem se tornado atrativo para alguns.

A característica mais proeminente da sociedade de consumidores “é a transformação dos consumidores em mercadorias” (Bauman, 2008b, p. 20). Os consumidores que se recusam a gastar uma quantia que ainda não foi adquirida, ou não tomam empréstimos pelo fato de preferirem acumular primeiro, para somente depois gastar, não são úteis para os emprestadores (Bauman, 2010b). O lucro dos bancos baseia-se justamente na manutenção do consumidor ideal, aquele que nunca paga integralmente suas dívidas (Bauman, 2010a). Para o autor, “assim como o desaparecimento de pessoas descalças representa um problema para a indústria de calçados, o desaparecimento de pessoas não endividadas representa um desastre para a indústria de crédito” (Bauman, 2010a, p. 19).

Em um cenário desregulamentado e privatizado, centrado em preocupações e buscas consumistas, a responsabilidade sumária pelas escolhas é individual. A penúria em que se encontram os consumidores que não conseguem honrar suas obrigações financeiras é constantemente retroalimentada pelo mercado, visto que o sistema os obriga a tomar cada vez mais empréstimos para saldar dívidas anteriores. Tal situação, paradoxalmente, não demonstra uma derrocada do sistema financeiro, mas justamente o contrário: representa um extraordinário sucesso dos bancos (Bauman, 2010a). Apesar dos apelos da sociedade de consumo, dos objetivos do mercado financeiro e das estratégias de *marketing* voltadas para ampliação do consumo, é possível evitar com que as pessoas tornem-se vítimas das armadilhas que incentivam com que se gaste descontroladamente.

Para Lipovetsky (2008), o problema das sociedades de consumo não é propriamente o consumo, mas a exclusão que o mesmo provoca. Algumas características do período industrial sofreram significativas transformações ao longo da história, transformando o modo como os consumidores se comportam. Antigos hábitos sociais, como a lógica da poupança, a

previsibilidade em relação ao futuro e a atenção ao consumo, deram lugar a um novo estilo de vida em que o desejo ganha relevância e, então, uma redução na culpa em gastar (Lipovetsky, 2015).

O apelo do mercado consumidor tenta convencer as pessoas de que o consumo está associado à felicidade, mas tal crença é ilusória. Paradoxalmente, pessoas com ganhos acima da média geralmente tendem a ser mais tensas e a ter menos tempo para usufruir de atividades prazerosas na vida (Kahneman et al., 2006). Os efeitos do consumo exacerbado recaem tanto sobre a vida privada, como também sobre a sociedade (Clayton et al., 2015). Tampouco não se pode deixar de mencionar os impactos sociais e ambientais agravados pela exacerbação do consumo. Segundo Boaventura de Souza Santos, os efeitos da globalização neoliberal devem ser combatidos considerando-se fatores como a exclusão social, a precarização do trabalho, a destruição da biodiversidade, o desemprego, dentre outros (Santos, 2002).

Apesar do comportamento de poupar ser uma atividade complexa, já que envolve fatores sociais, racionais e psicológicos (Lynch Jr., 2011), é possível aos indivíduos aprenderem uma atitude financeira saudável. Abster-se do prazer de consumir imediatamente em função de uma possibilidade de consumo futuro relaciona-se aos campos da educação e do planejamento financeiro (Lynch Jr. et al., 2010). Se as mudanças econômicas pelas quais passou o Brasil tivessem sido acompanhadas de políticas de educação financeira, possivelmente a relação dos brasileiros com o dinheiro seria diferente nos dias de hoje. O déficit de informação e a ausência de programas de educação financeira são aspectos que influenciam o consumo (Lima, 2014). Outro fator que o estimula é a falta de regulação do mercado de crédito no Brasil.

Superendividamento e a Regulação do Mercado de Crédito

Quando se fala em superendividamento, não se pode deixar de mencionar a lógica de mercado. No mundo bancário privilegia-se o alcance de resultados, muitas vezes, sem se

considerar a ética nas relações de consumo. A regulação do mercado financeiro é necessária para conter o aumento do número de famílias endividadas no país. Segundo o IDEC (2021), o número de pessoas inadimplentes já ultrapassa 60 milhões.

No Brasil, a alta concentração bancária é fator que agrava a situação. No final de 2018, os cinco maiores conglomerados bancários (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú-Unibanco, Santander e Bradesco) eram responsáveis por 84,8% do mercado de crédito e 83,8% dos depósitos totais no país (BACEN, 2018). A baixa competição explica o sucesso dos bancos e a concorrência reduzida oferece poucas opções vantajosas aos clientes, situação que vem, aos poucos, se modificando com a entrada das *fintechs* no cenário brasileiro (Feitosa, 2021). Isso se relaciona com outro aspecto que reflete na economia: a desbancarização dos consumidores.

O alijamento do mercado de crédito e a falta de comprovação oficial de renda podem fazer com que vários consumidores não se sintam motivados a movimentar uma conta corrente no Brasil. Segundo dados do Instituto Locomotiva, em agosto de 2019 o Brasil possuía 45 milhões de desbancarizados, os quais, juntos, movimentavam mais de 800 bilhões de reais por ano. Sua página no Facebook divulgou que as pessoas que não possuem conta corrente no Brasil (uma em cada três consumidores) são na maioria: mulheres (59%), negros (69%), jovens de 16 a 24 anos (31%), pertencentes às classes C, D e E (86%) e nordestinos (39%) (Instituto Locomotiva, 2019). Tem-se, portanto, que o Brasil possui um sistema bancário excludente (Andrade, 2019).

O número crescente de trabalhadores informais ou que não possuem renda comprovada (requisito para abertura de crédito junto a um banco tradicional) pode ter aumentado a procura pelas *fintechs* de crédito. Diferentemente dos bancos, essas *startups* não utilizam capital próprio, já que atuam como intermediadoras entre credores e tomadores de empréstimos, o que permite uma redução de custo operacional se comparadas aos bancos. O

atendimento e as operações financeiras ocorrem quase exclusivamente em canais de atendimento eletrônico, o que pode representar uma vantagem, mas também um risco, em especial se o consumidor tiver problemas graves a resolver.

É preciso estar atento aos efeitos dessa migração, já foi recentemente que essas instituições tiveram autorização do BACEN para operar. Espera-se que a entrada dessas empresas no mercado sinalize uma redução nas exorbitantes taxas de juros bancários praticados no Brasil. Não obstante, é necessário que o restrito mercado de crédito brasileiro seja aberto para a entrada de novas empresas para estimular a concorrência e reduzir juros.

As instituições financeiras tradicionais precisaram apertar o cinto nos últimos anos em relação à oferta desenfreada de crédito. Os descontos superiores a 30% do salário, que estão presentes em muitas situações de endividamento excessivo tiveram que ser reavaliados pelas instituições financeiras, pois as ações judiciais impetradas pelos correntistas em relação aos bancos geraram uma jurisprudência em relação às ações semelhantes, já que tais práticas foram consideradas como sendo abusivas (Recurso Especial 1.484.501 – SP, 2015).

Mecanismos de regulação do setor bancário são importantes para impedir tais práticas abusivas. Igualmente relevante seria ampliar a divulgação de conteúdos sobre educação financeira para a população. Disponibilizar informações claras sobre crédito, tornar os consumidores capazes de realizar projeções reais do pagamento da dívida e oferecer conteúdos que esclareçam sobre os mecanismos de funcionamento do mercado financeiro são exemplos de ações que contribuiriam para um despertar de autonomia financeira por parte dos consumidores. A falta de informação específica sobre crédito e a escassez de apoio institucional são fatores que estimulam o superendividamento (Hennigen & Gehlen, 2012).

Considerando que, para existir, o sistema capitalista precisa ser retroalimentado constantemente, e considerando que as práticas das instituições financeiras estimulam o superendividamento, é recomendável tornar os clientes bancários menos vulneráveis aos

interesses das instituições. Deve-se estabelecer uma ampla gama de proteções que impeçam o assujeitamento dos consumidores e promovam o exercício de sua autonomia. As altas taxas de juros bancários e a ausência de regulação jurídica para o setor dificultam a administração do orçamento por parte das famílias, em especial em momentos de crise ou situações inesperadas, induzindo ao endividamento da população (Hubert, 2016).

Há poucos meios pelos quais o consumidor superendividado pode recuperar-se da situação de penúria financeira. Na mais recente campanha eleitoral para a presidência da república brasileira, foi apresentada uma série de propostas visando reduzir o atual endividamento da população, entretanto, a ideia foi recebida com desconfiança. Pelo fato do consumo das famílias ser um dos motores da economia, e tendo em vista sua atual fragilidade, é razoável pensar que, para reativá-la, é necessário combater o superendividamento dos consumidores. Caso essa questão seja desprezada, restarão poucas oportunidades para fazer com que milhões de cidadãos reingressem ao mercado consumidor. Apesar da importância dessa proposta para o país, não se pode deixar de refletir sobre o fato de que o perdão de dívidas pode transmitir uma mensagem de banalização de condutas que conduziram ao descontrole financeiro, como gastanças ou esbanjamentos, o que, inclusive, pode acabar desestimulando pessoas a seguirem realizando sacrifícios pessoais para evitar o superendividamento, apoiados na possibilidade de que seus erros virão a ser perdoados no futuro. O tema é polêmico, precisa ser discutido com grande atenção e sua relevância não merece ser esquecida enquanto perdurarem os preocupantes índices de superendividamento da população brasileira.

Diante do atual cenário, nos casos de superendividamento grave, é praticamente impossível que uma pessoa retome o controle de sua vida financeira, a não ser aguardando o prazo até a prescrição das dívidas. Cabe lembrar, no entanto, que assim como crimes prescritos não deixam de ser crimes, dívidas prescritas não deixam de ser dívidas. De acordo

com o artigo 205 do Código Civil brasileiro (Senado Federal, 2008), apesar de que a maioria das dívidas prescreve em até 10 anos, isso não significa sua extinção, mas sim, que as mesmas não podem mais ser cobradas. Apesar do nome do consumidor ser excluído dos órgãos de proteção ao consumidor, ele poderá encontrar dificuldades na negociação com os credores no futuro, em razão da permanência do registro da dívida no cadastro das instituições. Em outros países, a situação é diferente, a começar pela questão da insolvência civil, como será visto a seguir.

Insolvência Civil

Diferentemente de uma empresa, a legislação brasileira não faculta à pessoa física o direito de decretar-se impossibilitada de quitar suas dívidas. A insolvência civil, ou reabilitação patrimonial da pessoa física, é vista com desprezo social no Brasil (Bucar, 2017). Para alguns, ela representa uma forma de normatização do calote, muito embora essa possa ser a única oportunidade para o cidadão superendividado reestruturar-se financeiramente.

Nos países em que a insolvência civil está regulamentada, os meios mais comuns são a decretação de falência ou pedido de recuperação judicial (concordata). Há, essencialmente, dois tipos de regimes de reabilitação patrimonial de pessoas superendividadas: o primeiro vigora nos Estados Unidos da América (EUA) e é conhecido como modelo *fresh start*, com foco na economia, e o segundo, é o modelo centrado na reeducação do consumidor, mais comum em países europeus, com foco sobre as pessoas (Bucar, 2017).

Nos EUA, o pedido de insolvência civil conduz à arrecadação de todos os bens do consumidor falido (os que são passíveis de penhora) e a pessoa fica impedida legalmente de administrar seus bens num prazo de até cinco anos após a liquidação total das dívidas (Mendonça, 2019). Quando isso ocorre, essas pessoas geralmente se encontram em uma situação financeira desesperadora, cujas principais causas são: perda de emprego e renda, doença, divórcio, gastos com propriedades e excesso de crédito (Sullivan, Warren, &

Westbrook, 2000). Para que se possa decretar falência nos EUA, o cidadão precisa frequentar um curso ministrado por agências de aconselhamento de crédito. A insolvência civil no país inclui o perdão da dívida ou a extinção total das obrigações contratadas, em nome dos interesses do mercado, que para existir necessita de consumidores saudáveis. Isso não é exatamente o que ocorre nos países europeus (Bucar, 2017).

Muitas nações europeias possuem um sistema de tratamento do consumidor superendividado desde a década de 1980, hoje vigente na Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, Portugal e Suécia. O êxito desse sistema muito se deve aos impactos que esses países sofreram devido à crise financeira mundial de 2008. No modelo europeu, a maior preocupação é evitar a exclusão social do devedor, já que, diferentemente do que ocorre nos EUA, é oferecida uma ampla gama de políticas sociais compensatórias, que acabam por sobrecarregar os serviços públicos. Em muitos países do velho continente, as legislações sobre o tema foram criadas após os mesmos terem passado por períodos massivos de desemprego. Diante da não solução da situação, somado a uma política de democratização do crédito e à desregulamentação do mercado financeiro presentes à época, as redes de assistência social sofreram um impacto significativo, já que não havia ferramentas públicas disponíveis para conter seus efeitos lesivos (Bucar, 2017).

No caso europeu, há três tipos de tratamento dispensados ao consumidor superendividado. Escandinávia e Finlândia (grupo nórdico) iniciam o processo de negociação com os devedores se (e apenas se) verificarem presença de boa fé. Após essa etapa, buscam enfaticamente estabelecer uma rodada de negociações entre devedor e credores, de forma que seja estabelecido um plano de pagamento da dívida, ainda que em valor inferior ao que é devido. O pagamento parcial e não a desobrigação total se baseia no fato de que esse sistema busca a todo custo evitar a desobrigação total do consumidor. Alemanha e Áustria (grupo

germânico) não consideram tanto aspectos morais para iniciarem a negociação, mas sim, enfatizam os aspectos econômicos. Nesses países, os critérios para extinção das obrigações por parte dos devedores são severos, e isso ocorre apenas após o cumprimento total do acordo de pagamento. Caso isso seja demonstrado ser algo impossível de ocorrer, após muitos anos pode-se perdoar a dívida. Já França, Bélgica, Luxemburgo, Itália, Portugal e Espanha (grupo romano), apesar de também estabelecerem critérios rigorosos para extinção dos débitos, permitem longos prazos para pagamento, favorecendo com que a negociação obtenha maiores índices de sucesso (Bucar, 2017).

O legislativo brasileiro chegou a apresentar um projeto de lei para regulamentar a insolvência civil. O PL n. 4.857/2019 (Câmara dos Deputados, 2019) tramitava em regime de prioridade no Congresso Nacional até ser declarado prejudicado em 2021, quando da aprovação de uma subemenda relativa ao antes mencionado PL n. 3.515/2015 (Senado Federal, 2015). Como este não importa declaração de insolvência civil em seu conteúdo e, portanto, não considera a possibilidade da pessoa física decretar falência, o que hoje se faculta ao consumidor superendividado é a preservação do mínimo existencial e a possibilidade de pagamento das dívidas por meio de um plano de recuperação adequado à sua realidade.

A Relação entre Trabalho Bancário e Consumo

Medidas de regulação das instituições financeiras devem ser constantemente revisitadas para impedir abusos em duas direções: a primeira, nos seus modos de gestão, e a segunda, visando proteger trabalhadores bancários de violências simbólicas, praticadas em prol do alcance de metas. Quando a ética do lucro é considerada como fim em si mesmo, os trabalhadores são estimulados a empregar todos os meios disponíveis para atingi-lo, ainda que para isso utilizem práticas consideradas desumanas (Santos et al., 2011). Ao vivenciarem tal situação, os trabalhadores são incitados a perseguir os resultados organizacionais, daí, se

instala a lógica do individualismo, sustentada pelos mecanismos de recompensa aos trabalhadores (Dejours & Bègue, 2010).

Ações de treinamento desenvolvidas pelos bancos baseiam-se em técnicas de venda e utilizam conhecimentos oriundos da psicologia econômica e economia comportamental, pois é de interesse do setor entender o que faz com que os clientes consumam. O fim a que se destinam tais conhecimentos passa por um crivo que não é técnico, mas sim, ético: se, por um lado, os conhecimentos oriundos dessas áreas são potencialmente capazes de contribuir para que consumidores não caiam em armadilhas do mercado, por outro, podem ser usadas justamente para estimular com que isso aconteça.

Os bancos utilizam meios coercitivos para fazer com que seus empregados cumpram metas bancárias inexecutáveis (Silva & Navarro, 2012), que estão “além dos limites físicos e psicológicos dos bancários” (Netz & Mendes, 2006), conduzindo a elevados índices de adoecimento do trabalhador (Fortes, 2017). Para atingir as metas, trabalhadores bancários podem experimentar relevante sofrimento psíquico devido ao conflito moral existente entre os seus valores pessoais e aquilo que lhes está sendo requerido praticar em nome do trabalho.

Bancários são impelidos a fazer uso de enganações, mentiras, insinceridades e a vender produtos que não são positivos aos clientes em nome do atingimento de metas (Paparelli, Silva, & Morgado, 2019). São também estimulados a incitar que os clientes tomem decisões que conduzem ao endividamento e, para que isso ocorra, acabam estimulando a necessidade em adquirir produtos comercializados pelo banco (Mattos, 2016). Outras vezes, não menos preocupantes, os trabalhadores passam a se adaptar às exigências imorais que lhes são impostas e a naturalizar o comportamento antiético, visando alcançar os objetivos da instituição financeira. Em casos mais graves, em um movimento psicopatológico, os objetivos organizacionais podem se transformar em seus próprios objetivos de vida.

Além de concordarem com práticas antes consideradas condenáveis, os trabalhadores bancários podem chegar ao ponto de endossar injustiças praticadas contra eles próprios. Bancários podem avaliar como sendo justo o sistema de metas a eles impostas mesmo quando reconhecem dificuldades para cumpri-las (Andrade et al., 2011). Se essa discussão se volta a aspectos morais relacionados aos trabalhadores que disponibilizam crédito aos consumidores, também não se pode deixar de lançar um olhar sobre questões éticas relacionadas à dignidade do consumidor superendividado.

Dignidade e o Tratamento Jurídico dos Consumidores Superendividados

Segundo autores da bioética, o conceito de dignidade humana associa-se às noções de suprema importância, valor fundamental e inviolabilidade da pessoa humana (Andorno, 2010). A dignidade humana é a base dos direitos humanos ou a fonte última de todos os direitos. Os seres humanos têm direitos porque carregam em si um valor intrínseco, os quais independem de qualquer condição para existir (Andorno, 2014). Tais valores são opostos aos instrumentais, já que os últimos podem ser mensurados por meio de outros, não originais e socialmente construídos, como é o caso do dinheiro. Quando um deles é perdido, algo precioso, por si só, também desaparece (Gracia, 2014).

Pelo fato de ser característica comum a toda humanidade, e não apenas deste ou daquele indivíduo, a dignidade, quando ofendida a uma pessoa, também ofende a dignidade humana em geral. Por isso, a violação da dignidade de qualquer pessoa deve ser algo que importe a todos os indivíduos, e não apenas a quem a sofreu diretamente (Sweet & Masciulli, 2011). Ressalta-se, ainda, que mais do que um título honorífico, a dignidade da pessoa humana deve ser um princípio de ação, do qual nenhum ser humano deveria ser excluído (Lepargneur, 2007).

A concepção ontológica de dignidade remonta à noção de igualdade, já que independe de qualquer condição humana para existir, pois o valor de cada pessoa é inalienável e está

fundado em sua própria existência (Oliveira, 2011). Está igualmente associada à autonomia, uma vez que não há valor maior que o dever de tratar o ser humano como um fim em si mesmo (Kottow, 2003).

Dignidade humana é um conceito útil e seu debate é necessário, sobretudo atualmente, quando recrudescem os populismos de ultradireita no mundo, teimando em questionar a noção de ser humano digno (Garrafa & Manchola-Castillo, 2018). A ética sonha com um mundo melhor e pode contribuir para o resgate da dignidade humana e da própria sociedade, apesar do paradigma capitalista ter produzido uma mentalidade insensível e uma inescrupulosa ganância entre os seres humanos (Barchifontaine, 2008). O superendividamento não pode ser considerado um fenômeno exclusivamente econômico, em especial devido aos relevantes impactos que provoca sobre a saúde mental dos devedores.

O modo como as instituições financeiras tratam o consumidor superendividado traz à tona a discussão sobre a autonomia e a liberdade que todos os seres humanos possuem intrinsecamente. Segundo Paulo Freire (2006), o respeito à dignidade e à autonomia de cada um é um imperativo ético e não um favor que se possa ou não conceder uns aos outros. Soma-se a isso o que fora postulado pelo imperativo categórico, de que é impossível coisificar as pessoas, uma vez que não se pode admitir seu uso como meios para atingir outra finalidade (Kant, 2005). Os riscos de assimetria entre fornecedores e consumidores bancários, ampliada pela radicalização do consumo, fazem-se especialmente presentes em situações onde há superendividamento. Ao privar-se da capacidade de consumir, esse sujeito, hipervulnerável em termos de sua capacidade de exercer direitos, também se vê sob o risco de não poder exercer sua dignidade (Carqui, 2016).

Uma das noções jurídicas importantes para contribuir com essa discussão é o mínimo existencial, considerado por Luís Roberto Barroso um núcleo mínimo indispensável de direitos sem os quais nenhuma pessoa é digna de ser considerada gente (Dahiten & Dahiten,

2016). Tal conceito se relaciona à ideia de “patrimônio mínimo personalíssimo”, que trata da proteção de garantias essenciais à sobrevivência das pessoas (Fachin, 2001). O fato do consumidor não possuir condições de arcar com as responsabilidades contratadas não permite sua redução à condição de miserabilidade (Fachin & Pianovski, 2008). É inaceitável postergar ou restringir as necessidades fundamentais da pessoa em nome das dívidas, devendo as mesmas ser proporcionadas, não apenas em seu grau mínimo, mas de forma que se lhes assegure uma vida digna (Geyson, 2016). A própria ideia de mínimo existencial inclui em sua definição a garantia de condições mínimas para uma vida digna (Weber, 2013).

Na legislação brasileira, uma das formas de proteger o consumidor superendividado é remetendo-se ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, o qual estabelece a necessidade de manutenção do “mínimo existencial”, ou o que precisa ser assegurado para manter os meios essenciais à sobrevivência de uma pessoa (Sola, 2014). Diferentemente do que ocorre com empresas, a legislação brasileira não faculta à pessoa física o direito de decretar-se falida. Em países onde isso é permitido, as principais razões que levam as pessoas a requerer falência são: situação financeira desesperadora, perda de emprego e renda, doença, divórcio, gastos com propriedades e/ou excesso de crédito disponível (Sullivan et al., 2000).

A proteção da vida do ser humano passou a ser prioridade em relação a outros deveres, o que se refere não apenas ao “viver pelo viver”, mas ao viver com patamares minimamente dignos, em consonância com o princípio da dignidade humana (Dahiten & Dahiten, 2016). Assim, a dignidade da pessoa humana é um imperativo ético existencial (Fachin & Pianovsky, 2008), sendo o mínimo existencial um conceito dinâmico, variável no tempo e no espaço e passível de concretização (Gosdal, 2006), que diz respeito à proteção da pessoa concreta (Fachin & Fachin, 2012). A relevância de considerar a “pessoa” como um ser personalíssimo (e, portanto, não virtual), foi ressaltada por Meirelles (1998), que denomina que pessoa real é

aquela verdadeiramente humana, vista sob o prisma de sua própria natureza e dignidade, a “pessoa gente”.

A dignidade é considerada uma qualidade intrínseca e indissociável de todo e qualquer ser humano, sendo que não há pessoa sem dignidade e vice-versa, uma vez que a destruição de uma implicaria a também a aniquilação da outra (Sarlet, 2012). A ameaça à dignidade exige medidas de proteção do Estado e suporte na solução do problema, uma vez que esse é um princípio e regra constitucional (Fachin & Pianovsky, 2008). Assim, nos casos de superendividamento, porque há risco da vida tornar-se indigna, a proteção por parte do estado é fundamental.

Contribuições da Psicologia para Enfrentamento do Superendividamento

Os efeitos do superendividamento sobre a saúde incluem perda do sono, sensação de inadequação (Wildman, citado em Ranyard et al., 2017), desesperança, desvalorização, sensação de menos-valia (Butterworth et al. citados em Ranyard et al., 2017), depressão, angústia, suicídio e ansiedade (Turunen & Hiilamo, 2014). Em relação à ansiedade, os sintomas desse tipo especificamente relacionados às questões financeiras recebem a denominação “ansiedade financeira”. Quando está elevada, pessoas nessa situação tendem a evitar informações financeiras e, nas vezes em que isso ocorre, há uma maior demora para processá-las cognitivamente (Shapiro & Burchel citados em Ranyard et al., 2017).

A expressão ansiedade financeira diz respeito à atitude disfuncional de uma pessoa em relação à sua situação financeira (Grable et al., 2015). Para Shapiro e Burchel (2012), ansiedade financeira define-se por uma síndrome psicossocial caracterizada por atitudes prejudiciais nas formas de pensar, lidar e administrar as finanças pessoais de modo eficaz. Pessoas com essa característica têm menos intenção de poupar (Trkulja & Tadic, 2021), o que também pode ser considerado fator de risco para o endividamento. Ainda, indivíduos com alta ansiedade financeira tendem a evitar receber informações financeiras e, nas vezes em que isso

ocorre, há uma maior demora para processá-las cognitivamente. Por serem mais propensas a utilizarem mecanismos de evasão ou evitação do problema (Shapiro & Burchel, 2012), essas pessoas reduzem a possibilidade de um real enfrentamento das reais causas dos problemas financeiros.

Considerando que altos níveis de ansiedade podem conduzir a uma forma de impotência aprendida (Porges, 2011), cujas características incluem uma disposição para evitar tarefas difíceis (Torres et al., 2013), pessoas financeiramente ansiosas tendem a evitar ou rejeitar as causas de seus problemas financeiros, ao invés de enfrentá-las diretamente (Grable et al., 2015). A ansiedade financeira pode apresentar características similares às fobias, uma vez que são marcadas por reações implícitas de uma pessoa aos estímulos financeiros. Sugere-se, portanto, acompanhamento psicoterápico, sendo a terapia cognitivo-comportamental uma forma eficaz de auxiliar pessoas com altos índices de ansiedade financeira (Shapiro & Burchell, 2012).

As estratégias de enfrentamento a esse problema podem ser de dois tipos: focalizadas no problema ou na emoção. Enquanto o primeiro refere-se ao manejo ou modificação do problema desencadeador do estresse, visando controlá-lo, o segundo diz respeito à tentativa de regulação da resposta emocional causada pelo estressor, incluindo afastamento ou negação do problema (Seidl et al., 2001).

Outros aspectos psicológicos evidenciados em pessoas superendividadas são: mal-estar decorrente de insônia; humor deprimido; sentimento de culpa; vergonha; falta de perspectiva de solução do problema; angústia; pânico em relação às cobranças; e raiva pelas restrições e cobranças constrangedoras (Hennigen & Gehlen, 2012). Outras consequências são isolamento, exclusão social, senso de falha pessoal, automutilação e ideação suicida (Fitch et al., 2007).

O superendividamento produz efeitos negativos nas relações familiares (Hennigen & Gehlen, 2012). Por culpa e/ou vergonha, pais superendividados muitas vezes escondem dos filhos a real situação financeira, ao mesmo tempo em que se esforçam para manter artificialmente o padrão de vida de outrora, o que agrava a situação. Pais que possuem problemas financeiros tendem a ser menos responsáveis com a educação e a disciplina de seus filhos, o que eleva o risco desses virem a ser acometidos por problemas de saúde, emocionais e de rendimento escolar. Outra consequência sobre os filhos é uma maior possibilidade dos mesmos virem a fazer uso de álcool e outras drogas no futuro (Lima, 2014).

Segundo pesquisa conduzida pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), a inadimplência também provoca sentimentos e emoções negativas aos devedores. Consumidores inadimplentes alegam que o atraso no pagamento das dívidas aumentou seus níveis de ansiedade (para 63% dos entrevistados), estresse/irritação (58%), tristeza/desânimo (56%), angústia (55%) e vergonha (54%). Os impactos também incluem alterações no sono (43%), no apetite (32%), reflexos no trabalho, como aumento na desatenção e queda na produtividade (29%), desenvolvimento de vícios como uma tentativa de amenizar a ansiedade (28%), e perda (ainda maior) de controle sobre as compras (25%). Em relação aos relacionamentos sociais, 17% afirmam perda de paciência com colegas de trabalho e maior irritação com familiares e/ou amigos, o que se associa a episódios de violência verbal, e em 8% dos casos, a violência por agressões físicas (CNDL/SPC Brasil, 2020).

Fatores exógenos agravam as consequências do endividamento, aumentando ainda mais o estresse psicológico (Gathergood, 2012). As pessoas que passam pelo problema quando já se encontravam vulneráveis do ponto de vista psicológico também tendem a não buscar ajuda de terceiros. Quando afetados por dívidas, pessoas com a saúde psicológica

comprometida são menos propensos a compartilhar o problema se comparados com quem goza de boa saúde psicológica (Fitch et al., 2007).

Pessoas com baixa autoestima são mais propensas a emitirem comportamentos de risco para o superendividamento, como contratar dívidas com taxas de juros elevadas, realizar saques de altos valores em dinheiro e tomar empréstimos de longo prazo (Gathergood, 2011). Dentre as características que reduzem o risco de obtenção de crédito, podem ser mencionadas a presença de crenças negativas sobre o dinheiro, a baixa autoeficácia e menores escores para otimismo (Prado et al., 2016).

Ainda há certa invisibilidade do superendividamento no campo da ciência psicológica, apesar de ser imprescindível a participação de psicólogos em programas que visem combater o problema, já que compete aos mesmos minimizar os sofrimentos e “produzir conhecimentos e intervenções que abram espaço para as pessoas refletirem e, assim, transcenderem as cognições que os engendram” (Hennigen & Gehlen, 2012, p. 297). É preciso estabelecer um rol de políticas públicas que visem auxiliar as pessoas que passam por essa situação, nas quais deve estar prevista a participação de profissionais da psicologia para mitigar os impactos que esses provocam sobre a saúde mental do indivíduo (Gathergood, 2012). Ainda pode-se mencionar como fonte de sofrimento psíquico para esses indivíduos a dimensão moralizante que recai sobre o problema (Hennigen & Borges, 2014).

As consequências também atingem o trabalho, já que o superendividamento está associado à perda de concentração, à diminuição da motivação e à queda na produtividade (Vieira, 2012). O estresse financeiro, por sua vez, induz a um baixo comprometimento organizacional e a níveis elevados de absenteísmo (Kim & Garman, 2003), em especial faltas injustificadas (Souza et al., 2017). Compreender melhor os aspectos individuais relacionados ao endividamento e a forma como se estabelecem as relações de consumo contribui para que ações de prevenção do problema possam ser planejadas.

A interdisciplinaridade é não apenas aqui recomendada, mas requerida, de forma que se amplie a noção sobre esse complexo fenômeno, possibilitando ações cada vez mais eficazes para erradicar os males que o superendividamento vem ocasionando sobre a população brasileira. Tal interdisciplinariedade já havia sido apontada por Hennigen (2010), quando afirmou que o superendividamento merece ser compreendido e enfrentado de forma articulada por diversas disciplinas, como o direito, a psicologia, o serviço social, a educação e a economia.

Diversas áreas da psicologia são convidadas a colaborar para uma maior compreensão e abordagem mais ampla do fenômeno. A psicologia da saúde e a psicologia social podem oferecer relevante contribuição, tendo em vista a proximidade com os temas que emergem das situações de superendividamento, no entanto, os sintomas mais graves que afetam a saúde mental podem demandar intervenções psicoterápicas. Outra relevante contribuição que pode advir da psicologia econômica, assim como temas relacionados ao mal-estar experimentado pelos trabalhadores bancários é passível de intervenção considerando os conhecimentos oriundos da psicologia do trabalho. Tendo em vista a multiplicidade de fatores em torno do tema, esta pesquisa de doutorado poderia caminhar em diferentes direções, mesmo se fossem consideradas “apenas” as contribuições da psicologia, por suas diferentes subáreas. No entanto, a partir do Capítulo 2 são mostrados os passos que levaram à decisão de se elaborar uma medida original para medir o superendividamento dos brasileiros.

Referências

- Abrantes-Braga, F. D. M. A., & Veludo-de-Oliveira, T. (2020). Help me, I can't afford it! Antecedents and consequence of risky indebtedness behaviour. *European Journal of Marketing*, 54(9), 2223-2244. <https://doi.org/10.1108/EJM-06-2019-0455>
- Alvaredo, F., Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., & Zucman, G. (2018). *World inequality report 2018*. The Beklnap Press of Harvard University Press. <https://wir2018.wid.world/files/download/wir2018-full-report-english.pdf>
- Amorim, D. (2019). *Metade dos brasileiros vive com R\$ 413 mensais*. Estado de São Paulo. <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,metade-dos-brasileiros-vive-com-r-413-mensais,70003051718>
- Andorno, R. (2014). Human dignity and human rights. In H. A. M. J. ten Have & B. Gorgin (Eds.), *Handbook of global bioethics* (pp. 45-57). Springer Reference.
- Andorno, R. (2010). A noção paradoxal de dignidade humana. *Bioética*, 7(3), 435-449. https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/509
- Andrade, D. V. P., Queiroz, J. V., Queiroz, F. C. B. P., Vasconcelos, N. V. C., & Silva, A. K. S. (2011). *Metas organizacionais e satisfação no trabalho: um estudo de caso em uma instituição financeira*. In Anais 8º Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Resende – RJ: SEGET. <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/51514615.pdf>
- Andrade, D. V. P., Queiroz, J. V., Queiroz, F. C. B. P., Vasconcelos, N. V. C., & Silva, A. K. S. (2011). *Metas organizacionais e satisfação no trabalho: um estudo de caso em uma instituição financeira*. In Anais 8º Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Resende – RJ: SEGET. <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/51514615.pdf>
- Banco Central do Brasil [BACEN]. (2018). *Relatório de Economia Bancária 2018*. <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>

- Barchifontaine, C. P. (2008). Humanismo y dignidad. In J. C. Tealdi (Dir.), *Diccionario Latinoamericano de Bioética* (pp. 278-280). Universidad Nacional de Colombia.
- Bauman, Z. (1999). *Modernidade e ambivalência*. Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade*. Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Z. (2008a). *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Z. (2008b). *O mal-estar na pós-modernidade*. Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Z. (2009). *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Z. (2010a). *Capitalismo parasitário*. Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Z. (2010b). *Vida a crédito*. Jorge Zahar Editor.
- Bezen, G. C., & Furlaneto Neto, M. (2017). O direito fundamental de proteção ao consumidor em tempos de globalização e o fenômeno do superendividamento. *Quaestio Iuris*, 10(4), 2824-2843. <https://doi.org/10.12957/rqi.2017.25782>
- Borges, B., Duque, D., Veloso, F. A. A., Senna, J. J., Pereira, L. V., Ribeiro, L., Miranda, L., Pires, M. C. C., Balassiano, M. G., Pessôa, S. A., Matos, S. M., Martins, T., & Pinto, V. C. (2020). O maior desafio mundial desde a Segunda Guerra Mundial. In *Boletim Macro* (pp. 2-6). Fundação Getúlio Vargas - Instituto Brasileiro de Economia [FGV-IBRE]. <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/28947>
- Bucar, D. (2017). *Superendividamento: reabilitação patrimonial da pessoa humana*. Saraiva.
- Câmara dos Deputados (2019). Projeto de Lei 4857/2019. *Dispõe sobre plano geral de reorganização e regularização de dívidas de pessoas físicas e jurídicas não empresárias e institui o processo de recomeço econômico-financeiro*. Brasília. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=73AFA5244

59F58677A0DFD7F424E3FA6.proposicoesWebExterno2?codteor=1801909&filename=PL+4857/2019

- Campara, J. P., Vieira, K. M., & Ceretto, P. S. (2016). Entendendo a atitude ao endividamento: fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas o determinam? *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 15(1), 5-24. <http://dx.doi.org/10.21529/RECADM.2016002>
- Canineu, R., Guimarães, H. P., Lopes, R. D., Vandrame, L. S., Fonseca Júnior, M. A., & Lopes, A. C. (2006). Iatrogenia em medicina intensiva. *Revista Brasileira de Terapia Intensiva*, 18(1), 95-98. <https://doi.org/10.1590/S0103-507X2006000100015>
- Cannas, F. (2019). *Uberização do trabalho: a ilusão de não se subordinar*. In Anais 2º Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade & 4ª. Jornada de Produção Científica em Direitos Fundamentais e Estado, Criciúma – SC: UNESC. <http://periodicos.unesc.net/AnaisDirH/article/view/5793/5207>
- Carneiro, A. L. M. (2016). *Comprando dinheiro: perfil de endividados e atribuições causais de consumidores, gerentes e educadores financeiros no uso do crédito*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Brasília, Brasília, DF. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22207/1/2016_AnaLu%c3%adzaMarinhoCarneiro.pdf
- Carqui, V. B. C. (2016). *Princípio do crédito responsável: evitabilidade do superendividamento e promoção da pessoa humana na sociedade de consumo*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18854>.
- Carvalho, H. A., Sousa, F. G. P., & Fuentes, V. L. P. (2017). Representação social do endividamento individual. *Pensamento Contemporâneo em Administração*, 11(1), 100-115. <https://doi.org/10.12712/rpca.v11i1.777>

- Clayton, M., Liñares-Zegarra, J., & Wilson, J. O. (2016). Does debt affect health? Cross country evidence on the debt-health nexus. *Social Science and Medicine*, 130, 51-58. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2015.02.002>
- Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo [CNC] (2020). *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)*. <http://cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-janeiro-1>
- Corsi, F. L. (2021). A América Latina diante da crise desencadeada pela pandemia. *Mundo e Desenvolvimento*, 1(5), 54-75. https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoeDesenvolvimento/article/view/81/74
- Dahinten, A. F., & Dahinten, B. F. (2016). A proteção do consumidor enquanto direito fundamental e direito humano: consolidação da noção de mínimo existencial de consumo. *Revista de Direito do Consumidor [Internet]*, 106, 135-165. <https://revistadedireitodoconsumidor.emnuvens.com.br/rdc/article/view/83>.
- Dejours, C., & Bègue, F. (2010). *Suicídio e trabalho: o que fazer?* Paralelo 15.
- Disney, R, Bridges, S., & Gathergood, J. (2008). *Drives of over-indebtedness*. Report to the Department of Business, Enterprise, and Regulatory Reform. Centre for Policy Evaluation. School of Economics, The University of Nottingham <https://doi.org/10.1.1.514.9586>
- Fachin L. E., & Pianovski, C. E. (2008). A dignidade da pessoa humana no direito contemporâneo: uma contribuição à crítica da raiz dogmática do neopositivismo constitucionalista. *Revista Trimestral de Direito Civil [Internet]*, 35, 101-119. <http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima5/Luiz-Edson-Fachin.pdf>.
- Fachin, L. E. (2001). *Estatuto jurídico do patrimônio mínimo*. Renovar.

- Fachin, L. R., & Fachin, M. G. (2012). Direitos humanos e dignidade à luz do STF; constituição e debate sobre pesquisas com células-tronco embrionárias. In V. T. Costa Filho & T. S. Castro Junior (Coords.), *A modernização do Direito Civil* (pp. 127-156). Nossa Livraria Editora.
- Feitosa, C. M. G. B. (2021). Fintechs: impactos na performance financeira do mercado bancário brasileiro. *Debates em Economia Aplicada*, 5, 6-29.
- Fernandes, D. G. G. (2015). A questão do superendividamento no ordenamento jurídico brasileiro pós Constituição Federal de 1988 e as reformas no CDC. *Pesquisas Jurídicas*, 4(3), 55-72.
- Fitch, C., Chaplin, R., Trend, C., & Collard, S. (2007). Debt and mental health: the role of psychiatrics. *Advances in Psychiatric Treatment*, 13(3), 194-202.
<https://doi.org/10.1192/apt.bp.106.002527>
- Fortes, J. L. S. (2017). *Sufrimento e adoecimento no mundo bancário: estudo com bancários afastados do emprego por motivos de saúde relacionados ao trabalho* (Tese de Doutorado não publicada). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, S.P., Brasil.
<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/17/17139/tde-08062017-084953/pt-br.php>
- Freire, P. (2006). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- Gaglietti, M. J., & Dorst, D. Z. (2016). Processo civil de consumo: diálogo com o novo CPC. *Revista de Direito do Consumidor*, 107, 1-12.
http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDCons_n.107.17.PDF
- Garrafa, V., & Manchola-Castillo, C. (2018). A dignidade é hoje, mais do que nunca, um conceito útil e necessário para a bioética! *Revista Brasileira de Bioética*, 14, 1-3.
<https://doi.org/10.26512/rbb.v14i0.18626>.

- Gathergood, J. (2011). Debt and depression: casual links and social norm effects. *The Economic Journal*, 122, 1094-1114. <https://www.jstor.org/stable/23271804>
- Gathergood, J. (2012). Self-control, financial literacy and consumer over-indebtedness. *Journal of Economic Psychology*, 33, 590-602. <https://doi.org/10.1016/j.joep.2011.11.006>
- Gaulia, C. T. (2017). Superendividamento: um fenômeno social da pós-modernidade: causas invisíveis – soluções judiciais eficazes. In C. L. Marques, R. L. Cavallazzi & C.C. Lima (Eds.), *Direitos do consumidor endividado: vulnerabilidade e inclusão*. Vol. 2 (pp. 45-84). Editora Revista dos Tribunais.
- Geyson, G. (2016). *O superendividamento e o mínimo existencial: uma abordagem garantista*. (Tese de Doutorado não publicada). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/176659>.
- Grable, J. E., Heo, W., & Rabbani, A. (2014). Financial anxiety, psychological arousal, and planning intention. *Journal of Financial Therapy*, 5(2), 1-18. <https://doi.org/10.4148/1944-9771.1083>
- Gracia, D. (2014). History of global bioethics. In H. A. M. J. ten Have & B. Gorgin B (Eds.), *Handbook of global bioethics* (pp. 19-34). Springer Reference.
- Hennigen, I. (2010). Superendividamento dos consumidores: uma abordagem a partir da psicologia social. *Mal-estar e Subjetividade*, 10(4), 1173-1201 http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000400006
- Hennigen, I., & Borges, J. P. (2014). Estigma moral e sofrimento *psi*: problematizando a individualização do superendividamento do consumidor. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(1), 214-238. <https://doi.org/10.12957/epp.2014.10465>
- Hennigen, I., & Gehlen, G. (2012). Com a “vida” no vermelho: psicologia e superendividamento do consumidor. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 7(2), 290-298.

- Hennigen, I., & Gehlen, G. (2012). Com a “vida” no vermelho: psicologia e superendividamento do consumidor. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 7(2), 290-298. https://www.ufsj.edu.br/portal2/repositorio/File/revistalapip/Volume7_n2/Hennigen,_Ines_&_Gehlen,_Gabriela.pdf
- Hubert, S. (2016). *O tonel das Danaides: consumo a crédito, superendividamento e a espoliação dos vulneráveis no Brasil contemporâneo*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/142493>
- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor [IDEC]. (2008). *Superendividamento no Brasil*. Fundação Procon. http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/20100420/Relatorio_Idec_Superendividamento_CI_FINAL.pdf
- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor [IDEC]. (2021). *Cresce número de endividados; saiba organizar as finanças*. <https://idec.org.br/idec-na-imprensa/cresce-numero-de-endividados-saiba-organizar-financas>
- Kahneman, D., Krueger, A. B., Schkade, D., Schwartz, N., & Stone, A. A. (2006). Would you be happier if you were richer? A focusing illusion. *Science*, 312(5782), 1908-1910. <https://doi.org/10.1126/science.1129688>
- Kant, I. (2005). *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. (Trad. P. Quintela). Edições 70.
- Kehl, M. R. (2004). O espetáculo como meio de subjetivação. In E. Bucci & M. R. Kehl (Eds.), *Videologias* (pp. 43-62). Boitempo.
- Kim, J., Garman, E.T., & Sorhaindo, B. (2003). Relationships among credit counseling clients' financial well-being, financial behaviors, financial stressor events, and health. *Financial Counseling and Planning*, 14(1), 75-87. <https://ssrn.com/abstract=2265623>

- Kottow M. (2003). Dignidad y bioética: algunas reflexiones. *Medwave [Internet]*, 3(7).
<https://doi.org/10.5867/medwave.2003.07.2328>.
- Lima, C. C. (2014). *O tratamento do superendividamento e o direito de recomeçar dos consumidores*. Revista dos Tribunais.
- Lima, J. C., & Bridi, M. A. (2019). Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. *Caderno do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia*, 32(86), 325-341.
<https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30561>
- Lipovetsky, G. (2008). Sedução, publicidade e pós-modernidade. In F. M. Martins & J. M. Silva (Eds.), *A genealogia do virtual* (pp. 33-42). Sulina.
- Lipovetsky, G. (2015). *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Trad. Patrícia Xavier. Edições 70.
- Lynch Jr., J. G. (2011). Introduction to the journal of marketing research special interdisciplinary issue on consumer financial decision making. *Journal of Marketing Research*, 48(SPL), Siv-Sviii. <https://doi.org/10.1509/jmkr.48.SPL.Siv>
- Lynch Jr., J. G., Netemeyer, R. G., Spiller, S. A., & Zammit, A. (2010). A generalizable scale of propensity to plan: the long and the short of planning for time and for money. *Journal of Consumer Research*, 37(1), 108-128. <https://doi.org/10.1086/649907>
- Marçal, J. V., Vasconcelos, C. R. F., & Vasconcelos, S. P. (2020). A transmissão da taxa de juros do Brasil sob uma abordagem não-linear. *Nova Economia*, 30(1), 177-201.
<http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/4691>
- Marques, C. L. (2010). Fundamentos científicos da prevenção e tratamento do superendividamento. In C. L. Marques, C. C. Lima & K. Bortoncello (Eds.), *Prevenção e tratamento do superendividamento: caderno de investigações científicas* Vol. 1 (pp. 15-37). Escola Nacional de Defesa do Consumidor/Departamento de Proteção e Defesa do

- Consumidor/Secretaria de Desenvolvimento Econômico. <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/consumidor/Anexos/manual-tratamento-do-super%20endividamento.pdf>
- Marron, D. (2012). Producing over-indebtedness: risk, prudence and consumer vulnerability. *Journal of Cultural Economy*, 5(4), 407-421. <https://doi.org/10.1080/17530350.2012.703144>
- Meirelles, J. M. L. O. (1998). O ser e o ter na codificação civil brasileira: do sujeito virtual à clausura patrimonial. In L. E. Fachin (Coord.), *Repensando fundamentos do Direito Civil brasileiro contemporâneo* (pp. 87-114). Renovar.
- Mendonça, H. (2019). *Viver com 413 reais ao mês, a realidade de metade do Brasil*. El País. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/30/economia/1572454880_959970.html
- Moura, A. G., Aranha, F., Zambaldi, F., & Ponchio, M. C. (2006). *As relações entre materialismo, atitude ao endividamento, vulnerabilidade social e contratação de dívida para consumo: um estudo empírico envolvendo famílias de baixa renda no município de São Paulo*. In II EMA – Encontro de Marketing, São Paulo – SP: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. https://www.academia.edu/2591041/As_rela%C3%A7%C3%B5es_entre_materialismo_atitude_ao_endividamento_vulnerabilidade_social_e_contrata%C3%A7%C3%A3o_de_d%C3%ADvida_para_consumo_um_estudo_emp%C3%ADrico_envolvendo_fam%C3%ADlias_de_baixa_renda_na_munic%C3%ADpio_de_S%C3%A3o_Paulo?email_work_card=thumbnail
- Netz, J. A., & Mendes, J. M. R. (2006). O massacre dos trabalhadores bancários e a ação sindical: sobre jornadas, metas excessivas, pressão, medo, práticas gerenciais autoritárias versus práticas preventivas. *Boletim da Saúde*, 20(1), 25-34. <http://www.boletimdaude.rs.gov.br/conteudo/1352/o-massacre-dos-trabalhadores->

bancarios-e-a-acao-sindical:-sobre-jornadas,-metas-excessivas,-pressao,-medo,-praticas-gerenciais-autoritarias-versus-praticas-preventivas

- Ornelas, E. B. (2021). A teoria keynesiana, o Brasil e a narrativa “economia *versus* saúde” diante da pandemia: como as estratégias e políticas anticíclicas têm sido utilizadas? *Brazilian Journal of Business*, 3(1), 1256-1267. <https://doi.org/10.34140/bjbv3n1-073>
- Oxfam Brasil (2017). *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras*. <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>.
- Oxfam Brasil (2017). *Nós e as desigualdades pesquisa OXFAM Brasil / Datafolha: nós e as desigualdades*. <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/pesquisa-nos-e-as-desigualdades-2017/>
- Oxfam Brasil (2018). *País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras 2018*. <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>
- Oxfam Brasil (2020). *Quem Paga a Conta?: Taxar a riqueza para enfrentar a crise da Covid-19 na América Latina e Caribe*. <https://www.oxfam.org.br/quem-paga-a-conta/>
- Paparelli, R., Almeida, T. B., Silva, D. L. D., & Morgado, L. P. (2019). Adoecimento bancário: construção de estratégias individuais e coletivas para o enfrentamento do desgaste mental relacionado ao trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 44(e21), 1-8. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000015618>
- Paula, L. F., Vaz, C., & Netto, P. L. (2021). Economia brasileira: no caminho do “velho normal”. <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2021/junho/21.06-Caminho-do-velho-normal.pdf>
- Pedro, R. (2020). Notas introdutórias sobre o quadro jurídico europeu de auxílios públicos enquadrador de possíveis medidas de incentivos financeiros às empresas no contexto dos impactos econômico-financeiros causados pelo surto de COVID-19. *Cedis Working Papers*, 2. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3556449>

- Pereira, V. (2021). *Analistas: inflação não está controlada, a culpa não é de governadores*. UOL Economia. <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/26/inflacao-aceleracao-jair-bolsonaro-governadores.htm>
- Porges, S. W. (2011). *The polyvagal theory: Neurophysiological foundations of emotions, attachment, communication, and self-regulation*. W.W. Norton & Company.
- Prado, M. F., Silva, P. R., Silva, D. R., & Ribeiro, K. C. S. (2016). *Psicologia do risco do crédito: análise de fatores comportamentais que influenciam o endividamento de indivíduos*. In Anais do 40º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, Costa do Sauípe, BA: ENANPAD. https://www.researchgate.net/publication/309014399_Psicologia_do_Risco_de_Credito_Analise_de_Fatores_Comportamentais_que_Influenciam_o_Endividamento_dos_Individuos
- Ranyard, R., McHugh, S., & McNair, S. (2017). The psychology of borrowing and over-indebtedness. In R. Ranyard (Ed.), *Economic Psychology* (pp. 222-238). The British Psychology Society and John Wiley & Sons Ltd. <https://doi.org/10.1002/9781118926352.ch14>
- Recurso Especial 1.584.501/SP* (2016). Relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino – Terceira Turma. <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/459842289/recurso-especial-resp-1584498-sp-2015-0094556-6>
- Santos, B. S. (2002). Introdução Geral à Coleção. In B. S. Santos (Org.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa* (pp. 13-17). Civilização Brasileira. <http://hdl.handle.net/10316/80206>
- Santos, M. A. F., Siqueira, M. V. S., & Mendes, A. M. (2011). Sofrimento no trabalho e imaginário organizacional: ideação suicida de trabalhadora bancária. *Psicologia e Sociedade*, 23(2), 359-368. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000200017>

- Sarlet, I. W. (2012). *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. Livraria do Advogado Editora.
- Schmidt Neto, A. P. (2009). Superendividamento do consumidor: conceitos, pressupostos e classificação. *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, 26, 167-184.
<https://www.jfrj.jus.br/sites/default/files/revista-sjrj/arquivo/36-153-1-pb.pdf>
- Seidl, E. M. F., Tróccoli, B. T., & Zannon, C. M. L. C. (2001). Análise fatorial de uma medida de estratégias de enfrentamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17(3), 225-234.
<https://doi.org/10.1590/S0102-37722001000300004>
- Senado Federal (2008). *Código Civil Brasileiro e Legislação Correlata*. 2ª Ed. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70327/C%C3%B3digo%20Civil%2020ed.pdf>
- Senado Federal (2015). *Projeto de Lei n. 3.515 de 04 de novembro de 2015. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e o art. 96 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento*. Brasília.
<https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2052490>
- Senado Federal (2021). *Lei Ordinária n. 14.181, de 1º de julho de 2021. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento*. Brasília.
<https://legis.senado.leg.br/norma/34251655>
- Senhoras, E. M. (2020). Novo coronavírus e seus impactos econômicos no mundo. *Boletim de Conjuntura*, 1(2), 39-42. <http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.3761708>

- Serviço de Proteção ao Crédito [SPC Brasil] & Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas [CNDL] (2016). *O Conceito do Endividamento e as Consequências da Inadimplência*.
https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_educacao_financeira_dividas.pdf
- Shapiro, G. K., & Burchell, B. J. (2012). Measuring financial anxiety. *Journal of Neuroscience, Psychology, and Economics*, 5(2), 92-103.
<https://doi.org/10.1037/a0027647>
- Silva, J. L., & Navarro, V. L. (2012). Organização do trabalho e saúde de trabalhadores bancários. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 20, 2-9.
http://www.scielo.br/pdf/rlae/v20n2/pt_03.pdf.
- Silva, P. B. (2021). *A dívida a partir de significados e padrões de consumo*. (Dissertação de Mestrado Profissional não publicada), Escola Superior e Propaganda e Marketing, São Paulo, SP.
<https://tede2.espm.br/bitstream/tede/581/2/PRISCILLA%20BIDIN%20DA%20SILVA.pdf>
- Slee, T. (2017). *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. Elefante.
- Sola G. C. F. S. (2014). O superendividamento do consumidor e o princípio da dignidade humana. *Aporia [Internet]*, 1(2), 52-63.
<http://www.cescage.com.br/revistas/index.php/aporiajuridica/article/view/11>.
- Souza, A. F., & Torralvo, C. F. (2008). *Aprenda a administrar seu próprio dinheiro: coloque em prática o planejamento financeiro pessoal e viva com mais liberdade*. Editora Saraiva.
- Souza, F. T. G., Eid Júnior, W., & Rochman, R. R. (2017). *Os efeitos do estresse financeiro no trabalho*. PWC, FGV, Quartier Latin.

- Souza, G. S., Rogers, P., & Rogers, D. (2018). *Endividamento, qualidade de vida e saúde mental e física*. In Anais Encontro de Gestão e Negócios – MG: EGEN. <http://www.poncedaher.net.br/egen/sites/default/files/Endividamento%2C%20Qualidade%20de%20Vida%20e%20Sa%C3%BAde%20Mental%20e%20F%C3%ADsica.pdf>
- Sullivan, T. A., Warren, E., & Westbrook, J. (2000). *The fragile middle class: americans in debt*. Yale University Press.
- Toledo, R. A. (2020). *Matemática financeira empreendedora: uma proposta de ensino, desenvolvendo a educação financeira e o empreendedorismo social*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13705>
- Trkulja, I., & Tadic, L. (2021). *Financial anxiety and saving intentions during the Covid-19 crisis: a comparison beteen Sweden and Serbia*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Jönköping International Business School. <http://hj.diva-portal.org/smash/get/diva2:1564006/FULLTEXT01.pdf>
- Turunen, E., & Hiilamo, H. (2014). Health effects of indebtedness: a systematic review. *BMC Public Health*, 14(489), 1-8. <https://doi.org/10.1186/1471-2458-14-489>
- Valim, C. (2021). *Inflação ressurge e compromete retomada; especialistas apontam soluções*. Revista Veja. <https://veja.abril.com.br/economia/por-que-a-inflacao-renasce-no-brasil-especialistas-apontam-solucoes/>
- Viegas, D. P. (2016). A atualização do código do consumidor frente às mazelas do superendividamento: uma análise da PLS 283/2012. *Revista Aporia Jurídica* (on-line), 1, 360-372. <http://www.cescage.com.br/revistas/index.php/aporiajuridica/article/view/56>
- Vieira, E. G. F. (2012). *Qualidade de vida e endividamento: estilos de vida associados ao descontrole financeiro e consequências na vida pessoal e profissional*. (Dissertação de

mestrado não publicada). Universidade FUMEC, Belo Horizonte, MG.

<http://www.fumec.br/revistas/pdma/article/viewFile/4489/2297>

Weber, T. (2013). A ideia de um mínimo existencial de J. Rawls. *Kriterion [Internet]*, 45(127), 197-210. <https://doi.org/10.1590/S0100-512X2013000100011>.

Capítulo 2

Escalas que Tratam da Relação das Pessoas com o Dinheiro:

o Estado da Arte da Literatura

(Estudo 2)

*Eu desejo que você ganhe dinheiro
Pois é preciso viver também
E que você diga a ele, pelo menos uma vez,
Quem é mesmo o dono de quem.*

Amor pra recomeçar
Roberto Frejat

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados de um estudo de revisão de literatura que possui características similares a uma revisão de escopo, realizada no intuito de identificar instrumentos de medida que versam sobre endividamento, superendividamento ou outros aspectos relacionados à forma como as pessoas lidam ou se relacionam com o dinheiro. Tal procedimento foi realizado visando ao alcance de subsídios para a elaboração de um instrumento brasileiro para medida da saúde financeira.

Na revisão de escopo é recomendável combinar uma questão de pesquisa ampla (pouco restrita) com um escopo claramente articulado (Levac et al., 2010). Avalia a quantidade e a qualidade da literatura encontrada, em especial no que se refere ao desenho do estudo e outros recursos principais presentes no material analisado (Grant & Booth, 2009). A revisão de escopo difere da revisão sistemática de literatura em dois aspectos principais. O primeiro é relativo à questão de pesquisa, que na revisão sistemática deve ser bem definida (muito restrita). O segundo refere-se à amplitude de características presentes nos estudos avaliados, uma vez que um estudo de escopo tende a abordar materiais que utilizaram desenhos de estudo diferentes (Arksey & O'Malley, 2005).

Em que pese o fato da análise dos textos utilizados na revisão ter privilegiado aspectos objetivos dos materiais, tais como as qualidades psicométricas das escalas de medida avaliadas e a conceituação de endividamento utilizada (nos estudos que buscavam medir o construto e a relação existente entre essas variáveis), não foi realizada uma análise aprofundada da qualidade da literatura. Realizou-se, ainda, uma segunda análise a respeito da pertinência de se utilizar os fatores presentes nas escalas avaliadas quando da elaboração de escala de medida sobre a saúde financeira, um dos objetivos da presente tese.

Realizar revisão de literatura narrativa sobre aspectos psicológicos relacionados às dívidas foi relevante para balizar o desenvolvimento da presente revisão. Aquela revisão está descrita no Capítulo 1, especificamente no tópico “Contribuições da psicologia para enfrentamento do superendividamento”.

Método

A pergunta de pesquisa originalmente elaborada foi: que instrumentos de medida de endividamento e superendividamento são identificados na literatura? Após a mesma ter sido respondida, outra pergunta também passou a fazer parte deste estudo: quais são os instrumentos de medida presentes na literatura que mensuram aspectos relacionados à forma como as pessoas lidam com dinheiro?

Este estudo foi realizado no mês de junho de 2019, em duas etapas, com o intuito de encontrar artigos científicos revisados por pares que trouxessem escalas de medidas que tratassem da temática em estudo. Ambas as etapas foram realizadas conjuntamente por duas pesquisadoras independentes. Serão apresentadas as etapas e cada uma de suas fases (objetivo, procedimentos, bases de dados consultadas e critérios de inclusão), assim como os resultados alcançados. Ao final, serão fornecidas tabelas contendo as principais características dos instrumentos psicométricos identificados em cada uma das etapas.

Etapa 1

Objetivo

Identificar escalas de medida sobre endividamento ou superendividamento.

Procedimentos

Consulta a bases de dados com a utilização dos termos/operadores booleanos: “superendividamento OR endividamento AND (escala OR validação OR medida)”. As buscas incluíram os respectivos termos em inglês (*over-indebtedness, indebtedness, scale, validation, measure*) e espanhol (*sobreendeudamiento, endeudamiento, escala, validación, medida*). Para garantir que a busca em português não se limitasse a encontrar artigos brasileiros, também foi utilizada a expressão *sobre-endividamento*, que é a forma como o termo superendividamento é utilizado nos demais países de língua oficial portuguesa. Não houve limitação temporal quanto ao ano de publicação dos artigos.

Bases de Dados Consultadas

Biblioteca Virtual de Saúde – Psicologia Brasil (BVS-Psi); *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO); e a base de dados da *American Psychological Association* (APA-Psychnet). A escolha decorreu de sua abrangência e por conter produções nos idiomas de interesse.

Crítérios de inclusão

Foram considerados os seguintes aspectos para seleção dos artigos para análise: (1) artigo versa sobre construção e/ou validação de escala de medida do superendividamento ou endividamento; (2) artigo contendo a escala propriamente dita ou a descrição de seus itens no texto; (3) as escalas apresentadas nos artigos possuíam evidências de validade para populações adultas; e (4) escalas construídas nos idiomas utilizados na busca ou outros passíveis de compreensão por parte das pesquisadoras.

Crítérios de exclusão

(a) indisponibilidade de textos completos; (b) estudos empíricos sobre o tema, mas que não versavam sobre a construção de um instrumento; (c) artigos que tratavam da construção

de instrumentos, mas que não os apresentavam no texto, tampouco seus itens; (d) artigos com evidências de validade para a população infantil; e (e) artigos elaborados em idiomas alheios à compreensão das pesquisadoras (como polonês, por exemplo).

A expectativa inicial era de que apenas essa primeira etapa conduziria a uma quantidade suficiente de escalas que permitisse a realização das análises que se pretendia desenvolver para fins da tese. Porém, como os achados da Etapa 1 foram considerados insuficientes, decidiu-se por proceder a uma segunda busca, dessa vez na base de dados Google Scholar, para verificar a existência de instrumentos que versavam sobre um aspecto mais geral, mas que fosse relacionado ao tema da pesquisa, que é a forma como as pessoas lidam com o dinheiro.

Etapa 2

Objetivo

Identificar escalas que medem aspectos da relação das pessoas com o dinheiro.

Procedimentos

Consulta a uma base de dados abrangente por meio da utilização dos termos “dinheiro” AND “escala” e suas respectivas traduções para o inglês (“*money*”, “*scale*”) e espanhol (“*dinero*”). Para a busca, os descritores poderiam aparecer em qualquer local do texto e os artigos poderiam ter sido publicados em qualquer idioma, bem como em qualquer período de tempo. Foram avaliados os 100 primeiros materiais que apareceram nas listas disponibilizadas em cada uma das três buscas realizadas (uma em cada idioma e, portanto, 300 no total).

Base de Dados Consultada

Google Acadêmico

Critérios de Inclusão

(a) artigo sobre construção e/ou validação de escala cuja temática tratasse da relação das pessoas com o dinheiro; (b) artigo que contivesse a escala propriamente dita ou seus itens especificados no texto; (c) escalas que possuem evidências de validade para populações adultas; e (d) escalas construídas nos idiomas utilizados na busca da etapa 1.

Crítérios de Exclusão

Os mesmos da Etapa 1.

Resultados

A busca na base BVS-Psi foi realizada em três idiomas e indicou cinco textos em língua portuguesa, 39 em língua inglesa e cinco em língua espanhola, sendo que apenas dois atenderam aos critérios de inclusão (Chiguay et al., 2016; Coria et al., 2012). Ambos apareceram duplamente, já que estavam entre os textos listados em inglês e, também, em espanhol. Nenhum dos cinco artigos encontrados em português atendeu aos critérios de inclusão.

A consulta à base SciELO foi realizada utilizando-se os mesmos idiomas e após crivo dos critérios de inclusão, permitiu a seleção de três artigos (Chiguay et al., 2016; Coria et al., 2012; Trindade et al., 2012). Pelo fato de que os dois primeiros eram os mesmos que já haviam sido encontrados na consulta à base BVS-Psi, essa busca trouxe apenas um novo artigo ao banco de dados. Esse novo texto (Trindade et al., 2012) apareceu dentre os 14 gerados pela busca em português. Antes de se aplicar os critérios de inclusão e exclusão, o total de textos listados em inglês e espanhol foi de 17 e 10, respectivamente.

A busca na base APA Psychnet (permite apenas consultas em língua inglesa), gerou dois artigos, porém nenhum atendeu aos critérios de inclusão. Portanto, no total, as buscas relativas à Etapa 1 permitiram a seleção de três artigos, sendo dois chilenos (Chiguay et al., 2016; Coria et al., 2012) e um brasileiro (Trindade et al., 2012).

As três escalas de que tratavam os artigos possuem evidências de validade para populações específicas. Uma delas foi desenvolvida junto a mulheres de uma mesorregião do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil (Trindade et al., 2012) e as outras duas junto a estudantes universitários do sul do Chile (Chiguay et al., 2016; Coria et al., 2012).

A Etapa 2 acessou dez escalas: *Money Attitude Scale* (Yamauchi & Templer, 1982); *Money Beliefs and Behaviour Scale* (Furnham, 1984); *Values Oriented Materialism Scale* (Richins & Dawson, 1992); *Money Ethic Scale* (Tang, 1992); *Short Money Ethic Scale* (Tang, 1995); *Consumer Locus of Control Scale* (Busseri et al., 1998); Escala do significado do dinheiro (Moreira & Tamayo, 1999); *Love of Money Scale* (Tang & Chiu, 2003); *Klontz Money Script Inventory* (Klontz et al., 2011); e Escala de consumo de status (Strehlau & Aranha, 2014).

Quanto à origem, a metade é estadunidense (Klontz et al., 2011; Richins & Dawson, 1992; Tang, 1992; Tang, 1995; Yamauchi & Templer, 1982), duas são brasileiras (Moreira & Tamayo, 1999; Strehlau & Aranha, 2014) e as demais são oriundas da Grã-Bretanha (Furnham, 1984), Canadá (Busseri et al., 1998) e China (Tang & Chiu, 2003).

Considerando-se o *corpus* final, formado pelo total de 13 artigos identificados após a realização das etapas 1 e 2, tem-se que os anos em que foram publicados os artigos variaram de 1982 a 2016. As duas mais antigas são a *Money Attitude Scale* (Yamauchi & Templer, 1982) e a *Money Beliefs and Behaviour Scale* (Furnham, 1984), ambas amplamente referenciadas na literatura. Segundo a base de dados Google Scholar (consultada em junho de 2019), o número total de citações é 702 e 1.020, respectivamente. As que foram publicadas mais recentemente são a *Escala de Locus de Control del Consumidor* (Chiguay et al., 2016) e a Escala de Consumo de Status (Strehlau & Aranha, 2014).

Sobre os participantes dos estudos, cinco recrutaram estudantes (Busseri et al., 1998; Chiguay et al., 2016; Coria et al., 2012; Furnham, 1984; Strehlau & Aranha, 2014). Quatro

também recrutaram estudantes, mas incluíram outros grupos de participantes (Richins & Dawson, 1992; Tang, 1992; Tang, 1995; e Tang & Chiu, 2003). Dois se desenvolveram junto a grupos menos específicos de pessoas, como moradores de uma localidade (Yamauchi & Templer, 1982); ou grupos formados a partir da divulgação da pesquisa na mídia ou em redes sociais (Klontz et al., 2011). O estudo de Trindade et al. (2012) recrutou apenas mulheres, pois interessava o gênero como uma das variáveis relacionadas ao endividamento. Apenas do estudo de Moreira e Tamayo (1999) participaram adultos oriundos de todo o país (Brasil), garantindo maior abrangência.

Escalas sobre Endividamento

As três escalas encontradas na Etapa 1 tratam da temática do endividamento (Chiguay et al., 2016; Coria et al., 2012; Trindade et al., 2012). Não foram encontrados instrumentos que medissem o superendividamento.

A *Escala de Actitudes Hacia el Endeudamiento* foi originalmente elaborada por Denegri e colaboradores em 1999 (conforme citados por Coria et al., 2012). O novo estudo foi desenvolvido para determinar a existência de perfis atitudinais em relação ao endividamento. O instrumento possui 11 itens com respostas dispostas em escala tipo *Likert* de concordância de quatro pontos. Foram identificados dois fatores independentes: Hedonismo e Austeridade, cuja presença, em maior ou menor intensidade, produz quatro perfis atitudinais: Difuso (Austeridade muito abaixo da média e Hedonismo ligeiramente baixo), Hedonista (Austeridade ligeiramente baixa e Hedonismo ligeiramente superior), Austero (Austeridade ligeiramente alta e Hedonismo ligeiramente baixo) e Ambivalente (Austeridade e Hedonismo medianos). O perfil hedonista corresponde ao consumidor com atitudes positivas em relação ao crédito e ao endividamento, o austero é mais tradicional em relação ao trato com o dinheiro (economiza e evita o crédito), o ambivalente valoriza as economias, mas considera o crédito como uma forma de acesso rápido às necessidades de compra e o difuso não possui um perfil

atitudinal definido, pois está em transição, podendo vir a assumir qualquer um dos três outros perfis (Coria et al., 2012).

O Modelo PLS-PM para Endividamento Feminino (Trindade et al., 2012) identificou e analisou fatores que afetam a propensão ao endividamento feminino de mulheres da mesorregião centro-ocidental do Estado do Rio Grande do Sul. O modelo estrutural considerou a existência de variáveis sobre os seguintes fatores ou construtos: Status social, Preocupação, Estabilidade, Prazer, Poder, Orçamento, Ilusão e Materialismo. Concluiu-se que os construtos Status, Preocupação e Materialismo associavam-se significativamente com endividamento. Os construtos Materialismo (que representa o perfil consumista), Status (status social) e Preocupação (falta de habilidade em lidar com dinheiro) podem influenciar a propensão ao endividamento. O estudo permite afirmar que as decisões relacionadas ao endividamento vão além da simples relação entre consumo e renda, pois as mesmas são influenciadas por variáveis comportamentais.

A *Escala de Locus de Control del Consumidor* é uma versão adaptada e transculturada ao contexto chileno da escala canadense *Consumer Locus of Control Scale* (Busseri et al., 1998, conforme citados por Chiguay et al., 2016). Foi aplicada com o objetivo de medir o locus de controle do consumidor, variável psicológica relacionada ao endividamento. Além dessa escala, outro instrumento foi utilizado no estudo: a *Escala de Actitudes Hacia el Endeudamiento*, originalmente publicada por Denegri et al. (2012, conforme citados por Chiguay et al., 2016), contendo oito itens distribuídos em dois fatores: Hedonismo e Austeridade. A escala canadense, originalmente formada por 14 itens que constituíam uma única dimensão (construto locus de controle) teve sua estrutura modificada para três fatores: Locus externo, Busca de ofertas e Exigência de qualidade (Chiguay et al., 2016).

Merece destaque que os três artigos não informaram as conceituações de endividamento que embasaram os respectivos estudos. Nesse sentido, apesar de se tratar de informação relevante, a análise de seus pressupostos teóricos ficou limitada.

Escalas sobre Relação com o Dinheiro

As escalas encontradas na Etapa 2 focam nos seguintes temas: atitudes em relação ao dinheiro (Yamauchi & Templer, 1982); crenças e comportamentos sobre o uso do dinheiro (Furnham, 1984); materialismo (Richins & Dawson, 1992); ética no uso do dinheiro (Tang, 1992; Tang, 1995), *locus* de controle sobre o consumo (Busseri et al., 1998); significado do dinheiro (Moreira & Tamayo, 1999); amor ao dinheiro (Tang & Chiu, 2003), crenças sobre o dinheiro (Klontz et al., 2011); e consumo de status (Strehlau & Aranha, 2014).

A Escala do Significado do Dinheiro (Moreira & Tamayo, 1999) investigou o significado que os brasileiros atribuíam ao dinheiro. O instrumento contém 82 itens com respostas em escala *Likert* de concordância de cinco pontos. Os dez componentes iniciais, antes divididos em dimensão negativa ou positiva, ao final se rearranjaram em nove componentes, sendo quatro deles na dimensão negativa (Desigualdade, Desapego, Conflito, Sofrimento), quatro na dimensão positiva (Progresso, Cultura, Estabilidade e Prazer) e um em uma dimensão intermediária (Poder).

A Escala de Consumo de Status (SCS-Brasil) investigou o comportamento do consumidor em relação ao mercado de luxo, visto essa ser uma das formas de se obter status social. O instrumento original é a *Status Consumption Scale*, desenvolvida por Eastman (1999, conforme citado por Strehlau & Aranha, 2014), e composta por três subescalas: a Escala de Status (importância que um consumidor confere ao *status* de produtos); a Escala de Sociabilidade (apreço por companhia) e a Escala de Não-Funcionalidade (disposição para comprar produtos por razões alheia à sua utilidade). A SCS-Brasil alcançou as seguintes propriedades: dimensionalidade, validade discriminante e validade interna. Os três fatores

originais mantiveram-se na versão final: Sociabilidade, Não-funcionalidade e Status (Strehlau & Aranha, 2014).

A *Money Attitude Scale* (Yamauchi & Templer, 1982) possui 62 itens avaliados em escalas tipo *Likert* de frequência de sete pontos e foi construída tendo como referência textos psicanalíticos. O instrumento final possui quatro fatores: Poder-prestígio (uso de dinheiro para atingir sucesso e influenciar as pessoas), Tempo-retenção (planejamento financeiro e segurança no futuro), Desconfiança (hesitação em gastar e em aceitar situações que envolvem dinheiro) e Ansiedade (o dinheiro é tanto fonte de ansiedade quanto fator protetor em relação a esse sentimento). Os resultados indicaram a existência de associação entre atitudes em relação ao dinheiro e características psicopatológicas, em especial se considerados os fatores Desconfiança e Ansiedade.

A coleta de dados para construção da *Money Beliefs and Behaviour Scale* (Furnham, 1984) foi realizada em três países: Inglaterra, Escócia e País de Gales. Foram encontrados seis fatores ligados às crenças e comportamentos das pessoas sobre o dinheiro: Obsessão (pessoas obcecadas por dinheiro em todos os seus aspectos); Poder/gasto (dinheiro como forma de poder); Retenção (cuidado em relação ao dinheiro); Segurança-conservativo (formas arcaicas ou conservadoras de lidar com o dinheiro); Inadequado (sentimento de que não se tem dinheiro suficiente); e Esforço/habilidade (sobre a forma como a pessoa obtém dinheiro).

O foco da *Values Oriented Materialism Scale* (ou *Material Values Scale*) é a importância das posses na vida das pessoas. A escala possui 18 itens classificados em três aspectos correlatos do materialismo: os fatores Centralidade (protagonismo que as aquisições assumem na vida); Felicidade (papel da aquisição na busca pela felicidade); e Sucesso (papel das posses na definição das pessoas) (Richins & Dawson, 1992).

A *Consumer Locus of Control Scale* (Busseri et al., 1998) foi elaborada para prever diferenças no comportamento em relação às compras, tendo sido o consumo classificado em

um espectro que vai do impulsivo ao estratégico. Foram testadas duas amostras de estudantes, sendo uma formada por 229 acadêmicos de psicologia e a outra por 140 discentes do curso de economia da Universidade de Waterloo.

A construção da *Money Ethic Scale* baseou-se na teoria das necessidades de Maslow (1954, conforme citado por Tang, 1992), assim como nos achados de estudos conduzidos para a construção de instrumentos diversos. Participaram da pesquisa 249 trabalhadores de tempo integral. Sua versão final é composta por 50 itens em uma escala tipo *Likert* de concordância de sete pontos, distribuídos em seis fatores: Bom (atitudes positivas em relação ao dinheiro); Mal (atitudes negativas em relação ao dinheiro); Realização (obtida por meio do dinheiro); Respeito (contribuição do dinheiro para que uma pessoa expresse competências e habilidades e conquiste autoestima e respeito); Orçamento (como as pessoas economizam dinheiro); e Poder-liberdade (autonomia, liberdade e segurança que o dinheiro proporciona).

A *Love of Money Scale* (Tang & Chiu, 2003) é uma escala que foi construída no intuito de verificar se o amor ao dinheiro relaciona-se ao comportamento antiético nas organizações. Participaram do estudo trabalhadores de tempo integral, que atuavam em Hong Kong, classificados como sendo de colarinho branco (*white collar employees*). Os 17 itens compõem uma escala *Likert* de concordância de cinco pontos categorizados em quatro fatores: Motivador (dinheiro é um motivador); Sucesso (dinheiro representa meu sucesso); Importância (dinheiro é importante); e Rico (eu quero ser rico).

O *Klontz Money Script Inventory* (Klontz et al., 2011) desenvolveu uma série de subescalas para identificar se *scripts* relacionados ao dinheiro interferem na saúde financeira. Os fatores foram construídos com base em evidências clínicas e a versão final do instrumento é composta pelos seguintes fatores: Evitação ao dinheiro (o dinheiro é algo mau ou a pessoa não merece o dinheiro); Adoração ao dinheiro (mais dinheiro resolveria os problemas); Status

do dinheiro (enxergam uma clara distinção entre classes sociais); e Vigilância ao dinheiro (dinheiro como fonte de embaraço familiar).

As Tabelas 1 e 2 resumem as escalas identificadas e suas características, incluindo o indicador de consistência interna.

Tabela 1

Características das Escalas Identificadas na Etapa 1

Escala	Autoria/Ano	Participantes	Fatores	Alpha de Cronbach
<i>Escala de Actitudes Hacia el Endeudamiento</i>	Coria, Gaete, Rojas, Gómez e Aravena (2012)	984 estudantes universitários de uma universidade de Temuco (Chile)	Hedonismo Austeridade	Adequada para ambos os fatores ¹
Modelo PLS-PM para Endividamento Feminino	Trindade, Righi, r Vieira (2012)	2.500 mulheres de uma mesorregião do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil)	Status social	0,82
			Preocupação	0,83
			Estabilidade	0,71
			Prazer	0,69
			Poder	0,75
			Orçamento	0,66
<i>Escala de Locus de Control del Consumidor</i>	Chiguay, Coria, e Escobar (2016)	472 estudantes universitários de duas universidades em Temuco (Chile)	Ilusão	0,71
			Materialismo	0,72
			Lócus externo	0,77
			Busca de ofertas	0,64
			Exigência de qualidade	0,70

Nota. ¹ não apresenta os valores, apenas informa que os *alphas* são adequados

Tabela 2

Características das Escalas Identificadas na Etapa 2

Escala	Autoria/Ano	Participantes	Fatores	Alpha de Cronbach
<i>Money Attitude Scale</i>	Yamauchi e Templer (1982)	300 moradores de Los Angeles e Fresno (EUA)	Poder-prestígio	0,80
			Tempo-retenção	0,78
			Desconfiança	0,73
			Ansiedade	0,69
<i>Money Beliefs and Behaviour Scale</i>	Furnham (1984)	246 estudantes universitários e secundaristas da Inglaterra, Escócia e País de Gales	Obsessão	Não apresenta
			Poder-gasto	
			Retenção	
			Segurança/Conservativo	
<i>Values Oriented Materialism Scale</i>	Richins e Dawson (1992)	834 pessoas, estudantes universitários e consumidores adultos das regiões sul, nordeste e centro-oeste dos EUA	Inadequado	0,82
			Esforço/habilidade	
			Centralidade	
			Felicidade	
<i>Money Ethic Scale</i>	Tang (1992)	249 trabalhadores de tempo integral no estado do Tennessee (EUA), entre estudantes e não-estudantes	Sucesso	0,82 ¹
			Bom	0,81
			Mal	0,69
			Realização	0,70
			Respeito	0,68
			Orçamento	0,72
	Poder-liberdade	0,71		

<i>Short Money Ethic Scale</i>	Tang (1995)	740 adultos trabalhadores ou não do estado do Tennessee (EUA)	Bom	0,56
			Mal	0,65
			Realização	0,67
			Respeito	0,54
			Orçamento	0,83
			Poder-liberdade	0,51
<i>Consumer Locus of Control Scale</i>	Busseri, Lefcourt e Kerton (1998)	385 estudantes universitários de dois cursos de Universidade em Waterloo (Canadá)	Lócus de controle sobre o consumo	0,77 0,76 ²
Escala do Significado do Dinheiro	Moreira e Tamayo (1999)	1464 adultos de todas as regiões do país (Brasil)	Desigualdade	0,84
			Desapego	0,88
			Conflito	0,87
			Sofrimento	0,73
			Progresso	0,67
			Cultura	0,80
			Estabilidade	0,66
			Prazer	0,76
			Poder	0,57
<i>Love of Money Scale</i>	Tang e Chiu (2003)	211 trabalhadores de colarinho branco ou estudantes que trabalham em tempo integral em Hong Kong (China)	Motivador Sucesso Importância Rico	Não apresenta
<i>Klontz Money Script Inventory</i>	Klontz, Britt, Mentzer e Klontz (2011)	422 respondentes de cidades do Meio-Oeste e Havaí (EUA)	Evitação Adoração Status Vigilância	0,84 0,80 0,77 0,70
Escala de consumo de status ³	Strehlau e Aranha (2014)	358 estudantes universitários de três faculdades de São Paulo (Brasil)	Sociabilidade Não-funcionalidade Status	0,81 ⁴

Nota. ¹ confiabilidade teste-reteste; ² construto unidimensional - valores referentes às amostras 1 e 2, respectivamente; ³ adaptada e validada para o contexto brasileiro; ⁴ valor de alfa referente à escala (não apresenta valores por fator)

Discussão

As escalas analisadas focalizam diferentes temas sobre a relação das pessoas com o dinheiro e, apesar de ser possível associá-los com as temáticas do endividamento e superendividamento, os respectivos artigos não se propõem a detectá-lo, mas sim, a associar lócus de controle ao endividamento (Chiguay et al., 2016), a avaliar as atitudes relacionadas ao endividamento (Coria et al., 2012) ou a identificar fatores que afetam a propensão ao endividamento (Trindade et al., 2012).

Mais da metade das escalas foram publicadas há mais de 20 anos (Busseri et al., 1998; Furnham, 1984; Moreira & Tamayo, 1999; Richins & Dawson, 1992; Tang, 1992; Tang, 1995; Yamauchi & Templer, 1982), o que aponta para a necessidade de novos estudos, em

especial considerando-se que a relação com o dinheiro sofre influências culturais e que a cultura está em constante transformação. Além disso, como as amostras da maioria das escalas não são representativas, sua abrangência é limitada.

Apenas o estudo de Moreira e Tamayo (1999) indicou evidências de validade para toda a população do país. Apesar de que a escolha de estudantes de graduação como juízes em duas fases da pesquisa possa ser criticada, houve cuidado na elaboração do desenho do estudo e na descrição de cada fase da investigação, o que demonstra alto rigor metodológico do estudo. Destaca-se que à época, os questionários foram enviados por via postal e, ainda assim, conseguiu-se garantir abrangência significativa nas respostas coletadas.

Quanto às propriedades psicométricas, em especial no que se refere à consistência interna – indicador valorizado nesse estudo, pois estava presente em todos os trabalhos analisados – observou-se que, no geral, os instrumentos possuem *alphas* de Cronbach satisfatórios, à exceção da escala de Tang (1995), que tem apenas um fator com valor de *alpha* superior a 0,70. Cabe destacar que houve artigos que não os apresentaram (Coria et al., 2012; Tang & Chiu, 2003), o que impediu a análise da consistência interna.

Há de se destacar a expressiva quantidade de artigos cuja amostra de participantes dos respectivos estudos era formada por estudantes universitários. À exceção de dois (Chiguay et al., 2016; Coria et al., 2012), os demais não justificaram o interesse em investigar o tema junto a essa população específica. A seleção de participantes por conveniência, apesar de ser justificável, limita a abrangência e a possibilidade de generalização dos resultados. Mais estudos utilizando-se de amostras de adultos ou trabalhadores são necessários, uma vez que a população estudantil muitas vezes não possui renda e, então, não parece ser a categoria mais adequada para investigar aspectos ligados ao endividamento e ao consumo, o que, inclusive, pode incorrer em vieses nos resultados das pesquisas. O estudo desenvolvido na Grã-Bretanha (Furnham, 1984), não obstante ter coletado dados junto aos três países que fazem parte dessa

região do Reino Unido, não deixa claro em que locais foi feito o recrutamento ou quais grupos foram convidados a participar em cada país. Observa-se uma grande pulverização dos temas centrais dos instrumentos, assim como dos fatores que constroem as escalas.

Além da psicologia, os estudos encontrados são originários das áreas de administração (Strehlau & Aranha, 2014; Tang & Chiu, 2003; Trindade et al., 2012) e *marketing* (Richins & Dawson, 2012; Tang, 1992). Apesar de não ser uma exigência científica, nenhuma das sete escalas que são originárias da psicologia (Busseri et al., 1998; Chiguay et al., 2016; Coria et al., 2012; Furnham, 1984; Klontz et al., 2011; Moreira & Tamayo, 1999; Yamauchi & Templer, 1982) baseou-se em mais de um referencial teórico para sua construção, a despeito da relevância de se considerar a natureza complexa e a multiplicidade de fatores relacionados aos temas abordados, que poderiam ser investigados por mais de uma área da ciência psicológica. Essa complexidade é mais que um desafio para os profissionais da área, uma vez que nela repousam diferentes possibilidades de solução do problema. Acredita-se que o desenvolvimento de novos estudos, a partir de abordagens multi, inter ou transdisciplinares sobre o fenômeno, pode conduzir a soluções mais eficazes para prevenir ou tratar o superendividamento.

Há diversas causas relacionadas ao superendividamento, as quais demandarão diferentes tipos de intervenções, uma vez que trabalhar esse fenômeno complexo a partir de uma só abordagem parece não ser a melhor alternativa. O estudo de Yamauchi e Templer (1982) baseou-se na psicologia clínica, mais especificamente por meio do uso de textos psicanalíticos em seu referencial teórico. É importante lembrar que problemas relacionados ao dinheiro não necessariamente estão associados a psicopatologias ou traços de personalidade disfuncionais, já que incluem, por exemplo, a ausência de políticas de educação financeira e práticas bancárias perversas (Lima, 2014). Apesar da origem multicausal do superendividamento, quando os meios de comunicação abordam o superendividamento, há

uma tendência em associá-lo à existência prévia de patologias pessoais, o que, inclusive, justifica parte do desinteresse acadêmico pela temática (Hennigen, 2010). Circunstâncias pessoais negativas (desemprego, doenças, despesas inesperadas) podem conduzir ao superendividamento. Embora haja mecanismos utilizados para cobrir esses incidentes críticos (seguros, apoio familiar), eles nem sempre funcionam (Betti et al., 2007).

O fator renda não se mostrou ser uma origem para depressão em pessoas superendividadas (Zimmerman & Katon, 2005). Similarmente, em estudo publicado por Livingstone e Lunt (1992), a renda disponível não difere entre grupos de pessoas endividadas e não endividadas, embora influenciem sua capacidade de pagamento da dívida.

Evitar denominações que reforcem o estereótipo restritivo dos devedores é outro passo importante para desfazer o estigma relacionado ao superendividamento (Lima, 2014). É por essa razão que aqui se está sugerindo que haja um esforço para usar a expressão “pessoas em situação de superendividamento” em detrimento do termo-rótulo “superendividados”, sempre que possível, tendo em vista que a situação de endividamento ou superendividamento é momentânea, transitória e passível de solução. Além disso, essa mudança terminológica visa lançar um olhar mais humanizado sobre aqueles que passam por essa situação.

Por fim, a diferença no uso das expressões superendividamento e sobre-endividamento nos países de língua portuguesa merece atenção. Paralelamente à crítica sobre a utilização de critérios puramente objetivos e quantitativos para medir o superendividamento, surge um olhar analítico em relação à possibilidade de que, semanticamente, seria mais adequado optar pelo uso do termo “sobre-endividamento” ao invés de “superendividamento”. No entanto, pelo fato da literatura brasileira já ter consolidado o uso do segundo (Fernandes, 2015; Lima, 2014; Marques, 2005; Viegas, 2016), além do fato de ser esse o que consta nos documentos oficiais que já foram produzidos sobre o assunto (Senado Federal, 2015; Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor [DPDC], 2010), parece não caber, ao menos por ora, uma

proposta de mudança nessa terminologia em específico, nos estudos brasileiros sobre a temática.

Considerações Finais

As buscas realizadas para fins desta revisão de literatura não encontraram escalas de medida de endividamento ou superendividamento, apesar de três delas tangenciarem a primeira temática. Destaca-se o fato dos artigos não terem informado em que conceituações de endividamento os respectivos estudos se basearam.

Os fatores que compõem as escalas são bem definidos e possuem boas características psicométricas, o que as tornam fontes confiáveis quando da elaboração de uma escala de medida do endividamento ou do superendividamento. Conhecer instrumentos que tratam da relação das pessoas com o dinheiro mostrou-se uma forma de familiarização com o tema e com os métodos empregados nos estudos que se interessam pela temática da saúde financeira. No entanto, a carência de estudos sobre superendividamento e suas variáveis associadas precisa ser sanada, visto que o problema tem se agravado ao longo dos tempos ao redor do globo e, no Brasil, tem se tornado cada vez mais um problema de saúde pública.

Espera-se que os novos estudos partam de abordagens múltiplas, oriundas de diferentes campos da psicologia e, se possível, por meio da participação de profissionais que atuam em outras áreas do conhecimento científico. A escassez de escalas de medida do endividamento e do superendividamento demonstra que há um campo profícuo para a produção de conhecimento nesse campo de estudo.

Referências

- Arksey, H., & O'Malley, L. (2005). Scoping studies: towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology*, 8(1), 19-32. <https://doi.org/10.1080/1364557032000119616>
- Betti, G., Dourmashkin, N., Rossi, M., & Yin, Y. P. (2007). Consumer over-indebtedness in the EU: measurements and characteristics. *Journal of Economic Studies*, 34(2), 136-156. <https://doi.org/10.1108/01443580710745371>
- Busseri, M. A., Lefcourt, H. M., & Kerton, R. R. (1998). Locus of control for consumers outcomes: predicting consumer behavior. *Journal of Applied Social Psychology*, 28(12), 1067-1087. <https://doi:10.1111/j.1559-1816.1998.tb01668.x>
- Chiguay, L. M., Coria, M. D., & Escobar, B. A. (2016). Relación entre actitudes hacia el endeudamiento y locus de control del consumidor en estudiantes universitarios. *Suma Psicológica*, 23, 1-9. <http://dx.doi.org/10.1016/j.sumpsi.2015.11.002>
- Coria, M. D., Gaete, D. C. Rojas, C. V., Gómez, Y. G., & Aravena, J. S. (2012). Escala de Actitudes hacia el Endeudamiento: validez factorial y perfiles actitudinales en estudiantes universitarios chilenos. *Universitas Psychologica*, 11(2), 497-509. <http://www.scielo.org.co/pdf/rups/v11n2/v11n2a12.pdf>
- Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor [DPDC]. (2010). *Manual de tratamento do superendividamento: Prevenção e tratamento do superendividamento*. <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/consumidor/Anexos/manual-tratamento-do-super%20endividamento.pdf>
- Fernandes, D. G. G. (2015). A questão do superendividamento no ordenamento jurídico brasileiro pós Constituição Federal de 1988 e as reformas no CDC. *Pesquisas Jurídicas*, 4(3), 55-72.

- Furnham, A. (1984). Many sides of the coin: the psychology of money usage. *Personality and Individual Differences*, 5, 501-509. [https://doi.org/10.1016/0191-8869\(84\)90025-4](https://doi.org/10.1016/0191-8869(84)90025-4)
- Grant, M. J., & Booth, A. (2009). A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. *Health Information and Libraries Journal*, 26, 91-108. <https://doi.org/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x>
- Hennigen, I. (2010). Superendividamento dos consumidores: uma abordagem a partir da psicologia social. *Subjetividades*, 10(4), 1173-1201. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000400006
- Klontz, B., Britt, S. L., Mentzer, J., & Klontz, T. (2011). Money beliefs and financial behaviors: development of the Klontz Money Script Inventory. *Journal of Financial Therapy*, 2(1), 1-22. <https://doi.org/10.4148/jft.v2i1.451>
- Levac, D., Colquhoun, H., & O'Brien, K. K. (2010). Scoping studies: advancing the methodology. *Implementatio Science*, 5 (article 69), 1-9. <https://doi.org/10.1186/1748-5908-5-69>
- Lima, C. C. (2014). *O tratamento do superendividamento e o direito de recomeçar dos consumidores*. Revista dos Tribunais.
- Livingstone, S. M., & Lunt, P. K. (1992). Predicting personal debt and debt repayment: psychological, social and economic determinants. *Journal of Economic Psychology*, 13(1), 111-134. [https://doi.org/10.1016/0167-4870\(92\)90055-C](https://doi.org/10.1016/0167-4870(92)90055-C)
- Marques, C. L. (2005). Sugestões para uma lei sobre o tratamento do superendividamento de pessoas físicas em contratos de crédito ao consumo: proposições com base em pesquisa empírica de 100 casos no Rio Grande do Sul. *Revista de Direito do Consumidor*, 14(55), 11-52.

- Moreira, A., & Tamayo, A. (1999). Escala de Significado do Dinheiro: desenvolvimento e validação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 15*(2), 93-105. <https://doi.org/10.1590/S0102-37721999000200002>
- Richins, M., & Dawson, S. (1992). A consumer values orientation for materialism and its measurement. *Journal of Consumer Research, 19*, 303-316. <https://doi.org/10.1086/209304>
- Senado Federal (2015). *Projeto de Lei n. 3.515 de 04 de novembro de 2015. Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e o art. 96 da Lei n° 10.741, de 1° de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento*. Brasília. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0qvvpj116jvz29xyvyxfj9tuc246259.node0?codteor=1408277&filename=PL+3515/2015
- Scherer, F. L., Kowaleski, P. S., & Rezende Júnior, S. V. (2010). A dinâmica da inflação brasileira após o Plano Real. *Vitrine da Conjuntura, 3*(6), 1-5. <https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/261427409021353.pdf>
- Strehlau, S., & Aranha, F. (2004). Adaptação e validação da escala de consume de status (SCS) para uso no contexto brasileiro. *Faces Revista de Administração, 3*(1), 9-17. <https://doi.org/10.21714/1984-6975FACES2004V3N1ART28>
- Tang, T. L. (1992). The meaning of money revisited: the development of the Money Ethic Scale. *Journal of Organizational Behavior, 13*(2), 197-202. <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.941.1103&rep=rep1&type=pdf>

- Tang, T. L. (1995). The development of a short Money Ethic Scale: Attitudes toward money and pay satisfaction revisited. *Personality and Individual Differences, 19*(6), 809-816. [https://doi.org/10.1016/S0191-8869\(95\)00133-6](https://doi.org/10.1016/S0191-8869(95)00133-6)
- Tang, T. L., & Chiu, R. K. (2003). Income, money ethic, pay satisfaction, commitment, and unethical behavior: Is the love of money the root of evil for Hong Kong employees? *Journal of Business Ethics, 46*, 13-30. <https://www.jstor.org/stable/25075086>
- Trindade, L. L., Righi, M. B., & Vieira, K. M. (2012). De onde vem o endividamento feminino?: construção e validação de um modelo PLS-PM. *Revista Eletrônica de Administração, 18*(3), 718-746. <https://doi.org/10.1590/S1413-23112012000300006>
- Viegas, D. P. (2016). A atualização do código do consumidor frente às mazelas do superendividamento: uma análise da PLS 283/2012. *Revista Aporia Jurídica (on-line), 1*, 360-372. <http://www.cescage.com.br/revistas/index.php/aporiajuridica/article/view/56/59>
- Yamauchi, K. & Templer, D. (1982). The development of a Money Attitude Scale. *Journal of Personality Assessment, 46*, 522-528. https://doi.org/10.1207/s15327752jpa4605_14
- Zimmerman, F. J., & Katon, W. (2005). Socioeconomic status, depression disparities, and financial strain: what lies behind the income-depression relationship? *Health Economics, 14*(12), 1197-1215. <https://doi.org/10.1002/hec.1011>

Capítulo 3

Construção e Evidências de Validade da Estrutura Interna da Escala de Proteção e

Risco de Superendividamento (EPRIS)

(Estudo 3)

*A taxa é zero o juro é alto vamos conversar
Ressarcimento pagamento vamos negociar
Aquele dívida de uns anos atrás está bem viva
Você não lembra mais*

*Dívida
Ultramen*

Além das consequências sobre o bem-estar individual, o superendividamento produz impactos sociais, sobretudo na esfera da saúde pública (Gaglietti & Dorst, 2016). Efeitos deletérios também são verificados no âmbito do trabalho, já que o superendividamento se associa a dificuldades de concentração, à diminuição da motivação e à queda na produtividade do trabalhador (Vieira, 2012). Além disso, o estresse financeiro induz a um baixo comprometimento organizacional e a níveis elevados de absenteísmo (Kim & Garman, 2003), estimulando a ocorrência de faltas injustificadas (Souza et al., 2017).

Nesse contexto, a necessidade de desenvolver um instrumento de medida deve ser avaliada após relevante ponderação, tendo em vista as dificuldades que essa tarefa representa. Dois aspectos devem ser considerados: a existência ou não de um instrumento avaliativo para dado construto e se os construtos específicos (ou faixas do construto) avaliados pelas medidas já existentes satisfazem às necessidades da pesquisa (Carvalho & Ambiel, 2017).

No intuito de identificar instrumentos de medida do endividamento, superendividamento e escalas que tratam da relação das pessoas com o dinheiro, realizou-se uma revisão de escopo em bases de dados nacionais e internacionais, no ano 2017. Ao ter sido verificada a inexistência de instrumentos que se propusessem a abordar a temática do

superendividamento e considerando que, das três publicações que abordam a temática do endividamento, os aspectos nelas abordados não mantêm compatibilidade com os interesses desta pesquisa, decidiu-se pela construção de um instrumento de medida original voltado a abordar o superendividamento *per se*. Até 2020, não foram encontradas outras publicações que tratassem da temática do endividamento ou superendividamento sob a ótica que interessava a esta pesquisa.

Como resultado da revisão de escopo, treze escalas de medida publicadas entre os anos 1982 e 2016 foram encontradas. Três delas medem aspectos relacionados ao endividamento (Coria et al., 2012; Chiguay et al., 2016; Trindade et al., 2012), e dez medidas abordam temas relacionados ao modo como as pessoas lidam com o dinheiro. De modo específico, as temáticas abordadas por esses instrumentos são: atitudes em relação ao dinheiro (Yamauchi & Templer, 1982); crenças e comportamentos sobre o uso do dinheiro (Furnham, 1984); materialismo (Richins & Dawson, 1992); ética no uso do dinheiro (Tang, 1992; Tang, 1995); locus de controle sobre o consumo (Busseri et al., 1998); significado do dinheiro (Moreira & Tamayo, 1999); amor ao dinheiro (Tang & Chiu, 2003); crenças sobre o dinheiro (Klontz et al., 2011); e consumismo (Strehlau & Aranha, 2014).

A escassez de escalas de medida do endividamento/superendividamento demonstra que há um campo profícuo para a construção de conhecimento nesse campo de estudo. Dito isto, este estudo teve como objetivo construir e estimar as propriedades psicométricas de uma medida de superendividamento, inicialmente nomeada “Escala de Saúde Financeira” (ESF), com a pretensão de avaliar aspectos comportamentais, cognitivos e afetivos que previnem ou estimulam o superendividamento.

Sua relevância justifica-se pelas graves consequências individuais e sociais ocasionadas pelo excesso de dívidas, incluindo impactos sobre a saúde que podem conduzir a patologias mentais graves. Além disso, acredita-se que a disponibilidade de um instrumento

que permita conhecer e avaliar um problema cuja magnitude vem crescendo sobre a população brasileira pode contribuir com o planejamento de ações voltadas à sua mitigação.

Fundamentos Teóricos da Medida

Definição dos Construtos Teóricos

As sete dimensões constitutivas da medida são: compra impulsiva, compra compulsiva, materialismo, bem-estar financeiro, influências sociais sobre o consumo, crenças sobre dinheiro, e comportamento financeiro, estabelecidas a partir de procedimentos que incluíram revisões de literatura sobre o tema, realização de entrevistas junto a especialistas na temática e prática de oficinas oferecidas a grupos de pessoas superendividadas.

Da versão preliminar da medida, foram considerados como fatores de risco para o superendividamento os itens que compõem as dimensões compra compulsiva, compra impulsiva e materialismo. Os itens da dimensão bem-estar financeiro representavam fatores de proteção ao superendividamento. Já aqueles pertencentes às demais dimensões — crenças sobre dinheiro, influências sociais sobre o consumo e comportamento financeiro — diziam respeito tanto a fatores de risco quanto de proteção. A seguir, discorreremos sobre cada uma das dimensões.

Compra Impulsiva

Ocorre quando um consumidor tem um desejo repentino, intenso e persistente de adquirir algo imediatamente, de forma complexa, o que pode estimular um conflito emocional (Rook, 1987). Fatores internos e externos influenciam esse tipo de compra. Dentre os fatores externos estão promoções, facilidades para o pagamento e possibilidade de testar ou degustar o produto nos pontos de venda. Os fatores internos relacionam-se a características demográficas e ao estado de espírito do consumidor no momento da compra, quando prevalecem sentimentos positivos, tais como euforia, calma, felicidade, alegria e disposição, em detrimento de sentimentos negativos, como depressão, ansiedade, tristeza, irritação e

cansaço (SPC Brasil, 2015). Compra impulsiva é um fator de risco para a saúde financeira. No presente estudo, compra impulsiva é definida como a compra realizada de ímpeto, sem uma prévia reflexão sobre sua real necessidade.

Compra Compulsiva

Para que seja considerada compra compulsiva, é necessário que o comportamento de comprar possua duas características: ser repetitivo e causar problemas para o indivíduo. Em um estágio inicial, o comportamento de comprar compulsivamente gera um sentimento de alívio, o qual em seguida é substituído pela culpa por ter comprado. Em um estágio mais avançado, a pessoa percebe que perdeu o controle da situação, o que provoca ansiedade e frustração (O'Guinn & Faber, 1989). Itens adquiridos por meio de compras compulsivas geralmente são escondidos de terceiros pelo receio de receberem de críticas. Para os compradores desse tipo, o que se adquire é menos importante que o ato de comprar em si. As consequências adversas da compra compulsiva podem adquirir contornos legais e financeiros, além de sentimentos aversivos, como angústia, depressão, culpa e conflitos interpessoais e conjugais relevantes (Lejoyeux & Weinstein, 2010). Compra compulsiva é um fator de risco para a saúde financeira. Nessa pesquisa, compra compulsiva refere-se à aquisição realizada visando satisfazer a uma necessidade incontrolável de comprar e diminuir sintomas psicológicos desconfortáveis, provocando culpa e arrependimento.

Materialismo

Materialismo refere-se ao valor conferido à aquisição de bens materiais (Borroughs & Rindfleisch, 2002). Em um grau extremo, as posses assumem lugar central na vida da pessoa e proporcionam suas maiores fontes de satisfação e insatisfação pessoal (Belk, 1985). Pessoas materialistas possuem mais preocupações financeiras, piores habilidades para gerenciar dinheiro e maior tendência a realizar gastos desnecessários se comparadas com indivíduos não-materialistas (Garðarsdóttir & Dittmar, 2012). O maior objetivo de pessoas materialistas é

acumular o máximo que podem para si mesmas (Kasser, 2002). Materialismo é um fator de risco para a saúde financeira. No presente estudo, materialismo foi definido como valorização excessiva das posses e dos bens materiais.

Bem-estar Financeiro

Bem-estar financeiro define-se por um estado presente em pessoas que conquistam os seguintes pilares em relação à vida financeira: capacidade de honrar as suas obrigações financeiras; segurança em relação ao futuro financeiro; ser capaz de lidar com imprevistos financeiros; e possibilidade de fazer escolhas que permitam aproveitar a vida (CFPB, 2015). O bem-estar financeiro associa-se à saúde física e mental e é considerado um importante determinante de intercorrências em saúde (Clayton et al., 2015). Pessoas com alto nível de bem-estar financeiro e que vivenciam menos estressores ligados às finanças ficam menos doentes que as demais (Kim et al., 2003), enquanto pessoas endividadas são mais passíveis de sofrerem estresse e outras consequências dele oriundas, já que este afeta a emissão de comportamentos protetivos à saúde (Jacoby, 2002). Bem-estar financeiro é um fator de proteção da saúde financeira. Neste estudo, bem-estar financeiro define-se como a capacidade de honrar obrigações financeiras sem dificuldade, ao lado de segurança e tranquilidade em relação ao futuro financeiro.

Influências Sociais sobre o Consumo

Existem diversas fontes de influências sociais sobre o consumo, sendo a familiar uma delas (Rindfleisch et al., 1997). As instituições financeiras, inclusive pelo fato de sofrerem pressões competitivas, também influenciam o consumo, já que estimulam o endividamento (Garðardóttir & Dittmar, 2012) e podem conceder empréstimos de forma irresponsável, provocando superendividamento (Kempson, 2002). Em relação à influência do *marketing*, o consumo manifesta-se por meio de duas facetas: o *macromarketing*, cujas ações estimulam a existência de uma sociedade de consumo, incluindo por meio da disponibilização de meios

para garantir acesso ao crédito; e o *micromarketing*, que estimula na sociedade uma necessidade de adquirir produtos (Fontenelle, 2008). Variáveis econômicas, educacionais e psicológicas também foram associadas à má gestão do dinheiro (Lea et al., 1995), assim como a tendência em imitar os outros e uma busca intensa por um alto padrão de vida material (Kahneman & Tversky, 1979). Influências sociais sobre o consumo podem ser um fator de risco ou de proteção para a saúde financeira. No presente estudo, influências sociais sobre o consumo definem-se como aspectos externos, de ordem social, que influenciam positiva ou negativamente o comportamento financeiro.

Crenças sobre Dinheiro

Essa dimensão foi formada a partir da análise das entrevistas com os especialistas e da experiência profissional da pesquisadora. Muito embora não tenha sido encontrada na literatura menção a essa temática em específico, decidiu-se por sua inclusão como uma das dimensões do estudo, tendo em vista dois aspectos. O primeiro é que a literatura aponta haver uma correlação entre o que uma pessoa pensa e o que ela faz em termos de prevenção à saúde, sugerindo uma relação entre aspectos cognitivos e comportamentais no desenvolvimento de doenças. Muito embora crenças funcionais (desejáveis) não garantam, por si sós, a emissão de comportamentos adaptativos, a alteração de processos cognitivos pode levar à modificação do comportamento (Dobson & Dozois, 2006). O outro aspecto considerado foi que o desenvolvimento de programas voltados ao atendimento do público superendividado requer o prévio conhecimento das crenças disfuncionais que porventura são compartilhadas por um grupo. Isso permitiria aos planejadores da intervenção direcionar o treinamento de forma mais específica, de modo a preencher possíveis lacunas informacionais por parte dessa população, refletindo, assim, em resultados mais efetivos da intervenção. Crenças sobre o dinheiro podem ser tanto um fator de proteção quanto de risco para a saúde financeira. Para fins desta

pesquisa, crenças sobre dinheiro dizem respeito às premissas de uma pessoa em relação ao dinheiro que podem influenciar seu comportamento financeiro.

Comportamento Financeiro

A dimensão crenças sobre o dinheiro relaciona-se ao comportamento financeiro, nesta pesquisa tida como uma dimensão constitutiva. O Modelo de Crenças em Saúde (MCS) proposto por Rosenstock (1990) é especialmente utilizado na literatura quando da abordagem de estudos sobre doenças crônicas (HIV/aids, doenças cardiovasculares, obesidade etc.). Ao se tentar transpô-lo para abordar a temática da saúde financeira, vislumbram-se contribuições relevantes sobre a área, que podem agregar conhecimento sobre temática em estudo, tendo em vista que as consequências do superendividamento sobre a saúde também são graves e merecem ser abordadas tanto em termos de prevenção quanto de tratamento. Apesar de se referirem a construtos distintos, crenças e comportamentos podem ser espectros que caminham em harmonia.

Segundo o MCS, o comportamento preventivo em relação a uma doença é baseado em quatro aspectos: (a) suscetibilidade percebida, que se refere ao risco que a pessoa acredita correr em relação a ser acometido pela doença; (b) gravidade percebida, que é influenciada tanto pelas consequências que a pessoa acredita que a doença pode trazer para sua vida quanto pelo grau de perturbação emocional quando se pensa na doença; (c) benefícios percebidos, relativos à crença sobre a efetividade das ações de prevenção da doença e na percepção que a pessoa tem sobre suas consequências; e (d) barreiras percebidas, baseados no custo-benefício que alguém julga possuir as ações de prevenção em relação ao aparecimento da doença (Rosenstock, 1990). Uma das formas de se manter saudável é emitir comportamentos que previnam o aparecimento da doença. Entretanto, o fato das pessoas possuírem informações adequadas sobre saúde nem sempre é suficiente para garantir que as mesmas passem a emitir comportamentos protetivos. Assim, além das crenças sobre dinheiro, esta pesquisa também

investigará aspectos relacionados à forma como as pessoas se comportam em relação ao seu uso. O comportamento financeiro pode ser tanto um fator de proteção quanto de risco para a saúde financeira. Para fins de definição do construto teórico, no presente estudo, comportamento financeiro diz respeito à conduta das pessoas em relação ao dinheiro.

Elaboração de Instrumentos e Evidências de Validade: Aspectos Teóricos

Conforme diretrizes de três importantes entidades — *American Educational Research Association*, *American Psychological Association* e *National Council on Measurement in Education* — a obtenção de evidências de validade é o parâmetro mais importante e fundamental no desenvolvimento e avaliação dos testes. A validade pode ser entendida como o grau em que as evidências empíricas e a teoria suportam as interpretações dos escores do teste para um uso específico. Quando os escores são interpretados em mais de um contexto, cada interpretação pretendida deve ser validada. É importante destacar também que quando um(a) avaliador(a) propõe uma interpretação ou uso dos escores diferentes daqueles propostos pelo(a) desenvolvedor(a) do teste, a responsabilidade por apresentar novas evidências de validade é do(a) usuário(a)/avaliador(a) (AERA et al., 2014; Andrade & Valentini, 2018).

O entendimento do conceito de validade tem passado por alterações desde a primeira versão do *Standards for Educational and Psychological Testing* em 1986 (Andrade & Valentini, 2018). O modelo trinitário ou tripartite, formado por três tipos de validade (a saber: validade de conteúdo, de critério e de construto) foi hegemônico durante o final do século XX e início do século XXI. Apesar das controvérsias, pode-se afirmar que, atualmente, a perspectiva mais aceita na comunidade científica é a apresentada na última versão dos *Standards* de 2014 que identifica cinco fontes de evidências. Os tipos elencados são: (1) evidências baseadas no conteúdo do teste; (2) evidências baseadas no processo de resposta; (3) evidências baseadas na estrutura interna; (4) evidências baseadas na relação com outras variáveis; e (5) evidências baseadas nas consequências da testagem (AERA et al., 2014).

O primeiro tipo de validade – evidências baseadas no conteúdo do teste – refere-se ao alinhamento entre o conteúdo abordado pelos itens do teste e o construto que se pretende medir. Neste contexto, indaga-se se os itens constituem amostras do domínio que se pretende avaliar (AERA et al., 2014; Andrade & Valentini, 2018). Segundo Pasquali (2009), esse tipo de validade pode ser subdividida em duas, já que há tanto o interesse em verificar se cada item está claramente descrito (validação semântica) como em conferir se o mesmo é representativo (validação de conteúdo). Na fase de obtenção de evidências de validade semântica, verifica-se se os itens são compreendidos pela população-alvo da forma como se pretendia. Se houver divergência entre o que se esperava questionar e o que foi entendido pelos participantes, esses podem sugerir a reformulação do item para que ele venha a expressar o que o pesquisador de fato pretendia (Pasquali, 2010). Na fase de evidências de validade de conteúdo é possível contar com a avaliação de especialistas para verificarem a adequação do conteúdo do item à teoria subjacente. Segundo Pasquali (2009), a utilização de um grande número de juízes visa reduzir os vieses subjetivos que podem aparecer nessa fase.

O segundo tipo de evidências de validade, a saber evidências baseadas no processo de resposta, refere-se ao estudo dos processos cognitivos necessários e envolvidos para que o(a) avaliado(a) responda um determinado item. Esse tipo de análise ainda tem sido pouco investigado. Em relação ao terceiro tipo – evidências de validade baseadas na estrutura interna – investigamos o grau de adequação da relação entre itens de teste e o seu fator (variável-latente).

A teoria exerce um papel central, pois embasa a construção do instrumento e pode sugerir uma única dimensão ou várias dimensões. Aqui, a técnica da análise fatorial, tanto exploratória quanto confirmatória, tem sido comumente empregada para obtenção de evidências empíricas desse tipo de validade. Destaca-se que no modelo trinitário ou tripartite esse tipo de evidência era comumente identificado como validade de construto. Todavia, na

concepção atual, a validade de construto é alcançada quando são compiladas vários tipos de evidências de validade do instrumento.

O quarto tipo — evidências baseadas na relação com outras variáveis — refere-se a evidências baseadas nas relações com outras variáveis, que buscam os padrões de correlações entre os escores do teste e outras variáveis que avaliam teoricamente o mesmo construto ou construtos relacionados (validade convergente) e com variáveis que avaliem construtos diferentes (validade discriminante). Nesta categoria tem-se, também, o “relacionamento com o critério”, em que um estudo preditivo indica a força do relacionamento entre o escore e um critério obtido tempos depois e um estudo concorrente, em que os escores do teste e a informação do critério são obtidos ao mesmo tempo.

Por fim, o quinto tipo – evidências baseadas nas consequências da testagem – relaciona o teste às consequências de suas utilizações, que podem ser tanto desejadas quanto indesejadas (AERA et al., 2014; Andrade & Valentini, 2018). Este último tipo de evidência de validade ainda é pouco discutido na literatura e necessita de contribuições.

Método

A versão preliminar do instrumento foi composta por 56 itens (Anexo 7) distribuídos em sete dimensões constitutivas, a saber: compra impulsiva; compra compulsiva; materialismo; bem-estar financeiro; influências sociais sobre o consumo; crenças sobre o dinheiro; e comportamento financeiro. Tais dimensões foram definidas após diferentes procedimentos de coleta e análise de informações, os quais aqui se classificam em: (a) procedimentos de natureza teórica e prática (Etapa 1); (b) procedimentos empíricos (Etapa 2); (c) análise fatorial exploratória

Etapa 1

Procedimentos de Natureza Teórica e Prática

Os procedimentos teóricos realizados para fins deste estudo basearam-se em revisões de literatura, na leitura de livros especializados na temática do superendividamento publicados em diferentes áreas do conhecimento (psicologia, direito, economia) e em propostas legislativas que tratam do assunto. Os procedimentos de natureza prática basearam-se em diferentes procedimentos: (a) o conteúdo de quatro entrevistas individuais realizadas com profissionais especialistas na área, todos com experiência de atendimento ao público superendividado, que atuam em diferentes campos relacionados ao tratamento e prevenção do superendividamento (gerente de banco, educador financeiro, conciliador judicial e gestora pública); (b) as impressões colhidas após a realização de oficinas voltadas a grupos de trabalhadores superendividados; e (c) a experiência profissional da pesquisadora no atendimento a clientes superendividados em um banco e em um programa voltado ao atendimento de consumidores superendividados. Essa etapa do método finalizou com uma proposta de escala com 56 itens divididos em sete dimensões.

Etapa 2

Procedimentos Empíricos: Análise Semântica

Participantes.

A análise semântica foi realizada por meio da aplicação da versão preliminar da escala com 56 itens a nove voluntários de diferentes níveis de escolaridade. A média etária dos nove respondentes, sendo cinco do sexo feminino e quatro do masculino, foi 40 anos de idade, variando entre 21 e 70. Seis se autodeclararam brancos, um pardo e dois negros. Quanto à ocupação, dois estavam desempregados, um aposentado no serviço público, um era trabalhador autônomo, um microempreendedor individual, um era garçom, um chefe de cozinha, um porteiro e um identificou-se como comerciário.

Instrumento e Procedimentos de Coleta de Dados.

O questionário aplicado para fins da validação semântica foi composto por uma tabela com os itens preliminares e campos para que o respondente assinalasse sua resposta em uma escala Likert de cinco pontos, cujas alternativas de múltipla escolha variavam entre “discordo totalmente” e “concordo totalmente”. Além desses campos, foi solicitado que indicassem se o item foi completamente compreendido (alternativas de resposta “sim” e “não”). Por fim, havia um campo para observações livres relacionadas à compreensão do item, de modo a torná-lo mais claro.

Em virtude da impossibilidade de locomoção imposta pela pandemia da Covid-19 quando do desenvolvimento desta etapa do estudo, a amostra foi constituída por pessoas que frequentavam a região geográfica onde reside a pesquisadora com diferentes inserções ocupacionais. O tempo de aplicação, que foi inversamente proporcional aos anos de estudo, variou entre 15 e 40 minutos. Por solicitação da participante com nível fundamental incompleto de escolaridade, a pesquisadora manteve-se ao seu lado durante o preenchimento do questionário para assegurar se a mesma “estava marcando direitinho”.

Procedimentos Empíricos: Validade de Conteúdo

Participantes.

Os juízes foram identificados por meio da utilização da palavra-chave “superendividamento” na ferramenta de buscas do Currículo Lattes, disponível na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Após algumas recusas ou não-respostas ao convite à participação, encaminhado por e-mail, outros pesquisadores iam sendo convidados, até que se compusesse o mínimo pré-estabelecido de três juízes com experiência no tema. Como não foi possível compor a amostra com *experts* em superendividamento que atuam na área da psicologia, pesquisadores de outras áreas foram convidados a colaborar. A nova composição da medida foi submetida ao exame de três juízes

especialistas, professores universitários, com título de doutorado, para verificar a clareza e a adequação dos itens às suas respectivas dimensões.

Instrumento e Procedimentos de Coleta de Dados.

A validação de conteúdo foi realizada por meio do envio da versão da escala com 56 itens a juízes com experiência na temática do superendividamento, cujos itens estavam dispostos em uma planilha e identificados quanto à dimensão constitutiva inicialmente proposta. As instruções de preenchimento solicitavam que os mesmos avaliassem a pertinência e a relevância dos itens considerando as sete dimensões propostas. Foi incluído um espaço para indicarem itens considerados como desprovidos de qualidade técnica, o que poderia conduzir à sua exclusão ou modificação, além de outro campo para comentários, bastante utilizado pela amostra de juízes participantes.

Essa aplicação tinha como principal objetivo identificar possíveis pontos-cegos no teste, visando a uma melhoria em seu conteúdo, na qualidade do *layout*, na escala de respostas, assim como na orientação de aplicação, correção e interpretação (Muniz & Freitas, 2017).

No questionário aplicado aos juízes, as sete dimensões teóricas foram apresentadas com as seguintes definições: (a) compra impulsiva: compra realizada de ímpeto, sem uma prévia reflexão sobre sua real necessidade; (b) compra compulsiva: compra realizada visando satisfazer uma necessidade incontrolável de comprar para diminuir sintomas psicológicos desconfortáveis, gerando culpa e arrependimento; (c) materialismo: valorização excessiva das posses e dos bens materiais; (d) bem-estar financeiro: capacidade de honrar obrigações financeiras sem dificuldade, ao lado de segurança e tranquilidade em relação ao futuro financeiro; (e) influências sociais sobre o uso do dinheiro: aspectos externos, de ordem social, que maximizam ou não o risco ao endividamento; (f) crenças sobre dinheiro: premissas em relação ao dinheiro que podem influenciar o comportamento financeiro; e (g) comportamento

financeiro: conduta em relação ao uso do dinheiro que interfere no risco de endividamento. Cada item deveria ser avaliado quanto à sua pertinência (pertencimento a uma dimensão especificada), relevância (importância para a construção de uma medida com essa natureza) e qualidade técnica.

A pertinência/relevância foi avaliada em termos dos seguintes critérios: (1) item não relevante ou não representativo; (2) item necessita de grande revisão para ser representativo; (3) item necessita de pequena revisão para ser representativo; ou (4) item relevante ou representativo. Publicações têm apresentado métodos diferentes para calcular a porcentagem de concordância entre os juízes, sendo um dos critérios a avaliação individual de cada item em termos da quantidade de respostas 3 ou 4 pelo número total de avaliações. Itens que recebem pontuação 1 ou 2 devem ser eliminados (Alexandre & Coluci, 2011), critério adotado no presente estudo.

Para avaliar a qualidade técnica, os juízes foram solicitados a considerar os seguintes aspectos: (a) Simplicidade: o item expressa uma única ideia; (b) Clareza: o item é compreensível até o estrato mais baixo da população-meta (adultos com ensino fundamental incompleto); (c) Modalidade: o item não possui expressões extremadas (excelente, miserável etc); (d) Tipicidade: o item foi elaborado com expressões condizentes (típicas, próprias) ao atributo que se pretende medir (evitar expressões como “*beleza pesada*”, por exemplo); e (e) Credibilidade: o item foi elaborado de modo que não pareça ridículo, despropositado ou infantil (Pasquali, 2010). Havia ainda um campo para observações gerais, no qual se poderia sugerir nova redação para o item ou sua migração para outra dimensão teórica da medida.

Análise de Dados.

Para fins desta pesquisa, considerando a participação de três juízes, foram considerados válidos todos os itens que receberam ao menos duas avaliações 3 ou 4 no tópico relevância/pertinência, o que indica um Índice de Validade de Construto (IVC) = 0,67. Se um ou mais juízes considerasse a qualidade técnica do item inferior à esperada, o item seria excluído. Comentários inseridos no campo observações, ora sugerindo mudança na redação ou na estrutura do item, foram debatidas entre os pesquisadores e, em sua maioria, acatadas.

Análise Fatorial Exploratória

A fase de coleta de dados da AFE durou aproximadamente 100 dias, iniciada em maio de 2021. Muito embora não haja um número exato de participantes mínimo para essa etapa, havia a previsão inicial de aplicação em ao menos 450 indivíduos, considerando os 45 itens que compuseram a versão aplicada à população e a recomendação de 10 participantes para cada item (Everitt, 1975; Pasquali, 2003).

Participantes

Participaram 444 respondentes, em amostra de conveniência, com idades variando de 18 a 86 ($M = 46$; $DP = 14,89$). A maior parte (62,6%; $n = 278$) era do sexo feminino, 36,5% ($n = 162$) do sexo masculino, e 0,9% ($n = 4$) assinalou a alternativa “outro”. Sobre a cor, declararam-se brancos 62,4% ($n = 277$) dos respondentes, seguidos de pardos (27,3%, $n = 121$), pretos (7,2%, $n = 32$), amarelos (2,9%, $n = 13$) e indígenas (0,2%, $n = 1$). Quanto à escolaridade, a maior parte possuía pós-graduação (59,9%, $n = 266$) e curso superior completo (23,2%, $n = 103$), seguida dos que não concluíram o curso superior (11%, $n = 49$) e dos que cursaram até o final do ensino médio (4,7%, $n = 21$). Respondentes com ensino médio incompleto, fundamental completo ou incompleto somam 1,1% ($n = 5$). Residentes em 23 unidades da federação compuseram a amostra, sendo a maior parte do Distrito Federal (36,5%, $n = 162$), seguida dos estados de São Paulo (23%, $n = 102$), Goiás (6,8%, $n = 30$) e Rio de Janeiro (5,6%, $n = 25$).

Aproximadamente três quartos (73,9%, n = 328) declararam exercer algum tipo de atividade remunerada, sendo a renda salarial média igual a R\$ 6.829,14, variando entre zero (ausência de renda) e R\$ 50.000,00 (DP= 5815,81). Apesar da média elevada de renda, se comparada com a renda média brasileira, a qual, segundo a Fundação Getúlio Vargas é de R\$ 995,00 (Neri, 2021), 23,6% (n = 105) da amostra declararam possuir dívidas em atraso. Sobre como se sentiam em relação à sua vida financeira, 12,4% (n = 55) disseram estar extremamente preocupados, 50,7% (n = 225) declararam-se preocupados e 36,9% (n = 164) afirmaram estar despreocupados. Sobre sentimento de estresse em relação à vida financeira, 11,5% (n = 51) o avaliaram como nulo, 30,6% (n = 136) como baixo, 34,5% (n = 153) como médio, 18,5% (n = 82) como alto e 5% (n = 22) como extremamente alto.

Instrumentos

Os instrumentos de pesquisa foram a medida em teste, contendo 45 itens nessa etapa e alternativas de resposta distribuídas em uma escala Likert de cinco pontos, variando de discordo totalmente a concordo totalmente, e o questionário sociodemográfico e financeiro (Anexo1). O referido questionário foi composto por 30 perguntas-chave. Sobre as questões financeiras, a depender das alternativas de resposta assinaladas, questões secundárias eram carregadas no questionário *on-line*, de forma a detalhar aspectos de interesse da pesquisa.

Os aspectos sociodemográficos investigados foram idade, gênero, escolaridade, situação conjugal, número de filhos, local de residência, cor/raça, religião, afinidade política e renda mensal. Sobre aspectos financeiros, as perguntas investigaram o exercício de atividade remunerada, tipo de vínculo trabalhista, origem da renda principal (caso houvesse), titularidade ou não de conta-corrente, adesão a plano de previdência para fins de aposentadoria etc. Adicionalmente, foram feitas perguntas cujas respostas eram baseadas em autodeclarações, incluindo em que tipo de consumidor se autopercebiam (hábitos de consumo em relação à renda), porcentagem da renda destinada ao pagamento de dívidas, existência de

dívidas em atraso e suas possíveis causas etc. Além disso, foram incluídas questões sobre como se sentiam em relação à vida financeira: estresse percebido em relação à situação atual, nível de preocupação em relação ao futuro, mudança na renda nos últimos anos e previsão sobre o futuro, impactos da pandemia da Covid-19 sobre a renda, comparação entre sua renda em comparação a pessoas que fazem parte do seu círculo social, experiência prévia em programas voltados à educação financeira.

Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta de dados ocorreu por meio das funcionalidades oferecidas pela plataforma eletrônica *Lime Survey*, em razão da impossibilidade de realização de coleta presencial, conforme inicialmente planejado, devido aos efeitos da pandemia da Covid-19 no momento desta etapa da pesquisa. O contato com os participantes se deu prioritariamente a partir da divulgação de convites disparados em redes sociais de que fazem parte os pesquisadores, oportunidade na qual se solicitava o encaminhamento do convite a potenciais respondentes. A divulgação inicial priorizou o alcance de grupos diversificados, de modo a contemplar a participação de respondentes que apresentassem diferentes características sociodemográficas e financeiras. Além das barreiras ocasionadas pela pandemia, outra dificuldade nessa etapa foi o encerramento de um programa de prevenção e tratamento de consumidores superendividados ligado a um órgão público do Distrito Federal. Tal órgão, onde atuou a pesquisadora, inicialmente havia se comprometido a divulgar o questionário à sua base de contatos, visando alcançar o público superendividado, o qual consistiria uma possível “amostra clínica” do estudo.

Ao acessar o *link* no qual o questionário estava hospedado, os participantes deveriam assinar eletronicamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes de acessar o questionário propriamente dito. Além da EPRIS, foi-lhes solicitado preencher outros questionários de interesse da pesquisa que avaliavam aspectos psicológicos, assim como uma

ficha contendo dados sociodemográficos e financeiros. O estudo seguiu o que determina a Resolução n. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2016) e recebeu aprovação ética por meio do Parecer nº 4.264.782 do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade de Brasília (Anexo 1).

Análise de Dados

Análises Fatoriais Exploratórias (AFE) foram realizadas no *software FACTOR* (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2006) versão 10.10.02 para avaliar a estrutura interna do instrumento. Tendo em vista a escala Likert de resposta (cinco pontos, variando de 1 = discordo totalmente a 5 = concordo totalmente), optou-se pelo método de extração *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (RDWLS) e pelas matrizes de correlação policóricas (Asparouhov & Muthen, 2010). A rotação aplicada foi a *Robust Promin* (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019). Análises paralelas (APs) preliminares foram efetuadas com permutação aleatória dos dados visando identificar a quantidade de fatores a serem retidos (Timmerman & Lorenzo-Seva, 2011). Os índices de ajuste *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA), *Comparative Fit Index* (CFI) e *Tucker-Lewis Index* (TLI) avaliaram a adequação das estruturas fatoriais (Brown, 2006). A confiabilidade do instrumento foi avaliada por meio do cálculo da fidedignidade composta, além do alfa de Cronbach.

O *software Statistical Package for Social Sciences- SPSS* versão 26.0 foi utilizado para análises estatísticas descritivas e inferenciais do estudo, bem como para estimação do índice de consistência interna alfa de Cronbach. Inicialmente foram efetuadas análises exploratórias do banco de dados visando identificar inconsistências e erros de digitação, com o intuito de garantir sua adequação para os testes subsequentes.

Procedeu-se à análise descritiva (médias, desvios-padrão, medianas, medidas de dispersão) das variáveis contínuas; as variáveis categóricas foram analisadas quanto à frequência e proporção. Os testes de normalidade de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro Wilk

foram efetuados nas variáveis de interesse. Para investigar as evidências de validade baseadas na relação com outras variáveis (relacionamento com o critério), estatísticas inferenciais não paramétricas (*Mann-Whitney* e *Kruskal-Wallis*) foram efetuadas para comparação de médias entre os fatores da medida em construção com as variáveis (i) presença de dívidas em atraso, (ii) estresse financeiro percebido, (iii) preocupação com a situação financeira atual e, por fim, (iv) perfil quanto a consumo, dívidas e poupança, pois elas descrevem aspectos importantes da vida financeira dos participantes.

Resultados

Procedimentos Empíricos

Análise Semântica

Apenas os respondentes de nível fundamental manifestaram dificuldade em compreender três dos 56 itens. São eles: item 11 ("Minha decisão de comprar depende do *status* social que o produto oferece"); item 12 ("Protejo-me contra imprevistos que podem me desestabilizar financeiramente"); e item 22 ("Tenho o hábito de adquirir produtos similares"). As sugestões foram: no item 11, trocar "status social" por "prestígio que o produto tem na sociedade"; no item 12, reescrever ou eliminar as expressões "protejo-me", "imprevistos" e "desestabilizar financeiramente"; e no item 22, alterar o termo "similares" para "parecidos".

Um respondente de nível médio completo, muito embora tenha manifestado que compreendeu as instruções, respondeu todos os itens assinalando um "x" nas colunas "sim" e "não", indicando que, na verdade, as instruções não foram seguidas ou compreendidas. Ao ser perguntado a respeito, esclareceu que os itens foram assinalados como numa espécie de escala dialógica de "concordo" (opção "sim") e "discordo" (opção "não), o que fez com que esse questionário fosse excluído da amostra final, composta, portanto, por nove questionários. Algo semelhante pode ter ocorrido, em especial, com os participantes de menor escolaridade, ao ter-se verificado uma tendência em concentrar suas respostas nas alternativas de resposta

localizadas nos extremos da tabela (opção 1 – “discordo totalmente” ou opção 5 – “concordo totalmente”).

Independentemente do nível de escolaridade, vários respondentes demonstraram valorizar a importância do tema em estudo, ao manifestarem que responder ao questionário foi uma oportunidade de reflexão pessoal; que é bom pensar sobre a vida financeira; que “só” falta praticar o que já se sabe sobre hábitos financeiros; que as pessoas precisam aprender “essas coisas” desde cedo; e que o tema é importante e deveria alcançar toda a comunidade, “principalmente os mais pobres”. Após a realização da análise semântica, parte dos itens foi reescrita e nova versão da escala foi disponibilizada para fins da validação de conteúdo, mantendo os 56 itens.

Validade de Conteúdo

A análise das respostas dos juízes conduziu a uma reformulação no texto contendo as orientações de aplicação, pequenos ajustes na redação de 16 itens e à exclusão de nove dos 56 itens originais, devido a um ou mais dentre os seguintes motivos: item incompreensível, item óbvio demais, incompatibilidade do conteúdo do item com a dimensão teórica, itens semelhantes, e/ou item com interpretação dúbia.

Após exclusão dos nove itens, outros dois foram eliminados em uma segunda leitura/avaliação semântica, por decisão da equipe de pesquisadores, mesmo após já ter sido finalizada a etapa de análise de conteúdo. A primeira eliminação deu-se pelo fato do item parecer ser demasiadamente inespecífico e, por isso, gerar incompreensão ou levar a respostas que não fizessem sentido ao conteúdo do construto (item 49 – “Eu costumo adquirir um bem de menor valor agora do que outro de maior valor no futuro”). Opostamente, um segundo item foi excluído pelo fato de parecer ser específico demais, não alcançando a realidade de parte dos respondentes, o que poderia induzi-los a especular sobre o que fariam em uma situação hipotética (item 56 – “Eu não economizo porque ganho muito (não é preciso [economizar])”).

Como não houve migração de itens entre as dimensões teóricas, após terem sido eliminados os onze itens, a nova versão da escala com 45 itens distribuídos em suas sete dimensões originais seguiu para a análise fatorial exploratória (Tabela 1).

Tabela 1

Escala de Saúde Financeira com 45 Itens Distribuídos entre as Sete Dimensões Teóricas do Estudo

Construto teórico	Itens
Influências sociais sobre o consumo	<p>Costumo ajudar pessoas em dificuldade financeira mesmo que isso me cause prejuízo.</p> <p>Sou uma pessoa reservada em relação à minha vida financeira.</p> <p>Dependo da opinião de terceiros para tomar decisões financeiras.</p> <p>A opinião do(a) gerente do banco é importante para eu decidir sobre como usar o meu dinheiro.</p> <p>Tenho dificuldade em negar favores financeiros.</p> <p>Gosto de agradar as pessoas com presentes mais caros do que eu poderia gastar.</p> <p>O modo como o(a) vendedor(a) me atende influencia minha decisão de comprar algo desnecessário.</p> <p>Minha decisão de comprar é influenciada pelas propagandas.</p> <p>Minha decisão de comprar é influenciada pelas redes sociais ou outras pessoas.</p>
Compra compulsiva	<p>Costumo comprar produtos não essenciais utilizando o limite de cheque especial ou outra forma de pagamento com juros.</p> <p>Saio com vontade de comprar sem saber exatamente o quê.</p> <p>Sinto uma vontade irresistível de comprar.</p> <p>Sinto um desconforto que só passa quando compro.</p> <p>É comum que eu me sinto(a) culpado(a) após realizar uma compra.</p> <p>Amigos e/ou familiares dizem que eu tenho problemas relacionados às compras.</p> <p>Evito frequentar locais que estimulam minha vontade de comprar.</p> <p>Escondo minhas compras por receio de receber críticas.</p>
Materialismo	<p>Desconfio que sou viciado(a) em compras.</p> <p>Adquirir bens é um dos maiores objetivos em minha vida.</p> <p>As posses são as maiores fontes de satisfação na vida de uma pessoa.</p> <p>As posses são as maiores fontes de insatisfação na vida de uma pessoa.</p> <p>Minha decisão de comprar leva em conta o valor (status social) que o produto tem para a sociedade.</p> <p>Acredito que a sociedade valoriza as pessoas conforme suas posses.</p> <p>O valor de uma pessoa pode ser medido por suas posses.</p> <p>Eu admiro mais as pessoas por suas posses do que por características de personalidade.</p> <p>Eu sem dinheiro não sou nada.</p>
Bem-estar financeiro	<p>Eu honro minhas obrigações financeiras.</p> <p>Sinto segurança em relação ao meu futuro financeiro.</p> <p>As escolhas financeiras que fiz no passado hoje me permitem aproveitar a vida.</p> <p>Considero importante que as pessoas façam escolhas financeiras pensando no futuro.</p> <p>Economizo para enfrentar danos financeiros causados por situações inesperadas.</p> <p>Considero importante contratar apólices de seguro (automotivo, viagem, residencial etc.).</p> <p>Eu possuo metas financeiras.</p>
Comportamento financeiro	<p>Eu costumo adquirir um bem de menor valor agora do que outro de maior valor no futuro.</p> <p>Minhas escolhas financeiras privilegiam o momento presente, afinal, a vida só pode ser vivida agora.</p> <p>Eu gasto menos do que ganho.</p> <p>Eu costumo adiar uma compra para obter descontos ou evitar pagar juros.</p> <p>Eu economizo para lidar com imprevistos no futuro.</p> <p>Eu acompanho de perto meus gastos mensais para evitar surpresas ao final do mês.</p>

	Eu não consigo economizar porque ganho pouco. Eu não economizo porque ganho muito (não é preciso).
Crenças sobre o dinheiro	É preferível adquirir um bem de menor valor agora do que aguardar para adquirir outro de maior valor no futuro. As escolhas financeiras de uma pessoa devem privilegiar o momento presente. É importante gastar menos do que se ganha. É importante planejar antes de comprar para pagar à vista e receber desconto. É importante economizar para lidar com imprevistos. É importante acompanhar de perto os gastos mensais para evitar surpresas ao final do mês. Quem ganha pouco não consegue economizar. Quem ganha muito não precisa economizar.
Compra impulsiva	Tenho o hábito de adquirir produtos da primeira vez que os vejo. Costumo adquirir produtos sem antes refletir sobre sua real necessidade. Costumo comprar algo mesmo sem ter condições financeiras para tal. Compro produtos desnecessários apenas pelo fato de estarem em promoção. Tenho o hábito de adquirir produtos parecidos (de cores diferentes, por exemplo). Quando sou bem atendido, não resisto e compro, mesmo que seja algo desnecessário. Quando vejo um produto que tem aparecido na mídia, eu não resisto e compro.

Análise Fatorial Exploratória

Soluções Fatoriais com 7, 4 e 3 Fatores

Os resultados das Análises Fatoriais Exploratórias (AFE) são apresentados, até a obtenção da estrutura fatorial final da escala. Inicialmente, foram efetuadas tentativas de solução com base no número de fatores do instrumento a partir da análise teórica. Foram efetuadas análises para sete, quatro e três fatores, preliminarmente. Por fim, chegou-se à melhor solução do instrumento com dois fatores, segundo resultados da AFE. Optou-se por reportar aqui com detalhes apenas os resultados da última AFE, com dois fatores.

Houve uma primeira tentativa com 7 fatores (45 variáveis ou itens), respeitando a base teórica do instrumento, que fixou esse número de fatores a serem extraídos. Foi aplicado o método de extração *Robust Unweighted Least Square* (RULS), com rotação *Robust Promin*. Essa solução fatorial, não obstante tenha apresentado índices adequados (Testes de Esfericidade de *Bartlett* = 4929,5, *g.l.* = 990, $p < 0,001$; *Kaiser-Meyer-Olkin* [KMO] = 0,93) não foi satisfatória pelos seguintes motivos: 12 itens carregaram com cargas fatoriais semelhantes em dois fatores; dois fatores retiveram apenas dois itens, o sétimo fator não reteve nenhum item. Assim, embora os índices de qualidade de ajuste tenham sido satisfatórios com *Root-Mean-Square Error of Approximation* - RMSEA (95% CI) igual a 0,003

(0,0018-0,022), CFI igual a 1,00 e TLI igual a 1,01, as cargas fatoriais não foram interpretáveis, não fazendo sentido teórico. Como os dados das análises paralelas indicaram a possibilidade de três a quatro fatores, optou-se por já testar essas soluções fatoriais.

Procedeu-se, assim, ao teste da solução fatorial com quatro e, depois, três fatores pelo método de extração *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (RDWLS) e pelas matrizes de correlação policóricas (Asparouhov & Muthen, 2010), com rotação *Robust Promin* (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019). No entanto, as estruturas fatoriais dessas duas soluções também não se ajustaram teoricamente, como esperado. Ademais, as APs indicaram dois fatores como mais representativos para os dados.

A Solução de Dois Fatores

Essa tentativa fixou dois fatores tendo em vista os resultados da AP, mantendo o método de extração anterior, assim como as matrizes de correlação policóricas (Asparouhov & Muthen, 2010) e rotação *Robust Promin*. Nessa análise, optou-se por excluir previamente os itens/variáveis 1, 8, 9 e 26 tendo em vista que na solução de três fatores, esses quatro itens tiveram cargas fatoriais abaixo de 0,30, mostrando sua fragilidade. Assim, 41 variáveis/itens foram analisados. A solução fatorial apresentou índices adequados de ajuste: Testes de Esfericidade de *Bartlett* = 4944,8, *g.l.* = 820, $p < 0,001$; *KMO* = 0,90; *RMSEA* (95% CI) = 0,03[0,010-0,050]; *CFI* = 0,98; *TLI* = 0,98.

O *Goodness of Fit Index* (GFI), analisado com *bootstrapping*, foi igual a 0,97 (IC=95%, 0,97-0,98). Foi calculado o coeficiente multivariado de Mardia, cujos valores foram: assimetria = 395,75 $p = 1.0000$; curtose = 2178,23 $p < 0,001$. Este último resultado indicou que o pressuposto de normalidade multivariada dos dados não foi atendido.

Os dois fatores explicaram 32,24% da variância e seus índices de fidedignidade composta foram adequados ($FC > 0,70$). Optou-se, então, por considerar apenas cargas-fatoriais acima de 0,30, visando um instrumento mais parcimonioso e de fácil aplicação, o que

levou à exclusão de seis itens que tiveram carga inferior a esse valor (itens 5, 6, 7, 16, 25 e 41). Um item (19 - Sou uma pessoa reservada em relação à minha vida financeira) foi excluído por decisão dos pesquisadores, devido ao conteúdo confuso: ser reservado pode significar timidez, e não necessariamente refletir uma influência social sobre o dinheiro.

Assim, a escala ficou com 34 itens e dois fatores (Anexo 6). Duas das três dimensões teóricas que inicialmente possuíam tanto itens relacionados a comportamentos de risco quanto protetivos ao superendividamento, após análise fatorial, mantiveram apenas itens tendendo a um dos lados. Os itens do subfator comportamento financeiro relacionam-se a aspectos protetivos em relação ao superendividamento, assim como o subfator influências sociais sobre o consumo manteve apenas itens associados ao fator risco. A terceira dimensão teórica, crenças sobre dinheiro, manteve apenas um item inicialmente relacionado ao risco de superendividamento (26 – Eu não consigo economizar porque ganho pouco), o qual, após devidamente recodificado, passou a acompanhar os demais, associados à proteção ao superendividamento.

Assim, o fator 1, denominado proteção ao superendividamento, agregou itens dos fatores teóricos bem-estar financeiro – BEF (4 itens), comportamento financeiro - CF (6 itens) e crenças sobre o dinheiro - CD (3 itens), totalizando 13 itens. Esse fator e seus itens se referem a aspectos que previnem ou evitam com que o consumidor chegue à situação de superendividamento, cuja definição se refere ao conjunto de comportamentos de consumo visando à segurança financeira em relação ao futuro, caracterizados pelo hábito de poupar e refletir antes de gastar, baseado em crenças funcionais sobre o uso do dinheiro.

O fator 2, intitulado risco de superendividamento, agrupou itens dos fatores teóricos influências sociais sobre o consumo - IS (seis itens), compra compulsiva - CC (oito itens), materialismo - M (dois itens) e compra impulsiva - CI (cinco itens), somando 21 itens. Esse fator representa aspectos que estimulam ou induzem o consumidor a tornar-se

superendividado, sendo definido como o conjunto de comportamentos de consumo caracterizado pela realização de compras por impulso, em que o valor social da aquisição é preponderante sobre sua real necessidade, baseado na crença de que posses e aquisições influenciam no valor que as pessoas têm para a sociedade, podendo estar associado a um desejo irresistível de comprar.

Tendo em vista a solução fatorial encontrada, a escala foi renomeada para Escala de Proteção e Risco de Superendividamento (EPRIS). A Tabela 2 apresenta as cargas fatoriais dos itens, o percentual de variância explicada, os alfas de Cronbach e os valores da fidedignidade composta (FC) por fator. O fator 1 obteve alfa igual a 0,84 e FC igual a 0,85; o fator 2 teve alfa e FC iguais a 0,89.

Tabela 2

Solução Fatorial com Cargas Fatoriais, Comunalidades, Percentual de Variância Explicada e Índices de Consistência Interna da Escala de Proteção e Risco ao Superendividamento

Itens	Fatores		
	1	2	h ²
CC13 Sinto uma vontade irresistível de comprar.		0,72	0,54
CC10 Sinto um desconforto que só passa quando compro.		0,69	0,48
CC12 Desconfio que sou viciado(a) em compras.		0,69	0,50
CI18 Costumo adquirir produtos sem antes refletir sobre sua real necessidade.		0,66	0,50
CC9 Saio com vontade de comprar sem saber exatamente o quê.		0,64	0,42
CI21 Compro produtos desnecessários apenas pelo fato de estarem em promoção.		0,63	0,43
CI19 Tenho o hábito de adquirir produtos na primeira vez que os vejo.		0,62	0,25
IS 4 Minha decisão de comprar é influenciada pelas propagandas.		0,60	0,31
CI20 Quando vejo um produto que tem aparecido na mídia, eu não resisto e compro.		0,59	0,32
CC8 É comum que eu me sinta culpado(a) após realizar uma compra.		0,56	0,35
CC14 Escondo minhas compras por receio de receber críticas.		0,56	0,34
IS6 Minha decisão de comprar é influenciada pelas redes sociais ou outras pessoas.		0,55	0,26
CI17 Tenho o hábito de adquirir produtos parecidos (de cores diferentes, por exemplo).		0,53	0,25
CC11 Amigos e/ou familiares dizem que eu tenho problemas relacionados às compras.		0,52	0,37
IS5 Gosto de agradecer as pessoas com presentes mais caros do que eu poderia gastar.		0,47	0,28
IS1 O modo como o(a) vendedor(a) me atende influencia minha decisão de comprar algo desnecessário.		0,41	0,17
CC7 Costumo comprar produtos não essenciais utilizando o limite de cheque especial ou outra forma de pagamento com juros.		0,40	0,39
IS3 Tenho dificuldade em negar favores financeiros.		0,36	0,14

IS2 Dependo da opinião de terceiros para tomar decisões financeiras.	0,33	0,10
M15 Minha decisão de comprar leva em conta o valor (status social) que o produto tem para a sociedade.	0,33	0,10
M16 As posses são as maiores fontes de satisfação na vida de uma pessoa.	0,33	0,10
CF31 Eu economizo para lidar com imprevistos no futuro.	0,90	0,83
CF28 Economizo para enfrentar danos financeiros causados por situações inesperadas.	0,81	0,67
CF29 Eu gasto menos do que ganho.	0,71	0,52
CF27 Eu acompanho de perto meus gastos mensais para evitar surpresas ao final do mês.	0,66	0,46
BEF22 As escolhas financeiras que fiz no passado hoje me permitem aproveitar a vida.	0,65	0,47
BEF23 Eu possuo metas financeiras.	0,65	0,39
BEF 24 Eu honro minhas obrigações financeiras.	0,58	0,31
BEF 25 Sinto segurança em relação ao meu futuro financeiro.	0,51	0,31
CF30 Eu costumo adiar uma compra para obter descontos ou evitar pagar juros.	0,43	0,19
CD33 É importante acompanhar de perto os gastos mensais para evitar surpresas ao final do mês.	0,40	0,14
CD32 É importante economizar para lidar com imprevistos.	0,39	0,14
CF26 Eu não consigo economizar porque ganho pouco.	-0,35	0,16
CD34 É importante planejar antes de comprar para pagar à vista e receber desconto.	0,34	0,10
	Número de itens	13 21
	% de variância explicada	21,88 10,36
	Alfa de Cronbach	0,84 0,89
	Fidedignidade composta	0,85 0,89

Nota. Fator 1- Proteção ao superendividamento; Fator 2 - Risco de superendividamento.

A análise da consistência interna a partir do alfa de Cronbach e da fidedignidade composta (FC) foram calculados para os sete subfatores da EPRIS, sendo que quatro deles obtiveram alfas e FCs superiores ou iguais a 0,70: compra compulsiva ($\alpha = 0,85$; FC = 0,82), comportamento financeiro ($\alpha = 0,82$; FC=0,83), compra impulsiva ($\alpha = 0,75$; FC =0,77) e bem-estar financeiro ($\alpha = 0,70$; FC= 0,69). Os outros três subfatores — materialismo ($\alpha = 0,46$; FC = 0,20), crenças sobre o dinheiro ($\alpha = 0,53$; FC = 0,33) e influências sociais ($\alpha = 0,51$; FC = 0,56) — obtiveram valores baixos, indicando fidedignidade reduzida.

Além disso, ao verificar os valores do *Bayesian Information Criterion* (BIC), o modelo bifatorial foi igual a 1.807,15 sendo que quanto menor o valor, mais ajustado é o modelo, e esse foi o menor valor identificado se comparado às análises fatoriais anteriores (Damásio & Dutra, 2017). A Tabela 3 apresenta as análises descritivas dos fatores Proteção (fator 1) e Risco (fator 2) de Superendividamento.

Tabela 3

Estatísticas Descritivas dos Fatores da EPRIS

Fator	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Mdn</i>	Assimetria	Curtose	Máx.	Mín.
Proteção	3,95	0,70	4,08	- 0,65	- 0,15	5,00	1,31
Risco	1,87	0,60	1,76	1,17	1,56	4,05	1,00

**Investigando Evidências de Validade Baseadas na Relação da EPRIS
com Outras Variáveis Financeiras**

Primeiramente foi investigado se o pressuposto de normalidade dos dois fatores da escala tinha sido violado, mediante análise dos histogramas, valores de assimetria e curtose, e realização dos testes Kolmogorov-Smirnov e Shapiro Wilk. Houve infração do pressuposto da normalidade nas variáveis risco ($K-S = 0,01$; $p \leq 0,001$; $S-W = 0,92$; $p \leq 0,001$) e proteção ao superendividamento ($K-S = 0,11$; $p \leq 0,001$; $S-W = 0,95$; $p \leq 0,001$), sendo que testes não paramétricos foram aplicados nas análises subsequentes.

Para investigar evidências baseadas na relação com outras variáveis (validade de critério), quatro variáveis referentes à vida financeira foram selecionadas para teste de comparação de medianas dos dois fatores da EPRIS, a saber: presença de dívidas em atraso, preocupação com a vida financeira atual, estresse financeiro percebido (as cinco alternativas de resposta foram agrupadas em três níveis: estresse baixo ou nulo; estresse médio e estresse alto ou extremamente alto) e perfil de consumo. As análises das três primeiras variáveis estão na Tabela 4.

Tabela 4

Comparação de Medianas dos Fatores Proteção e Risco de Superendividamento segundo Presença de Dívidas em Atraso, Estresse Financeiro Percebido e Preocupação com a Situação Financeira Atual (N = 444)

Variáveis		Proteção ao Superendividamento			
		<i>M/(DP)</i>	<i>Mdn</i>	<i>M Rank</i>	<i>U/H(p-valor)</i>
Dívidas em atraso	Não (n=339)	4,31(0,58)	4,31	258,74	<i>U=5511,50</i> (<i>p</i> ≤0,001)
	Sim (n=105)	3,23(0,64)	3,23	105,49	
Estresse financeiro percebido	Muito baixo ou nulo (n = 187)	4,24(0,59)	4,31	276,07	<i>H=85,55</i> (<i>p</i> ≤0,001)
	Médio (n=153)	3,95(0,66)	4,08	219,12	
	Alto/extremamente alto (n=104)	3,44(0,67)	3,38	131,14	
Preocupação com a situação financeira Atual	Despreocupado (n=164)	4,34(0,53)	4,46	296,73	<i>H=109,50</i> (<i>p</i> ≤0,001)
	Preocupado (n=225)	3,84(0,65)	3,92	196,93	
	Extremamente preocupado (n=55)	3,26(0,67)	3,23	105,75	
Variáveis		Risco de Superendividamento			
		<i>M/(DP)</i>	<i>Mdn</i>	<i>M Rank</i>	<i>U/H(p-valor)</i>
Dívidas em atraso	Não (n=339)	1,71(0,53)	1,71	212,70	<i>U=14476,5</i> (<i>p</i> =0,004)
	Sim (n=105)	1,90(0,77)	1,90	254,13	
Estresse financeiro percebido	Muito baixo ou nulo (n=187)	1,74(0,52)	1,62	194,47	<i>H=21,84</i> (<i>p</i> ≤0,001)
	Médio (n=153)	1,87(0,56)	1,81	226,20	
	Alto/extremamente alto (n= 104)	2,13(0,73)	2,00	267,46	
Preocupação com a situação financeira atual	Despreocupado (n=164)	1,76(0,53)	1,64	199,08	<i>H=14,07</i> (<i>p</i> =0,001)
	Preocupado (n=225)	1,88(0,65)	1,76	227,41	
	Extremamente preocupado (n=55)	2,16(0,67)	2,00	272,25	

Nota. *M*=Média; *Mdn*=Mediana; *DP*= Desvio-padrão; *M Rank* = Média do Rank; *U*= Mann Whitney; *H*= Kruskal-Wallis

No teste de *Mann-Whitney*, pessoas com dívidas em atraso tiveram medianas mais altas no fator risco de superendividamento se comparadas às que não tinham essas dívidas ($z=-2,89$; $p \leq 0,01$; $r=-0,14$), diferenças que foram significativas ($U = 14476,50$; $df = 1$; $p = 0,004$). No que se refere ao fator proteção, essas diferenças também foram significativas ($U = 5511,50$; $df = 1$; $p \leq 0,001$): as medianas das pessoas com dívidas atrasadas foram

menores do que as daquelas que não tinham essas dívidas ($z=-10,70$; $p \leq 0,01$; $r = -0,51$), como pode ser observado na Tabela 4.

Procedeu-se ao teste *Kruskal-Wallis* para avaliar diferenças de medianas dos fatores de risco e proteção ao superendividamento entre pessoas com níveis diferentes de estresse financeiro percebido (Tabela 4). O resultado foi estatisticamente significativo para risco de superendividamento ($H(2) = 21,841$, $p \leq 0,001$). Na comparação par a par, observou-se que pessoas com estresse nulo ou muito baixo se diferenciaram daquelas com estresse alto ou extremamente alto ($z = -4,65$; $p < 0,001$; $r = -0,22$), bem como entre as que tiveram estresse médio com as que indicaram estresse alto ou extremamente alto ($z = -2,53$; $p < 0,05$; $r = -0,12$) nessa variável. A diferença entre escore médio e escore baixo ou nulo não se diferenciou de forma ($z = -2,27$; $p = 0,07$; $r = -0,11$) significativa.

O fator proteção também teve resultado significativo no teste *Kruskal-Wallis* ($H(2) = 85,551$, $p \leq 0,001$), tal como apresentado na Tabela 4. Os dados revelaram que, na comparação par a par, as diferenças das medianas dos três grupos foram estatisticamente significativas: níveis altos ou extremamente altos de estresse tiveram medianas mais baixas em proteção ao superendividamento em relação ao nível médio de estresse ($z = 5,40$; $p < 0,001$; $r = 0,26$), e em relação aos que tinham estresse baixo ou nulo ($z = 9,24$; $p < 0,001$; $r = 0,44$). Também foi significativa a diferença entre as medianas dos que informaram estresse médio em comparação com níveis baixos ou nulos ($z = 4,07$; $p < 0,001$; $r = 0,19$).

Quanto à preocupação com a situação financeira atual (Tabela 4), o teste de *Kruskal-Wallis* também foi significativo para a variável risco de superendividamento ($H(2) = 14,072$; $p = 0,001$). No entanto, as medianas foram significativamente mais altas para os extremamente preocupados em comparação com os despreocupados ($z = 3,66$; $p < 0,001$; $r = 0,17$). As diferenças de medianas do fator risco entre os dois outros pares —

despreocupado e preocupado ($z = 2,15$; $p = 0,09$; $r = 0,10$) e preocupado e extremamente preocupado ($z = 2,32$; $p = 0,06$; $r = 0,12$) — não foram significativas.

Esse teste também foi significativo para a proteção ao superendividamento ($H(2) = 109,51$, $p \leq 0,001$). Na comparação par a par (Tabela 4), as medianas dos três grupos alcançaram diferenças estatisticamente significativas: pessoas despreocupadas obtiveram medianas mais altas nessa variável em relação às preocupadas ($z = -7,58$; $p < 0,001$; $r = -0,36$) e às que se revelaram extremamente preocupadas ($z = -9,56$; $p < 0,001$; $r = -0,45$). A diferença entre o escore médio das que tinham preocupação e as que informaram estar extremamente preocupadas também foi significativa ($z = -4,73$; $p < 0,001$; $r = -0,22$).

Não obstante os resultados das análises não paramétricas terem sido significativos, inclusive nas comparações par a par, merece destaque que os tamanhos dos efeitos variaram de pequenos a médios. Houve exceção, quanto à proteção ao superendividamento na comparação entre pessoas com dívidas em atraso com as que não tinham dívidas, cujo tamanho do efeito foi grande ($r = -0,51$).

Por último, foi realizado um teste *Kruskal-Wallis* com a variável perfil de consumo, em cinco níveis, com os fatores de risco e proteção (Tabela 5). O resultado foi estatisticamente significativo para risco de superendividamento ($H(4) = 32,53$; $p \leq 0,001$). Na comparação par a par, as medianas alcançaram significância estatística entre três pares, sendo que a condição 5 (gasto menos do que ganho e consigo guardar dinheiro mensalmente) teve mediana mais baixa se comparada às condições 3 ($z = 4,07$; $p < 0,001$; $r = 0,19$), 2 ($z = 3,95$; $p < 0,001$; $r = 0,19$) e 1 ($z = 3,011$; $p < 0,001$; $r = 0,14$). As diferenças entre os demais pares não foram significativas.

Quanto à variável proteção ao superendividamento, o teste *Kruskal-Wallis* também foi significativo ($H(4) = 226,44$, $p \leq 0,001$). Comparando par a par, as medianas alcançaram diferença estatística significativa entre sete pares, sendo que a condição 5 (gasto menos do

que ganho e consigo guardar dinheiro mensalmente) se comparada às condições 4 ($z = -4,29$; $p < 0,001$; $r = 0,20$) e 5 ($z = -7,20$; $p < 0,001$; $r = -0,34$) foram significativas. As diferenças significativas entre os demais pares foram: condições 2 e 3 ($z = -6,11$; $p < 0,001$; $r = -0,29$); condições 2 e 5 ($z = -11,70$; $p < 0,001$; $r = -0,55$); condições 3 e 4 ($z = -4,20$; $p < 0,001$; $r = -0,20$); condições 3 e 5 ($z = -10,07$; $p < 0,001$; $r = -0,48$); e condições 4 e 5 ($z = -6,93$; $p < 0,001$; $r = -0,33$).

Tabela 5

Comparação de Medianas dos Fatores Proteção e Risco de Superendividamento segundo o Perfil de Consumo (N = 444)

Variáveis		Proteção ao Superendividamento			
		<i>M(DP)</i>	<i>Mdn</i>	<i>M Rank</i>	<i>H</i>
Perfil de consumo	1. Gasto mais do que ganho, possuo dívidas em atraso e dificilmente conseguirei honrar os meus compromissos financeiros (n=13).	2,80(0,50)	2,85	46,04	226,44*
	2. Gasto mais do que ganho e possuo dívidas em atraso que conseguirei quitar no futuro (n=51).	3,08(0,54)	3,15	75,07	
	3. Consigo pagar a maior parte de minhas obrigações financeiras em dia, porém, se eu sofrer qualquer tipo de imprevisto financeiro, é certa a inadimplência (n=61).	3,43(0,55)	3,43	121,57	
	4. Pago as contas em dia, gasto apenas o que ganho (ou um pouco menos), mas não costumo guardar dinheiro mensalmente (n=116).	3,91(0,57)	3,96	206,78	
	5. Gasto menos do que ganho e consigo guardar dinheiro mensalmente (n=203).	4,42(0,39)	4,46	310,15	
Variáveis		Risco de Superendividamento			
		<i>M(DP)</i>	<i>Mdn</i>	<i>t Rank</i>	<i>H</i>
Perfil de consumo	1. Gasto mais do que ganho, possuo dívidas em atraso e dificilmente conseguirei honrar os meus compromissos financeiros (n=13).	2,31(0,71)	2,10	303,35	32,53*
	2. Gasto mais do que ganho e possuo dívidas em atraso que conseguirei quitar no futuro (n=51).	2,14(0,77)	2,14	268,68	
	3. Consigo pagar a maior parte de minhas obrigações financeiras em dia, porém, se eu sofrer qualquer tipo de imprevisto financeiro, é certa a inadimplência (n=61).	2,10(0,67)	1,95	265,55	
	4. Pago as contas em dia, gasto apenas o que ganho (ou um pouco menos), mas não costumo guardar dinheiro mensalmente (n=116).	1,90(0,62)	1,81	228,63	
	5. Gasto menos do que ganho e consigo guardar dinheiro mensalmente (n=203).	1,70(0,45)	1,62	189,28	

Nota. *M*=Média; *DP*= Desvio-padrão; *Mdn*= Mediana; *H*= Kruskal-Wallis; *M Rank*= Média do Rank; * $p \leq 0,001$.

Não obstante os resultados dos testes *Kruskal-Wallis* terem sido significativos, inclusive nas comparações par a par, nota-se que os tamanhos dos efeitos variaram de pequenos a médios. Houve exceção, quanto à variável proteção ao superendividamento na comparação entre pessoas com perfil 5 (Gasto menos do que ganho e consigo guardar dinheiro mensalmente) e nível 2 (Gasto mais do que ganho e possuo dívidas em atraso que conseguirei quitar no futuro), que atingiu efeito grande ($r = -0,55$).

Discussão

Este estudo teve como objetivo construir e testar as propriedades psicométricas da medida de proteção e risco ao superendividamento. Diferentemente dos instrumentos de medida que avaliam aspectos ligados ao endividamento (Chiguay et al., 2016; Coria et al., 2012; Trindade et al., 2012) encontrados na literatura, a EPRIS busca relacionar comportamentos, crenças e valores que ampliam ou reduzem a propensão de um consumidor de tornar-se superendividado.

A forma como as pessoas lidam com o dinheiro, que inclui pensamentos, comportamentos e sentimentos sobre o ato de consumir, pode conduzi-la a uma situação de dificuldade financeira, e até mesmo de superendividamento. Entretanto, tendo-se em consideração o cenário econômico no qual vive o devedor, é plausível argumentar que as razões do excesso de dívidas podem ter outras causas que não apenas atributos do consumidor.

O perfil sociodemográfico dos respondentes da EPRIS, recrutados por meio de coleta de dados *on-line*, difere da realidade nacional, tendo em vista ser formada, em sua maioria, por participantes brancos, de níveis elevados de escolaridade, residentes principalmente em duas capitais nacionais. Nesse sentido, é possível que os dados coletados não reflitam de forma inequívoca a realidade dos brasileiros, mas sim, apenas de uma parcela da população

especialmente formada por aqueles que possuem os meios necessários para o fornecimento de respostas desse tipo (acesso à internet, por exemplo), além de familiaridade com os mesmos. Soma-se a essa dificuldade, o impeditivo de pesquisadores brasileiros motivarem a participação no estudo por meio de sorteios ou outros benefícios para compensar o dispêndio de tempo e atenção gastos quando da participação na pesquisa, já que essa é uma norma ética regulamentadora das pesquisas envolvendo seres humanos no país.

A inesperada impossibilidade de recrutar um contingente considerável de participantes que fazem parte da chamada amostra clínica (pessoas que estão em situação de superendividamento), como inicialmente havia sido proposto para este estudo, também é tida como um limitador. Futuramente, para sanar a dificuldade relacionada à aplicação do instrumento em uma maior diversidade de consumidores, sugere-se a realização de estudos presenciais em locais que atendem a essa população em específico, como Procons ou programas de atendimento a superendividados, como era a ideia inicial da pesquisa. Por consequência das limitações de mobilidade social ocasionadas pela crise sanitária da Covid-19, assim como em virtude do inesperado encerramento das atividades do programa voltado ao público superendividado onde os dados seriam coletados, essa tática tornou-se inviável.

Outra limitação diz respeito ao tipo de questionário aplicado. Se em testes de autorrelato o nível de escolaridade dos participantes da pesquisa tem um impacto maior (Carvalho & Ambiel, 2017), sugere-se a aplicação futura da EPRIS em uma população mais diversificada também em termos dessa característica sociodemográfica, o que pode ser sanado por meio da coleta presencial antes mencionada.

Apesar do exposto, em que pese o fato de dois terços das famílias brasileiras estarem superendividadas (CNC, 2021), este estudo alcançou parte de respondentes que afirmou possuir dívidas em atraso, muito embora a renda média dos participantes seja superior à nacional. Outro aspecto a ser considerado é que, apesar do alto nível de escolaridade da

amostra, a baixa renda dos participantes aponta para a existência de problemas relacionados à empregabilidade no país, fartamente noticiados pelas mídias os quais, de certa forma, também apontam para a desvalorização da formação acadêmica. Tais aspectos reforçam a recomendação de que sejam desenvolvidos estudos multinacionais que permitam conhecer possíveis preditores econômico-sociais do superendividamento.

Alguns aspectos positivos da medida podem ser destacados. O primeiro refere-se aos índices adequados de confiabilidade dos fatores proteção e risco ao superendividamento. Cabe também ressaltar que não houve supressão de qualquer das sete dimensões teóricas após realização da análise fatorial, o que indica sua adequação. Destaca-se também que o agrupamento dos fatores ocorreu de forma lógica e consonante com a literatura. A validade de critério mostrou que os dois fatores diferenciam grupos em relação a aspectos da vida financeira, no que diz respeito especificamente ao estresse autopercebido, à preocupação com a situação financeira atual e à presença ou ausência de dívidas. Nessa amostra, pessoas que se percebem mais estressadas, que estão mais preocupadas com sua situação financeira e possuem mais dívidas em atraso pontuam mais significativamente no fator risco que no fator proteção ao superendividamento. Por fim, os itens que permaneceram na escala fizeram com que cada subfator estivesse hospedado ou no fator risco ou no fator proteção ao superendividamento, muito embora, originalmente, certos construtos tenham sido elaborados com afirmativas que tendiam tanto para um polo, como para outro.

A análise da consistência interna dos subfatores da EPRIS sugere que os índices satisfatórios alcançados por quatro deles (acima de 0,70), ao lado do número de itens de cada um deles (variando de quatro a oito itens) permitem a utilização dessas subescalas de forma independente, a partir dos objetivos e interesses do pesquisador, o que seria vantajoso caso se deseje investigar exclusivamente essas dimensões. São eles: compra compulsiva, comportamento financeiro, compra impulsiva e bem-estar financeiro. Nota-se que todos os

itens desses quatro subfatores expressam ações (comportamentos ou atitudes) relacionadas ao uso do dinheiro.

Tendo em vista que os subfatores com menores índices de confiabilidade interna (alfas de Cronbach inferiores a 0,70) são formados por itens relacionados a aspectos subjetivos do consumo (crenças sobre o dinheiro, influências sociais sobre o consumo e materialismo), e não a ações concretas relacionadas ao uso do dinheiro, pode-se sugerir que o modo como as pessoas se comportam influencia mais significativamente sua propensão ao superendividamento do que suas crenças a esse respeito. Porém, considerando que a análise da confiabilidade interna dos dois fatores gerais (proteção e risco ao superendividamento) manteve válidos também itens originalmente pertencentes a essas três dimensões, considera-se igualmente a influência das crenças sobre o consumo na propensão ao superendividamento, ainda que em menor magnitude. Tendo em vista o exposto, entende-se que o Modelo de Crenças em Saúde - MCS (Rosentock, 1990) pode ser considerado uma teoria relevante para a proposição de ações voltadas à abordagem do superendividamento, uma vez que neste estudo, em que pese o problema de não ser classificado como uma doença propriamente dita, mantém similaridades em relação às intercorrências em saúde para as quais é usualmente utilizado.

Ante o exposto, na prática, quando se intenciona desenvolver ações voltadas à prevenção ou tratamento do superendividamento, é recomendável abordar tanto aspectos comportamentais quanto emocionais e cognitivos relacionados ao consumo e relação com o dinheiro. Tendo em vista suas possíveis aplicações, a terapia cognitivo-comportamental é tida como ferramenta interessante para a formulação de programas dessa natureza. Estudos que testem programas voltados ao superendividamento voltados a essa população são não apenas sugeridos, mas recomendados, tendo em vista os resultados apontados nesta pesquisa. Outro aspecto a ser considerado é que o fato da compra compulsiva, também denominada onimania, caracterizar-se por uma psicopatologia e não apenas refletir um modo de agir e

pensar, optar por uma abordagem clínica em caráter interdisciplinar ampliará significativamente as possibilidades de se obterem efeitos positivos sobre o problema.

Em relação aos subfatores compra compulsiva e compra impulsiva, ambos pertencentes ao fator risco ao superendividamento, a EPRIS mostra que os mesmos podem ser considerados fatores independentes, em consonância com os resultados encontrados por Kshatriya e Shah (2021). A análise da EPRIS confirmou que, muito embora a compra compulsiva possa ser equivocadamente denominada ou confundida com a compra por impulso, tais conceitos possuem significados distintos (Veludo-de-Oliveira et al., 2004).

Sugestiona-se a realização de estudos multinacionais sobre a temática como uma contribuição para explicar a força de aspectos socioeconômicos sobre a tendência ao superendividamento. Para fins de comparação, uma maior incidência de furtos em supermercados quando há também um aumento na insegurança alimentar de uma população, muito provavelmente não reflete tão somente a tendência dos consumidores em praticar o ato delituoso, mas sim, também se relaciona a uma suposta ineficiência do Estado em lidar com problemas sociais que poderiam evitar uma maior ocorrência de furtos familiares.

Por fim, cabe destacar que em setembro de 2021 o governo brasileiro lançou, mais uma vez, uma política econômica de disponibilização de crédito à população de baixa renda desacompanhadamente de ações voltadas à educação financeira da população. Por meio do aplicativo de um banco público, será disponibilizado crédito no valor de até R\$ 1.000 para pagamento mensal em até 24 vezes, a uma taxa de 3,99% ao mês (Governo Federal, 2021), enquanto em grande parte do mundo capitalista, a taxa de juros é negativa (descontada a inflação).

Considerações Finais

Apesar das limitações apontadas, considera-se que o presente estudo oferece um instrumento psicometricamente válido, relevante e de fácil aplicação para avaliar fatores de

risco e proteção ao superendividamento. Espera-se que a EPRIS possa ser usada para medir aspectos específicos de pessoas, grupos ou populações, de modo que as tornem menos propensas a tornarem-se superendividadas (caráter protetivo) ou saiam dessa situação (caráter de tratamento). Crê-se que, ao se utilizá-la para conhecer características de uma dada população, será possível planejar programas e/ou outros tipos de ações com maior chance de eficácia na redução do superendividamento.

O Brasil vive a pior crise econômica de sua história, com milhões de brasileiros retornando à condição de miséria e fome extrema, com agravamento do desemprego. Ao invés de se propor um auxílio de emergência para suprir as necessidades urgentes sentidas por milhões de brasileiros, o governo federal decide lançar um programa de crédito visando obter lucro sobre uma população que se vê diante de necessidades que ameaçam sua sobrevivência. Muito embora esse crédito possa ser utilizado para sanar urgências por parte da população, e venha a ser contratado sob uma situação de necessidade extrema ou até mesmo de desespero, considerando a alta taxa de juros e a dificuldade na retomada econômica, somado à inexistência de políticas de educação financeira, esse programa provavelmente produzirá uma nova leva de endividados no país a curto e médio prazos.

Acredita-se que a medida tem o potencial de contribuir na formulação de políticas públicas voltadas a reduzir as consequências negativas desse problema sobre a sociedade e reduzir as consequências negativas que o superendividamento impõe para as pessoas vitimadas por esse mal que vem afetando cada vez mais pessoas e assumindo contornos cada vez mais complexos. Consequências sociais relacionadas ao alijamento dessas pessoas no mercado de trabalho produzem efeitos sobre toda a sociedade, em especial sobre o setor produtivo, mola propulsora do desenvolvimento econômico de um país.

Referências

- Alexandre, N. M. C., & Coluci, M. Z. O. (2011). Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. *Ciência e Saúde Coletiva*, 16(7), 3061-3068. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800006>
- American Educational Research Association, American Psychological Association & National Council on Measurement in Education [AERA, APA & NCME] (2014). *Standards for educational and psychological testing*. American Educational Research Association.
- Andrade, J. M., & Valentini, F. (2018). Diretrizes para a construção de testes psicológicos: a Resolução CFP nº 009/2018 em destaque. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(spe), 28-39. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000208890>
- Asparouhov, T., & Muthen, B. (2010). *Simple second order chi-square correction*. Unpublished manuscript. 3 maio 2010. https://www.statmodel.com/download/WLSMV_new_chi21.pdf.
- Banco Central do Brasil [BACEN]. (2020). Endividamento de risco no Brasil: conceitos e indicadores. Banco Central do Brasil. https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/serie_cidadania/serie_cidadania_financeira_6_endividamento_risco.pdf. 35p.
- Belk, R. W. (1985). Materialism: aspects of living in the material world. *Journal of Consumer Research*, 12(3), 265-280. <https://doi.org/10.1086/208515>
- Borroughs, J. E., & Rindfleisch, A. (2002). Materialism and well-being: a conflicting values perspective. *Journal of Consumers Research*, 29, 348-370. <https://doi.org/10.1086/344429>

- Busseri, M. A., Lefcourt, H. M., & Kerton, R. R. (1998). Locus of control for consumers outcomes: predicting consumer behavior. *Journal of Applied Social Psychology*, 28(12), 1067-1087. <https://doi:10.1111/j.1559-1816.1998.tb01668.x>
- Campara, J. P., Vieira, K. M., & Ceretto, P. S. (2016). Entendendo a atitude ao endividamento: fatores comportamentais e variáveis socioeconómicas o determinam? *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 15(1), 5-24. <https://doi.org/10.21529/RECADM.2016002>
- Carvalho, L., & Ambiel, R. (2017). Construção de instrumentos psicológicos. In B. F. Damásio & J. C. Borsa (Eds.), *Manual de desenvolvimento de instrumento psicológicos* (pp. 39-55). Vetor.
- Chiguay, L. M., Coria, M. D., & Escobar, B. A. (2016). Relación entre actitudes hacia el endeudamiento y locus de control del consumidor en estudiantes universitarios. *Suma Psicológica*, 23, 1-9. <https://doi.org/10.1016/j.sumpsi.2015.11.002>
- Clayton, M., Liñares-Zegarra, J., & Wilson, J. O. (2016). Does debt affect health? Cross country evidence on the debt-health nexus. *Social Science and Medicine*, 130, 51-58. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2015.02.002>
- Confederação Nacional de Dirigentes Logistas [CNDL]. Serviço de proteção ao Crédito [SPC Brasil]. (sem data). *8 em cada 10 inadimplentes sofreram impacto emocional negativo por conta das dívidas, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil*. <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/7266>
- Confederação Nacional do Comércio [CNC]. (2020). *O perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2020*. https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/1617131107__An%C3%A1lise+Peic+-+anual+2020.pdf

- Confederação Nacional do Comércio [CNC]. (2021). *Um retrato recente do endividamento dos consumidores: o que ele expõe?* https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2021/08/Analise-Peic-Agosto-de-2021_especial.pdf
- Conselho Nacional de Saúde [CNS]. (2016). Resolução n. 510 de 07 de abril de 2016. <https://conselho.saude.gov.br/resoluções/2016/Reso510.pdf>.
- Consumer Financial Protection Bureau [CFPB]. (2015). *Financial well-being: The goal of financial education*. Washington, DC. https://files.consumerfinance.gov/f/201501_cfpb_report_financial-well-being.pdf
- Coria, M. D., Gaete, D. C. Rojas, C. V., Gómez, Y. G., & Aravena, J. S. (2012). Escala de Actitudes hacia el Endeudamiento: validez factorial y perfiles actitudinales en estudiantes universitarios chilenos. *Universitas Psychologica*, *11*(2), 497-509. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.upsy11-2.eaev>
- Damáσιο, B. F., & Dutra, D. F. (2017). Análise faorial exploratória: um tutorial com o software Factor. In B. F. Damásio & J. C. Borsa, *Manual de desenvolvimento de instrumentos psicológicos* (pp. 241-265). Vetor Editora.
- Dobson, K. S., & Dozois, D. J. (2006) Fundamentos históricos e filosóficos das terapias cognitivo-comportamentais. In K. Dobson (Ed.), *Manual de Terapias Cognitivo-Comportamentais* (pp. 17-43). Artmed.
- Everitt, B. S. (1975). Multivariate analysis: The need for data, and other problems. *British Journal of Psychiatry*, *126*(1), 237-240. <https://doi.org/10.1192/bjp.126.3.237>
- Fitch, C., Chaplin, R., Trend, C., & Collard, S. (2007). Debt and mental health: the role of psychiatrics. *Advances in Psychiatric Treatment*, *13*(3), 194-202. <https://doi.org/10.1192/apt.bp.106.002527>
- Fontenelle, I. A. (2008). Psicologia e marketing: da parceria à crítica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, *60*(2), 143-157. <https://www.redalyc.org/pdf/2290/229017549013.pdf>

- Gaglietti, M. J., & Dorst, D. Z. (2016). Processo civil de consumo: diálogo com o novo CPC. *Revista de Direito do Consumidor*, 107, 1-12. http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDCons_n.107.17.PDF
- Garðarsdóttir, R. B., & Dittmar, R. B. (2012). The relationship of materialism to debt and financial well-being: the case of Iceland's perceived prosperity. *Journal of Economic Psychology*, 33(3), 471-481. <https://doi.org/10.1016/j.joep.2011.12.008>
- Gerbelli, L. G., & Basílio, P. (2021). Educação Financeira #130: Brasil tem 42 milhões de superendividados; ouça dicas para sair dessa situação. Podcast G1. 01 mar 2021. <https://g1.globo.com/podcast/educacao-financeira/noticia/2021/03/01/educacao-financeira-130-brasil-tem-42-milhoes-de-superendividados-ouca-dicas-para-sair-dessa-situacao.ghtml>
- Gomes, C. (2020). *Projeto nacional: o dever da esperança*. Leya.
- Governo Federal (2021). Lançado Crédito Caixa Tem que concede até R\$ 1 mil em empréstimo feito pelo celular. 27 set 2021. <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/09/lancado-credito-caixa-tem-que-concede-ate-r-1-mil-em-emprestimo-feito-pelo-celular>
- Hennigen, I., & Gehlen, G. (2012). Com a “vida” no vermelho: psicologia e superendividamento do consumidor. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 7(2), 290-298. https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapi/Volume7_n2/Hennigen,_Ines_&_Gehlen,_Gabriela.pdf
- Jacoby, M. (2002). Does indebtedness influence health? A preliminary inquiry. *The Journal of Law, Medicine & Ethics*, 30(4), 560-571. <https://doi.org/10.1111/j.1748-720X.2002.tb00426.x>

- Kahneman, D., & Tversky, A. (1979). Prospect theory: An analysis of decision under risk. *Econometrica*, 47(2), 263-292. <http://hassler-j.iies.su.se/COURSES/NewPrefs/Papers/KahnemanTversky%20Ec%2079.pdf>
- Kasser, T. (2002). *The high price of materialism*. The MIT Press.
- Kempson, E. (2002). *Over-Indebtedness in Britain*. A report to the Departement of Trade and Industry. http://www.ggy.bris.ac.uk/pfrc/Reports/Overindebtedness_Britain.pdf
- Kim, J., & Garman, E.T. (2003). Financial stress and absenteeism: An empirically derived model. *Financial Counseling and Planning*, 14(1), 31-42.
- Kim, J., Garman, E.T., & Sorhaindo, B. (2003). Relationships among credit counseling clients' financial well-being, financial behaviors, financial stressor events, and health. *Financial Counseling and Planning*, 14(1), 75-87. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2265623
- Klontz, B., Britt, S. L., Mentzer, J., & Klontz, T. (2011). Money beliefs and financial behaviors: development of the Klontz Money Script Inventory. *Journal of Financial Therapy*, 2(1),1-22. <https://doi.org/10.4148/jft.v2i1.451>
- Kshatriya, K., & Shah, P. S. (2021). A study of the prevalence of impulsive and compulsive buying among consumers in the apparel and accessories market. *Vilakshan – XIMB Journal of Management*. <https://doi.org/10.1108/XJM-12-2020-0252>
- Lea, S. E. G., Webley, P., & Walker, C. (1995). Psychological factors in consumer debt: money management, economic socialization, and credit use. *Journal of Economic Psychology*, 16(4), 681-701. [https://doi.org/10.1016/0167-4870\(95\)00013-4](https://doi.org/10.1016/0167-4870(95)00013-4)
- Lejoyeux, M., & Weinstein, A. (2010). Compulsive buying. *The American Journal of Drug and Alcohol Abuse*, 35(5), 248-253. <https://doi.org/10.3109/00952990.2010.493590>
- Lima, C. C. (2014). *O tratamento do superendividamento e o direito de recomeçar dos consumidores*. Revista dos Tribunais.

- Lorenzo-Seva, U., & Ferrando, P. J. (2006). FACTOR: A computer program to fit the exploratory factor analysis model. *Behavior Research Methods*, 38(1), 88-91. <https://link.springer.com/article/10.3758/BF03192753>.
- Lorenzo-Seva, U., & Ferrando, P.J. (2019). Robust Promin: a method for diagonally weighted factor rotation. *Liberabit, Revista Peruana de Psicología*, 25, 99-106. <https://10.24265/liberabit.2019.v25n1.08>
- Luz, E. J. F., Ayres, M. A. C., & Melo, M. A. S. (2019). Orçamento familiar: uma análise acerca da educação financeira. *Revista Humanidades e Inovação*, 6(12), 206-218. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1071>.
- Minadeo, R. (2012). Análise do Programa Bolsa Família – PBF – à luz da redução da miséria crônica e da superação da crise econômica. In C. F. D. Ávila & E. H. Gonçalves (Orgs.), *Estado, democracia e desenvolvimento no Brasil: estudos interdisciplinares* (pp. 89-114). Juruá.
- Moreira, A., & Tamayo, A. (1999). Escala de Significado do Dinheiro: desenvolvimento e validação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 15(2), 93-105. <https://doi.org/10.1590/S0102-37721999000200002>.
- Muniz, M. & Freitas, C. P. P. (2017). Padronização e normatização de instrumentos psicológicos. In B. F. Damásio & J. C. Borsa (Eds.), *Manual de desenvolvimento de instrumentos psicológicos* (pp. 57-83). Vetor.
- Neri, M. (2021). *Bem-estar trabalhista, felicidade e pandemia: Sumário executivo*. FGV Social. Centro de Políticas Sociais. https://static.poder360.com.br/2021/06/Bem_Estar_Trabalhista-Felicidade_e_Pandemia_Marcelo-Neri_FGV-Social_TEXTO.pdf
- O’Guinn, T. C., & Faber, R. J. (1989). Compulsive buying: an phenomenological exploration. *The Journal of Consumer Research*, 16(2), 147-157. <https://doi.org/10.1086/209204>

- Pasquali, L. (1999). Taxonomia dos instrumentos psicológicos. In L. Pasquali (Ed.), *Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração* (pp. 27-35). LabPAM-IBAPP.
- Pasquali, L. (2003). *Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação*. Vozes.
- Pasquali, L. (2009). Psicometria. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 43(Esp.), 992-999.
- Pasquali, L. (2010). Testes referentes a construto: teoria e modelo de construção. In L. Pasquali (Org.), *Instrumentação psicológica: fundamentos e práticas* (pp. 165-198). Artmed.
- Richins, M., & Dawson, S. (1992). A consumer values orientation for materialism and its measurement. *Journal of Consumer Research*, 19, 303-316.
<https://doi.org/10.1086/209304>
- Rindfleisch, A., Burroughs, J. E., & Denton, F. (1997). Family structure, materialism, and compulsive consumption. *Journal of Consumer Research*, 23(4), 312-325.
<https://doi.org/10.1086/209486>.
- Rook, D. W. (1987). The buying impulse. *Journal of Consumer Research*, 14(2), 189-199.
<https://doi.org/10.1086/209105>.
- Rosentock, I. M. (1990). The health belief model: explaining health behavior through expectancies. In K. Glanz, F. M. Lewis & B. K. Rimer (Eds.), *Health behavior and health education: theory, research and practice* (pp. 39-62). Jossey-Bass.
- Serasa Experian (2021). Mapa da inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil.
<https://www.serasa.com.br/assets/cms/2021/Mapa-da-Inadimple%CC%82ncia-e-Renegociac%CC%A7a%CC%83o-de-Di%CC%81vidas-no-Brasil-agosto-2021.pdf>.
- Serviço de Proteção ao Crédito [SPC Brasil]. (2015). Os influenciadores da compra por impulso.

https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_os_influenciadores_das_compras_por_impulso.pdf.

Souza, F. T. G., Eid Júnior, W., & Rochman, R. R. (2017). *Os efeitos do estresse financeiro no trabalho*. PWC, FGV e Quartier Latin.

Souza, G. S., Rogers, P., & Rogers, D. (2018). *Endividamento, qualidade de vida e saúde mental e física*. In Anais Encontro de Gestão e Negócios – MG: EGEN. <http://www.poncedaher.net.br/egen/sites/default/files/Endividamento%2C%20Qualidade%20de%20Vida%20e%20Sa%C3%BAde%20Mental%20e%20F%C3%ADsica.pdf>

Strehlau, S., & Aranha, F. (2004). Adaptação e validação da escala de consume de status (SCS) para uso no contexto brasileiro. *Faces Revista de Administração*, 3(1), 9-17. <https://doi.org/10.21714/1984-6975FACES2004V3N1ART28>

Tang, T. L. (1992). The meaning of money revisited: the development of the Money Ethic Scale. *Journal of Organizational Behavior*, 13(2), 197-202. <https://doi.org/10.1002/job.4030130209>

Tang, T. L. (1995). The development of a short Money Ethic Scale: Attitudes toward money and pay satisfaction revisited. *Personality and Individual Differences*, 19(6), 809-816. [https://doi.org/10.1016/S0191-8869\(95\)00133-6](https://doi.org/10.1016/S0191-8869(95)00133-6)

Tang, T. L., & Chiu, R. K. (2003). Income, money ethic, pay satisfaction, commitment, and unethical behavior: Is the love of money the root of evil for Hong Kong employees? *Journal of Business Ethics*, 46, 13-30. <https://doi.org/10.1023/A:1024731611490>

Teixeira, R. V. G., & Soncin, J. M. (2015). O endividamento do consumidor brasileiro e a ofensa ao princípio da dignidade humana. *Actio Revista de Estudos Jurídicos*, 1(25)180-200. <http://www.actiorevista.com.br/index.php/actiorevista/article/viewFile/21/34>

- Timmerman, M. E., & Lorenzo-Seva, U. (2011). Dimensionality assessment of ordered polytomous items with parallel analysis. *Psychological Methods*, *16*, 209-220. <https://doi.org/10.1007/a0023353>
- Trindade, L. L., Righi, M. B., & Vieira, K. M. (2012). De onde vem o endividamento feminino? Validação de um modelo PLS-PM. *Revista Eletrônica de Administração*, *73*(3), 718-746. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-23112012000300006>.
- Turunen, E., & Hiilamo, H. (2014). Health effects of indebtedness: a systematic review. *BMC Public Health*, *14*(489), 1-8. <https://bmcpublikealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2458-14-489>
- Veludo-de-Oiveira, T. M., Ikeda, A. A., Santos, R. C. (2004). Compra compulsiva e a influência do cartão de crédito. *Revista de Administração de Empresas*, *44*(3), 89-99. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902004000300007>
- Verbicaro, D. (2017). A construção de um novo modelo de cidadania participativa do consumidor a partir da política nacional das relações de consumo. *Revista de Direito do Consumidor*, *110*, 311-339. <https://revistadedireitodoconsumidor.emnuvens.com.br/rdc/article/view/1375>
- Vieira, E. G. F. (2012). *Qualidade de vida e endividamento: estilos de vida associados ao descontrole financeiro e consequências na vida pessoal e profissional*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade FUMEC, Belo Horizonte, MG. <http://www.fumec.br/revistas/pdma/article/viewFile/4489/2297>
- Yamauchi, K. & Templer, D. (1982). The development of a Money Attitude Scale. *Journal of Personality Assessment*, *46*, 522-528. https://doi.org/10.1207/s15327752jpa4605_14

Capítulo 4

A predição da qualidade de vida a partir de variáveis psicológicas e financeiras

(Estudo 4)

*Dinheiro na mão é vendaval
Dinheiro na mão é solução
E solidão*

Pecado capital
Paulinho da Viola

No Brasil, a psicologia da saúde é uma área que tem contribuído para a tomada de decisões em políticas públicas, em especial em relação à abordagem de doenças crônicas ou outras condições clínicas, em ações de promoção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento e reabilitação. A importância desse campo de atuação também se faz notar pelo aumento expressivo no número de profissionais da psicologia que têm escolhido atuar nesse campo no país (Seidl & Miyazaki, 2014).

Nos anos 1990, qualidade de vida passou a ser tema de interesse crescente para a ciência psicológica, em especial para a área de saúde e a psicologia da saúde, principalmente em virtude do aumento do número de pessoas acometidas por doenças crônicas no Brasil e no mundo (Ribeiro, 1994a). Em parte, isso ocorreu devido ao constante aprimoramento do sistema de cuidados em saúde e na maior relevância depositada pelos profissionais na compreensão de como as doenças crônicas afetam a qualidade de vida das pessoas. Esse movimento também fez com que a psicologia da saúde passasse a centrar sua atenção nos processos de saúde, ao invés de no desenvolvimento das doenças (Ribeiro, 1994b).

Estudos em psicologia da saúde têm investigado associações entre o acometimento por diversas patologias e a qualidade de vida dos indivíduos (Catunda et al., 2016; Cerqueira & Crepaldi, 2000; Galvão et al., 2004; Moriel et al., 2010; Torresan et al., 2008).

Considerando a importância da interdisciplinaridade para uma melhor compreensão sobre o fenômeno, é necessário buscar contribuições oriundas não só da psicologia, mas de diferentes áreas do conhecimento (Seidl & Zannon, 2004).

As implicações do superendividamento para a saúde possuem diversas razões: (1) problemas com dívidas são associados à baixa autoestima, a uma visão pessimista do mundo e à deterioração da saúde mental pela presença de sintomas como depressão, ansiedade e hostilidade; (2) dívidas tendem a provocar um declínio da saúde física, já que a necessidade de controlar o orçamento doméstico pode limitar o acesso a produtos de saúde ou alimentos necessários à manutenção de uma vida saudável; (3) dificuldades financeiras muitas vezes inibem comportamentos racionais e elevam a propensão para o uso abusivo de álcool e outras drogas, tabagismo e consumo calórico excessivo; e (4) foi observada uma relação entre estresse financeiro e suicídio, uma vez que pessoas com problemas financeiros cometem mais tentativas de autoextermínio que indivíduos sob todas as demais condições psicológicas, exceto depressão (Cuesta & Budría, 2015).

O superendividamento produz impactos sociais na esfera da saúde pública (Gaglietti & Dorst, 2016), uma vez que os efeitos do superendividamento sobre a saúde mental incluem ocorrência de depressão, angústia, estresse, ansiedade, suicídio, entre outros (Turunen & Hiilamo, 2014), mal-estar decorrente de insônia, humor deprimido, sentimento de culpa, vergonha, falta de perspectiva de solução do problema, pânico, raiva pelas restrições e cobranças constrangedoras (Hennigen & Gehlen, 2012), isolamento, exclusão social, senso de falha pessoal, automutilação e ideação suicida (Fitch et al., 2007). O estresse oriundo de desordens financeiras produz sintomas psicossomáticos, ansiedade e depressão, bem como a perda de qualidade de vida (Souza et al., 2018).

Quando se fala em perda de qualidade de vida, é importante refletir sobre qual noção do construto está sendo utilizada, ou a partir de quais critérios é possível avaliá-la. Para que

possa ser mensurada em diferentes nações, é possível considerar a força das tradições locais como constituintes da qualidade de vida, ou, ao contrário, pode-se buscar uma compreensão mais universal do que seria vida boa e, a partir desse ponto central, avaliar como as várias tradições locais giram em torno do mesmo. Por um lado, ao considerar as peculiaridades culturais, se está acenando ao princípio do respeito pela diferença, mas, por outro, em tradições caracterizadas por elementos de injustiça e opressão, essa escolha ficaria comprometida. A busca por um relato universalmente aplicável de qualidade de vida inclui, dentre outros, a intenção de defender aqueles cuja tradição oprimiu e marginalizou, porém, a insensibilidade em relação ao que confere valor à vida em outras culturas também enfrenta o perigo ético do paternalismo (Nussbaum & Sen, 1993).

Qualidade de Vida

A qualidade de vida é investigada por meio de diferentes abordagens, e cada pesquisador adota a noção que lhe é mais conveniente, considerando seus objetivos acadêmicos (Spilker, 1990). Além disso, diferentes áreas do conhecimento trabalham o conceito, que sofre influência de suas especificidades. Bens, serviços e mercadorias produzidos por uma sociedade são exemplos de fatores usados como medidas de qualidade de vida, segundo a ótica econômica. As ciências sociais adicionam a esses indicadores econômicos objetivos outros fatores sociais importantes, como criminalidade, expectativa de vida, respeito pelos direitos humanos e equidade na distribuição dos recursos. A terceira abordagem, que define e avalia a qualidade de vida por meio do bem-estar subjetivo, privilegia o modo como as pessoas avaliam suas vidas, razão pela qual essa medida ficou conhecida como avaliação subjetiva da qualidade de vida (Diener, 1996).

Segundo Giacomoni (2004), o conjunto dos aspectos demográficos não influencia significativamente o bem-estar subjetivo, exceto fatores específicos para grupos peculiares, como o fator renda para os mais pobres, o fator religião para os mais idosos e o fato de pessoas

desempregadas serem mais infelizes. Segundo a autora, isso se deve ao fato dos efeitos das variáveis demográficas serem mediados por processos psicológicos, tais como metas e habilidade de enfrentamento de problemas. Os componentes cognitivos e afetivos do bem-estar sofrem pouca variação entre as pessoas ao longo do tempo e parecem relacionar-se mais a estruturas de personalidade do que a características demográficas. Além disso, ao avaliarem seu bem-estar subjetivo, as pessoas tendem a comparar suas vidas a outros padrões, incluindo outras pessoas, situações próprias do passado e aspirações futuras.

No presente estudo, considera-se a conceituação de qualidade de vida adotada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a saber: "a percepção dos indivíduos sobre sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações" (The WHOQOL Group, 1995, p. 1405). Trata-se de uma compreensão multidimensional do construto que contempla a percepção de múltiplos aspectos do funcionamento físico, psicológico, social, ambiental, sexual e espiritual das pessoas.

Qualidade de vida e processo saúde-doença são construtos interligados. Assim como é possível considerar que a doença é socialmente produzida (Porto & Garrafa, 2005), para se compreender a qualidade de vida é também necessário considerar aspectos sociais, além de fatores históricos e culturais. A influência histórica se explica pelo fato de que, em uma mesma sociedade, mas em momentos históricos distintos, são utilizados diferentes parâmetros para se compreender a qualidade de vida. A influência cultural ocorre porque os valores e as necessidades sociais são distintos entre os povos, dadas as diferenças em torno da tradição e costumes de grupos e sociedades. A influência dos aspectos sociais é notada, sobretudo, em sociedades onde há grande desigualdade. Nelas, qualidade de vida é geralmente associada à realidade somente experimentada por pessoas pertencentes aos estratos sociais superiores, ou à passagem de uma classe social para outra mais elevada (Minayo et al., 2000).

A ampliação da noção de qualidade de vida também demanda o aprimoramento da democracia, tendo em vista sua relação com aspectos tais como o nível de bem-estar em uma sociedade e a igualdade de acesso a bens materiais (Matos, 1999). O conceito de qualidade de vida também inclui a capacidade de aquisição de bens e consumo, porém, a noção de qualidade de vida não deveria considerar apenas a possibilidade individual de consumo, que é excludente por natureza, mas sim, deve incorporar a noção de igualdade entre as pessoas (Buarque, 1993).

Pelo fato de que o bem-estar e a qualidade de vida são influenciados pelo desenvolvimento econômico (Carvalho, 2010), melhorias na qualidade de vida requerem o aprofundamento do debate sobre temas tais como a concentração de renda e a desigualdade social (Morking, 2015). A renda das pessoas está especialmente associada à qualidade de vida no Brasil, já que o dinheiro promove acesso a serviços de saúde, educação, segurança e infraestrutura de boa qualidade, diferentemente do que ocorre em considerável parte dos países desenvolvidos, onde os mesmos são garantidos, na prática, pelo Estado.

Índice de Qualidade de Vida – IQV

Em grande parte dos estudos sobre qualidade de vida, este é um construto medido subjetivamente, a partir da percepção de qualidade ou da satisfação com a vida. Entretanto, também é relevante dispor de meios confiáveis e objetivos para avaliar e comparar o construto entre pessoas, grupos e comunidades. Diferentes medidas de qualidade de vida já foram testadas ao longo do tempo e partem de concepções distintas, remetendo ao que fora anteriormente discutido por Nussbaum e Sen (1993).

Uma das mais importantes medidas objetivas conhecidas é o Índice de Qualidade de Vida (IQV), desenvolvido pela *Economist Intelligence Unit* (EIU). A metodologia usada para se chegar ao IQV vincula o nível de satisfação subjetiva das pessoas com a vida a determinantes objetivos de qualidade de vida. Características econômicas dos países e a avaliação que a população faz sobre diversos aspectos da vida são consideradas. São os

determinantes da qualidade de vida para a aferição do IQV: bem-estar material; riqueza; estabilidade e segurança política; vida familiar; vida comunitária; clima e geografia; segurança no trabalho; liberdade política; e igualdade de gênero (The Economist, 2007).

A mais recente medição foi realizada em 2005 em 111 países. Os resultados revelaram que a variável PIB *per capita* (Produto Interno Bruto por pessoa) explica mais de 50% a variação na satisfação com a vida verificada entre países. A relação entre essas variáveis é linear, já que quanto maior o PIB por pessoa, também maior é a satisfação percebida com a vida. Mesmo nos países ricos, pessoas com rendas mais elevadas apresentaram mais satisfação com a vida que aquelas com rendimentos mais baixos. O índice de satisfação geral com a vida medido em 28 países mostrou que, em quase a totalidade dos países (24 dos 28), o bem-estar material foi o fator mais importante para explicar a satisfação com a vida (The Economist Group, 2007).

O IQV do Brasil de 2005 estava na 39ª posição. Os líderes do *ranking* eram Irlanda, Suíça, Noruega e Luxemburgo, e os últimos lugares foram ocupados por Zimbábue, Taiti, Tanzânia e Nigéria. A diferença no IQV entre o primeiro e o último colocado foi de 214% (8.333 para Irlanda e 3.892 para Zimbábue). O IQV mostrou ao mundo que a qualidade de vida e a satisfação com a vida são fortemente influenciadas pelo local de nascimento de uma pessoa, além do fato de que tais diferenças não são apenas possíveis de serem verificadas nacionalmente, mas também de forma continental (The Economist, 2007). O IQV do Brasil em tempos atuais provavelmente indicaria uma mudança na situação do Brasil para pior, tendo em vista que o empobrecimento por que vem passando a população nos últimos anos provavelmente influencia a qualidade de vida subjetiva percebida pelos brasileiros.

O Índice-de-Onde-Nascer [*“Where-To-Be-Born” Index*] tem como objetivo analisar quais países têm potencial de oferecer maior qualidade de vida aos seus cidadãos, por meio da avaliação da saúde, educação e prosperidade do país. O índice de 2013 mede a qualidade de

vida para o ano 2030, quando os indivíduos nascidos em 2013 serão adultos. Seu cálculo associa respostas a pesquisas subjetivas com projeções do produto interno bruto (PIB) *per capita* e aspectos da qualidade de vida, incluindo expectativa de vida ao nascer, liberdades políticas, clima, corrupção no governo, igualdade de gênero, taxas de divórcio, de desemprego e de homicídio (The Economist Group, 2017).

O índice de 2013 coletou informações junto a 80 países, tendo o Brasil ficado na 37ª posição, com índice igual a 6,52 (em um total de 10). O país que mais pontuou foi a Suíça (8,22), em especial, graças à possibilidade de aumento de riqueza e confiança da população nas instituições públicas. Em seguida, aparecem Austrália (8,12), Noruega (8,09), Suécia (8,02), Dinamarca (8,01) e Cingapura (8,00). No extremo oposto, o menor índice foi calculado na Nigéria (4,74), devido, principalmente, à instabilidade política na região e à violência marcada por ações das forças militares de grupos civis e do grupo Boko Haram. Crianças nigerianas nascidas em 2013 provavelmente enfrentarão trabalhos e casamentos forçados e se depararão com uma infraestrutura de saúde e educação praticamente inexistentes. Além da Nigéria, formam o conjunto de países com os 10 menores índices: Indonésia (5,54), Rússia (5,31), Síria (5,29), Cazaquistão (5,20), Paquistão (5,17), Angola (5,09), Bangladesh (5,07), Ucrânia (4,98) e Quênia (4,91).

Outros índices pesquisam esse construto comparando a percepção de qualidade de vida entre cidadãos de diferentes países e cidades do mundo, como é o caso do *Quality of Life Index* (Numbeo, 2020). Para apurá-lo, as medidas de qualidade de vida consideram os seguintes determinantes: poder de compra, poluição, relação entre preço da casa e renda, custo de vida, segurança, assistência médica, tempo de trânsito e clima. Dados de 2020 mostram o Brasil na 62ª posição. Apenas dois países africanos (África do Sul e Chipre) aparecem na relação que ranqueou 80 países do mundo. Os países que encabeçam a lista são Dinamarca, Suíça, Finlândia, Austrália e Holanda.

Ainda que esse seja um problema persistente, tais constatações reforçam a necessidade das nações do planeta elaborarem, de modo urgente, um plano efetivo para reduzir a desigualdade econômica e social. Tal desigualdade está presente não apenas no âmbito de cada país, mas também entre nações. Há um fosso que separa a porção mais privilegiada dos cidadãos do planeta daquela que vem sendo negligenciada, há décadas, por parte daqueles que têm o poder de mudar a situação. Tendo em vista a importância dos determinantes econômicos para a avaliação subjetiva da qualidade de vida, acredita-se que os aspectos financeiros também devem ser considerados quando de sua definição, dada sua influência sobre o bem-estar psíquico.

Qualidade de Vida e Endividamento

O aumento nos casos de superendividamento dos brasileiros torna inexorável o desenvolvimento de mais estudos sobre o fenômeno, bem como o planejamento de intervenções que sejam capazes de combatê-lo. O excesso de dívidas impacta negativamente a qualidade de vida e o bem-estar subjetivo (Naerum, 2012). Há piora no estado de saúde global decorrente do estresse ocasionado pelo endividamento, já que este é um fator que limita a capacidade de fazer escolhas que produzam e maximizem efeitos positivos sobre a condição de saúde geral (Jacoby, 2002). O endividamento excessivo é um fenômeno mundial e que também tem sido fonte de preocupação nos países latino-americanos, em especial Argentina, Brasil, Chile e Uruguai (Rocha & Freitas, 2010).

Nos casos de endividamento excessivo, além do empobrecimento material, é importante considerar o modo como se percebe a experiência ligada ao endividamento (Johnson, 2014). Melhorias na qualidade de vida financeira dependem de diversos fatores, muitos dos quais são externos ao indivíduo. Para exemplificar, no caso do superendividamento, a melhoria na qualidade de vida demanda, além de aspectos individuais, intervenções de natureza econômica (redução/ampliação de impostos que recaem sobre

estratos sociais específicos), medidas monetárias (regulação das taxas de juros bancários ao consumidor final), decisões políticas (modo de enfrentamento do alto grau de endividamento dos brasileiros), dentre outros.

O crédito se torna um importante fator externo capaz de propiciar qualidade de vida à medida que permite às famílias adquirirem bens, produtos e serviços que as mesmas consideram importantes para tal finalidade (Lima & Bertoncello, 2011). Em contrapartida, diante de sua má-utilização, pode tornar-se um flagelo que conduz à situação de pobreza e miséria (Costa, 2002), com impactos negativos significativos sobre a qualidade de vida e fonte geradora de endividamento.

A necessidade de se considerar aspectos macro, no entanto, não diminui a relevância de se envidarem ações em nível individual, uma vez que, dadas as mesmas circunstâncias financeiras, pessoas passam por experiências que podem ser muito distintas umas das outras. Assim, à medida que o indivíduo se torna mais apto a enfrentar adversidades relacionadas à vida financeira – seja por meio da aquisição de conhecimentos, da mudança de valores e crenças materialistas, do despertar de motivação para enfrentar os problemas financeiros, ou da efetiva emissão de comportamentos mais adaptativos –, suas vivências de mal-estar financeiro podem ser reduzidas, o que provavelmente irá impactar positivamente sua qualidade de vida.

Além de aspectos econômicos, questões financeiras influenciam na avaliação subjetiva da qualidade de vida. Para Souza et al. (2018), pessoas com menos risco para endividamento relatam possuir melhor qualidade de vida, além de menores níveis de ansiedade e depressão. Segundo Acordi (2019), finanças pessoais podem ser fontes de preocupação e intervirem negativamente na qualidade de vida dos indivíduos, a qual, por sua vez, também é influenciada pela experiência em educação financeira (Ferreira, 2017). A Política Nacional de Relações de Consumo, estabelecida por meio do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.

8.078, 1990), é um exemplo de documento legislativo que também associa consumo e qualidade de vida dos consumidores.

Onde há controle financeiro, caracterizado por gastos inferiores aos ganhos, é possível perceber melhor qualidade de vida mesmo em situações onde há rendas baixas, sendo o oposto também verdadeiro. Isso ocorre porque pessoas que possuem altas rendas também estão sujeitas a sofrer as consequências negativas do endividamento excessivo, caso não exerçam o controle financeiro (Santos & Silva, 2014). O Capítulo 1 desta tese aponta diversos efeitos do endividamento sobre a qualidade de vida da população, incluindo associação com transtornos mentais e outras formas de manifestação de sofrimento psíquico, como estresse, ansiedade, depressão e suicídio. Dentre esses efeitos podem-se mencionar angústia, ansiedade, depressão, sentimento de culpa, vergonha e raiva das cobranças constrangedoras, desesperança, ideação suicida e suicídio, isolamento social, insônia, sensação de inadequação, baixa autoestima. Se, por um lado, o superendividamento ainda não é considerado uma doença, há de se admitir que muitas de suas consequências se assemelham, em grande parte, àquelas que recaem sobre pessoas que não desfrutam de boa saúde física e mental, como os portadores de doenças crônicas ou indivíduos que apresentam distúrbios psicológicos.

Qualidade de Vida, Saúde Mental e Superendividamento

Se saúde e doença são polos de um *continuum* e de um processo dinâmico, ao mesmo tempo em que uma pessoa perde saúde, ela também se aproxima do espectro da doença (Garrafa, 1990). Pelo fato do processo saúde-doença se caracterizar por um movimento pendular, a passagem de um estado para outro é de difícil definição. Tal dificuldade se assemelha àquela de quando se tenta definir o momento exato em que a noite passa a ser dia e vice-versa, já que ambos, noite e dia, pertencem a um processo dinâmico e relacionado, contínuo e constante, o que torna inútil arriscar uma tentativa de definição (Garrafa, 1980).

Similarmente, é difícil prever em que momento uma pessoa deixa de gozar de saúde financeira e inicia a caminhada em direção ao superendividamento, ou vice-versa. No entanto, diferentemente da alternância inevitável entre dias e noites, uma pessoa pode permanecer estática no caminho, já que não necessariamente se chega a um pólo ou outro. Conhecer em que ponto do espectro alguém se encontra, ou um grupo social ou população, contribui para a elaboração de intervenções que visem evitar, reduzir ou eliminar os problemas causados pelo excesso de dívidas.

A saúde, quando conceituada de forma afirmativa, inclui a presença de bem-estar e qualidade de vida percebidos, e não apenas a ausência de doenças. A saúde se conquista por meio do exercício da autonomia e do aumento das vivências de bem-estar. Proporcionar saúde consiste, pois, em assegurar os meios que ampliem a qualidade de vida verdadeiramente “vivida” (Buss, 2000).

Neste estudo, além de aspectos de qualidade de vida, serão investigados o estresse financeiro, sintomas de depressão e ansiedade, sendo o segundo caracterizado pela presença do Transtorno Depressivo Maior (TDM) e o último estando mais especificamente voltado à identificação de sintomas de ansiedade.

Estresse Financeiro

Ansiedade e estresse são fenômenos interligados, já que ansiedade é o sinal psicofisiológico de que a resposta ao estresse foi iniciada (Robinson, 1990). Do ponto de vista fisiológico, essa ligação também se sustenta, tendo em vista que pesquisas em psicologia, etologia e neurofisiologia identificaram substratos neurais sobrepostos para ambos estados psicobiológicos. Apesar de possuírem bases neurais e comportamentais entrelaçadas, compreender cada estado em separado, assim como suas interações mútuas, terá implicações clínicas importantes para o gerenciamento de uma gama de psicopatologias (Daviu et al., 2019).

Duas das três principais fontes de estresse entre cidadãos estadunidenses no ano 2021 foram dinheiro e economia, atingindo, respectivamente, 61% e 59% de seus cidadãos (APA, 2021). Ao se considerar que o estressor número um — trabalho — também se associa a aspectos financeiros, pode-se intuir a necessidade de se envidar esforços para acompanhamento dos efeitos de problemas econômicos sobre a saúde psicológica dos cidadãos.

O estresse financeiro é fator de risco relacionado a vários parâmetros associados à presença de dor, tais como prevalência de dor crônica, intensidade e frequência da dor, uso de fármaco para controlá-la, e interferência da dor na realização de atividades cotidianas. E ao se considerar a característica multifatorial da dor, ao se ofertar atenção especializada a esses indivíduos, torna-se relevante conhecer bem sua situação econômica, incluindo o superendividamento e sua capacidade de pagamento de dívidas (Kosminsky et al., 2020).

A condição psicológica que associa estresse e superendividamento foi definida por Ranyard et al. (2018) como “estresse financeiro insustentável”. A presença de estresse financeiro somada a problemas autorrelatados de endividamento também está fortemente associada a um estado psicológico deprimido (Bridges & Disney, 2010).

Ansiedade

A ansiedade é fenômeno presente em grande parte da população mundial e é considerado o mal do século para alguns cientistas. Pode se relacionar a sentimentos como angústia, aflição e medo. Representa a antecipação de um perigo que ainda não ocorreu e que coloca o indivíduo em situação de ameaça, levando-o a se preparar para agir diante da possibilidade de seu acontecimento, evitando-se, assim, riscos e até mesmo prejuízos. Por ser um motor de aceleração do sofrimento, pode causar desequilíbrio emocional e levar a pessoa ao sofrimento psíquico e à emissão de comportamentos indesejáveis e antissociais (Pimentel et al., 2019).

O Brasil é o país com maior número de pessoas com transtornos de ansiedade no mundo, segundo a OMS (2018). Para tratá-la, técnicas complementares às intervenções cognitivo-comportamentais, tais como acupuntura (Sousa, 2021) e prática de atividades físicas (Araújo et al., 2007) podem auxiliar. A ansiedade pode atingir formas que demandam intervenções médicas, para além das psicológicas, como o transtorno da ansiedade generalizada (TAG), que é um dos diagnósticos psiquiátricos mais subnotificados (Zuardi, 2017).

Três aspectos diferenciam a TAG da ansiedade não-patológica: (a) na TAG, as preocupações são excessivas e, geralmente, interferem de forma significativa no funcionamento psicossocial, enquanto as preocupações da vida cotidiana não são excessivas e são percebidas como sendo mais gerenciáveis; (b) na TAG, as preocupações são mais generalizadas, pronunciadas e angustiantes, têm maior duração e frequentemente ocorrem sem precedentes. Quanto maior a gama de circunstâncias de vida com as quais uma pessoa se preocupa (por exemplo, finanças, segurança das crianças, desempenho no trabalho etc), mais provável é que seus sintomas atendam aos critérios para TAG; e (c) as preocupações diárias são muito menos prováveis de serem acompanhadas por sintomas físicos (como inquietação, sensação de tensão etc). A TAG está associada à presença de sofrimento subjetivo, devido à preocupação constante e prejuízo nas esferas sociais e ocupacionais, além de outras áreas importantes de funcionamento (APA, 2013).

Ainda segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais - DSM-5 (APA, 2013), a característica essencial da TAG é ansiedade e preocupação excessivas sobre uma série de eventos ou atividades, cuja intensidade, duração ou frequência é desproporcional à real probabilidade ou impacto do evento. Adultos com TAG costumam se preocupar com circunstâncias da vida cotidiana, como por exemplo: possíveis responsabilidades relacionadas ao trabalho, questões relacionadas à saúde e finanças, preocupações em torno da saúde de

familiares, infortúnios para os filhos, ou até mesmo questões menores, como a possibilidade de chegar atrasado a um compromisso ou a necessidade de realizar tarefas domésticas. Em crianças, não-alvos deste estudo, a TAG se caracteriza por preocupação excessiva com sua competência ou qualidade do desempenho (APA, 2013).

Ansiedade Financeira

A expressão “ansiedade financeira” diz respeito à atitude disfuncional de uma pessoa em relação à sua situação financeira (Grable et al., 2015). Para Shapiro e Burchel (2012), ansiedade financeira define-se por uma síndrome psicossocial caracterizada por atitudes prejudiciais nas formas de pensar, lidar e administrar as finanças pessoais de modo eficaz.

Pessoas com essa característica têm menos intenção de poupar (Trkulja & Tadic, 2021), o que também pode ser considerado fator de risco para o endividamento. Ainda, indivíduos com alta ansiedade financeira tendem a evitar receber informações financeiras e, nas vezes em que isso ocorre, há uma maior demora para processá-las cognitivamente. Por serem mais propensas a utilizarem mecanismos de evasão ou evitação do problema (Shapiro & Burchel, 2012), essas pessoas reduzem a possibilidade de um enfrentamento ativo das causas reais dos problemas financeiros. Considerando que altos níveis de ansiedade podem conduzir a uma forma de impotência aprendida (Porges, 2011), cujas características incluem uma disposição para evitar tarefas difíceis (Torres et al., 2013), pessoas financeiramente ansiosas tendem a evitar ou rejeitar as causas de seus problemas financeiros, ao invés de enfrentá-las diretamente e de forma adaptativa, com foco no problema (Grable et al., 2015). As estratégias de enfrentamento podem ser de dois tipos: focalizadas no problema ou na emoção. Enquanto as primeiras referem-se ao manejo ou modificação do problema desencadeador do estresse, visando controlá-lo ou manejá-lo, as segundas dizem respeito à tentativa de regulação da resposta emocional causada pelo estressor, incluindo afastamento ou negação do problema, por exemplo (Seidl et al., 2001).

A ansiedade financeira pode apresentar características similares às fobias, uma vez que são marcadas por reações implícitas de uma pessoa aos estímulos financeiros. Sugere-se, portanto, acompanhamento psicoterápico, sendo a terapia cognitivo-comportamental uma forma eficaz de auxiliar pessoas com altos índices de ansiedade financeira (Shapiro & Burchell, 2012).

Transtorno Depressivo Maior

A característica essencial de um episódio depressivo maior é um período de pelo menos duas semanas com prevalência de humor deprimido ou perda de interesse e prazer em quase todas as atividades cotidianas. Em crianças e adolescentes, não-alvos deste estudo, o humor pode ser mais irritável do que triste (APA, 2013).

Os sintomas do Transtorno Depressivo Maior (TDM) devem estar presentes quase diariamente para que a doença esteja caracterizada, à exceção de alteração de peso e ideação suicida. O humor depressivo, em contraposição, deve estar presente a maior parte do dia. Quando a queixa recai sobre insônia ou fadiga, é possível haver falhas profissionais em investigar sintomas depressivos, o que, por sua vez, pode conduzir a uma subnotificação da doença. A tristeza é passível de investigação clínica por meio de entrevista diagnóstica, ou mesmo pode ser inferida a partir de expressões faciais e comportamentos do indivíduo. Fadiga e distúrbios do sono estão mais frequentemente presentes no TDM, enquanto distúrbios psicomotores e presença de culpa delirante (ou quase delirante) são menos comuns, ainda que indiquem uma maior gravidade do quadro depressivo (APA, 2013).

Cabe ressaltar que, apesar do DSM-5 apresentar uma classificação categórica de transtornos em separado, os transtornos mentais nem sempre se enquadram completamente nos limites de um único transtorno. Alguns grupos de sintomas, como é justamente o caso da depressão e da ansiedade, envolvem múltiplos diagnósticos, podendo, portanto, representar vulnerabilidades subjacentes comuns para um grupo maior de desordens (APA, 2013). Sendo

assim, muito além de se realizar uma espécie de *check-list* de sintomas, faz-se necessário aos profissionais de saúde chegar a um diagnóstico por meio de um respaldo clínico, de forma que seja possível oferecer o suporte mais adequado.

Transtorno mental é definido como uma síndrome, caracterizada pela presença de distúrbio clinicamente significativo na cognição, regulação emocional ou comportamento de um indivíduo, que reflète uma disfunção nos processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento subjacentes ao funcionamento mental. Tais desordens estão geralmente associadas a sofrimento ou deficiência em atividades sociais, ocupacionais ou outras atividades importantes da vida. Uma resposta esperada, ou culturalmente aprovada, a um estressor ou perda comum (como a morte de um ente querido), não é um transtorno mental. Comportamento socialmente desviante (por exemplo, político, religioso, sexual etc) e conflitos existentes, principalmente, entre o indivíduo e a sociedade, tampouco são transtornos mentais, a menos que o desvio ou o conflito resulte de uma disfunção no indivíduo, conforme descrito anteriormente (APA, 2013).

Justificativa, Objetivos e Hipóteses do Estudo

A relevância deste estudo junto à população brasileira sustenta-se, principalmente em dois aspectos: seu crescente endividamento (Ribeiro & Lara, 2016) e a gravidade das consequências psicológicas, e mesmo psiquiátricas, relacionadas ao problema (Hennigen, 2010). Para atender ao objetivo principal da pesquisa — construir e obter evidências de validade de uma medida de superendividamento, bem como identificar preditores da qualidade de vida (QV) a partir de variáveis psicológicas e financeiras —, procedeu-se à elaboração de um instrumento de medida que possa servir de ferramenta no desenvolvimento de ações sobre essa temática, tal como relatado no Capítulo 3 da tese.

Além de investigar a qualidade de vida, ansiedade e depressão, faz-se importante mencionar que este estudo levantou junto aos participantes da pesquisa aspectos da vida

financeira considerados relevantes para uma melhor compreensão das associações entre endividamento e qualidade de vida, como o estresse financeiro autopercebido. Isso foi feito por meio da inclusão de questões específicas sobre esse tema no questionário financeiro.

Objetivo

Geral

- Investigar os preditores da percepção da Qualidade de Vida Total (QV total) a partir de variáveis risco e proteção ao superendividamento, ocorrência de depressão e ansiedade, estresse financeiro autopercebido, preocupação financeira autopercebida e perfil de consumo.

Específicos

- Descrever as características sociodemográficas e financeiras dos participantes do estudo;

- Descrever a ocorrência de depressão e ansiedade, proteção ao superendividamento e de risco de superendividamento, dimensões da QV e a QV total na amostra do estudo;

- Analisar diferenças de medianas das variáveis QV total, depressão, ansiedade, proteção ao superendividamento e risco de superendividamento nas categorias identificadas (ausência de endividamento, endividamento nível 1 e endividamento nível 2), segundo critérios aplicados para a categorização dos participantes.

Hipóteses

Ao estabelecer os objetivos para a condução da investigação, e com base na literatura e na experiência da pesquisadora nos setores bancário e financeiro, é possível delinear algumas hipóteses de pesquisa:

Hipótese 1: Escores mais altos em QV total estão associados a menor risco de superendividamento, maior proteção ao superendividamento e menos intensidade de sintomas ansiosos e depressivos;

Hipótese 2: As características sociodemográficas (gênero, idade, cor/raça, escolaridade, situação conjugal e renda familiar) influenciam a percepção da QV total, em especial a escolaridade e a renda familiar.

Hipótese 3: No modelo explicativo final, são preditoras negativas da QV total, as variáveis ansiedade, depressão, risco de superendividamento, estresse financeiro e preocupação com a situação financeira atual; proteção ao superendividamento é preditora positiva. O perfil de consumo também entra no modelo e prediz a QV: quanto mais poupador, maior a QV total.

Hipótese 4: Os níveis de endividamento exercem influência significativa sobre as variáveis: QV total, ansiedade, depressão, proteção ao superendividamento e risco de superendividamento.

Método

Trata-se de um estudo com delineamento transversal, com técnicas de coleta e de análise de dados quantitativas.

Participantes

Conforme apresentado no Capítulo 3, a maior parte da amostra foi composta por pessoas do gênero feminino ($n = 278$, 62,6%), com pós-graduação ($n = 266$, 59,9%), que vivem maritalmente ($n = 271$, 61,0%), possuem filhos ($n = 267$, 60,1%), são brancas ($n = 277$, 62,4%), de religião católica ($n = 172$, 38,7%), possuem inclinação política de esquerda ($n = 156$, 35,1%), e exercem atividade remunerada ($n = 328$, 73,9%). A média de idade foi 46 anos ($DP = 14,90$), variando entre 18 e 86. A Tabela 1 apresenta os principais dados sociodemográficos e a Tabela 2 sintetiza os dados financeiros da amostra.

Tabela 1

Caracterização Sociodemográfica dos Participantes (N = 444)

Variáveis sociodemográficas		F (%)
Gênero	Feminino	278 (62,6)
	Masculino	162 (36,5)
	Outro	4 (0,9)
Escolaridade	Ensino fundamental incompleto	1 (0,2)
	Ensino fundamental completo	12 (7,7)
	Ensino médio incompleto	1 (0,2)
	Ensino médio completo	21 (4,7)
	Ensino superior incompleto	49 (11,0)
	Ensino superior completo	103 (23,2)
Situação conjugal	Pós-graduação	266 (59,9)
	Vive com esposo(a) ou companheiro(a)	271 (61,0)
	Solteiro(a)	109 (24,5)
Presença de filhos	Separado(a), viúvo(a) ou divorciado(a)	64 (14,5)
	Possui	267 (60,1)
Cor/raça autodeclarada	Não possui	177 (39,9)
	Branca	277 (62,4)
	Parda	121 (27,3)
	Preta	32 (7,2)
Denominação religiosa	Amarela	13 (2,9)
	Indígena	1 (0,2)
	Católica	172 (38,7)
	Espírita	67 (15,1)
	Ateu/Agnóstico	81 (18,2)
	Evangélica	58 (13,1)
	Religião de matriz afrodescendente	14 (3,2)
	Budista	7 (1,6)
	Religião de matriz indígena	1 (0,2)
	Outra	44 (9,9)
Afinidade política	Mais de esquerda	156 (35,1)
	Mais de centro-esquerda	84 (18,9)
	Mais de direita	43 (9,7)
	Mais de centro-direita	36 (8,1)
	Mais de centro	28 (6,3)
	Não acompanha/Não possui	97 (21,8)

Em relação aos dados financeiros (Tabela 2), questionou-se sobre a preocupação dos participantes em relação à situação financeira atual, a respeito do seu nível autopercebido de estresse financeiro, assim como sobre a dificuldade autorrelatada em pagar contas. A maior parte dos respondentes ($n = 225$, 50,7%) disse estar preocupada com suas finanças, 164 (39,9%) se disseram despreocupados e 55 (12,4%) extremamente preocupados. O nível de estresse financeiro autopercebido foi indicado como sendo médio em 153 (34,5%) respostas, baixo em 136 (30,6%), alto em 82 (18,5%), nulo em 51 (11,5%) e extremamente alto em 22

(5%). Sobre o nível de dificuldade para pagar dívidas, a maior parte ($n = 266$, 59,9%) avaliou como sendo fácil, seguido dos que avaliaram como difícil ($n = 153$, 34,5%) e, por fim, dos que o consideraram muito difícil ($n = 55$, 12,4%).

Dos 444 respondentes, 105 (23,6%) afirmaram possuir dívidas em atraso. As respostas à pergunta aberta em que se indagou qual foi a principal causa para a inadimplência foram agrupadas em categorias de análise, para melhor visualização dos resultados. O principal motivo alegado relacionou-se à ausência de planejamento financeiro ($n = 34$, 32,4%), seguido pelas razões que se associavam ao descontrole financeiro ($n = 24$, 22,9%). Para 20 respondentes (19,9%), o principal motivo foi oriundo de uma redução significativa de salário, para 12 (11,4%), o atraso deveu-se a despesas inesperadas, para quatro (3,8%) a principal causa foi separação/divórcio e, para uma pessoa (1,0%), o falecimento de alguém que contribuía com a renda familiar.

Os participantes foram solicitados a avaliar seu perfil de consumo. As alternativas de respostas, porcentagens e N encontrados para a amostra do estudo foram: Perfil 1 - gasto mais do que ganho, possuo dívidas em atraso e dificilmente conseguirei honrar meus compromissos financeiros ($n = 13$, 2,9%); Perfil 2 - gasto mais do que ganho e possuo dívidas em atraso que provavelmente conseguirei quitar no futuro ($n = 51$, 11,5%); Perfil 3 - consigo pagar a maior parte das minhas obrigações financeiras em dia, porém, diante de um imprevisto financeiro, é certa a inadimplência ($n = 61$, 13,7%); Perfil 4 - pago as contas em dia, gasto apenas o que ganho (ou um pouco menos), mas não costumo guardar dinheiro mensalmente ($n = 116$; 26,1%); e Perfil 5 - gasto menos do que ganho e consigo guardar dinheiro mensalmente ($n = 203$, 45,7%).

Estavam aposentados 105 (23,6%) participantes, aproximadamente um quarto da amostra, e 76,4% ($n = 339$) não eram aposentados. A maior parcela exercia atividade remunerada ($n = 328$, 73,9%), sendo que possuía vínculo com o serviço público

aproximadamente um entre quatro respondentes ($n = 122$, 27,5%). Quando perguntados sobre se pagavam previdência visando à aposentadoria, 199 (44,8%) respondentes afirmaram que não, seguidos pelos 140 (31,5%) que afirmaram pagar apenas a previdência pública e pelos 86 (19,4%) que possuíam ambos os planos de previdência, pública e privada.

Sobre a alteração na renda nos últimos anos, 157 participantes (35,4%) informaram ter havido nenhuma ou quase nenhuma alteração, 108 (24,3%) que melhorou um pouco e, que piorou um pouco, 93 (20,9%). Disseram que a renda melhorou muito 51 respondentes (11,5%) e que piorou muito, 35 (7,9%). Quando compararam sua renda com a de pessoas que faziam parte do seu círculo familiar e social, 123 (27,7%) respondentes informaram que é semelhante e 120 (27,0%) que variava muito. Consideraram que a renda de terceiros é maior que a sua 82 (18,5%) participantes e que é pior, 93 (10,9%). Vinte e seis (5,9%) informaram que não tinham conhecimento a respeito.

Em relação à renda familiar, a maior parte pertencia à classe C ($n = 175$; 39,4%), seguidos das classes B ($n = 117$; 26,4%), D ($n = 65$; 14,6%), A ($n = 52$; 11,7%) e E ($n = 35$; 7,9%). Para essa classificação de classes sociais segundo a renda familiar, utilizou-se a categorização definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A maioria dos respondentes ($n = 241$, 54,3%) nunca participou de um programa ou curso de educação financeira, seguida dos que participaram e afirmam ter colocado em prática o que aprenderam ($n = 110$, 24,8%). Gostaram do curso ou programa de que participaram, apesar de não terem posto o conhecimento adquirido em prática, um total de 62 participantes (14,0%); e disseram ter participado de uma ação dessa natureza, apesar de não terem gostado e/ou que o curso ou programa não agregaram conhecimento, 31 respondentes (7,0%). A Tabela 2 apresenta os resultados sobre a caracterização financeira dos respondentes.

Tabela 2

Caracterização Financeira dos Participantes (N = 444)

Variáveis financeiras		F (%)
Preocupação com a situação financeira atual	Despreocupado	164 (36,9)
	Preocupado	225 (50,7)
	Extremamente preocupado	55 (12,4)
	Nulo	51 (11,5)
Estresse financeiro autopercebido	Baixo	136 (30,6)
	Médio	153 (34,5)
	Alto	82 (18,5)
	Extremamente alto	22 (5,0)
Dificuldade autorrelatada em pagar dívidas	Fácil	266 (59,9)
	Difícil	153 (34,5)
	Muito difícil (um fardo pesado)	55 (12,4)
Presença de dívidas em atraso	Não	339 (76,4)
	Sim	105 (23,6)
Perfil de consumo	Perfil 1	13(2,9)
	Perfil 2	51 (11,5)
	Perfil 3	61 (13,7)
	Perfil 4	116 (26,1)
	Perfil 5	203 (45,7)
É aposentado(a)?	Não	339 (76,4)
	Sim	105 (23,6)
Exerce atividade remunerada?	Sim	328 (73,9)
	Não	116 (26,1)
	Não exerce atividade remunerada	116 (26,1)
Tipo de vínculo profissional	Servidor público	122 (37,2)
	Iniciativa privada	96 (29,3)
	Autônomo/Profissional liberal	73 (22,3)
	Trabalhador informal	7 (2,1)
	Outro	30 (9,1)
Titularidade de plano de previdência (para fins de aposentadoria)	Não	199 (44,8)
	Possui plano público	140 (31,5)
	Possui planos público e privado	86 (19,4)
	Possui plano privado	19 (4,3)
Variação da renda nos últimos anos	Melhorou	159 (35,8)
	Manteve-se estável	157 (35,4)
	Piorou	128 (28,8)
Comparação entre a renda de pessoas do círculo social em relação à sua (individual)	Semelhante à sua	123 (27,7)
	Muito variável	120 (27,0)
	Superior à sua	82 (18,5)
	Inferior à sua	93 (10,9)
	Não tem conhecimento	35 (7,9)
	0 a 2 SM (Classe E)	35 (7,9)
	Mais de 2 a 4 SM (Classe D)	65 (14,6)
Renda familiar (em salários mínimos)	Mais de 4 a 10 SM (Classe C)	175 (39,4)
	Mais de 10 a 20 SM (Classe B)	117 (26,4)
	Mais de 20 SM (Classe A)	52 (11,7)
	Nunca participou	241 (54,3)
	Participou e pôs os conhecimentos em prática	110 (24,8)
Participação prévia em curso de educação financeira	Participou, mas não pôs os conhecimentos em prática	62 (14,0)
	Participou, mas não gostou/não agregou conhecimento	31 (7,0)

Instrumentos

Os três instrumentos utilizados para medir qualidade de vida, ansiedade e depressão possuem evidências de validade para a população brasileira. Tais instrumentos são descritos a seguir.

WHOQoL Bref

O instrumento escolhido para medir qualidade de vida foi o WHOQoL Bref (Anexo 3) que originou-se do clássico *World Health Organization Quality of Life – WHOQoL-100* e possui boas qualidades psicométricas. A versão longa foi desenvolvida para suprir a necessidade, existente à época, de se ter acesso a um instrumento que avaliasse a qualidade de vida sob uma perspectiva transcultural (The WHOQoL Group, 1995). Outra necessidade foi calcada na indisponibilidade de instrumentos que fossem de rápida aplicação (The WHOQoL Group, 1998). A versão abreviada do WHOQoL-100, o WHOQoL Bref, é uma alternativa útil em contextos de difícil aplicabilidade da versão original, como, por exemplo, em estudos epidemiológicos e/ou pesquisas que pretendem utilizar múltiplos instrumentos de avaliação, com evidências de validade para a língua portuguesa falada no Brasil (Fleck et al., 2000), como é o caso do presente estudo.

A versão abreviada possui 26 questões. A primeira investiga a qualidade de vida de modo geral e o segundo item a satisfação com a saúde. As demais 24 questões são divididas em domínios relacionados a quatro áreas da qualidade de vida: domínio físico, domínio psicológico, relações sociais e meio-ambiente. Cada domínio é constituído por diferentes facetas, sendo “recursos financeiros” uma das facetas do domínio meio-ambiente, por exemplo. Respostas a essas 24 questões são fornecidas em uma escala Likert variando de 1 a 5, sendo que quanto maior o escore, melhor é autoavaliação da qualidade de vida.

A QV Total tem o escore calculado com base na média aritmética das respostas que constituem os quatro domínios e as duas perguntas gerais (total de 26 itens), variável

analisada no presente estudo. Quando os escores obtiverem valores de 1,0 a 2,9, significa que necessitam melhorar, quando os valores ficarem entre 3,0 e 3,9, que a avaliação é regular, de 4,0 até 4,9, a avaliação é boa, e o escore 5,0 representa a alternativa muito boa. O alfa de Cronbach foi calculado para a amostra do presente estudo, na versão unifatorial, sendo que o valor foi igual a 0,92.

GAD-7

O instrumento utilizado para medir ansiedade foi a escala de Transtorno de Ansiedade Generalizada (*Generalized Anxiety Disorder - GAD-7*), adaptada para o português brasileiro por Moreno et al. (2016), a partir do instrumento originalmente desenvolvido por Spitzer et al. (2006). Segundo o manual do instrumento, embora tenha sido inicialmente projetada como uma medida de triagem e gravidade para transtorno de ansiedade generalizada, a GAD-7 também apresenta características operacionais moderadamente boas para outros transtornos de ansiedade comuns: transtorno do pânico, transtorno social de ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático.

A GAD-7 (Anexo 4) é um instrumento composto por sete itens construídos em forma de afirmativas que devem ser respondidas em uma escala do tipo Likert variando de 0 (“de forma alguma”) a 3 (“quase todos os dias”). A gravidade da ansiedade é medida a partir do escore total alcançado, formado a partir do somatório das respostas a cada um dos sete itens da escala, podendo, portanto, variar de 0 a 21. As faixas de gravidade da ansiedade são definidas pelos seguintes escores: 0 a 4 = nenhuma ansiedade; 5 a 10 = ansiedade leve; 11 a 15 = ansiedade moderada; e 15 a 21 = ansiedade severa. O corte recomendado para o índice de gravidade é 7. Sendo assim, qualquer pessoa que pontuar 8 ou mais pode ser considerada como alguém que apresenta sintomas de ansiedade clinicamente significativos.

O questionário avalia o estado de saúde durante as duas últimas semanas. Os itens questionam sobre o grau em que o respondente: sentiu-se nervoso, ansioso ou muito tenso;

falhou em impedir ou controlar as preocupações; preocupou-se muito com diversas coisas; sentiu dificuldade para relaxar; ficou tão agitado que se tornou difícil permanecer sentado; sentiu-se facilmente aborrecido ou irritado; e sentiu medo como se algo horrível fosse acontecer. O alfa de Cronbach foi calculado para a amostra do presente estudo, com valor igual a 0,92.

PHQ-9

O Questionário de Saúde do Paciente (*Patient Health Questionnaire – PHQ-9*) foi adaptado para o português brasileiro por Santos et al. (2013) a partir do instrumento originalmente desenvolvido por Kroente et al. (2001) (Anexo 5). É um instrumento composto por nove itens construídos em forma de afirmativas a serem respondidas em uma escala do tipo Likert variando de 0 (“de forma alguma”) a 3 (“quase todos os dias”). A gravidade da depressão é medida a partir do escore total alcançado, formado a partir do somatório das respostas a cada um dos nove itens da escala, podendo, portanto, variar de 0 a 27. As faixas de gravidade da depressão são definidas pelos seguintes escores: 0 a 4 = nenhuma depressão; 5 a 9 = depressão leve; 10 a 14 = depressão moderada; 15 a 19 = depressão moderadamente grave; e 20 a 27 = depressão grave. O ponto de corte recomendado pelo manual do instrumento é 9, sendo assim, considera-se presença sintomas de depressão clinicamente significativos pontuações iguais a 10 ou superior.

O questionário avalia o estado de saúde durante as últimas duas semanas. Os itens questionam o grau em que o respondente: sentiu pouco interesse/prazer em fazer as coisas; sentiu-se “para baixo”, deprimido ou sem perspectiva; teve alterações no sono; sentiu-se cansado ou com pouca energia; teve falta ou excesso de apetite; sentiu-se mal consigo mesmo, considerou-se fracassado, ou sentiu que decepcionou a família ou a si mesmo; teve dificuldade de concentração; sentiu lentidão para se movimentar ou falar ou, ao contrário,

sentiu-se agitado ao ponto de caminhar de um lado para o outro muito mais do que de costume; e pensou em se ferir ou que seria melhor estar morto.

A PHQ-9 é uma das escalas mais apropriadas para capturar a frequência e a intensidade dos sintomas relacionados à depressão nas últimas duas semanas e a GAD-7 é um instrumento que permite, de forma simples e eficaz, avaliar a ansiedade (Zhang et al., 2021). O alfa de Cronbach na amostra do presente estudo foi igual a 0,91.

EPRIS

A Escala de Proteção e Risco de Superendividamento (EPRIS), elaborada para o presente estudo, busca relacionar comportamentos, crenças e valores que ampliam ou reduzem a propensão de um consumidor de tornar-se superendividado. Possui 34 itens e dois fatores: proteção ao superendividamento (13 itens; alfa de Cronbach = 0,84; FC = 0,85) e risco de superendividamento (21 itens; alfa de Cronbach = 0,89; FC = 0,89). O conjunto de itens é formado por afirmativas de autorrelato e as alternativas de respostas compõem uma escala Likert de cinco pontos, variando de discordo totalmente a concordo totalmente. Os escores são calculados mediante média aritmética, sendo que quanto maior seus valores, maior a proteção ou o risco de superendividamento. Seus dois fatores explicaram 32,24% da variância.

Questionários sociodemográfico e financeiro

O instrumento foi composto por 30 perguntas-chave elaboradas para fins deste estudo. Quando as perguntas diziam respeito a questões financeiras, a depender das alternativas de resposta assinaladas, questões secundárias eram carregadas no questionário *on-line*, de forma a detalhar aspectos de interesse da pesquisa.

Os aspectos sociodemográficos investigados foram gênero, escolaridade, situação conjugal, presença de filhos, cor/raça autodeclarada, religião e afinidade política. Sobre aspectos financeiros, as perguntas investigaram níveis de preocupação financeira, estresse

financeiro e grau de dificuldade para pagar despesas, presença de dívidas em atraso, perfil de consumo autorrelatado, se era aposentado(a), se exercia atividade remunerada, vínculo trabalhista principal, se possuía plano de previdência, se houve variação na renda nos últimos anos, faixa de renda familiar e experiência anterior com curso de educação financeira. Quando da existência de dívidas em atraso, perguntou-se qual era a principal causa. A renda individual foi comparada pelos participantes à de pessoas que faziam parte do seu círculo social, Os dados completos constam no questionário sociodemográfico e financeiro (Anexo 2).

Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada seguindo-se os mesmos procedimentos descritos no estudo anterior (para verificação de evidências de validade da EPRIS baseadas na estrutura interna), uma vez que a amostra de ambos é a mesma.

Análise de Dados

Os dados foram analisados mediante o uso de técnicas descritivas e inferenciais pertinentes aos objetivos do estudo. Inicialmente, foram realizadas análises descritivas: média, mediana, desvio-padrão, assimetria, curtose e valores máximo e mínimo para as variáveis contínuas; e frequência e proporção para as variáveis categóricas.

A normalidade da distribuição das variáveis critério (QV total) e predictoras (contínuas) foi investigada a partir dos histogramas, com dados de dispersão, pelos valores de assimetrias e curtose, bem como pelo teste Kolmogorov-Smirnov. Foi adotado o nível de significância de 5%.

Análises bivariadas não paramétricas foram realizadas para identificar níveis de associação ou de correlação, mediante o uso de técnicas estatísticas adequadas ao tipo de variável (contínuas ou categóricas). Os pressupostos exigidos para proceder à análise de regressão múltipla foram observados. Por fim, realizou-se uma análise multivariada (regressão linear múltipla) para identificação dos preditores da QV total.

Para elaboração do modelo explicativo da QV total foi realizada análise de regressão múltipla hierárquica com o método *enter*. As variáveis preditoras foram inseridas em blocos, conforme ordem de importância teórica. Os pressupostos estatísticos de normalidade, linearidade e homoscedasticidade foram também analisados. Para avaliação de possíveis casos extremos foi utilizado o *Cook's distance* com valores acima de 1,0, bem como análise dos resíduos padronizados. Em virtude da violação dos pressupostos, utilizou-se o procedimento *Bootstrapping* com relato dos intervalos de confiança. Por fim, foi utilizado teste de tamanho de efeito para verificar o efeito das variáveis preditoras independentemente do tamanho amostral (Field, 2020). Para esta etapa foi utilizado o *software Statistical Package for the Social Science* (SPSS), versão 26.

Para atender ao último objetivo específico do estudo, os participantes foram categorizados segundo suas respostas a três variáveis financeiras, que foram dicotomizadas, a saber: estresse financeiro autopercebido (0 = estresse nulo/baixo; 1 = estresse médio a extremamente alto), dificuldade no pagamento de despesas (0 = ausência de dificuldade; 1 = dificuldade média ou alta) e presença de dívidas em atraso (não = 0; sim = 1).

Foi feita a composição de escores para essa nova variável, intitulada nível de endividamento, mediante a soma dos valores das três variáveis, que variaram de zero a três pontos. Assim, cada participante recebeu uma pontuação, que permitiu a seguinte classificação: ausência de endividamento = zero ponto; endividamento nível 1 = 1 a 2 pontos; endividamento nível 2 = 3 pontos. Nessa última categoria, todas as respostas foram respondidas com "sim". Procedeu-se, então, à análise não paramétrica (*Kruskal-Wallis*) para investigar a diferença de medianas desses três grupos, em relação à QV total, risco de superendividamento, proteção ao superendividamento, ansiedade e depressão.

Resultados

Na presente seção, inicialmente são apresentadas as estatísticas descritivas para ansiedade e depressão. Em seguida, são apresentadas as estatísticas descritivas para ambos os

fatores da EPRIS (proteção e risco de superendividamento) e, por fim, das dimensões de QV (Psicológica, Ambiental, Física, Relações Sociais e os dois itens sobre percepção da qualidade de vida e de satisfação com a saúde, e a QV Total), medidas por meio do WHOQoL Bref.

Em seguida, análises bivariadas entre variáveis do estudo são descritas, seguidas da análise de regressão múltipla hierárquica. Por fim, são apresentados os resultados da análise de comparação de médias entre as categorias de pessoas não endividadas, pessoas com endividamento nível 1 e endividamento nível 2, em relação à QV total, ansiedade, depressão e os dois fatores da EPRIS.

Ansiedade e Depressão

A média para a escala de ansiedade (GAD-7), cujo escore variava entre 0 e 21, foi 8,11 ($DP = 5,24$, mediana = 7; mínimo = 0, máximo = 21). Quanto à escala de depressão (PHQ-9), cujos escores variavam de 0 a 27, o escore médio foi 7,94 ($DP = 6,09$, mediana = 7, mínimo = 0, máximo = 27). A Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas para os resultados alcançados por meio da aplicação dos instrumentos GAD-7 (ansiedade) e PHQ-9 (depressão), conforme dados da Tabela 3.

Quando a amostra foi dividida com o objetivo de identificar o percentual de pessoas com sintomas clinicamente não significativos de ansiedade (escores de 0 a 7) das que possuíam sintomas clinicamente significativos (escores a partir de 8), obteve-se que 241 (54,3%) respondentes pertenciam ao primeiro grupo e 203 (45,7%) ao segundo grupo. Quando o objetivo foi identificar o percentual de pessoas com sintomas clinicamente não significativos de depressão (escores de 0 a 9) das que possuíam sintomas clinicamente significativos (escores a partir de 10), obteve-se que 307 (69,1%) integravam o primeiro grupo e 137 (30,9%) pertenciam ao segundo grupo.

Tabela 3

Estatísticas Descritivas Relativas a Sintomas de Ansiedade e Depressão (N=444)

Instrumento	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Mdn</i>	Assimetria	Curtose	Mín.	Máx.
GAD-7	8,11	5,24	7	0,62	-0,34	0	21
PHQ-9	7,94	6,09	7	1,05	0,67	0	27

Em termos de frequência de respostas nas alternativas oferecidas pelo GAD-7, a maior parte concentrou-se nas faixas de ansiedade leve ($n = 190, 42,8\%$) e ausência de ansiedade ($n = 120, 27,0\%$), seguidos pelos que possuíam ansiedade moderada ($n = 82, 18,5\%$), e dos que estavam na faixa de ansiedade severa ($n = 52, 11,7\%$). Sobre os resultados trazidos por meio do PHQ-9, tem-se que a maior parte dos respondentes ($n = 159, 35,8\%$) estava na faixa de ausência de depressão, seguida pelos que estavam na faixa de depressão leve ($n = 148, 33,3\%$). Na sequência, apareceram os que possuíam sintomas de depressão moderada ($n = 71, 16,0\%$), seguidos das faixas depressão moderadamente severa ($n = 41, 9,2\%$) e depressão severa ($n = 25, 5,6\%$).

Proteção e Risco de Superendividamento

A Tabela 4 apresenta as análises descritivas dos fatores Proteção e Risco de Superendividamento da EPRIS-34. Os escores variaram de 1 a 5.

Tabela 4

Estatísticas Descritivas dos Fatores da EPRIS (N=444)

Fator	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Mdn</i>	Assimetria	Curtose	Mín.	Máx.
Proteção	3,95	0,70	4,08	- 0,65	- 0,15	1,31	5,00
Risco	1,87	0,60	1,76	1,17	1,56	1,00	4,05

A amostra apresentou maiores médias para o fator proteção ao superendividamento, se comparadas com o fator risco. Apenas o fator proteção obteve valor máximo em 5, em

contraposição ao risco, cujo escore máximo foi quase 1 ponto menor. Da mesma forma, o valor mínimo apresentado para o fator risco ficou no menor patamar, o que não ocorreu para o fator proteção. A análise da assimetria e da curtose para o fator proteção mostrou a existência de uma assimetria negativa e uma tendência leptocúrtica, o mesmo tipo encontrado para o fator risco, cuja assimetria mostrou-se positiva. Analisando o escore médio encontrado para o fator proteção, que se situa acima da opção de resposta média, verifica-se um enviesamento para pontuações elevadas, diferentemente do que ocorre com o fator risco.

Qualidade de Vida

A Tabela 5 apresenta os valores de média, desvio-padrão, mediana, assimetria, curtose, mínimo e máximo para os diferentes domínios da QV, assim como para as duas perguntas gerais iniciais, sendo uma delas relativa à percepção da QV e a outra sobre satisfação com a saúde. As médias podiam variar entre 1 e 5, sendo que quanto maior, melhor a QV percebida em cada domínio e na QV total.

Tabela 5

Análises Estatísticas Descritivas dos Domínios do WHOQOL-Bref (N=444)

Domínios	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Mdn</i>	Assimetria	Curtose	Mín-Max.
Percepção da QV	3,89	0,79	4,00	-0,97	1,54	1,00-5,00
Satisfação com a saúde	3,39	1,02	4,00	-0,49	-0,63	1,00-5,00
Psicológica	3,51	0,72	3,67	-0,68	0,11	1,00-4,83
Ambiente	3,66	0,62	3,75	-0,42	-0,17	1,63-5,00
Física	3,68	0,68	3,71	-0,36	-0,23	1,71-5,00
Relações sociais	3,40	0,89	3,33	-0,46	-0,10	1,00-5,00
Qualidade de vida total	3,59	0,59	3,67	-0,50	0,02	1,37-4,87

Os resultados obtidos sobre os dois itens iniciais (percepção da QV e satisfação com a saúde), os quatro domínios e a QV total permitem avaliá-las como regulares para a amostra do estudo, com escores um pouco acima do ponto médio (escore 3), com leve assimetria à

direita. Nota-se que os escores médios dos domínios físico e ambiental foram mais elevados, indicando maior avaliação da QV. Dentre as dimensões, a psicológica foi a única que não obteve o escore 5 como valor máximo. Além dela, destaca-se que da QV total, influenciada pelas características da amostra em todas as dimensões e os dois itens gerais, também foi caracterizada como sendo regular. Destaca-se que houve variabilidade da amostra em relação à percepção da QV, com escores indicativos de insatisfação e percepção negativa dessa variável, ao lado de pessoas que revelaram níveis altos de QV percebida.

Análises Bivariadas entre QV Total e Variáveis Sociodemográficas

Procedeu-se à exploração da ocorrência de associações entre variáveis sociodemográficas (idade, gênero, cor/raça, situação conjugal, escolaridade e renda) e a QV Total, variável critério do estudo (Tabela 6).

Tabela 6

Comparação das Medianas da QV Total, Segundo Variáveis Sociodemográficas (N = 444)

Variáveis		<i>M (DP)</i>	<i>Mdn</i>	<i>M Rank</i>	<i>U/H (p)</i>
Gênero ¹	Feminino (<i>n</i> = 278)	3,57 (0,61)	3,62	217,73	21748,0
	Masculino (<i>n</i> = 162)	3,62 (0,56)	3,75	225,25	(0,55)
Cor/raça	Branca (<i>n</i> = 277)	3,61 (0,60)	3,76	230,03	21044,5
	Não branca (<i>n</i> = 167)	3,54 (0,58)	3,56	210,01	(0,11)
Situação conjugal	Casado(a)/união estável (<i>n</i> = 271)	3,61 (0,59)	3,70	226,98	22226,5
	Solt., divorc. ou viúvo(a) (<i>n</i> = 172)	3,55 (0,61)	3,68	215,48	(0,36)
Escolaridade	Até superior incompleto (<i>n</i> = 75)	3,44 (0,68)	3,55	195,79	11854,5
	Sup. compl./pós-graduação (<i>n</i> = 389)	3,62 (0,57)	3,70	227,93	(0,048)*
Renda Familiar	Até 4 SM (<i>n</i> = 100)	3,34 (0,70)	3,37	175,87	34,91
	Mais de 4 até 10 SM (<i>n</i> = 175)	3,54 (0,55)	3,56	207,32	(0,001)**
	Mais de 10 SM (<i>n</i> = 169)	3,79 (0,50)	3,87	265,81	

Nota. ¹ na variável gênero, 4 casos que responderam "outros" foram desconsiderados na análise.

M=Média; *Mdn*=Mediana; *DP*= Desvio-padrão; *M Rank* = Média do Rank; *U*= Mann Whitney; *H*= Kruskal-Wallis; * $p \leq 0,05$ ** $p \leq 0,001$

Houve a dicotomização de quatro dentre as variáveis sociodemográficas pesquisadas (cor/raça, situação conjugal e escolaridade) com base nas frequências identificadas, de modo a

garantir distribuição mais equânime entre as duas categorias geradas. No caso de renda familiar, optou-se pelo agrupamento em três níveis. No teste *Mann-Whitney*, as medianas de mulheres e homens não tiveram diferenças estatisticamente significativas ($z = -0,60$; $p = 0,55$), assim como as de pessoas brancas e não brancas ($z = -1,60$; $p = 0,11$) e entre aquelas casadas/união estável e as solteiras, divorciadas ou viúvas ($z = -0,92$; $p = 0,36$). Quanto à escolaridade, pessoas com níveis mais baixos de escolaridade (de fundamental completo até superior incompleto) tiveram mediana com diferença estatisticamente significativa, se comparadas às que tinham escolaridade elevada ($z = -1,98$; $p \leq 0,05$; $r = -0,09$), no entanto o tamanho do efeito foi baixo.

No que tange à renda familiar, o teste *Kruskal-Wallis* foi significativo ($H = 34,91$; $df = 2$; $p \leq 0,001$). Na comparação par a par, observou-se que renda até 4 salários mínimos (SM) e de mais de 4 a 10 SM não foram estatisticamente diferentes ($z = -1,95$; $p = 0,15$). Observou-se diferença significativa da renda familiar equivalente a mais de 10 SM com a faixa de até 4 SM ($z = -5,56$; $p \leq 0,001$; $r = -0,26$), assim como de mais de 10 SM com de 4 a 10 SM ($z = -4,23$; $p \leq 0,001$; $r = -0,20$).

A análise da idade com a QV total foi feita mediante o teste de correlação de *Spearman*, considerando as características ordinais dessa variável. Constatou-se uma correlação positiva significativa ($r_s = 0,17$; $p \leq 0,001$), porém fraca, indicando que pessoas com mais idade tinham níveis mais altos de percepção da QV.

Investigando Preditores da QV

Preliminarmente, procedeu-se a análises bivariadas (correlação de *Spearman*), anterior à multivariada, entre as variáveis contínuas principais do estudo (Tabela 7). Os resultados mostraram correlações significativas entre as variáveis analisadas ($p \leq 0,001$).

Tabela 7

Correlações Não Paramétricas (Spearman) das Variáveis QV Total, Depressão, Ansiedade, Risco de Superendividamento e Proteção ao Superendividamento (N=444)

Variáveis	1	2	3	4
1. QV Total	---			
2. Depressão	-0,70***	---		
3. Ansiedade	-0,62***	0,79***	---	
4. Risco de superendividamento (EPRIS)	-0,37***	0,44***	0,49***	---
5. Proteção ao superendividamento (EPRIS)	0,42***	-0,37***	-0,34***	-0,39***

Nota. *** $p < 0,001$

A QV Total apresentou correlação positiva fraca com o fator proteção ao superendividamento da EPRIS e correlação negativa com ansiedade, depressão e com o fator risco de superendividamento, que variaram de forte (depressão e QV), passando por moderadas a fracas. A correlação mais forte foi entre depressão e ansiedade ($r_s = 0,79$), positivamente associadas. Esses resultados indicaram a adequação dessas variáveis como preditoras para a análise de regressão múltipla hierárquica.

Para elaboração do modelo explicativo da QV total considerou-se a inserção das variáveis preditoras em três blocos, conforme ordem de importância teórica, com base na literatura. Assim, no primeiro bloco foram inseridas as variáveis ansiedade e depressão. Para o bloco 2 foram inseridos os fatores da EPRIS - proteção e risco de superendividamento. No bloco 3, foram inseridas as variáveis de indicadores financeiros, a saber: (i) “como se sente em relação à situação financeira atual?” (preocupação financeira) (ii) “classifique seu nível de estresse em relação a sua situação financeira atual” (estresse financeiro); e, (iii) “qual característica melhor define você em relação ao perfil de consumo?” (perfil de consumo).

O item sobre preocupação financeira foi respondido em uma escala tipo Likert de três pontos em que a categoria 1 indicava “extremamente preocupado”, a categoria 2 indicava “preocupado” e 3 categoria indicava “despreocupado”. O segundo item (estresse financeiro) foi respondido em uma escala Likert de 5 pontos variando de 1 igual a “nulo” a 5 igual a “extremamente alto”. Por fim, a pergunta sobre o perfil de consumo apresentava cinco alternativas de resposta: “gasto mais do que ganho, possuo dívidas em atraso e dificilmente conseguirei honrar meus compromissos financeiros”, “gasto mais do que ganho e possuo dívidas em atraso que provavelmente conseguirei quitar no futuro”, “consigo pagar a maior parte de minhas obrigações financeiras em dia, porém, diante tiver um imprevisto financeiro, é certa a inadimplência”, “pago as contas em dia, gasto apenas o que ganho (ou um pouco menos), mas não costumo guardar dinheiro mensalmente”, e “gasto menos do que ganho e consigo guardar dinheiro mensalmente”. Considerou-se que essas variáveis financeiras tinham características ordinais e representavam de forma relevante a situação financeira dos participantes, mediante autorrelato.

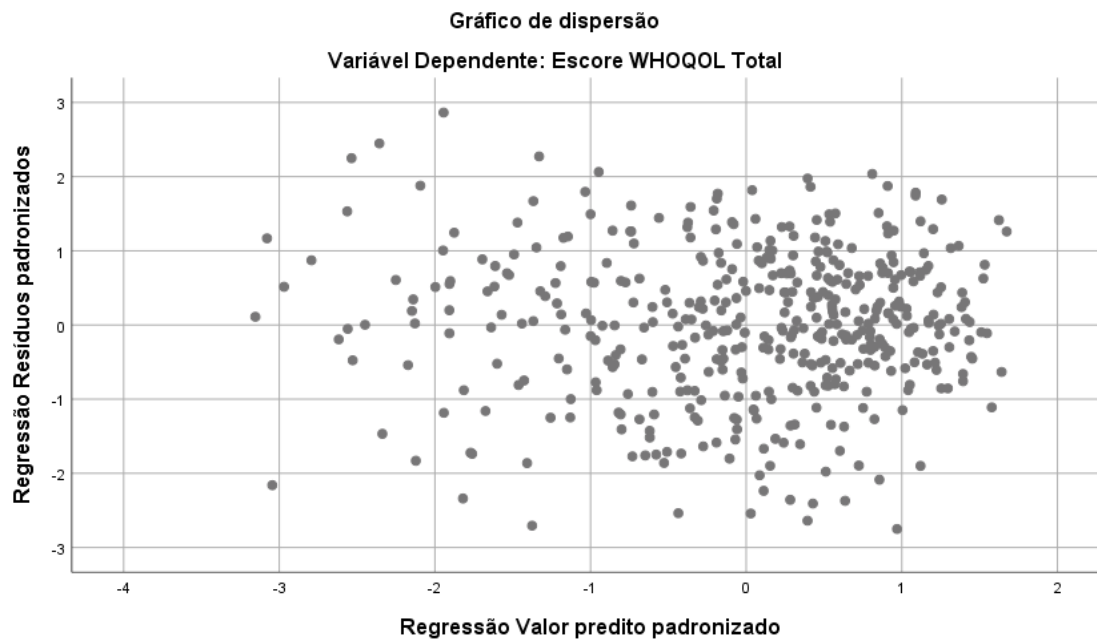
Os testes de Kolmogorov-Smirnov e o de Levene indicaram violação dos pressupostos de normalidade e homoscedasticidade, respectivamente. Quanto à avaliação da normalidade, os testes mostraram os seguintes resultados para as variáveis QV Total ($K-S = 0,077$; $df = 444$; $p \leq 0,001$), proteção ao superendividamento ($K-S = 0,110$; $df = 444$; $p \leq 0,001$), risco de superendividamento ($K-S = 0,99$; $df = 444$; $p \leq 0,001$), ansiedade ($K-S = 0,140$; $df = 444$; $p \leq 0,001$) e depressão ($K-S = 0,126$, $df = 444$; $p \leq 0,001$).

Para avaliação de possíveis casos extremos, foi utilizado o *Cook's distance*. Tal índice variou de 0,00 a 0,56 indicando ausência de casos extremos. Por fim, a análise dos resíduos padronizados indicou valores entre -2,75 e 2,86, indicando a inexistência de casos discrepantes. Uma análise prévia do gráfico de dispersão dos valores padronizados preditos

versus valores padronizados dos resíduos foi realizada. Tal gráfico pode ser visualizado na Figura 1.

Figura 1.

Gráfico de Dispersão dos Valores Padronizados Preditos versus Valores Padronizados dos Resíduos



A disposição dos pontos na Figura 1 com concentração de pontos entre os valores preditos de 0,0 a 1,0 corrobora a violação do pressuposto de homoscedasticidade. Em virtude disso, optou-se pela utilização do procedimento *Bootstrapping* com relato dos intervalos de confiança. A análise resultou em um modelo final estatisticamente significativo [$F(7,436) = 79,158; p < 0,001; R = 0,75, R^2=0,56$ e $R^2_{ajustado}= 0,553$]. Os resultados da regressão múltipla hierárquica são apresentados na Tabela 8.

Tabela 8

Regressão Múltipla Hierárquica Considerando a Qualidade de Vida Total como Variável Predita (N = 444)

Blocos e variáveis	<i>b</i>	β	<i>t</i>	<i>sig</i>	IC95% Inferior	IC95% Superior	<i>R</i> / <i>R</i> ² / <i>R</i> ² ajustado/ <i>R</i> ² mudança
Bloco 1							
Constante	4,18		113,768	0,000	4,111	4,256	<i>R</i> = 0,71
Depressão	-0,054	-0,555	-9,525	0,000	-0,065	-0,043	<i>R</i> ² = 0,504
Ansiedade	-0,020	-0,180	-3,100	0,002	-0,033	-0,007	<i>R</i> ² ajustado = 0,502 <i>R</i> ² mudança = 0,504
Bloco 2							
Constante	3,385		20,917	0,000	3,067	3,704	<i>R</i> = 0,73
Depressão	-0,049	-0,506	-8,691	0,000	-0,061	-0,038	<i>R</i> ² = 0,534
Ansiedade	-0,021	-0,182	-3,165	0,002	-0,034	0,008	<i>R</i> ² ajustado = 0,530
Risco EPRIS	0,059	0,060	1,520	0,129	-0,017	0,135	<i>R</i> ² mudança = 0,030
Proteção EPRIS	0,165	0,195	5,313	0,000	0,104	0,226	
Bloco 3							
Constante	3,714		17,660	0,000	3,301	4,128	Modelo final
Depressão	-0,046	-0,470	-8,212	0,000	-0,057	0,035	<i>R</i> = 0,75
Ansiedade	-0,015	-0,128	-2,221	0,027	-0,027	-0,002	<i>R</i> ² = 0,560
Risco EPRIS	0,036	0,037	0,951	0,342	-0,039	0,111	<i>R</i> ² ajustado = 0,553
Proteção EPRIS	0,105	0,124	2,558	0,011	0,024	0,186	<i>R</i> ² mudança = 0,026
Perfil de consumo	-0,005	-0,010	-0,204	0,838	-0,057	0,047	
Estresse financeiro	-0,088	-0,153	-3,051	0,002	-0,144	-0,031	
Preocupação financeira	0,060	0,066	1,330	0,184	-0,029	0,148	

Nota. **p* < 0,05 ** *p* < 0,01 *** *p* < 0,001

A regressão múltipla hierárquica realizada utilizou a dimensão de qualidade de vida (WHOQOL total) como variável critério. O resultado mostrou que, no primeiro passo, os valores de *beta* foram -0.054 para a variável depressão e -0,020 para ansiedade (ambos preditores negativos), com *R*=0,71 e *R*²=50,4%, sendo essas duas variáveis significativas para o modelo. No segundo passo, a introdução das variáveis fator de risco e fator de proteção ao superendividamento incrementou 3% os valores de *R*² que foi de 50,4% (modelo 1) para 53,43% (modelo 2). Além das variáveis depressão e ansiedade, a variável fator proteção também contribuiu para a explicação da variância da variável critério. Após a entrada das demais variáveis financeiras na equação (preocupação financeira, estresse financeiro e perfil de consumo) observou-se que o *R*² foi para 56%.

No modelo final, a variável depressão ($\beta = -0,47$; $t = -8,21$; $p < 0,001$) é um preditor mais forte que as demais variáveis: ansiedade ($\beta = -0,128$; $t = -2,221$; $p < 0,05$), estresse financeiro ($\beta = -0,153$; $t = -3,051$; $p < 0,05$) e proteção ao superendividamento ($\beta = 0,124$; $t = 2,558$; $p < 0,05$). O teste t para os coeficientes apresentaram valor de $p < 0,05$, portanto, são diferentes de zero, o que mostra o peso dessas variáveis na equação da reta ou sua influência no modelo.

Em suma, o modelo final, com 55,3% (R^2 ajustado) de variância explicada, incluiu quatro variáveis significativas: depressão, ansiedade, estresse financeiro e proteção ao superendividamento como preditores da QV total, sendo que proteção foi o único preditor positivo.

Categorias de Endividamento e Relação com QV, Ansiedade, Depressão e Fatores da EPRIS

A categorização dos participantes, segundo seu nível de endividamento, com base nas respostas às três variáveis financeiras selecionadas (presença de dívidas em atraso, dificuldade em pagar despesas, estresse financeiro autopercebido), tal como descrito na seção análise de dados, mostrou a seguinte distribuição (Tabela 9).

Tabela 9

Distribuição das Categorias de Endividamento dos Participantes do Estudo (N=444)

Categorias	N (%)
Ausência de endividamento	148 (33,3)
Endividamento nível 1	227 (51,1)
Endividamento nível 2	69 (15,5)

Procedeu-se em seguida a testes de *Kruskal-Wallis* com o objetivo de investigar em que medida os escores médios dos três grupos diferiam em relação às variáveis contínuas QV total, depressão, ansiedade, proteção ao superendividamento e risco de superendividamento (Tabela 10).

Tabela 10

Comparação das Medianas da QV Total, Ansiedade, Depressão, Fatores Proteção e Risco de Superendividamento, Segundo as Categorias de Endividamento (N = 444)

		Qualidade de Vida Total			
		<i>M(DP)</i>	<i>Mdn</i>	<i>M Rank</i>	<i>H</i>
Categorias de Endividamento	Ausência de endividamento	3,94(0,48)	3,98	290,43	91,68***
	Endividamento Nível 1	3,50(0,53)	3,54	197,74	
	Endividamento Nível 2	3,12(0,61)	3,11	123,88	
		Ansiedade			
		<i>M(DP)</i>	<i>Mdn</i>	<i>M Rank</i>	<i>H</i>
Categorias de Endividamento	Ausência de endividamento	5,87(4,43)	5,00	169,65	61,23***
	Endividamento Nível 1	8,50(5,08)	7,00	238,51	
	Endividamento Nível 2	11,59(5,20)	11,00	310,47	
		Depressão			
		<i>M(DP)</i>	<i>Mdn</i>	<i>M Rank</i>	<i>H</i>
Categorias de Endividamento	Ausência de endividamento	5,34(4,70)	4,00	170,48	55,61***
	Endividamento Nível 1	8,26(5,52)	7,00	240,41	
	Endividamento Nível 2	12,48(7,53)	12,00	301,64	
		Proteção ao Superendividamento			
		<i>M(DP)</i>	<i>Mdn</i>	<i>M Rank</i>	<i>H</i>
Categorias de Endividamento	Ausência de endividamento	4,37(0,48)	4,46	293,55	118,68***
	Endividamento Nível 1	3,92(0,65)	4,00	204,07	
	Endividamento Nível 2	3,18(0,61)	3,15	93,58	
		Risco de Superendividamento			
		<i>M(DP)</i>	<i>Mdn</i>	<i>M Rank</i>	<i>H</i>
Categorias de Endividamento	Ausência de endividamento	1,73(0,53)	1,62	191,77	22,22***
	Endividamento Nível 1	1,84(0,51)	1,81	230,44	
	Endividamento Nível 2	2,27(0,84)	2,14	278,36	

Nota. *M*=Média; *DP*= Desvio-padrão; *Mdn*= Mediana; *H*= Kruskal-Wallis; *M Rank*= Média do Rank; *** $p \leq 0,001$

O resultado foi estatisticamente significativo para a QV Total ($H(2) = 91,68$; $p \leq 0,001$). Na comparação par a par, observou-se que pessoas com ausência de endividamento se diferenciaram daquelas com nível 1 ($z = 7,01$; $p < 0,001$; $r = 0,33$), bem como das que tinham nível 2 de endividamento ($z = 8,74$; $p < 0,001$; $r = 0,41$). Esses dois níveis também se diferenciaram entre si ($z = -3,99$; $p < 0,001$; $r = -0,19$).

Com relação à ansiedade, o resultado também foi significativo ($H(2) = 61,23$, $p \leq 0,001$), sendo que pessoas não endividadas e tiveram medianas estatisticamente diferentes das que tinham nível 1 ($z = -5,22$; $p < 0,001$; $r = -0,24$) e nível 2 de endividamento ($z = -7,40$; $p < 0,001$; $r = -0,35$). Esses dois grupos também se diferenciaram entre si ($z = -3,99$; $p < 0,05$; $r = -0,19$).

O resultado do teste *Kruskal Wallis* foi significativo para depressão ($H(2) = 55,61$; $p < 0,001$). Os dados revelaram que, na comparação par a par, não endividamento se diferenciou de endividamento nível 1 ($z = -5,30$; $p < 0,001$; $r = -0,25$) e nível 2 ($z = -6,89$; $p < 0,001$; $r = -0,32$). Na análise entre esses dois níveis também houve diferença significativa ($z = -3,32$; $p < 0,001$; $r = -0,16$).

No que tange ao fator proteção ao superendividamento, o resultado foi significativo ($H(2) = 118,68$, $p < 0,001$). Na comparação par a par, observou-se diferença entre os que foram categorizados como sem endividamento com os de nível 1 ($z = 6,77$; $p < 0,001$; $r = 0,32$) e com os de nível 2 ($z = 10,50$; $p < 0,001$; $r = 0,50$). Os dois níveis de endividamento também tiveram diferença e significativa entre si ($z = 5,98$; $p < 0,001$; $r = 0,28$).

Por fim, quanto ao risco de endividamento, o resultado do teste *Kruskal-Wallis* também foi significativo ($H(2) = 22,22$, $p < 0,001$). Na comparação par a par, constatou-se que pessoas sem endividamento se diferenciaram daquelas com nível 1 ($z = -2,93$; $p < 0,01$; $r = -0,14$), bem como das que tinham nível 2 de endividamento ($z = -4,54$; $p < 0,001$; $r = -0,21$). Esses dois níveis também se diferenciaram entre si ($z = -2,59$; $p < 0,05$; $r = -0,12$).

Ainda que os resultados das análises não paramétricas tenham sido significativos, inclusive nas comparações par a par, merece destaque que os tamanhos dos efeitos variaram de pequenos a médios. Houve exceção, na variável proteção ao superendividamento na comparação entre pessoas sem endividamento com aquelas com endividamento nível 2, cujo tamanho do efeito foi grande ($r = 0,50$).

Discussão

O presente estudo teve por objetivo identificar preditores da qualidade de vida (QV) a partir das variáveis risco e proteção ao superendividamento, depressão, ansiedade, estresse financeiro e preocupação financeira autopercebidos e perfil de consumo, sendo que as estratégias metodológicas adotadas permitiram o seu alcance. É digno de nota que a pesquisa tem mérito devido ao ineditismo no que concerne à integração de variáveis financeiras e psicológicas, inclusive por meio da utilização de uma medida construída especificamente para abordar o fenômeno do superendividamento.

Antes da discussão acerca da confirmação ou rejeição das hipóteses elencadas, destaca-se que a amostra do estudo foi majoritariamente formada por pessoas brancas, com níveis altos de escolarização e renda familiar elevada. A crítica de que muitos estudos na psicologia alcançam suas conclusões baseados em padrões de comportamentos emitidos por um tipo específico de participantes, os chamados W.E.I.R.D, tem sido enfatizada na literatura (Henrich et al., 2010). A sigla é derivada da expressão *Western, Educated, Industrialized, Rich, and Democratic*, ou pessoas ocidentais, com alta escolaridade, oriunda de países industrializados, com boas condições socioeconômicas e que vivem em regimes democráticos, características essas que dizem respeito a grupos populacionais pouco comuns, já que 75% da população mundial não se caracterizam como W.E.I.R.D. (Markus, 2016). Esse é um sinal de que a diversidade sociocultural entre as diferentes populações tem sido ignorada nas generalizações em estudos da psicologia (Henrich et al., 2010).

Tendo em vista o anteriormente exposto, os resultados do presente estudo devem ser analisados com cautela, já que não são passíveis de generalização para a população em geral, que no Brasil é majoritariamente formada por pessoas negras e pardas, indivíduos com poucos anos de escolarização e com rendas baixas. No contexto nacional, pessoas mais escolarizadas geralmente pertencem a classes sociais mais elevadas, as quais são majoritariamente constituídas por indivíduos brancos, que são as características mais presentes na amostra desta pesquisa.

A constituição da amostra, da forma como foi feita, deveu-se a algumas razões, sendo uma delas o encerramento inesperado das atividades do Programa Superendividados do TJDF. O estudo previa, inicialmente, acessar uma amostra diversificada de consumidores, tanto para a situação de endividamento quanto para a de escolaridade e classe social. A impossibilidade de contar com esse segmento de participantes prejudicou a variabilidade da amostra nessas variáveis. Ademais, a impossibilidade alegada pelos atuais gestores do Programa em fornecer o contato dessas pessoas, ou de enviar o questionário às mesmas por e-mail, apenas foi informado à pesquisadora quando já não havia mais tempo hábil para iniciar o contato com outra instituição.

Outra razão para a baixa variabilidade da amostra nos aspectos socioeconômicos derivou-se do tipo de coleta de dados realizada. As consequências da pandemia afetaram o desenvolvimento do desenho original do estudo, que limitou a coleta ao meio exclusivamente *on-line*. Esse fato possivelmente prejudicou a participação de pessoas que possuem acesso limitado à internet, o que afeta mais aquelas pertencentes a classes sociais mais baixas. Outro aspecto que pode ter contribuído para tal, foi o tempo relativamente longo que se levava para finalizar o preenchimento do questionário *on-line*, ocasionado pela grande quantidade de instrumentos incluídos na pesquisa. Ainda, é possível considerar que pessoas menos escolarizadas tendem a possuir mais resistência quanto à realização de tarefas que demandam

leitura e interpretação, ainda mais de forma remota (De Boni, 2020). Supõe-se que, caso a mesma pesquisa tivesse sido realizada junto a uma população mais diversificada sociodemograficamente, em especial no que diz respeito a níveis de escolaridade e renda, poder-se-ia chegar a resultados que permitiriam análises mais consistentes, muito embora não se possa considerar o superendividamento como um problema exclusivo de quem não possui escolaridade e renda elevadas (Santos & Silva, 2014).

Analisando as hipóteses da pesquisa, considera-se que os resultados encontrados permitem confirmar a hipótese 1, uma vez que escores mais altos em QV total estiveram associados a menor risco de superendividamento, maior proteção ao superendividamento e menos intensidade de sintomas ansiosos e depressivos, segundo análises correlacionais efetuadas. Souza et al. (2018) já haviam associado maior risco de endividamento a maiores níveis de ansiedade e depressão os quais, não raras vezes, são apontados pela literatura como variáveis que impactam negativamente a QV (Grable et al., 2015; Pimentel et al., 2019; Shapiro & Burchel, 2012). As consequências negativas do excesso de dívidas sobre a QV foram anteriormente apontadas por Naerum (2012). A novidade fica por conta dos fatores da EPRIS - proteção e risco de superendividamento - também se associarem significativamente com a percepção de QV da amostra pesquisada, o primeiro de forma positiva, e o segundo, negativa.

Os resultados relacionados à hipótese 2 não foram confirmados, pelas razões apontadas anteriormente, a respeito da constituição da amostra. Cumpre destacar que os dados extraídos a partir dos participantes deste estudo não revelaram diferenças significativas nos escores da QV, segundo a cor/raça, situação conjugal e gênero; por outro lado, renda, escolaridade e idade foram significativas, indicando que pessoas com níveis mais altos de renda familiar, de escolaridade e com mais idade percebiam melhor sua qualidade de vida. O fato de as respostas dos indivíduos com renda familiar superior a 10 salários mínimos

possuíam medianas significativamente maiores para a QV total, guarda semelhança com o fato de que a renda influi na satisfação com a vida (The Economist, 2007), e que o desenvolvimento econômico é aspecto que influencia positivamente a QV (Carvalho, 2010).

Uma limitação do estudo é que apenas foi possível considerar a variável renda familiar, do tipo categórica, em 5 faixas. Apesar de o questionário sociodemográfico conter uma questão sobre o valor da renda individual (como variável contínua), houve uma quantidade expressiva de respostas consideradas *missing* (valores absurdamente elevados ou baixos ou campo deixado em branco), o que levou à exclusão desta variável das análises, implicando em prejuízo para sua avaliação.

No que tange à hipótese 3, esta foi parcialmente confirmada, uma vez que no modelo explicativo final foram preditoras negativas da QV Total as variáveis ansiedade, depressão e estresse financeiro, ao lado de proteção ao superendividamento como preditora positiva. As variáveis preocupação financeira, risco de superendividamento e perfil de consumo não entraram na equação da reta, razão pela qual não se pode confirmar a hipótese de forma completa, tampouco refutá-la integralmente.

A dimensão bem-estar financeiro, diferentemente das variáveis atitudinais sobre a forma como as pessoas lidam com o dinheiro, também é influenciada por fatores políticos e, sobretudo, econômicos, ou seja, externos ao indivíduo. Em uma economia em recessão, como é o caso da brasileira, constata-se que essa é a situação que faz parte da vida da minoria da população. Como quase 70 milhões de pessoas estão com “nome sujo” ou inadimplentes, conclui-se que essa terça parte da população não teria condições de poupar, ainda que desejasse fazê-lo. Há, ainda, pessoas endividadas que não necessariamente estão negativadas, e que não entram no cálculo anterior, assim como as que, apesar de não serem devedoras, não possuem sobras a serem poupadas.

Se, por um lado, o comportamento de poupar depende da existência de sobras e, por isso, elimina os endividados dessa possibilidade, o comportamento de risco inclui a todos, pois sofre influência de decisões e atitudes individuais em relação ao uso do dinheiro. Isso possivelmente explica porque pessoas com rendas elevadas também são passíveis de sofrer os efeitos negativos do superendividamento (Santos & Silva, 2014). O desenvolvimento futuro de estudo multinacional com indivíduos que vivem em países cujas rendas são majoritariamente elevadas, ou ao menos equitativas entre seus cidadãos, possivelmente apresentaria resultados interessantes para ampliar a compreensão da força tanto do fator proteção como também do fator risco de superendividamento, sobre a percepção da qualidade de vida.

O fato da preocupação financeira (Acordi, 2019) não ter sido variável preditora da QV também merece ser investigado, uma vez que os resultados deste estudo não são conclusivos a respeito. Uma possibilidade é que a preocupação seja um componente do estresse financeiro, muito embora seja possível que o fato de uma pessoa preocupar-se com o futuro não necessariamente indicar a existência de comportamentos de risco, mas sim, de cautela. Já a caracterização do estresse financeiro como variável preditora da QV vai ao encontro de resultados de pesquisas anteriores (APA, 2021; Bridges & Disney, 2010; Ranyard et al., 2018).

A hipótese 4 foi confirmada, uma vez que os níveis de endividamento exerceram influência significativa sobre as variáveis QV total, ansiedade, depressão, proteção ao superendividamento e risco de superendividamento. Indivíduos com ausência de dívidas, que é maioria da amostra, possuíam percepção mais elevada de qualidade de vida, menos sintomas de ansiedade e depressão, maiores medianas para o fator proteção e menores medianas para o fator risco de superendividamento, se comparados aos que foram incluídos no grupo de endividados nível 1, bem como aos endividados do nível 2. Esses últimos revelaram situação

possivelmente mais grave dentre os grupos, pois tinham dívidas em atraso, relataram estresse financeiro elevado e dificuldades relevantes para pagar despesas.

Sugere-se o desenvolvimento de novos também a partir da aplicação da EPRIS junto a uma população que represente melhor a diversificada demografia brasileira. Ainda assim, as análises realizadas por esta pesquisa permitiram avaliar aspectos psicológicos relacionados ao superendividamento, à qualidade de vida e sua associação com variáveis financeiras.

Os resultados e conclusões do presente estudo representam uma relevante contribuição para melhor compreensão do fenômeno e suas consequências sobre a qualidade de vida. Cabe destacar que, nesta definição de níveis de endividamento, foram utilizadas as seguintes variáveis: presença de dívidas em atraso, dificuldade em pagar despesas e estresse financeiro, diferentemente do apresentado na tabela de novas nomenclaturas para graus de endividamento sugeridas no Capítulo 1 (p. 59).

Optou-se por não considerar a variável comprometimento financeiro (maior ou menor que 30%) como critério na composição desses níveis. Essa decisão baseou-se no fato de que a porcentagem da renda comprometida com o pagamento de dívidas para pessoas que possuem rendas elevadas, como é o caso da amostra da pesquisa, pode enviesar a interpretação dos resultados. Isso porque os altos níveis de renda (para fins deste estudo são considerados aqueles acima de dez salários mínimos) permitem o comprometimento de uma proporção ainda maior da renda com o pagamento de despesas obrigatórias, sem que isso necessariamente caracterize a presença de aperto financeiro.

Em que pese haver jurisprudência robusta sobre essa razão de 30% para estabelecer o critério por meio do qual uma pessoa é considerada superendividada (Mendes, 2016), a diferenciação entre endividamento e endividamento excessivo proposta no Capítulo 1 é puramente didática. O que esta tese propõe é que, ao invés de se considerar variáveis objetivas na caracterização do endividamento ou do superendividamento, passe-se a incluir também

variáveis subjetivas, como a presença de estresse financeiro autopercebido e a percepção de dificuldades de pagar despesas. Assim, optou-se também por excluir o comprometimento financeiro dessa análise em específico, pelo fato dessa característica aparentemente não possuir a mesma relevância que as demais variáveis que compõem os níveis de endividamento, segundo advoga esta pesquisa. Para manter coerência com o que se defendeu anteriormente, e por não haver resultados que indiquem que aquela constatação merece ser revista, foi tomada a decisão de não considerá-la como uma variável para classificar os níveis de endividamento utilizados no Capítulo 4.

Ainda assim, pode-se questionar porque não foram utilizadas as terminologias “comprometimento financeiro”, “endividamento” e “superendividamento”, ao invés de “ausência de endividamento”, “endividamento nível 1” e “endividamento nível 2” para a categorização dos graus de endividamento. Para aquela primeira categorização, a situação na qual há dívidas em atraso, dificuldade alegada para pagá-las, mas ausência de estresse financeiro, ainda que não deva ser considerada algo irrelevante, permite compreender que, de certa forma, a saúde mental está resguardada. Do ponto de vista psicológico, essa representa uma situação de menor gravidade. Já para a segunda categorização, pelo fato do que define os níveis de endividamento é o somatório das condições presentes, acredita-se ser mais prudente excluir a nomenclatura superendividamento e adotar a classificação hierárquica.

O fato de o estudo ter demonstrado que maiores níveis de endividamento comprometem a saúde mental e a qualidade de vida indica que devem ser envidados esforços, principalmente por parte de gestores de organizações governamentais e não-governamentais, visando amenizar as consequências nefastas do superendividamento. Espera-se que a compreensão deste como um aspecto que interfere negativamente sobre a saúde mental e a qualidade de vida possa embasar a elaboração de políticas públicas voltadas à promoção da

saúde mental e prevenção de agravos junto a essa população que vem se mostrando cada vez mais numerosa na realidade nacional.

Considerações Finais

A associação entre qualidade de vida, ansiedade, depressão e os fatores proteção e risco ao superendividamento demonstrada por meio desta pesquisa pode ser utilizada como um alerta aos gestores públicos sobre a necessidade de elaboração de políticas voltadas aos cuidados da saúde financeira da população. Tanto as políticas de prevenção como de promoção da saúde poderiam se aprimorar caso incluíssem em sua pauta de preocupações aspectos relacionados à vida financeira dos brasileiros.

Os resultados revelados por meio da aplicação da EPRIS, em conjunto com instrumentos que medem variáveis psicológicas e a QV, reforçam a importância de que, cada vez mais, profissionais que atuam em diferentes áreas do conhecimento, sobretudo da saúde, lancem um olhar atento sobre o problema do superendividamento, tendo em vista seus impactos importantes sobre a saúde mental da população. A associação entre superendividamento e qualidade de vida, e de forma específica, com sintomas como ansiedade e depressão, alertam para sua gravidade. Além disso, não raras vezes esses sintomas evoluem para intercorrências de saúde severas, as quais, quando provocadas pelo superendividamento, podem e merecem ser evitadas.

Como o debate sobre os efeitos do excesso de dívidas sobre a saúde mental é ainda incipiente no Brasil, outros estudos que abordam ambas as áreas são necessários. Espera-se que esta tese logre em sensibilizar outros pesquisadores sobre a relevância de que novas investigações continuem sendo desenvolvidas, de modo a lançar mais luz sobre a questão. Do mesmo modo, a ampliação do debate sobre a temática do superendividamento em instâncias não acadêmicas é muito bem-vinda. Há expectativa e um genuíno desejo de que a publicação desta tese e de seus produtos contribua para incitá-lo.

Referências

- Acordi, F. P. C. (2019). *Finanças pessoais, endividamento familiar e qualidade de vida do servidor* (Dissertação de Mestrado Profissional não publicada), Universidade Federal Tecnológica do Paraná. http://www.profiap.org.br/profiap/tcfs-dissertacoes-1/utfpr/2019/dissertacao_francine-patricia-costa_2019.pdf
- American Psychological Association [APA]. (2013). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (5a ed.) American Psychiatric Publishing.
- American Psychological Association [APA]. (2021). *Stress in America 2021: stress and decision-making during the pandemic*. <https://www.apa.org/news/press/releases/stress/2021/decision-making-october-2021.pdf>
- Araújo, S. R. C., Mello, M. T., & Leite, J. R. (2007). Transtorno de ansiedade e exercício físico. *Brazilian Journal of Psychiatric*, 29(2), 164-171. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462006005000027>
- Beets, S. D. (2005). Understanding the demand-side issues of international corruption. *Journal of Business Ethics*, 57, 65-81. <https://doi.org/10.1007/s10551-004-3824-3>
- Bridges, S., & Disney, R. (2010). Debt and depression. *Journal of Health Economics*, 29(3), 388-403. <https://doi.org/10.1016/j.jhealeco.2010.02.003>
- Buarque, C. (1993). Qualidade de vida: a modernização da utopia. *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, 31, 157-165. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000300008>
- Buss, P. (2000). Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1), 163-177. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100014>
- Carvalho, M. B. (2010). *A felicidade na agenda da administração e suas relações com conceitos organizacionais*. (Dissertação de Mestrado não publicada), Universidade FUMEC, Belo Horizonte, MG. <https://repositorio.fumec.br/xmlui/handle/123456789/326>

- Catunda, C., Seidl, E. M. F., & Lemétayer, F. (2016). Qualidade de vida de pessoas vivendo com HIV/AIDS: efeitos da percepção da doença e de estratégias de enfrentamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(spe), 1-7. <https://doi.org/10.1590/0102-3772e32ne218>
- Costa, G. F. M. (2002). *Superendividamento: a proteção do consumidor de crédito em direito comparado brasileiro e francês*. Revista dos Tribunais.
- Cuesta, M. B., & Budría, S. (2015). *The effects of over-indebtedness on individual health*. IZA Discussion Paper Series. Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit Institute for the Study of Labor, 8912: 1-39. <http://ftp.iza.org/dp8912.pdf>
- Daviu, N., Bruchas, M. R., Moghaddam, B. Sandi, C., & Beyeler, A. (2019). Neurobiological links between stress and anxiety. *Neurobiology of Stress*, 11, 1-9. <https://doi.org/10.1016/j.ynstr.2019.100191>
- De Boni, R. B. (2020). *Websurveys nos tempos de COVID-19*. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(7), e00155820. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00155820>
- Diener, E. (1996). Subjective well-being in cross-cultural perspective. In G. Hector, A. Blanco & J. Georgas (Orgs.), *Key issues in cross-cultural psychology: selected papers from the Twelfth International Congress of the International Association for Cross-Cultural Psychology* (pp. 319-331). Sweets & Zeitlinger Publishers.
- Ferreira, J. C. (2017). A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida. *Caderno de Administração*, 11(1), 1-17. <https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/33268>
- Field, A. (2020). *Descobrendo a estatística usando o SPSS* (5ª ed). Editora Penso.
- Fitch, C., Chaplin, R., Trend, C., & Collard, S. (2007). Debt and mental health: the role of psychiatrics. *Advances in Psychiatric Treatment*, 13(3), 194-202. <https://doi.org/10.1192/apt.bp.106.002527>

- Fleck, M. P. (2000). O instrumento de avaliação da qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas. *Ciência e Saúde Coletiva*, 5(1), 33-38. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100004>
- Fleck, M. P. A., Louzada, S., Xavier, M., Chachamivich, E., Vieira, G., Santos, L., & Pinzon, V. (2000). Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". *Revista de Saúde Pública*, 34(2), 178-183. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102000000200012>
- Gaglietti, M. J., & Dorst, D. Z. (2016). Processo civil de consumo: diálogo com o novo CPC. *Revista de Direito do Consumidor*, 107, 1-12. http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDCons_n.107.17.PDF
- Galvão, M. T. G., Cerqueira, A. T. A. R., & Marcondes-Machado, J. (2004). Avaliação da qualidade de vida de mulheres com HIV/AIDS através do HAT-QoL. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(2), 430-437. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000200010>
- Garrafa, V. (1980). Marco conceitual. In A. F. Tommasi & V. Garrafa (Eds.), *Câncer bucal* (pp. 54-70). Medisa.
- Garrafa, V. (1990). O processo saúde-doença. *Humanidades*, 7(10), 67-75.
- Giacomoni, C. H. (2004). Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida. *Temas em Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia*, 12(1), 43-50. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000100005
- Grable, J. E., Heo, W., & Rabbani, A. (2014). Financial anxiety, psychological arousal, and planning intention. *Journal of Financial Therapy*, 5(2), 1-18. <https://doi.org/10.4148/1944-9771.1083>

- Gupta, S., Davoodi, S., & Alonso-Terme, R. (2002). Does corruption affect income inequality and poverty? *Economics of Governance*, 3, 23-45.
<https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s101010100039.pdf>
- Hennigen, I. (2010). Superendividamento dos consumidores: uma abordagem a partir da psicologia social. *Subjetividades*, 10(4), 1173-1201.
- Hennigen, I., & Gehlen, G. (2012). Com a “vida” no vermelho: psicologia e superendividamento do consumidor. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 7(2), 290-298.
- Henrich, J.; Heine, S. J.; & Norenzayan, A. (2010). The weirdest people in the world? *Behavioral and Brain Sciences*, 33(2-3), 61-83.
<https://doi.org/10.1017/S0140525X0999152X>
- Jacoby, M. (2002). Does indebtedness influence health? A preliminary inquiry. *The Journal of Law, Medicine & Ethics*, 30(4), 560-571. <https://doi.org/10.1111/j.1748-720X.2002.tb00426.x>
- Kroente, K., Spitzer, R. L., & Williams, J. B. (2001). The PHQ-9: validity of a brief depression severity measure. *Journal of General Internal Medicine*, 16(9), 606-613.
<https://doi.org/10.1046/j.1525-1497.2001.016009606.x>
- Lei nº. 8.078 de 11 de setembro (1990, 11 de setembro). *Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências*.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078.htm
- Lima, C. C., & Bertonecello, K. R. D. (2011). *Superendividamento aplicado: aspectos doutrinários e experiência no Poder Judiciário*. GZ Editora.
- Markus, H. R. (2016). What moves people to action? Culture and motivation. *Current Opinion in Psychology*, 8, 161-166. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2015.10.028>
- Matos, O. (1998). As formas modernas do atraso. *Folha de São Paulo*, Primeiro Caderno, 27 de setembro, p. 3.

- Mendes, C. A. (2016). Comentários jurisprudenciais a respeito do superendividamento no Brasil. *Revista Estudos Institucionais*, 2 (1), 467-474.
- Minayo, M. C. S., Hartz, Z. M. A., & Buss, P. M. (2000). Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1), 7-18. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100002>
- Moreno, A. L., DeSousa, D. A., Souza, A. M. F. L. P., Manfro, G. G., Salum, G. A., Koller, S. H., Osório, F. L., & Souza-Cripta, J. A. (2016). Factor structure, reliability and items parameters of brazilian-portuguese version of the GAD-7 questionnaire. *Temas em Psicologia*, 24(1), 367-376. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2016.1-25>
- Moriel, G., Roscani, M. G., Matsubara, L. S., Cerqueira, A. T. A. R., & Matsubara, B. (2010). Qualidade de vida em pacientes com doença aterosclerótica coronariana grave e estável. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, 95(6), 691-697. <https://doi.org/10.1590/S0066-782X2010005000151>
- Morking, F. A. (2015). Os batalhadores brasileiros e o superendividamento: considerações sobre os limites na materialização dos direitos fundamentais. *Escopo Acadêmico*, 170, 43-57. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/26715>
- Naerum, K. (2012). *Consumer credit usage and over-indebtedness in low-income households*. Dissertação de Mestrado. Institute of Development Research and Development Policy. Bochum, Ruhr-Universität Bochum.
- Numbeo (2020). *Quality of Life Index by Country (2020)*. https://www.numbeo.com/quality-of-life/rankings_by_country.jsp
- Nussbaum, M.; & Sen, A. (1993). *The Quality of Life*. Oxford University Press.
- Pimentel, G. S., Marques, L. B., & Almeida, M. Z. T. (2019). In J. C. L. Loss, H. B. Cabral, F. L. F. Teixeira & M. Z. T. Almeida (Orgs.), *Principais transtornos psíquicos na contemporaneidade* (pp. 97-105). Brasil Multicultural.

- Porges, S. W. (2011). *The polyvagal theory: Neurophysiological foundations of emotions, attachment, communication, and self-regulation*. W.W. Norton & Company.
- Porto, D., & Garrafa, V. (2005). Bioética de intervenção: considerações sobre a economia de mercado. *Bioética*, 13(1), 111-123.
https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/96/91
- Ramos-Cerqueira, A. T. A., & Crepaldi, A. L. (2000). Qualidade de vida em doenças pulmonares crônicas: aspectos conceituais e metodológicos. *Jornal de Pneumologia*, 26(4), 1-8. <https://doi.org/10.1590/S0102-35862000000400008>
- Ribeiro, J. L. P. (1994a). A importância da qualidade de vida para a psicologia da saúde. *Análise Psicológica*, 2(12), 179-191.
https://www.researchgate.net/publication/285367775_A_Importancia_da_Qualidade_de_Vida_para_a_Psicologia_da_Saude_The_importance_of_Quality_of_life_to_Health_Psychology
- Ribeiro, J. L. P. (1994b). Psicologia da saúde, saúde e doença. In T. McIntyre (Org.), *Psicologia da saúde: áreas de intervenção e perspectivas futuras* (pp. 33-35). Associação dos Psicólogos Portugueses.
- Ribeiro, R. F., & Lara, R. (2016). O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. *Serviço Social e Sociedade*, 126, 340-359.
- Robinson, L. (1990). Stress and anxiety. *The Nursin Clinics of North America*, 25(4), 935-943.
- Rocha, A. S., & Freitas, F. P. C. (2010). O superendividamento, o consumidor e a análise econômica do direito. In Anais 19º Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, Fortaleza, CE: CONPEDI.
<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/4007.pdf>

- Santos, A. C., & Silva, M. (2014). Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar: um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. *Formadores: Vivências e Estudos*, 7(1), 5-17. <https://seer-adventista.com.br/ojs3/index.php/formadores/article/view/396>
- Santos, I. S., Tavares, B. F., Munhoz, T. N., Almeida, S. L. P., Silva, N. T. B., Tams, B. D. Patella, A. M., & Matijasevich, A. (2013). Sensibilidade e especificidade do Patient Health Questionnaire-9 (PHQ-9) entre adultos da população geral. *Cadernos de Saúde Pública*, 29(8), 1533-1543. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00144612>
- Seidl, E. M. F., & Zannon, C. M. L. C. (2004). Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(2), 580-588. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000200027>
- Seidl, E. M. F., Tróccoli, B. T., & Zannon, C. M. L. C. (2001). Análise fatorial de uma medida de estratégias de enfrentamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17(3), 225-234. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722001000300004>
- Seidl, E. M., & Miyazaki, M. C. O. S. (Eds.) (2014). Prefácio. In E. M. F. Seidl & M. C. O. S. Miyazaki (Orgs.), *Psicologia da Saúde: pesquisa e atuação profissional no contexto de enfermidades crônicas* (pp. 7-9). Juruá.
- Shapiro, G. K., & Burchell, B. J. (2012). Measuring financial anxiety. *Journal of Neuroscience, Psychology, and Economics*, 5(2), 92-103. <https://doi.org/10.1037/a0027647>
- Sousa, V. M. (2021). Acupuntura e o tratamento da ansiedade: revisão sistemática de literatura. *Revista Amazônica: Science & Health*, 9(2), 46-50. <https://doi.org/10.18606/2318-1419/amazonia.sci.health.v9n2p46-59>
- Souza, G. S., Rogers, P., & Rogers, D. (2018). *Endividamento, qualidade de vida e saúde mental e física*. In Anais Encontro de Gestão e Negócios – MG: EGEN.

<http://www.poncedaher.net.br/egen/sites/default/files/Endividamento%2C%20Qualidade%20de%20Vida%20e%20Sa%C3%BAde%20Mental%20e%20F%C3%ADsica.pdf>

Spilker, B. (1990). Introduction. In B. Spilker (Org.), *Quality of life assessments on clinical trials* (pp. 3-9). Raven Press.

The Economist Group (2007). *The Economist's Intelligence Unit's quality-of-life index*. https://www.economist.com/media/pdf/quality_of_life.pdf

The Economist Group (2017). *The "Where-To-Be-Born" Index: the highest and the lowest scoring countries*. <https://www.worldatlas.com/articles/the-where-to-be-born-index-the-highest-and-lowest-scoring-countries.html>

The Economist Group (2019). *Annual Report*. https://www.economistgroup.com/pdfs/Annual_Report_2019.pdf

The WHOQOL Group (1995). The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. *Social Science and Medicine*, 41(10), 1403-1409. [https://doi.org/10.1016/0277-9536\(95\)00112-K](https://doi.org/10.1016/0277-9536(95)00112-K)

The WHOQOL Group (1998). Development of the World Health Organization WHOQOL-bref. quality of life assessment. *Psychological Medicine*, 28(3), 551-558. <https://doi.org/10.1017/s0033291798006667>

Torres, C. E. C., Loving, R. D., Riaño, A. B., Aragón, R. S., & Méndez, R. (2013). Resultados incontrolables em la vida e impotencia aprendida generalizada: facilitadores para aceptar un estatus inferior. *Suma Psicológica*, 20(2), 129-146. <https://doi.org/10.14349/sumapsi2013.1278>

Torresan, R. C., Smaira, S. I., Ramos-Cerqueira, A. T. A., & Torres, A. R. (2008). Qualidade de vida no transtorno obsessivo-compulsivo: uma revisão. *Archives of Clinical Psychiatry*, 35(1), 13-19. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832008000100003>

- Trkulja, I., & Tadic, L. (2021). *Financial anxiety and saving intentions during the Covid-19 crisis: a comparison beteen Sweden and Serbia*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Jönköping International Business School. <http://hj.diva-portal.org/smash/get/diva2:1564006/FULLTEXT01.pdf>
- Turunen, E., & Hiilamo, H. (2014). Health effects of indebtedness: a systematic review. *BMC Public Health*, 14(489), 1-8. <https://doi.org/10.1186/1471-2458-14-489>
- Zhang, S. X., Huang, H., Li, J., Antonelli-Ponti, M., Paiva, S. F., & Silva, J. A. (2021). Predictor of depression and anxiety symptoms in Brazil during COVID-19. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(7026), 1-10. <https://doi.org/10.3390/ijerph18137026>
- Zuardi, A. W. (2017). Características básicas do transtorno de ansiedade generalizada. *Medicina (Ribeirão Preto)*, 50(Supl. 1), 51-55. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-7262.v50isupl1.p51-55>

Comentários Finais da Tese

A ideia de integrar variáveis financeiras e psicológicas e qualidade de vida como tema central desta tese se deveu a uma percepção inicial sobre a gravidade das consequências que o superendividamento acarreta na vida das pessoas. Seus quatro capítulos se coadunam em torno do atingimento desse objetivo final e se mostraram etapas importantes para que se pudesse chegar aos resultados apresentados.

Ainda no início do doutorado, ter encontrado uma escassez de estudos nacionais e internacionais sobre o assunto chamou a atenção. Muito embora vários temas relacionados ao trato com o dinheiro sejam amplamente discutidos no seio da academia, muito pouco tem sido publicado no Brasil e no mundo sobre a temática do endividamento ou, de forma ainda mais específica, do superendividamento. Na área da psicologia, mais raras ainda são as publicações às quais se teve acesso.

Para a construção desta tese, além de materiais do campo psicológico, foi necessário mergulhar na literatura publicada por estudiosos de outras áreas do conhecimento, como medicina, direito, sociologia, economia, ciência política. Tê-lo feito permitiu adquirir conhecimentos relevantes, que ampliaram a noção sobre o fenômeno, tendo em vista sua natureza multifacetada.

A experiência prévia da pesquisadora na temática do superendividamento poderia ter sido um dificultador, caso possíveis vieses não tivessem sido evitados. Ao mesmo tempo, esse risco foi compensado pela familiaridade, na prática, com o objeto que estava sendo discutido. Sob orientação cuidadosa, trabalhar esse tema seguindo o que determina a ciência, e não apenas o coração, trouxe grandes contribuições, inclusive pessoais, à pesquisadora.

Para que fosse possível investigar empiricamente a associação entre variáveis psicológicas e superendividamento, fazia-se necessário lançar mão de instrumental que o permitisse. Sua ausência culminou no desafio de criá-lo, e hoje essa criatura tem nome e

apelido, por meio do qual provavelmente ficará mais conhecida. Os desafios impostos à criação da EPRIS não se limitaram aos aspectos teórico-metodológicos, mas impuseram uma necessidade de capacitação da pesquisadora em conhecimentos bastante específicos em psicometria. O doutorado foi uma oportunidade ímpar de aprimoramento nesse sentido, e o que foi aprendido até o momento inspira o começo de uma nova jornada nessa área.

Aspectos não acadêmicos também importam ao tema do superendividamento. Por ser uma situação reversível, é necessário considerar aspectos que escapam aos limites de atuação dos cientistas, mas que podem se beneficiar de suas descobertas. Porém, apesar da presença de fatores que dificultam com que as pessoas saiam da situação de superendividamento no Brasil (altas taxas de juros, facilidade no acesso ao crédito, falta de educação financeira, economia enfraquecida etc), é possível que, por meio de ações concretas, elaboradas a partir de conhecimentos sólidos, essa grave situação, que atinge milhões de brasileiros, pode ser revertida. Algumas vezes, no entanto, a gravidade exigirá que, dentre essas estratégias, exista o perdão de dívidas, sobretudo dos cidadãos mais vulneráveis socialmente, ou a insolvência civil.

Outro aspecto importante que escapa aos limites da academia, mas que a ela se associam, são os programas destinados ao atendimento do público superendividado. Em que pese sua relevância e o fato de que, por vezes, essa é a única alternativa à qual essas pessoas podem recorrer, há uma espécie de *script* no discurso que geralmente enfatiza as atitudes pessoais que levam ao descontrole financeiro em detrimento dos aspectos externos ao indivíduo como as principais causas do superendividamento.

Acredita-se que focar o discurso em estratégias motivacionais que coloquem no centro da solução uma pretensa “força de vontade” como algo suficiente para reverter uma situação de grave calamidade financeira, pode ser contraproducente. É possível que essa boa intenção reforce o sentimento de culpa do devedor e, diante da constatação de que os esforços pessoais

não conduzem ao fim do superendividamento, pode nascer a desesperança, a qual, por sua vez, pode desencadear outras intercorrências em saúde mental. Ao permiti-las compreender que há uma conjunção de forças que se beneficiam do superendividamento, os consumidores superendividados se tornariam mais atentos e precavidos em relação aos perigos do excesso de dívidas. Do mesmo modo, despidas da culpa que geralmente carregam sobre o problema, essas pessoas possivelmente se emancipariam politicamente e lidariam de modo menos subserviente em relação aos abusos praticados pelo sistema financeiro no país.

No Brasil, os juros exorbitantes que recaem, há décadas, sobre sua população, independentemente do grupo político que ocupa o poder, revela a conivência de agentes públicos com a manutenção de vantagens historicamente asseguradas à burguesia nacional, apesar de alguns governos terem se mostrado muito mais sensíveis à realidade sofrível dos cidadãos mais pobres que outros. O que fazer, então, quando se tem um endividamento altíssimo como o de hoje no Brasil, sem que o país tenha aprendido a livrar-se de governos que teimam em endossar a manutenção de privilégios para uma porção ínfima e abastada da população? A solução está em recorrer a políticas robustas de prevenção e tratamento do superendividamento, as quais sejam potentes o suficiente para fazer jus à enorme vulnerabilidade dos brasileiros em relação ao problema em um contexto *sui generis* como este.

Em países onde as taxas de juros são razoáveis (existem locais onde se praticam taxas negativas), um erro de avaliação cometido pelo consumidor — por exemplo, ao adquirir algo que não poderia pagar, ou quando a vida passa por um imprevisto que induz à tomada de crédito irrefletido, ou quando uma família comete o erro de não ter se planejado melhor antes de realizar determinada despesa —, não acarretam sobre elas as mesmas consequências impostas aos brasileiros em situações parecidas. Tendo em vista a magnitude dos efeitos da inadimplência para os brasileiros, e o fato de que o risco desta sair de controle é algo

considerável, percebe-se imprescindível, além de programas de auxílio ao público superendividado, a elaboração de políticas amplas e eficientes de educação financeira que sirvam, minimamente, como um instrumento de alerta à população sobre os perigos de aceitar tomar riscos financeiros no Brasil de hoje.

Ainda que arriscar-se seja uma característica eminentemente humana, assim como cometer erros, essas graves consequências do superendividamento no Brasil, sobretudo considerando os possíveis impactos na saúde mental, merecem reflexões mais aprofundadas por parte da população. Para isso, é necessário que haja investimento em ações voltadas ao manejo do problema, assim como profissionais aptos a atuar, de modo que seus efeitos atinjam a maior parcela possível da sociedade. Como há nações em que o risco do endividamento se transformar em superendividamento é maior que em outras, é preciso envidar esforços igualmente desproporcionais para evitar problemas de maior magnitude em certos locais se comparados com outros.

Implicações da Pesquisa

O superendividamento impacta também a própria esfera pública, já que culmina em despesas para as áreas da saúde e da previdência, por exemplo. Os ganhos oriundos das políticas econômicas perversas podem sequer compensar os efeitos que as mesmas provocam. Estudos futuros a esse respeito poderiam ajudar a entender essa equação. Todavia, a discussão sobre esse importante tema não deveria limitar-se a debater aspectos meramente quantitativos do gasto público que advém desse problema, mas sim, aspectos éticos que provoquem reflexão sobre o país que se deseja ser e sobre o respeito que se considera merecer seus cidadãos.

Considerando o exposto, espera-se que a EPRIS possa ser utilizada como uma aliada na formulação de políticas públicas direcionadas à promoção da saúde financeira no Brasil, uma vez que seus índices psicométricos adequados e consistentes permitem considerá-la um

instrumento válido para medir níveis de proteção e risco ao superendividamento de pessoas, grupos e populações. Sua facilidade de aplicação também é um aspecto vantajoso, pois, além de ser um instrumento de relativa curta aplicação, é formado por questões de autorrelato. Outro ponto a ser destacado é a presença de subescalas na EPRIS, as quais podem ser utilizadas de forma independente, permitindo ao pesquisador ou ao profissional de diversas áreas maior foco em relação aos seus objetivos, quando não se tem interesse em medir o superendividamento de modo mais amplo.

Acredita-se que, dentre as contribuições da tese, está a reflexão sobre importância do superendividamento ser considerado uma questão de saúde pública, tendo em vista sua associação com diversas intercorrências em saúde mental que inspiram atenção. Uma abordagem multidisciplinar do fenômeno, que abarque tanto questões ligadas à prevenção, quanto conteúdos que dizem respeito ao seu tratamento, igualmente têm o potencial de contribuir para a redução do problema. De forma indireta, reduzir o superendividamento acarreta na diminuição de danos psíquicos aos brasileiros, os quais têm o potencial de desencadear problemas secundários, de naturezas diversas. Quanto mais estudos sobre o tema forem desenvolvidos, em especial nas diversas subáreas da psicologia, mais preparados estarão os trabalhadores da área da saúde mental que irão abordar o problema em sua prática profissional, o que provavelmente refletirá em efeitos positivos para a população.

Limitações do Estudo

As limitações do estudo mais relevantes foram o fato do Programa Superendividados ter encerrado suas atividades em um momento em que já não foi mais possível estabelecer novos vínculos com instituições que atendem esse público em específico, dificultando a formação da chamada amostra clínica no estudo. Além disso, a modesta variabilidade em aspectos socioeconômicos que caracterizou a amostra limitou a realização de generalizações a partir de dados sociodemográficos. Por razões óbvias, a pandemia da Covid-19 foi um

dificultador relevante, direta e indiretamente. De forma específica, o fato das instalações físicas da UnB terem ficado inacessíveis atrapalhou de forma substancial o desenvolvimento da tese em um local adequado, visto que não foi possível encontrar um ambiente livre de ruídos onde se pudesse trabalhar como antes. O custo desse aspecto foi singularmente sentido sobre a saúde mental, e o desgaste físico e psicológico em virtude desse aspecto em específico é algo digno de nota. Outra limitação foi o desconhecimento da pesquisadora em técnicas de análise de dados aplicadas nesta tese, em especial relativos aos dois últimos capítulos, o qual demandou um esforço imenso para seu aprendizado. Esse limitador, entretanto, foi amenizado pelo fato da orientadora e o coorientador terem se esforçado para reduzir essa lacuna, o que foi feito tanto por meio da transmissão de conhecimentos específicos, como a partir da indicação de materiais e cursos apropriados para uma boa aprendizagem. Talvez esse aspecto tenha sido a maior dificuldade da pesquisa.

Agenda Futura

Como agenda futura, primeiramente, é necessário dedicar-se ao aprofundamento das análises a partir dos próprios dados da pesquisa que não entraram nesta tese por falta de tempo e fôlego. Do mesmo modo, serão envidados esforços para tornar público o conteúdo da tese que ainda não foi submetido à publicação.

Além disso, pretende-se, futuramente, estabelecer parcerias que mirem o desenvolvimento de novos projetos sobre a temática, tanto na área da psicologia da saúde, como sob outros olhares da ciência psicológica. Por exemplo, há espaço para o desenvolvimento de projetos voltados à educação financeira, com foco na emancipação do consumidor, baseados em conteúdo que abordem o modo com que as pessoas se relacionam com o dinheiro. Outra iniciativa pode ser o planejamento de intervenções clínicas destinadas ao tratamento das consequências psíquicas do superendividamento sobre a saúde mental. Estudos voltados à abordagem de comportamentos e crenças disfuncionais sobre consumo e

dinheiro seriam igualmente promissores. Por fim, destaca-se a relevância de serem pensadas iniciativas que utilizem o trabalho como palco para intervenções, tanto pelo fato de que esse é o principal meio pelo qual se acessam os recursos financeiros, ao menos por parte da classe produtiva, quanto pela facilidade de acesso a pessoas que geram renda e, portanto, estão sujeitos às armadilhas do crédito desmedido.

Acredita-se que esta tese tenha alcançado seus objetivos e represente uma contribuição da academia para reduzir as demandas sociais e científicas por conhecimentos sobre a temática do superendividamento. Esta tese será divulgada junto a gestores de programas que atendem o público superendividado, assim como estará à disposição de profissionais da psicologia ou de outras áreas, assim como de outros interessados em ampliar seu conhecimento sobre o tema. Sempre que houver oportunidade e este trabalho vier a ser considerado um ponto de partida para a proposição de debates sobre o tema, isso será recebido com grande satisfação. Há muito ainda o que ser feito em torno da redução do superendividamento no país, e toda a disposição para colaborar com a construção dos meios que tornarão isso possível será feita já a partir dos próximos passos que sucederão à conclusão deste doutorado.

Em suma, esse é um trabalho que possui relevância social e científica, o qual pode ser utilizado para disseminação de conhecimento sobre esse campo de estudo, assim como ponto de partida para a realização de novas pesquisas. Acredita-se que o trabalho cumpre suas expectativas iniciais, assim como atende às exigências que recaem sobre um trabalho de doutorado em psicologia.

ANEXO 1

Parecer Aprobatório Comitê de Ética em Pesquisa

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESCALA DE SAÚDE FINANCEIRA E ASPECTOS PSÍQUICOS DO SUPERENDIVIDAMENTO

Pesquisador: Ana Cláudia Almeida Machado

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 34641220.4.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.264.782

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa que engloba dois estudos: o primeiro tem como principal finalidade "verificar evidências de validade da Escala de Saúde Financeira – ESF, construída para fins da tese de doutorado da pesquisadora responsável"; já o segundo espera "verificar os preditores da qualidade de vida relacionados a depressão, ansiedade, estresse e comportamento financeiro". Para tanto, a ESF será aplicada conjuntamente com outras escalas capazes de medir variáveis psicológicas, tais como: EADS 21 ou DASS 21, WHOQOL Bref, e um questionário sociodemográfico e financeiro para investigar crenças e comportamentos financeiros, construído especificamente para a pesquisa em pauta. A pesquisadora responsável apresenta com detalhes os procedimentos metodológicos, os instrumentos, materiais e escalas utilizados, desde a coleta até a análise dos dados. Endividamento, superendividamento e qualidade de vida são conceitos centrais na pesquisa, em torno dos quais orbitam seus objetivos e hipóteses. O superendividamento é definido como "a situação na qual o consumidor está incapacitado de cumprir com o pagamento de compromissos financeiros atuais e futuros", associado à existência de dívidas excessivas, diferenciando-se apenas do endividamento, caracterizado pela existência de um acordo prévio para pagamento de dívidas. As causas do superendividamento podem estar relacionadas a aspectos econômicos, psicossociais e comportamentais, podendo provocar deterioração da saúde física e mental dos devedores, redução da qualidade de vida e impacto negativo sobre variáveis

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (81)3107-1502 **E-mail:** cep_chs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 4.204.702

psicológicas, como ansiedade e depressão.

Objetivo da Pesquisa:

O projeto de pesquisa, considerando os dois estudos propostos, aponta como objetivo primário do Estudo 1 "elaborar e verificar evidências de validade da ESF - Escala de Saúde Financeira", e do Estudo 2 "Investigar preditores da percepção da qualidade de vida entre as variáveis: saúde financeira, ocorrência de depressão, ansiedade e estresse, aspectos sociodemográficos e financeiros em pessoas brasileiras adultas". Constam, ainda, como objetivos secundários (sem discriminar a qual estudo se refere): "(1) Descrever aspectos da saúde financeira, com base nos resultados da aplicação da ESF, em especial quanto ao risco de superendividamento, bem como características da situação financeira dos participantes; - (2) Descrever a ocorrência de estresse, ansiedade e depressão e aspectos da qualidade de vida percebida na amostra do estudo; - (3) Analisar diferenças nos escores obtidos na ESF em relação a fatores sociodemográficos e do comportamento relativo às finanças; e (4) - Investigar associações entre aspectos da saúde financeira com qualidade de vida percebida, depressão, ansiedade, variáveis sociodemográficas e financeiras".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora aponta que "A pesquisa não implica em riscos aos participantes". Explícita, ainda, que, "diante de qualquer mal-estar ou constrangimento ao responder as perguntas, ainda que não ocasionados pela pesquisa em si, os participantes terão a oportunidade de conversar com a pesquisadora a respeito, que é psicóloga, assim como lhes será assegurado o direito irrestrito de interromper seu preenchimento, sem qualquer ônus ou necessidade de explicar as razões para tal", assegurando "a confidencialidade das respostas [...] de forma que não haja risco de exposição do participante". Os benefícios, por sua vez, são classificados como: sociais e individuais. Os primeiros consistem em "contribuir com a ciência brasileira e ampliar as vivências de bem-estar financeiro na sociedade"; os segundos são apresentados da seguinte forma "(a) refletir sobre seu comportamento financeiro por meio das respostas às perguntas; (b) possibilidade de participar de uma ação voltada à educação financeira, gratuitamente, cujo interesse será manifesto quando do preenchimento do questionário (a ação será uma palestra online ou uma oficina presencial - formato a definir); e (c) receber textos informativos sobre a temática de finanças, que serão publicados oportunamente pela pesquisadora, por meio de mala direta digital. O primeiro dos textos informativos está pronto e trata das temáticas do consumo Impulsivo e da compulsão por compras".

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Hórrio de
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (81)3107-1502 E-mail: cep_cha@unb.br

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 4.254.782

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa está adequado às exigências das Resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e complementares.

No documento intitulado "Resposta_CEP", anexado nesta Plataforma, a pesquisadora responde a cada uma das pendências e inadequações apontadas quando da primeira avaliação deste projeto de pesquisa, apontando, inclusive, onde e como cada uma das alterações foi operada a fim de se adequar a pesquisa às ponderações éticas realizadas na primeira apreciação do projeto em questão.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora responsável pelo projeto de pesquisa forneceu todos os termos de apresentação obrigatória.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto de pesquisa está adequado às exigências das Resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e complementares. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo CEP/CHS.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1550126.pdf	24/08/2020 20:33:37		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEs.pdf	24/08/2020 20:33:08	Ana Cláudia Almeida Machado	Aceito
Outros	Resposta_CEP.pdf	24/08/2020 20:31:41	Ana Cláudia Almeida Machado	Aceito
Outros	CartaEncaminhamentoCEP_CHS.pdf	04/07/2020 15:13:39	Ana Cláudia Almeida Machado	Aceito
Outros	Justificativa_Dispensa_Acelte_Institucional.pdf	04/07/2020 15:13:11	Ana Cláudia Almeida Machado	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	04/07/2020 15:03:54	Ana Cláudia Almeida Machado	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRostoAssinada.pdf	22/06/2020 23:05:18	Ana Cláudia Almeida Machado	Aceito
Brochura Pesquisa	TeseEmElaboracao_ProjetoCompleto.pdf	22/06/2020 23:04:54	Ana Cláudia Almeida Machado	Aceito
Projeto Detalhado	Brochura.pdf	22/06/2020	Ana Cláudia	Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-600
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (51)3107-1592 E-mail: cep_chs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 4.264.782

/ Brochura Investigador	Brochura.pdf	23:02:17	Almeida Machado	Acelto
Outros	LattesElianeSeidl.pdf	21/06/2020 20:03:31	Ana Claudia Almeida Machado	Acelto
Outros	LattesAnaClaudiaMachado.pdf	21/06/2020 20:03:08	Ana Claudia Almeida Machado	Acelto
Outros	DASS.pdf	21/06/2020 20:02:12	Ana Claudia Almeida Machado	Acelto
Outros	WHOQOL.pdf	20/06/2020 13:00:10	Ana Claudia Almeida Machado	Acelto
Outros	Questionario.pdf	20/06/2020 12:55:00	Ana Claudia Almeida Machado	Acelto
Outros	ESF.pdf	20/06/2020 12:53:58	Ana Claudia Almeida Machado	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 08 de Setembro de 2020

Assinado por:
Érica Quinaglia Silva
(Coordenador(a))

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
UF: DF Município: BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 E-mail: cep_cha@unb.br

ANEXO 2

Questionário sociodemográfico e financeiro

Idade: _____ anos

Gênero: () Feminino () Masculino () Outro () Prefiro não informar

Cor: () Branca () Preta () Parda () Indígena () Amarela

Qual seu nível de escolaridade?

() fundamental incompleto

() fundamental completo

() médio incompleto

() médio completo

() superior incompleto

() superior completo

() pós-graduação

Em qual UF você mora? () Opções para as 27 UF e mais uma para exterior

Você mora em uma capital brasileira? () sim () não

Qual dessas denominações mais representa uma pessoa que tem crenças religiosas como a sua?

() católica () evangélica () espírita () religião de matriz afodescendente () budista

() religião de matriz indígena () muçulmano () ateu () agnóstico () outra

Você possui alguma afinidade política?

() sim, mais de esquerda () sim, mais de centro-esquerda () sim, mais de centro () sim, mais de centro-direita () sim, mais de direita () não acompanho política/prefiro não informar

Situação conjugal atual

() solteiro(a) () casado(a), união consensual ou vivendo acompanhado(a) () separado(a) ou divorciado(a) () viúvo(a)

Tem filhos?

() não () sim

Se marcou "sim": Quantos? _____

É aposentado? () não () sim

Você exerce alguma atividade remunerada (favor não considerar pensões, alugueis e outras rendas não provenientes de atividade profissional)? () não () sim

Tipo de vínculo (no caso de haver mais de um vínculo profissional, responda em relação ao trabalho principal):

() servidor público () empregado na iniciativa privada () autônomo/profissional liberal () trabalhador informal () outro. Qual? _____

Valor (aproximado) da renda mensal ou salário (em R\$ Reais). Não use vírgula (não informe os centavos). _____

Você recebe outros tipos de rendimentos periódicos (como pensões ou alugueis, ou outro tipo, exceto remuneração oriunda de atividade profissional)? () não () sim

Qual porcentagem de sua renda total é composta pelos rendimentos acima? () menos de 10% () de 10% até 30% () de 30,01% até 50% () de 50,01% até 90% () mais de 90%

De onde vem sua renda principal?

- do meu trabalho
 do trabalho de alguém. Quem? _____
 de aposentadoria
 de rendimentos (pensão, aluguel etc)
 de aplicações financeiras
 Outro. Qual? _____

Qual sua renda familiar mensal? Considere a soma das rendas das pessoas que vivem em sua residência

- até 2 salários mínimos (máximo de R\$ 2.090)
 mais de 2 até 4 salários mínimos (entre R\$ 2.090,01 e R\$ 4.180)
 mais de 4 até 10 salários mínimos (entre R\$ 4.180,01 e R\$ 10.450)
 mais de 10 até 20 salários mínimos (entre R\$ 10.450,01 e R\$ 20.900)
 mais de 20 salários mínimos (acima de R\$ 20.900)

Quantas pessoas dependem dessa renda familiar para viver? nenhuma além de mim nenhuma além de mim 1 ou 2 3 a 5 6 a 8 mais de 8

Dentre as características, qual melhor define você?

- gasto mais do que ganho, possuo dívidas em atraso e dificilmente conseguirei honrar meus compromissos financeiros.
 gasto mais do que ganho e possuo dívidas em atraso que provavelmente conseguirei quitar no futuro.
 consigo pagar a maior parte de minhas obrigações financeiras em dia, porém, se eu sofrer qualquer tipo de imprevisto financeiro, é certa a inadimplência.
 pago as contas em dia, gasto apenas o que ganho (ou um pouco menos), mas não costumo guardar dinheiro mensalmente.
 gasto menos do que ganho e consigo guardar dinheiro mensalmente.
 sou uma pessoa controlada financeiramente, mas diante de imprevistos da vida, tornei-me endividado.

Que porcentagem de sua renda é usada para pagar compromissos financeiros pré-assumidos (aproximadamente)? *São exemplos de compromissos financeiros: tributos e tarifas (energia elétrica, impostos diversos), mensalidades (plano de saúde, escola, academia, seguros em geral), compras a prazo (cheques pré-datados, compras parceladas, fiado), prestações (veículos, imóveis), contas diversas (telefone, internet, TV por assinatura); faturas (lojas, cartões de crédito), parcelas de empréstimos (crédito bancário ou entre pessoas físicas) etc.*

Exemplo: se essa porcentagem for 30%, digite 30 como resposta: _____

Você paga previdência com o objetivo de se aposentar? não sim, pública e privada sim, apenas pública (INSS) sim, apenas privada

Você possui dívidas em atraso? sim não

Se marcou "sim":

Assinale a(s) conta(s) que está(ão) em atraso (é possível marcar mais de uma, se for o caso):

- cartão de crédito parcela de empréstimo prestação de carro prestação de imóvel carnê de loja tributos diversos (impostos) luz, água e/ou condomínio familiares e/ou amigos agiota alguma outra que seja relevante? nenhuma

Você conhece o valor total das suas dívidas? sim não

Classifique sua dificuldade para pagar as dívidas: leve moderada alta extrema

A que você atribui a principal causa do atraso em pagar contas?

() des controle financeiro () ausência de planejamento financeiro () problemas de saúde ou acidentes (incluindo de terceiros) () separação ou divórcio () morte de pessoa que contribuía com a renda () desemprego () redução significativa de salário () outra causa. Qual? _____

Você é titular de conta corrente? () sim () não

Se sim: Em qual(is) instituição(ões) financeira(s)?

() Banco do Brasil () Caixa Econômica Federal () Itaú () Santander () Bradesco () Bancos estaduais ou distrital (BRB, Banrisul, Banse, Banestes, Banpará etc) () Fintech (Nubank, PikPay, Banco Original etc) () Outra(s)

Como você avalia as informações (sobre produtos e serviços) que você recebe dos funcionários do banco (em caso de haver mais de uma instituição onde você possui conta, responda em relação àquela que você considera como sendo a principal delas)?

() adequadas e/ou suficientes () inadequadas e/ou insuficientes () não sei avaliar

Ao adquirir um produto bancário, (seguros, plano de previdência, título de capitalização etc), qual dos fatores abaixo você mais leva em consideração?

() A opinião do gerente () A utilidade do produto () O custo-benefício () Outro. Qual? - _____

Você já adquiriu um produto bancário que não lhe interessava, apenas pelo fato do gerente ou outro funcionário do banco ter lhe induzido a fazê-lo? () sim () não. Se sim: Qual(is) produto(s) (por exemplo: seguros, título de capitalização, consórcios, pacotes de serviço etc)? _____

Pagar despesas para mim é: () muito difícil, um fardo pesado () difícil () fácil

Como você se sente em relação à sua situação financeira atual?

() extremamente preocupado () preocupado () despreocupado

Em relação aos últimos anos, sua renda atual (de forma geral, sem considerar os efeitos da pandemia da Covid-19, pois esse tema será abordado na próxima pergunta):

() melhorou muito () melhorou um pouco () é a mesma ou praticamente a mesma
piorou um pouco () piorou muito

Se piorou: a qual principal razão você atribui essa piora? _____

Classifique os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre sua renda atual (considere o início da pandemia entre fevereiro/março de 2020):

() melhorou muito () melhorou um pouco () é a mesma ou praticamente a mesma
piorou um pouco () piorou muito

Se piorou: a qual principal razão você atribui essa piora? _____

Como você classificaria a situação financeira da maior parte das pessoas do seu círculo social (familiares e amigos)?

() semelhante à minha () melhor que a minha () pior que a minha () muito variada () não tenho conhecimento

Classifique seu nível de estresse em relação à sua situação financeira atual:

() nulo () baixo () médio () alto () extremamente alto

Já participou de algum programa ou curso de educação financeira?

() Nunca () Sim, mas não gostei ou não agregou conhecimento () Sim, gostei, mas não usei os conhecimentos na prática () Sim, gostei e coloquei em prática o que aprendi

Você gostaria de ser convidado(a) a participar de uma ação gratuita *on-line* sobre educação financeira? () não, obrigado(a) () sim. Neste caso, favor informar um e-mail para receber o convite: _____

Que conteúdo(s) você considera importante abordar nessa ação sobre educação financeira?

- () Planejamento financeiro (como organizar suas finanças, economia doméstica etc)
- () Operações financeiras (conceitos bancários, direitos e deveres do correntista, produtos bancários etc)
- () Economia (conceitos econômicos básicos, como inflação, juros, taxa Selic etc)
- () Investimentos (como fazer o dinheiro render)
- () Aspectos emocionais (sentimentos e emoções envolvidos no ato de gastar)
- () Outro(s). Qual(is)? _____

Finalizamos! Deseja deixar algum comentário sobre sua participação nesta pesquisa? () sim () não. Se sim: escreva aqui seu comentário: _____

Ajude-nos divulgando o link da pesquisa entre os seus contatos!

<http://vidafinanceira.trabalhovivo.net>

Agradecemos sua colaboração!

ANEXO 3

WHOQoL Bref - World Health Organization Quality of Life – versão breve

Instruções

Este questionário é sobre como você se sente a respeito de sua qualidade de vida, saúde e outras áreas de sua vida. **Por favor, responda a todas as questões.** Se você não tem certeza sobre que resposta dar em uma questão, por favor, escolha entre as alternativas a que lhe parece mais apropriada. Esta, muitas vezes, poderá ser sua primeira escolha.

Por favor, tenha em mente seus valores, aspirações, prazeres e preocupações. Nós estamos perguntando o que você acha de sua vida, tomando como referência as **duas últimas semanas**. Por exemplo, pensando nas últimas duas semanas, uma questão poderia ser:

	nada	muito pouco	médio	muito	completamente
Você recebe dos outros o apoio de que necessita?	1	2	3	4	5

Você deve circular o número que melhor corresponde ao quanto você recebe dos outros o apoio de que necessita nestas últimas duas semanas. Portanto, você deve circular o número 4 se você recebeu "muito" apoio como abaixo.

	nada	muito pouco	médio	muito	completamente
Você recebe dos outros o apoio de que necessita?	1	2	3	4	5

Você deve circular o número 1 se você não recebeu "nada" de apoio.

Por favor, leia cada questão, veja o que você acha e circule no número e lhe parece a melhor resposta.

		muito ruim	ruim	nem ruim nem boa	boa	muito boa
1	Como você avaliaria sua qualidade de vida?	1	2	3	4	5

		muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
2	Quão satisfeito(a) você está com a sua saúde?	1	2	3	4	5

As questões seguintes são sobre o **quanto** você tem sentido algumas coisas nas últimas duas semanas.

		nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
3	Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?	1	2	3	4	5
4	O quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária?	1	2	3	4	5
5	O quanto você aproveita a vida?	1	2	3	4	5
6	Em que medida você acha que a sua vida tem sentido?	1	2	3	4	5
7	O quanto você consegue se concentrar?	1	2	3	4	5
8	O quanto você se sente em segurança em sua vida diária?	1	2	3	4	5
9	Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos)?	1	2	3	4	5

As questões seguintes perguntam sobre **quão completamente** você tem sentido ou é capaz de fazer certas coisas nestas últimas duas semanas.

		nada	muito pouco	médio	muito	completamente
10	Você tem energia suficiente para seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
11	Você é capaz de aceitar sua aparência física?	1	2	3	4	5
12	Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?	1	2	3	4	5
13	Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
14	Em que medida você tem oportunidades de atividade de lazer?	1	2	3	4	5

As questões seguintes perguntam sobre **quão bem ou satisfeito** você se sentiu a respeito de vários aspectos de sua vida nas últimas duas semanas.

		muito ruim	ruim	nem ruim nem bom	bom	muito bom
15	Quão bem você é capaz de se locomover?	1	2	3	4	5

		muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
16	Quão satisfeito(a) você está com o seu sono?	1	2	3	4	5
17	Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
18	Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade para o trabalho?	1	2	3	4	5
19	Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo?	1	2	3	4	5
20	Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?	1	2	3	4	5
21	Quão satisfeito(a) você está com sua vida sexual?	1	2	3	4	5
22	Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe de seus amigos?	1	2	3	4	5
23	Quão satisfeito(a) você está com as condições do local onde mora?	1	2	3	4	5
24	Quão satisfeito(a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde?	1	2	3	4	5
25	Quão satisfeito(a) você está com o seu meio de transporte?	1	2	3	4	5

As questões seguintes referem-se a **com que frequência** você sentiu ou experimentou certas coisas nas últimas duas semanas.

		nunca	algumas vezes	freqüentemente	muito freqüentemente	sempre
26	Com que frequência você tem sentimentos negativos tais como mau humor, desespero, ansiedade, depressão?	1	2	3	4	5

Alguém lhe ajudou a preencher este questionário?.....

Quanto tempo você levou para preencher este questionário?.....

Você tem algum comentário sobre o questionário?

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO

ANEXO 4

Generalized Anxiety Disorder (GAD-7)

GAD-7				
Durante as <u>últimas 2 semanas</u> , com que frequência você foi incomodado/a pelos problemas abaixo?	Nenhuma vez	Vários dias	Mais da metade dos dias	Quase todos os dias
<i>(Marque sua resposta com "✓")</i>				
1. Sentir-se nervoso/a, ansioso/a ou muito tenso/a	0	1	2	3
2. Não ser capaz de impedir ou de controlar as preocupações	0	1	2	3
3. Preocupar-se muito com diversas coisas	0	1	2	3
4. Dificuldade para relaxar	0	1	2	3
5. Ficar tão agitado/a que se torna difícil permanecer sentado/a	0	1	2	3
6. Ficar facilmente aborrecido/a ou irritado/a	0	1	2	3
7. Sentir medo como se algo horrível fosse acontecer	0	1	2	3
(For office coding: Total Score T___ = ___ + ___ + ___)				

ANEXO 5

Patient Health Questionnaire (PHQ-9)

QUESTIONÁRIO SOBRE A SAÚDE DO/A PACIENTE - (PHQ-9)

Durante as últimas 2 semanas, com que frequência você foi incomodado/a por qualquer um dos problemas abaixo?
(Marque sua resposta com "✓")

	Nenhuma vez	Vários dias	Mais da metade dos dias	Quase todos os dias
1. Pouco interesse ou pouco prazer em fazer as coisas	0	1	2	3
2. Se sentir "para baixo", deprimido/a ou sem perspectiva	0	1	2	3
3. Dificuldade para pegar no sono ou permanecer dormindo, ou dormir mais do que de costume	0	1	2	3
4. Se sentir cansado/a ou com pouca energia	0	1	2	3
5. Falta de apetite ou comendo demais	0	1	2	3
6. Se sentir mal consigo mesmo/a — ou achar que você é um fracasso ou que decepcionou sua família ou você mesmo/a	0	1	2	3
7. Dificuldade para se concentrar nas coisas, como ler o jornal ou ver televisão	0	1	2	3
8. Lentidão para se movimentar ou falar, a ponto das outras pessoas perceberem? Ou o oposto – estar tão agitado/a ou irrequieto/a que você fica andando de um lado para o outro muito mais do que de costume	0	1	2	3
9. Pensar em se ferir de alguma maneira ou que seria melhor estar morto/a	0	1	2	3

FOR OFFICE CODING 0 + _____ + _____ + _____
=Total Score: _____

ANEXO 6

Itens e fatores da Escala de proteção e Risco de Superendividamento (EPRIS)

Itens Fator Risco de Superendividamento
<p>O modo como o(a) vendedor(a) me atende influencia minha decisão de comprar algo desnecessário.</p> <p>Tenho dificuldade em negar favores financeiros.</p> <p>Minha decisão de comprar é influenciada pelas propagandas.</p> <p>Gosto de agradar as pessoas com presentes mais caros do que eu poderia gastar.</p> <p>Minha decisão de comprar é influenciada pelas redes sociais ou outras pessoas.</p> <p>Costumo comprar produtos não essenciais utilizando o limite de cheque especial ou outra forma de pagamento com juros.</p> <p>É comum que eu me sinta culpado(a) após realizar uma compra.</p> <p>Saio com vontade de comprar sem saber exatamente o quê.</p> <p>Sinto um desconforto que só passa quando compro.</p> <p>Amigos e/ou familiares dizem que eu tenho problemas relacionados às compras.</p> <p>Desconfio que sou viciado(a) em compras.</p> <p>Sinto uma vontade irresistível de comprar.</p> <p>Escondo minhas compras por receio de receber críticas.</p> <p>Minha decisão de comprar leva em conta o valor (status social) que o produto tem para a sociedade.</p> <p>Dependo da opinião de terceiros para tomar decisões financeiras.</p> <p>As posses são as maiores fontes de satisfação na vida de uma pessoa.</p> <p>Tenho o hábito de adquirir produtos parecidos (de cores diferentes, por exemplo).</p> <p>Costumo adquirir produtos sem antes refletir sobre sua real necessidade.</p> <p>Tenho o hábito de adquirir produtos na primeira vez que os vejo.</p> <p>Quando vejo um produto que tem aparecido na mídia, eu não resisto e compro.</p> <p>Compro produtos desnecessários apenas pelo fato de estarem em promoção.</p>
Itens Fator Proteção ao Superendividamento
<p>As escolhas financeiras que fiz no passado hoje me permitem aproveitar a vida.</p> <p>Eu possuo metas financeiras.</p> <p>Eu honro minhas obrigações financeiras.</p> <p>Sinto segurança em relação ao meu futuro financeiro.</p> <p>Eu acompanho de perto meus gastos mensais para evitar surpresas ao final do mês.</p> <p>Economizo para enfrentar danos financeiros causados por situações inesperadas.</p> <p>Eu gasto menos do que ganho.</p> <p>Eu costumo adiar uma compra para obter descontos ou evitar pagar juros.</p> <p>Eu economizo para lidar com imprevistos no futuro.</p> <p>Eu não consigo economizar porque ganho pouco</p> <p>É importante economizar para lidar com imprevistos.</p> <p>É importante acompanhar de perto os gastos mensais para evitar surpresas ao final do mês.</p> <p>É importante planejar antes de comprar para pagar à vista e receber desconto.</p>

ANEXO 7

Versão Preliminar da EPRIS

Itens e Fatores da Escala de Saúde Financeira – EPRIS (versão preliminar com 56 itens)

Fator	Item	Procedimentos que embasaram a proposição do item				
		Revisão teórica	Procedimentos empíricos (realização de entrevistas com especialistas)	Experiências profissionais		
				Banco	TJDFT	Oficinas
Compra impulsiva (n = 7)	Costumo adquirir produtos da primeira vez que os vejo.	X				
	Costumo adquirir produtos sem antes refletir sobre sua real necessidade.	X				
	Costumo comprar algo mesmo sem ter condições financeiras para tal.	X				
	Costumo comprar produtos desnecessários apenas pelo fato de estarem em promoção.	X				
	Tenho o hábito de adquirir vários produtos similares (de cores diferentes, por exemplo).	X				
	Quando sou bem atendido, não resisto e compro, mesmo que seja algo desnecessário.	X				
	Quando vejo um produto que tem aparecido na mídia, eu não resisto e compro.	X				
Compra	Costumo comprar produtos não essenciais utilizando o limite de cheque especial ou outra forma de pagamento com juros. Saio com vontade de comprar sem saber	X		X		

<p>compulsiva (n = 9)</p>	<p>exatamente o quê. Sinto uma vontade irresistível de comprar. Sinto um desconforto que só passa quando compro. É comum eu me sentir culpado(a) após realizar uma compra. Amigos e/ou familiares dizem que eu tenho problemas relacionados às compras. Evito frequentar locais que estimulam minha vontade de comprar. Costumo esconder minhas compras por receio de receber críticas. Desconfio que sou viciado(a) em compras.</p>	<p>X X X X X X X</p>				
<p>Materialismo (n = 8)</p>	<p>Adquirir bens é o principal objetivo em minha vida. As posses são as maiores fontes de satisfação na vida de uma pessoa. As posses são as maiores fontes de insatisfação na vida de uma pessoa. Minha decisão de comprar leva em consideração o status social que o produto oferece. O valor que a sociedade dá a uma pessoa depende de suas posses. O valor de uma pessoa pode ser medido por suas posses. Eu admiro mais as pessoas por suas posses do que por características de personalidade. Eu sem dinheiro não sou nada.</p>	<p>X X X X X X X X</p>				

Bem-estar financeiro (n = 7)	Eu honro minhas obrigações financeiras.	X				
	Sinto segurança em relação ao meu futuro financeiro.	X				
	As escolhas financeiras que fiz no passado hoje me permitem aproveitar a vida.	X				
	Considero importante que as pessoas façam escolhas financeiras pensando no futuro.	X				
	Protejo-me contra imprevistos da vida que podem me desestabilizar financeiramente.	X				
	Considero importante contratar apólices de seguro (automotivo, viagem, residencial etc.).	X				
	Eu possuo metas financeiras.	X				
Influências sociais sobre o consumo (n = 9)	Costumo ajudar pessoas em dificuldade financeira mesmo que isso me cause prejuízo.			X	X	X
	Sou uma pessoa fechada quando se trata de falar sobre minha vida financeira.			X	X	X
	Dependo da opinião de terceiros para tomar decisões financeiras.			X		
	A opinião do(a) gerente do banco é importante para eu decidir sobre como usar o meu dinheiro.	X				
	Tenho dificuldade em negar favores financeiros.	X				
	Gosto de agradar as pessoas com presentes mais caros do que eu poderia gastar.	X		X		
	O modo como o(a) vendedor(a) me atende influencia minha decisão de comprar algo desnecessário.	X				

	Minha decisão de comprar é influenciada pelo <i>marketing</i> e pela mídia.	X				
	Minha decisão de comprar é influenciada pelas redes sociais ou pessoas do meu círculo social.	X				
Crenças sobre dinheiro (n = 8)	É preferível adquirir um bem de menor valor agora do que aguardar para adquirir outro de maior valor no futuro.	X		X		
	As escolhas financeiras de uma pessoa devem privilegiar o momento presente, afinal, a vida só pode ser vivida agora.	X		X	X	X
	É importante gastar menos do que se ganha.	X				
	É importante planejar antes de comprar para poder pagar à vista e receber desconto.	X		X		
	É importante economizar para lidar com imprevistos.	X		X		
	É importante acompanhar de perto os gastos mensais para evitar surpresas ao final do mês (por exemplo: saber o valor parcial das compras no cartão de crédito).	X		X		
	Quem ganha pouco, não consegue economizar.				X	X
Comportamento financeiro (n=8)	Quem ganha muito, não precisa economizar.			X		
	Eu costumo adquirir um bem de menor valor agora do que outro de maior valor no futuro.	X		X		
	Minhas escolhas financeiras privilegiam o momento presente, afinal, a vida só pode ser vivida agora.					

	<p>Eu gasto menos do que ganho.</p> <p>Costumo planejar antes de comprar para pagar à vista e receber desconto.</p> <p>Eu economizo para lidar com imprevistos no futuro.</p> <p>Eu acompanho de perto meus gastos mensais para evitar surpresas ao final do mês (por exemplo, eu sei o valor parcial das minhas compras no cartão de crédito).</p> <p>Eu não consigo economizar porque ganho pouco.</p> <p>Eu não economizo porque ganho muito (não é preciso).</p>	<p>X</p> <p>X</p> <p>X</p> <p>X</p>		<p>X</p> <p>X</p> <p>X</p> <p>X</p>	<p>X</p>	<p>X</p>
<p>Fonte: Elaborado pela autora</p>						

